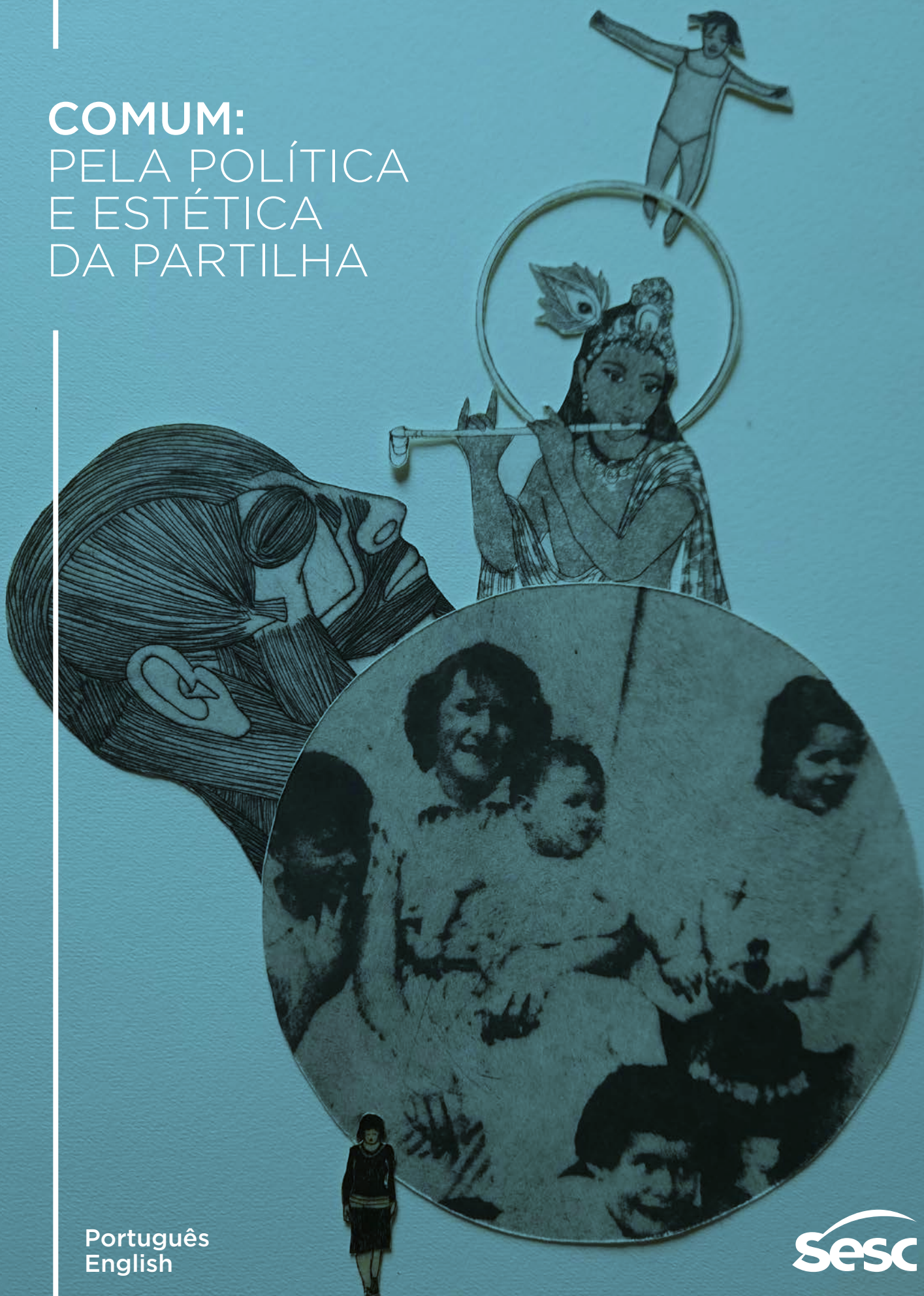


COMUM: PELA POLÍTICA E ESTÉTICA DA PARTILHA



Português
English

Sesc

SUMÁRIO

03 APRESENTAÇÃO

- 3 Partilhar o bem comum
Luiz Deoclecio Massaro Galina

05 INTRODUÇÃO

- 6 Introdução "Comum: Pela Política e Estética Da Partilha"
Denise Pollini

22 ARTIGOS

- 23 A Disputa Pelo Tempo é a maior Disputa dos Nossos Tempos:
Georgia Nicolau em Conversa com Raquel Gutierrez
- 34 Comunização Emancipatória: Aprendendo com a Lutas Urbanas
Stavros Stavrides
- 48 Navegando pela Crise Orgânica: clusters emocionais, política da cultura,
e políticas culturais baseadas em bens comuns
Giuliana Ciano
- 67 Comunizando a Confiança
Pascal Gielen
- 84 Políticas Culturais, Bens Comuns Emergentes, e Uso Criativo da Lei
Maria Francesca De Tullio
- 98 O direito cidadão à completa transparência do Sistema da Dívida
Maria Lucia Fattorelli

121 BIOGRAFIAS

- 122 **Giuliana Ciano**
- 122 **Maria Francesca De Tullio**
- 123 **Pascal Gielen**
- 123 **Stavros Stavrides**
- 124 **Denise Pollini**
- 124 **Georgia Nicolau**
- 124 **Maria Lucia Fattorelli**

APRESENTAÇÃO

PARTILHAR O BEM COMUM

Articulador de saberes e fomentador do pensamento, o Centro de Pesquisa e Formação do Sesc (CPF-Sesc) mobiliza em seu programa um vasto leque de estudos, ferramentas conceituais e metodologias que têm na gestão e mediação culturais seus pontos de intersecção – por entendê-los como instâncias propícias ao intercâmbio de perspectivas e ao exercício da interculturalidade. Mais do que justapor conhecimentos variegados, trata-se de cotejá-los e de fertilizá-los mutuamente.

Foi sob esse prisma que o CPF-Sesc promoveu, no segundo semestre de 2023, o ciclo de workshops *Comum: pela política e estética da partilha*, organizado pela educadora e curadora Denise Pollini e pelo escritor e professor Pascal Gielen. A realização da jornada envolveu a inclusão da própria instituição entre os casos de estudo analisados pela ótica dos “Commons” – termo em inglês que denota a partilha comum de recursos por grupos ou comunidades. Dessa colaboração decorre, ademais, a edição da presente publicação on-line, concebida com Pollini.

Os textos aqui reunidos representam os principais subsídios teóricos movimentados nos encontros proporcionados pelo ciclo, que contou com profissionais internacionais e locais e buscou explorar os desdobramentos da ideia de “comunalização” em áreas estratégicas para a cidadania, como as políticas públicas, o urbanismo, as expressões artísticas e a gestão cultural. Coube pensar esses domínios enquanto entroncamentos da alteridade, onde o Um só pode ser com o Outro.

Face ao esvaziamento da vida coletiva pelas injunções do neoliberalismo econômico, com seus ônus sociais e psíquicos, a defesa do estatuto inegociavelmente compartilhado das existências afirma-se como via de enfrentamento à deterioração global e sistemática dos direitos humanos mais essenciais – em que parcelas do mercado e o capitalismo de Estado negligenciam o bem-estar das populações, o que impacta, sobretudo, os grupos historicamente vulnerabilizados.

Instituição privada e de finalidade pública, o Sesc é uma prova eloquente de que o desenvolvimento econômico não precisa, e nem pode, caminhar apartado das imprescindíveis políticas de assistência, formação e lazer destinadas a amplas faixas da sociedade – o que pressupõe a repartição e a redistribuição de recursos materiais e imateriais entre as diferentes classes sociais.

A idealização da entidade pelo empresariado do comércio, nos anos 1940, teve no bem comum e na justiça social dois de seus principais pilares, os quais ajudaram a sustentar um projeto de país assentado nos valores da coletividade e da solidariedade. Nessas quase oito décadas de atividade, o Sesc gerou e segue gerando todo um repertório de “tecnologias do comum”, e beneficia-se de colaborações como esta, junto a agentes comprometidos com a ética da partilha.

Luiz Deoclecio Massaro Galina
Diretor do Sesc São Paulo

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO "COMUM: PELA POLÍTICA E ESTÉTICA DA PARTILHA"

Denise Pollini

“A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das antigas, que, para aqueles que foram criados como a maioria de nós, se ramificam em todos os cantos de nossas mentes,”¹

John Maynard Keynes

A dominante “ideia antiga” que tem estado presente em nossas mentes e em nossa sociedade desde o desenvolvimento do capitalismo de mercado é, como chamou David Bollier (2007: 27), àquela da nossa aquiescência de que esta (o Capitalismo) é “a maneira como as coisas funcionam”, e a crença de que nenhum outro sistema econômico poderá ter êxito ou vigorar; ou mesmo o entendimento de que somente existem dois modelos de condução da dinâmica social: as leis do mercado e o domínio do Estado.

Em 1936, quando o economista britânico John Maynard Keynes escreveu estas palavras no livro *“The General Theory of Employment, Interest and Money”* ele não se referia especificamente ao conceito dos “Comuns” ou de “Bem Comum” como os chamados “Common Studies”² o entendem, mas a frase adequa-se muito bem à reflexão sobre a resistência histórica às práticas comunais e de partilha, ou mesmo a presença de uma visão geral, que acredita que as lutas para a proteção dos bens comuns são utópicas ou ingênuas.

COMMONS, COMUM, COMUNALIZAÇÃO E PARTILHA

Do latim *communis* significando comum, público, universal ou *res communis*, aplicado ao sentido de coisas partilhadas por todos, o termo “Commons” no inglês possui a sua origem no sentido de “terra em comum”. A palavra, bastante marcada em sua etimologia, possui a noção de terras de cultivo partilhadas por um grupo ou comunidade.

1 “The difficulty lies, not in the new ideas, but in escaping from the old ones, which ramify, for those brought up as most of us have been, into every corner of our minds.” tradução livre da autora. Keynes, J. M. (1997). *The general theory of employment, interest and money* (Trabalho original publicado em 1936, reimpresso ed.). Prometheus Books, p. 10.

2 Os chamados Commons Studies emergiram no final da década de 1990, consolidando-se como um campo teórico consistente. Com base nas práticas de compartilhamento de bens materiais e imateriais, esse corpo teórico propõe novas concepções de posse, outras formas de organização social e, em larga medida, configura-se como uma alternativa à clássica dicotomia entre mercado e Estado.

Na língua portuguesa, a tradução de Commons simplesmente como “comum” tende a empobrecer o sentido ativo e processual inerente às práticas associadas a esse conceito. Por essa razão, ao organizarmos a conferência “Comum: Pela Política e Estética da Partilha”, realizada no Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, em setembro de 2023, optamos por incluir no título a palavra “partilha”, com o intuito de evidenciar a dimensão de ativismo e engajamento presente nessas práticas. Pelo mesmo motivo, na obra *“Espaço Comum: A Cidade como Obra Coletiva,”* de Stavros Stavrides — um dos autores presentes nesta edição - os editores lisboetas optaram por traduzir Commons como “comunalização”, buscando preservar a potência conceitual do termo original.³

Em seu sentido contemporâneo estas práticas estão, portanto, ligadas ao exercício da partilha em seu sentido material, mas também imaterial. Subentende a *práxis* daquilo que é criado em uma situação de *comunitas* (comunidade, coletividade).

“Pelo termo ‘comum’, referimo-nos, em primeiro lugar, à riqueza comum do mundo material — o ar, a água, os frutos da terra e todas as dádivas da natureza -, o que nos textos políticos europeus clássicos em geral é considerado herança da humanidade como um todo, a ser compartilhada por todos. Mais ainda, também consideramos fazerem parte do comum os resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais produção, como os conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante. Esse conceito do comum não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais. Na era da globalização, tornam-se cada vez mais centrais as questões da manutenção, produção e distribuição do comum, nesses dois sentidos – de promoção e limitação - e tanto no contexto ecológico quanto socioeconômico.”⁴

3 Stavrides, Stavros. (2021). *Espaço Comum: A Cidade como Obra Colectiva*. Lisboa: Orfeu Negro, p.23.

4 Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem-estar comum* (C. Marques, Trans.). Editora Record. (Obra original publicada em inglês), p.8.

Essa ampliação do entendimento do conceito de Commons na atualidade permite reflexões mais alinhadas com as condições contemporâneas e com a atual produção de bens, que, em sua extensão, passou de uma realidade material para uma imaterialidade digital múltipla e dispersa. Ao longo de sua evolução, o termo também passou a englobar, principalmente, o estudo dos fluxos de interação e as condições necessárias para a prática da comunalização, como destaca Joana Braga em seu prefácio à edição portuguesa de *“Espaço Comum: A Cidade como Obra Coletiva”*:

“Na contemporaneidade, o campo semântico do termo ‘comuns’ expandiu-se igualmente, designando agora todos estes tipos de recursos e atividades, e, de forma crucial, referindo práticas e formas relacionais que ligam os ‘comunais’ e os conectam aos espaços e objectos da vida social. Opera-se assim uma mudança conceptual: os ‘comuns’ já não são entendidos como recursos, mas como disposições sociais⁵”

“TERRIBLE PR” OU, UMA PUBLICIDADE DESFAVORÁVEL

A teoria que se tornou amplamente conhecida como a *“Tragédia dos Comuns”* (Hardin, 1968) ditou amplamente a forma como as propostas para a gestão dos recursos comuns foram vistas por várias décadas, estendendo suas repercussões a diversos domínios do conhecimento, desde Economia e Estudos Sociais até Ecologia. Baseada em princípios individualistas, a teoria de Hardin previu—incorretamente—que as práticas de compartilhamento de recursos estariam fadadas ao fracasso, pois um determinado segmento do grupo, sem dúvida, agiria exclusivamente em seu próprio benefício (o chamado “Carona”), resultando em um desequilíbrio que, em última análise, levaria ao colapso de todo o sistema e ao esgotamento dos recursos materiais ou naturais locais.

Conforme diversos autores posteriormente provaram, (nomeadamente Elinor Ostrom com a publicação de sua extensa pesquisa em 1990⁶), Hardin baseou-se em premissas equivocadas, confundindo, como apontaram Pierre Dardot e Christian Laval (2019: 97) “o acesso totalmente livre, por um lado, e organização e gestão coletiva, por outro” ou mesmo, conforme apontou Massimo De Angelis:

5 Braga, J. (2021). “A cidade como terreno comum: Limiares urbanos e a invenção de novos horizontes do possível”. In S. Stavrides, *Espaço comum: A Cidade como Obra Coletiva* (p. 20). Lisboa: Orfeu Negro.

6 Que lhe conferiu o Prêmio Nobel em 2009, sendo a primeira mulher a ganhar o Prêmio Nobel de Economia.

“Ao assumir que os bens comuns são um espaço livre para todos, do qual os ‘homens econômicos’ concorrentes e atomizados tomam o máximo que podem, [Hardin] engendrou uma justificativa para a privatização do espaço dos bens comuns enraizada em uma suposta necessidade natural. [Hardin] esqueceu que não há bens comuns sem comunidade dentro da qual as modalidades de acesso aos recursos comuns são negociadas. Aliás, isso também implica que não há a privatização dos bens comuns sem, ao mesmo tempo, a destruição e a fragmentação das comunidades.”⁷

Mesmo equivocada, a análise negativa de Hardin ainda assombrou a palavra “Comum” até muito recentemente e, somente a partir das últimas décadas do século XX, os chamados “Estudos dos Comuns” começaram a superar esta publicidade desfavorável com a subsequente publicação, na virada do milênio, de numerosos estudos com exemplos de empreendimentos comunais em áreas rurais, assim como as ações enraizadas na partilha de espaços e de bens na vida urbana (em ordem cronológica: Ostrom 1990, Rose 1994, Maurer 1997, Klein 2001, Bollier 2002, Weber 2002, Mann 2002, Harvey 2003, somente para citar alguns poucos), esta lista demonstra a pujança do conceito a partir de então. Os numerosos casos de sucesso (e sustentabilidade) de ações comunais levaram as autoras Charlotte Hess e Elinor Ostrom (2007:11), a proclamar no livro *“Understanding Knowledge as a Commons”*: “Au contraire, Monsieur Hardin!”⁸.

O “fenômeno dos comuns” e o aumento de exemplos práticos relacionados à prática da partilha ou comunalização coincide claramente com a globalização e o enraizamento e disseminação de forças neoliberais, a regularem cada vez mais integralmente a vida contemporânea. Neste

7 “By assuming that commons are a free-for-all space from which competing and atomised ‘economic men’ take as much as they can, [Hardin] has engineered a justification for privatisation of the commons space rooted in an alleged natural necessity. [Hardin] forgets that there are no commons without community within which the modalities of access to common resources are negotiated. Incidentally, this also implies that there is no enclosure of commons without at the same time the destruction and fragmentation of communities.” De Angelis, M. (2004). Separating the Doing and the Deed: capital and the continuous character of enclosures. *Historical Materialism*, 12(2), p 58. Tradução livre da autora.

8 “Compreendendo o Conhecimento como um Bem Comum” (2007:11), tradução livre da autora.

sentido, uma multitude de autores⁹ identificam a prática da “comunalização” como uma possível alternativa à degradação dos direitos civis pelo mercado e a ação dominadora de um Estado (a nível global) cada vez mais à serviço deste mercado, muitas vezes em detrimento do bem-estar de sua própria população.

Como Pascal Gielen (2024), em seu recém-publicado livro, *“TRUST - Building on the Cultural Commons”* afirma:

“As iniciativas comuns [...] surgem exatamente naquelas áreas em que o governo não tem atenção ou não atua, e onde os participantes do mercado (até o momento) não veem lucro. Esse terceiro espaço, situado entre o Estado e o mercado, é, como mencionado, o da iniciativa civil, onde os cidadãos arregaçam as mangas eles mesmos.”¹⁰

No Brasil e na América Latina os exemplos de práticas comunais e de partilha de bens comuns remontam a períodos anteriores à colonização europeia e, na contemporaneidade, são numerosos, bastante organizados sendo que, ao longo das últimas décadas alcançaram resultados efetivos para as suas próprias comunidades e transformações sociais que se estenderam para muito além das fronteiras locais, conforme as análises e exemplos presentes nesta publicação o demonstram¹¹.

Foi, portanto, com o objetivo de apresentar exemplos de práticas e reflexões sobre o tema, e promover a troca de conhecimentos sobre as práticas de comunalização entre o Brasil e alguns países europeus que a conferência e os workshops: **“Comum: Pela Política e Estética da Partilha”** foram realizadas em setembro de 2023 na sede do Centro de Pesquisa e Formação – CPF-SESC, São Paulo, e reuniram pesquisadores, autores e

9 O número de autores que fazem parte dos chamados “Estudos do Comum” é demasiado extenso para uma lista integral. Apenas para citar alguns autores destacaria: Lauren Berlant, Nicholas Blomley, David Bollier, James Boyle, Giuliana Ciancio, Pierre Dardot, Massimo De Angelis, Maria Francesca De Tullio, Silvia Federici, Pascal Gielen, Michael Hardt, Charlotte Hess, Naomi Klein, Christian Laval, Bill Maurer, Anthony McCann, Antonio Negri, Elinor Ostrom, Carol Rose and Stavros Stavrides.

10 “Commons initiatives [...] develop precisely in that domain where a government has no attention or fails to act and where market parties (as yet) see no profit. That third space between state and market is, as said, that of the civil initiative, where citizens roll up their sleeves themselves.” Gielen, Pascal. (2024). *Trust: Building on the Cultural Commons*. Valiz, p.72. Tradução livre da autora.

11 Particularmente descrito por Stavros Stavrides nesta publicação (2025:XX) e também no livro: “Common spaces of urban emancipation”. Manchester University Press, 2019, p.129-159.

ativistas do Brasil, da Bélgica, Itália, Portugal e Grécia. O mote principal do encontro teve como ponto de partida a pergunta: O que é o bem comum e qual a sua relação com o conceito de partilha? Como este atualmente se materializa em nossas vidas pela Democracia, pela política, por intermédio das leis, da internet, da segurança e da dívida pública?

A presente publicação apresenta algumas reflexões a partir das conferências e workshops realizados naquele quente inverno paulistano de 2023 entre 1 e 3 de setembro. Portanto, o resultado aqui apresentado não se configura como um sumário teórico do evento, mas pode ser entendido como uma conversa que partiu deste encontro, e cuja perspectiva teve como pressuposto dar espaço à desdobramentos posteriores daquelas discussões e também reforçar as conexões com os exemplos europeus, brasileiros e da América Latina.

Para esta edição, Georgia Nicolau, uma das fundadoras do Instituto Procomum (Santos, Brasil), pesquisadora e ativa impulsionadora de ações ligadas ao bem comum e à justiça social, entrevistou para esta publicação a socióloga mexicana Raquel Gutierrez – uma das referências nas lutas sociais no México e na América Latina desde os anos 1980. Nesta entrevista, intitulada ***“A disputa pelo tempo é a maior disputa dos nossos tempos: Georgia Nicolau em conversa com Raquel Gutierrez, uma comuneira anti-patriarcal”*** as duas constroem um importante histórico da luta pelo Comum na América Latina, e abordam temas como as questões de gênero em sua relação com o cuidado—lembrando o trabalho da autora italiana, Silvia Federici—e a usurpação dos bens comuns em todo o mundo e, especificamente, na América Latina.

No processo de resistência contra a ação das forças que atuam para destruir os esforços do Comum, como o paramilitarismo e a usurpação dos bens comuns em todo o mundo e, em especial na América Latina, Gutierrez destaca a importância da construção de novos espaços de deliberação e a necessidade da proteção daqueles já existentes, contra o domínio do Neoliberal.

No texto ***“Emancipatory Commoning: Learning from Urban Struggles”***¹², o arquiteto, teórico e ativista, Stavros Stavrides analisa os mecanismos de produção de valor pelo mercado, a noção de riqueza a partir da ótica do comum e localiza, nas relações de poder impostas pela lógica da posse o elemento essencial a ser questionado e transformado pelas práticas de cooperação e comunalidade. Sua longa trajetória de pesquisa de campo em vários países, em especial na América Latina, faz de Stavrides um observador privilegiado a enxergar um panorama amplo do

12 “Comunitarização Emancipatória: Aprendendo Com as Lutas Urbanas,” tradução livre da autora.

desenvolvimento das práticas de comunalização; desde a Revolução Rojava na Síria até o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) e as ações da campanha “Marielle Vive” no Brasil aos episódios na praça de Syntagma, em Atenas em 2011, e a atividade do movimento Zapatista em Chiapas, México, (o qual Stavrides tem pesquisado por vários anos em constantes viagens de campo).

Um perspicaz leitor das dinâmicas urbanas, Stavrides vê o ambiente urbano não apenas como “receptáculo da vida social, mas predominantemente como um elemento formativo desta”¹³

E, assim como os autores já citados, Stavrides apresenta as práticas comunitais como uma proposta política que constitui uma saída à hegemonia capitalista. E analisa as “possibilidades emancipatórias da comunalização,”¹⁴ mas observa que a organização comunal, para ser emancipadora, não pode cair no perigo do “comunitarismo neoconservador,”¹⁵ o que significa: não pode fechar-se em si mesma. Com isso Stavrides propõe que através do commons podemos desenvolver como sociedade uma nova relação com o conceito de posse, tema também analisado por Maria Francesca De Tullio, em seu texto *“Cultural policies, Emerging Commons, and Creative Use of Law,”* presente nesta edição.

Em *“Navigating Organic Crisis: emotional clusters, cultural politics, and commons-based cultural policies,”* a pesquisadora e gestora cultural, Giuliana Ciancio, analisa em profundidade o papel das emoções e o potencial revolucionário da cultura no jogo político contemporâneo, através do pensamento Gramsciano sobre “Crise Orgânica”¹⁶.

Ciancio então desenvolve o conceito de “emotional clusters”¹⁷ para refletir sobre a trama constituída pelo papel das emoções na sociedade pós-Fordista e o seu desdobramento na polarização política atual. À luz dos últimos acontecimentos políticos mundiais seu texto é extremamente relevante para mapearmos uma saída ao discurso da extrema-direita e à polarização política. Ciancio parte da seguinte definição aos “agrupamentos emocionais”:

13 “The urban environment is, of course, not a mere receptacle of social life but a predominantly formative factor in shaping it” (Stavrides 2025:XX).

14 “emancipatory potentialities of commoning,” (Stavrides: 2025: XX).

15 “neoconservative communitarianism,” (Stavrides 2025: XX).

16 “Organic Crisis” (Ciancio, 2025:XX).

17 “agrupamentos emocionais” (Idem).

“I define these clusters as temporary, informal, value-driven groupings where personal issues converge to react critically to neoliberalism and its illiberal manifestations.”¹⁸

Esses valores em comum sobre os quais aborda Ciancio, são manifestamente descritos no surpreendente período de florescimento do commons em Nápoles—que ficou conhecido como “A Estação dos Comuns”¹⁹—a partir da eleição de Luigi De Magistris como prefeito em 2011. A descrição do contexto napolitano e das ações desenhadas em prol do comum neste período, como a nomeação de Carmine Piscopo como vereador dedicado às ‘Políticas Urbanas, Planejamento Urbano e Bens Comuns’,²⁰ perfaz um importante exemplo de como a trama política em prol dos direitos civis necessita de atores em diversas frentes; desde a política e o poder jurídico, como também o envolvimento da sociedade civil e nesta, a cultura desempenha um papel importante. Neste sentido Ciancio apresenta o exemplo do antigo Ex-Asilo Filangieri, um edifício histórico do século XVI, que foi ocupado pela população napolitana em 2012 e transformado em um centro cultural.

O Asilo Filangeri e o complexo e paciente trabalho do reconhecimento legal do espaço como “bem comum” é o ponto de contacto entre os textos de Giuliana Ciancio e de Maria Francesca De Tullio, ativista e Pós-Doutora em Direito Constitucional. No texto presente nesta publicação, “*Cultural Policies, Emerging Commons, and Creative Use of Law*,”²¹ De Tullio reflete sobre a atual “crise de representação,” e analisa como a cultura pode funcionar como um impulsionador para o envolvimento da sociedade civil em torno de um interesse comum—os “agrupamentos emocionais de que fala Giuliana Ciancio—e pode operar como uma catapulta às iniciativas calcadas no conceito de auto-organização e tomadas de decisão mais horizontais, os chamados processos de tomada de decisão de baixo para cima.

Assim como Stavrides, De Tullio situa na urgência de um novo conceito de posse a construção de novas conexões sociais:

18 “Defino esses clusters como agrupamentos temporários, informais e baseados em valores comuns, onde questões pessoais convergem para reagir criticamente ao neoliberalismo e suas manifestações antiliberais” (tradução livre da autora).

19 “Season of the Commons” (Ciancio:2025:7).

20 Ciancio, Giuliana. (2024). Cultural policy and emotional clusters in the context of an organic crisis. Performing arts and emotions between top-down and bottom-up negotiations. *European Journal of Cultural Management and Policy*. pp. 09.

21 “Políticas culturais, bens comuns emergentes e uso criativo do direito,” tradução livre da autora.

“Os bens comuns também desmistificam um segundo mito, ou seja, a construção moderna dos direitos de propriedade. Possuir algo é tradicionalmente entendido como um direito unitário, incluindo automaticamente todas as diferentes faculdades relacionadas a um bem: uso, obtenção de lucro, venda, inclusão/exclusão de pessoas, etc. Quando todas essas faculdades são negociadas entre vários atores, a propriedade é exposta como um “pacote de direitos” (Schlager – Ostrom, 1992) que pode ser “descompactado” e redistribuído (Acosta Alvarado – De Tullio, 2020). Essa leitura da propriedade permite que ela rompa com sua intocabilidade (Capone, 2016) para reivindicar prioridades diferentes: a comunidade pode ter direito a acessar bens necessários para direitos fundamentais, subtraindo-os assim da especulação financeira e do sistema de aluguel que criam barreiras econômicas e de expulsão (Del Giudice, 2022).²²

A partir da sua experiência na prática do Direito Constitucional e do seu ativismo, De Tullio parte da análise dos desdobramentos da ocupação do Ex-Asilo Filangeri para refletir sobre como os espaços culturais, quando associados às ações comunitárias podem promover mudanças às instituições legais (o chamado “Uso Criativo da Lei”). Uma vez que o processo de ocupação do Ex-Asilo teve também como pano de fundo a resistência da comunidade a um projeto externo a ser imposto para o espaço, que passava por uma lógica calcada na visão da cultura como espetáculo e indústria, este exemplo descreve também a maneira como a sociedade civil pode alterar os rumos da política cultural de uma cidade.

Uma vez que a dívida pública constitui também um elemento de partilha comum que afeta todos os cidadãos de um país, a discussão sobre o direito coletivo às informações acerca da dívida pública do Estado instaura uma esfera importante de reflexão sobre o “bem comum.”

Há mais de vinte e cinco anos Maria Lúcia Fattorelli dedica-se a expor os mecanismos de administração dos recursos públicos em sua relação com o setor financeiro e com as grandes corporações e a ligação direta entre estes e a desigualdade social no Brasil e no mundo.

22 “Commons also debunk a second myth, i.e. the modern construction of ownership rights. Owning something is traditionally understood as a unitary right, automatically including all the different faculties related to a good: use, profit-taking, sale, including/excluding people, etc. When all these faculties are negotiated between various actors, ownership is exposed as a ‘bundle of rights’ (Schlager – Ostrom, 1992) that can be ‘unpacked’ and redistributed (Acosta Alvarado – De Tullio, 2020). This reading of ownership allows it to break its untouchability (Capone 2016) to claim different priorities: the community can be entitled to access goods that are needed for fundamental rights, thus subtracting them from financial speculation and rent system that create expulsion and economic barriers (Del Giudice, 2022).”

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida desde 2000, e auditora-fiscal aposentada do Ministério da Fazenda, em seu texto, **“O direito cidadão à completa transparência do Sistema da Dívida”** Fattorelli deixa claro a urgência da aplicação do conceito de justiça tributária e como o conceito de commons aplica-se à lógica da dívida pública.

O texto de Maria Lúcia Fattorelli também se dedica à reflexão sobre como a ampliação do debate sobre a dívida pública do Estado pela sociedade é necessária para uma transformação institucional e, neste sentido, Fattorelli também enfoca a premência do educar para o bem comum.

O tema da mudança nas instituições e a confiança como pedra angular nesta transformação é o ponto central do texto **“Commoning Trust”** do sociólogo da cultura Pascal Gielen.

Neste texto Gielen identifica com lucidez as raízes da atual crise política na derrocada da noção de confiança, e diagnostica a importância desta para a construção e a vivência de um paradigma diverso do atual sistema neoliberal.

Qual é o papel da confiança nos processos de partilha comunitários, ou mesmo em uma escala mais ampla, em um país? Em seu texto, Gielen conceitua o termo “Estética da Confiança,” tópico que já havia desenvolvido em seu livro “Passividade: Entre a indiferença e o pacifismo,” dedicado a refletir sobre a guerra da Ucrânia, e publicado em 2023.²³ A definição de estética como “um misto de experiências sensoriais e emocionais”²⁴ é efetivamente relevante aqui, pois subentende a prática da confiança em suas mais profundas interações.

Pascal Gielen então enquadra a prática do commons como uma possível perspectiva de renovação da vivência civil. Graças às características de atuação dos “comunais”, a prática da partilha estabelece laços entre a comunidade e fortalece a percepção desse corpo social de que as suas ações modificam efetivamente o cenário local, e podem transformar as políticas públicas. A questão da escala das ações normalmente ligadas ao commons é um dos fatores a criar este efeito, mas não só, o commons, conforme diagnosticado por Gielen, institui efetivamente uma nova estética: um novo modo de fazer e sentir o mundo.

O texto de Pascal Gielen igualmente se debruça sobre a atuação dos chamados “espaços semi-públicos”²⁵ em relação às práticas dos commons. A diferenciação entre os espaços privados, públicos e semi-públicos é

²³ Tryanova, A., & Gielen, P. (2023). *Passivity: between indifference and pacifism*.

²⁴ (Gielen, 2025:XX).

²⁵ (Gielen 2025: XX)

frutífera, pois os espaços semi-públicos alargam as fronteiras de contato e enquadram a prática do commons como verbo, pois nestes espaços.

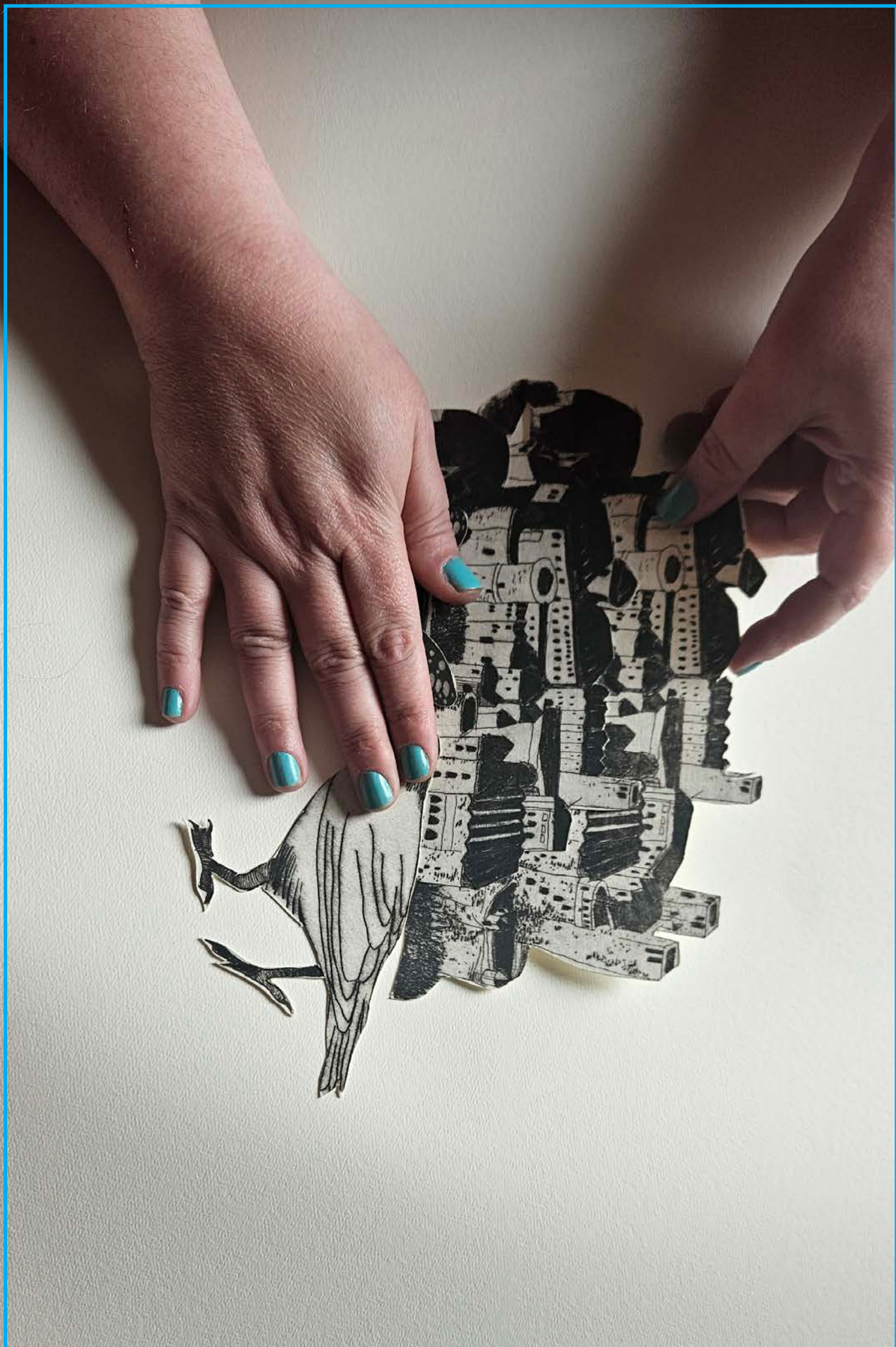
“Com os seus filtros simbólicos e sociais, formam um terceiro espaço de porosidade (Benjamin) e ambiguidade entre espaço privado e público. Tais espaços culturais, onde as pessoas se reúnem temporária e fisicamente em prol de um interesse comum, tornam possível que a intimidade da esfera privada toque o anonimato da esfera pública. Um espaço semipúblico gera as condições através das quais se pode sentir parte de um coletivo que transporta simultaneamente proximidade e distância. Pode tornar-se parte de uma coleção colorida de pessoas, a maioria das quais não conhece e nunca conhecerá, mas com as quais ainda se sente ligado durante algum tempo. Isto porque uma esfera semipública permite partilhar paixões, interesses e entusiasmo com estranhos, sentimentos que normalmente só se atreve a confessar a familiares ou amigos próximos. É por isso que os espaços semipúblicos são também locais rituais de confissão coletiva.”²⁶

Este entendimento da importância da partilha coletiva quase como um ritual coletivo é central para entendermos a dimensão das práticas do commons. Neste sentido, as ações comunais ultrapassam em muito a sua valia como alternativas ao paradigma neoliberal, pois resgatam os laços que perfazem a nossa fábrica social.

A práxis do commons, da partilha ou comunalização, é habitual na história brasileira. Em concordância com aquilo que Pascal Gielen observa, estas práticas em grande medida florescem “como resposta à experiência de falta de eficácia externa”²⁷ i.e. efetividade do Estado. A ausência da atuação do Estado no Brasil historicamente produziu os mais variados mecanismos de amparo mútuo. Estas raízes florescem continuamente, os

26 “With their symbolic and social filters, they form a third space of porosity (Benjamin) and ambiguity between private and public space. Such cultural spaces, where people temporarily and physically come together for the sake of a shared interest, make it possible for the intimacy of the private sphere to touch upon the anonymity of the public sphere. A semi-public space generates the conditions through which you can feel part of a collective that simultaneously carries nearness and distance. You can become part of a colourful collection of people, most of whom you don’t know and will never get to know but with whom you still feel connected for a while. That’s because a semi-public sphere allows you to share passions, interests, and enthusiasm with strangers, feelings that you normally only dare to confess to family or close friends. That is why semi-public spaces are also ritual places of collective confession” (Lijster, T., & Gielen, P. 2022:26-27). Tradução livre da autora.

27 (Gielen 2025:XX).



exemplos advindos da Pandemia do Covid-19 o ilustram pontualmente, como por exemplo a rede de proteção mútua realizada pelas “Redes da Maré” no Rio de Janeiro ou na favela de Paraisópolis em São Paulo.

Os textos reunidos nesta edição indicam percursos, experiências e a potencia do devir. A prática do commons emerge então como alternativa à desgastada dicotomia Estado X Mercado. As históricas redes de auxílio comunitário brasileiro nos ensinam muito sobre a vivência do commons que, cada vez mais, se materializa como uma perspectiva de organização social mais justa, igualitária e fraterna.

Continuamos nos caminhos que o commons, à força da práxis da partilha poderá nos indicar.

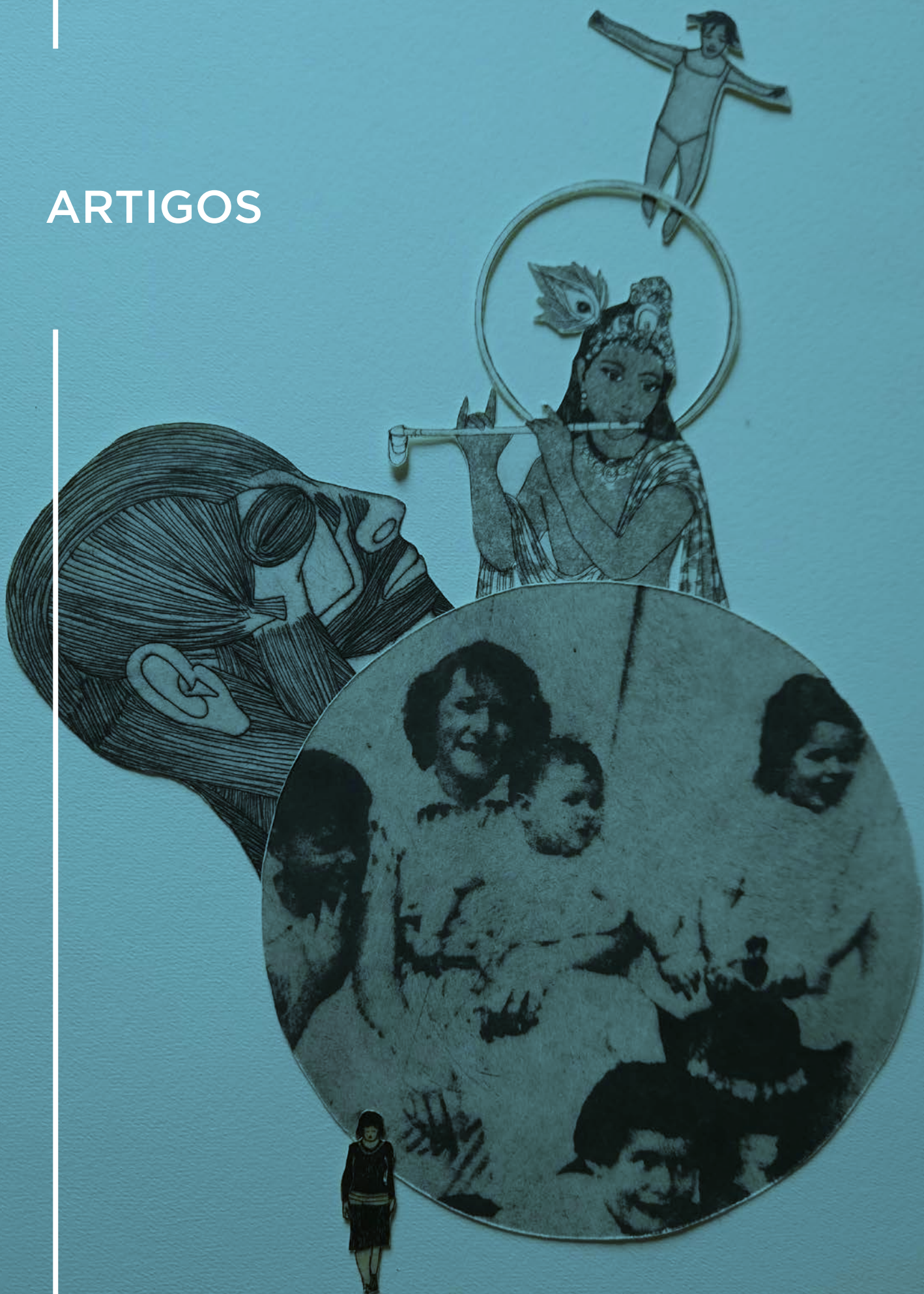
REFERÊNCIAS

- Berlant, Lauren. (2016). The commons: Infrastructures for Troubling Times. *Environment and Planning D: Society and Space* 2016, Vol. 34(3) 393-419.
- Blomley, N. (2008). Enclosure, common right and the property of the poor. *Social & Legal Studies*, 17(3), 311-331.
- Bollier, David. (2002). *Silent theft: the private plunder of our commonwealth*. London. Routledge.
- Bollier, David. (2007). The Growth of the Commons Paradigm. In: Hess, C.; Ostrom, E. (2007). *Understanding knowledge as a Commons: From Theory to Practice*. MIT Press (MA).
- Boyle, J. (2003) 'The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public 'Domain. *Law and Contemporary Problems*, 66: 33-74.
- Braga, J. (2021). A cidade como terreno comum: Limiares urbanos e a invenção de novos horizontes do possível. In S. Stavrides, *Espaço comum: A cidade como obra colectiva* (p. 20). Lisboa: Orfeu Negro.
- Bravo, G. and Moor, T.D., 2008. The commons in Europe: from past to future. *International Journal of the Commons*, 2(2), pp. 155-161.
- Castoriadis, C. (2010). *A society adrift: Interviews and Debates, 1974-1997*.
- Ciancio, Giuliana. (2024). Cultural policy and emotional clusters in the context of an organic crisis. *Performing arts and emotions between top-down and bottom-up negotiations*. *European Journal of Cultural Management and Policy*.
- Ciancio G (2024) Cultural policy and emotional clusters in the context of an organic crisis. *Performing arts and emotions between top-down and bottom-up negotiations*. *Eur. J. Cult. Manag. Polic.* 14:13013. doi: 10.3389/ejcmp.2024.13013
- Dardot, Pierre; Laval, C. (2017). *The new way of the world: On Neoliberal Society*. Verso Books.
- De Angelis, M. (2003) 'Reflections on Alternatives, Commons and Communities, or Building a New World from the Bottom-up', *The Commoner* 6: 1-14.
- De Angelis, M. (2004). Separating the doing and the deed: capital and the continuous character of enclosures. *Historical Materialism*, 12(2), 57-87. <https://doi.org/10.1163/1569206041551609>
- De Angelis, M. (2017). *Omnia sunt communia: On the Commons and the Transformation to Postcapitalism*. London. Zed Books.
- De Tullio, Maria Francesca. (ed.) (2020). *Commons. Between Dreams and Reality*. Kosice. Creative Industry Kosice.
- De Tullio; Maria Francesca & R. Cirillo, M.F. (eds.).(2021). *Healing Culture, Reclaiming Commons, Fostering Care: a Proposal for EU Cultural Policies*. Napoli. Italian Institute for the Future Press.
- De Tulio, Maria Francesca.(2025). *Cultural Policies, Emerging Commons, and Creative Use of Law*. In: "Comum: Pela Política e Estética da

- Partilha.” São Paulo, Sesc - Centro de Pesquisa e Formação.
- Dietz, T.; Astram Elinari Weber, E.; et al. (Eds.) (2002). *The Drama of the Commons*. In Committee on the Human Dimensions of Global Change. National Academies Press.
- Fattorelli, Maria Lúcia (2025). *O direito cidadão à completa transparência do Sistema da Dívida*. In: “Comum: Pela Política e Estética da Partilha.” São Paulo, Sesc - Centro de Pesquisa e Formação.
- Gielen, Pascal. “Institutional Imagination: Instituting Contemporary Art Minus the ‘Contemporary,’ in Pascal Gielen, ed., *Institutional Attitudes: Instituting Art in a Flat World* (Amsterdam: Valiz, 2013), 19. Amsterdam. Valiz.
- Gielen, Pascal. (2015). *Criatividade e Outros Fundamentalismos*. São Paulo. Annablume.
- Gielen, Pascal & de Munck, Marlies. (2021). *Proximidade: Arte e educação depois da Covid-19*. Rio de Janeiro. Cobogó.
- Gielen, Pascal & Tryanova, A. (2023). *Passivity: between indifference and pacifism*. Amsterdam. Valiz.
- Gielen, Pascal. (2024). *Trust: Building on the Cultural Commons*. Amsterdam. Valiz.
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248.
- Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem-estar comum*. Editora Record.
- Hardt, Michael, Negri, Antonio. (2017). *Assembly*. New York. Oxford University Press.
- Harvey, D. (2003). *The New Imperialism*. Oxford, Oxford University Press.
- Hess, C.; Ostrom, E. (2007). *Understanding knowledge as a commons: From Theory to Practice*. MIT Press (MA).
- Keynes, John Maynard. 1936. *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936; reprint edition, Prometheus Books, 1997).
- Klein, Naomi. (2001). Reclaiming the Commons. In: *New Left Review*, vol. 9, 81-89.
- Lijster, T., & Gielen, P. (2022). *The rise of the common city*. <https://doi.org/10.46944/9789461173492>
- McCann, A. (2004) ‘Understanding Enclosure without and within the Commons’, URL (accessed 17 May 2005): <http://www.beyondthecommons.com>.
- Maurer, Bill. Colonial Policy And The Construction Of The Commons: An Introduction. *Plantation Society in the Americas Vol. IV*, Nos. 2 & 3 (Fall 1997): 113--33
- Mouffe, Chantal. (2013). *Agonistics: Thinking the World Politically*. London: Verso.
- Nicolau, Georgia (2025). *A disputa pelo tempo é a maior disputa dos nossos tempos, Georgia Nicolau em conversa com Raquel Gutierrez, uma comuneira anti-patriarcal*. In: “Comum: Pela Política e Estética da

- Partilha.” São Paulo, Sesc - Centro de Pesquisa e Formação.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.
- Rancière Jacques. (1991). *The ignorant schoolmaster* Stanford: Stanford University Press.
- Rancière, Jacques. (2010). “On Ignorant Schoolmasters” in Charles Bingham and Gert Biesta (eds.) *Jacques Rancière: education, truth, emancipation*. London: Continuum.
- Riccio, Gabriella. (2016). *L’Asilo - from the occupation to a case of best practice*. Public Seminar, 82 TEH Meeting, Interzona, Verona, Italy.
- Stavrides, Stavros. (2016). *Common Space: The City as Commons*. London: Zed Books.
- Stavrides, Stavros. (2019). *Common spaces of urban emancipation*. Manchester University Press.
- Stavrides, Stavros. (2021). *Espaço Comum: A Cidade como Obra Coletiva*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Stavrides, Stavros. (2025). *Emancipatory commoning: Learning from Urban Struggles*. In: “Comum: Pela Política e Estética da Partilha.” São Paulo, Sesc - Centro de Pesquisa e Formação.

ARTIGOS



“A DISPUTA PELO TEMPO É A MAIOR DISPUTA DOS NOSSOS TEMPOS:

Georgia Nicolau¹ em conversa com Raquel Gutierrez, uma comuneira anti-patriarcal”

Uma militante que reflete e uma pesquisadora universitária que se compromete com as lutas sociais é como Raquel Gutierrez se definiu para mim nesta conversa. De fato, é impressionante sua contribuição nas lutas, conquistas e sínteses sociais latino-americanas nos últimos 40 anos. Matemática, filósofa, socióloga e ativista nascida no México, Raquel fez parte de momentos essenciais da resistência popular no continente latino-americano. Participou da fundação do Exército Guerrilheiro Aymara Tupac Katari (EGTK), na Bolívia, quando foi presa por cinco anos. Depois, esteve diretamente envolvida na chamada Guerra da Água, levante popular em defesa da água como um bem comum que ocorreu em Cochabamba, nos anos 2000. Um marco que, a exemplo do Movimento Zapatista, influencia e inspira até hoje as lutas populares globais e seu imaginário. Hoje, Raquel é professora e pesquisadora da Universidade Autônoma de Puebla (México) e é uma das coordenadoras do grupo Tramas Comunitárias e Formas do Político, cujas duas edições da revista *El Apantle*² são fundamentais para adentrar um pensamento latino-americano sobre horizontes político-comunitários. Em 2023, co-fundou a revista digital semanal *Ojala* junto da jornalista Dawn Marie Paley para, como elas dizem, impulsionar “as plumas de las mujeres, producir una sintonía que ilumine y se nutra de las capacidades comunitario-populares, las luchas feministas, y las disputas territoriales en marcha.”

Nesta conversa Raquel nos convoca a disputar o tempo e questiona o pragmatismo de certos setores da política na busca por sínteses e resultados rápidos. Ela defende que os resultados das lutas não devem ser medidos apenas em termos de conquistas imediatas ou tangíveis, mas também no quanto elas conseguem moldar e expandir esses horizontes de desejo,

-
- 1 Georgia Nicolau é diretora e co-fundadora do Instituto Procomum, organização latino-americana que trabalha fortalecendo as tramas comunais nos territórios onde atua, promovendo confluências, experimentações e fortalecendo a inovação cidadã. Além disso é pesquisadora de temas ligados à organização coletiva e social, além de jornalista e facilitadora de conversa e processos coletivos.
 - 2 A primeira edição, ¿Común para qué? *El Aplante* – Revista de Estudios Comunitarios, n. 1, out. 2015, está disponível em: <<https://horizontescomunitarios.files.wordpress.com/2017/01/elapantle.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2021. A edição número 2, ¿Común cómo? Lógicas y situaciones *El Apantle* – Revista de Estudios Comunitarios, n. 2, 2016, está disponível em: <<https://horizontescomunitarios.wordpress.com/2017/07/31/el-apantle-ii-comun-como-logicas-y-situaciones/>>. Acessos em: 22 fev. 2022.



"Los Protectores del Agua de Santiago Mexquititlán".
Estela Hernández Jiménez durante um protesto
no Palácio do Governo do Estado de Querétaro
em 16 de outubro de 2023.

Foto © Nadia Bernal.

fortalecendo a capacidade das comunidades de imaginar e lutar por um mundo diferente.

Para a pesquisadora, é crucial reconhecer e valorizar os processos subjacentes às lutas, como a formação de identidades coletivas, a articulação de novos valores comunitários e a redefinição de relações de poder, que são essenciais para uma transformação social sustentável e profundamente enraizada.

Seus horizontes populares-comunitários representam uma maneira de compreender a luta social não apenas como uma série de confrontos ou demandas específicas, mas como um movimento contínuo em direção a um futuro concebido coletivamente, onde os valores comunitários e as relações de solidariedade são tão importantes quanto os ganhos materiais imediatos.

Conheci o trabalho de Raquel Gutierrez quando escrevia o livro *Encantamentos Latino-Americanos para a Ação Coletiva*³, por indicação da pesquisadora brasileira Patricia Cardoso. Ali um mundo se abriu para mim já que a bibliografia sobre o conceito de Comum que eu havia conhecido até então consistia basicamente de autores anglo-saxões e europeus: Elinor Ostrom, Silvia Federici, Massimo de Angelis, Silke Helfrich, David Bollier, Stavros Stravides para nomear apenas alguns.

O Comum de Raquel Gutierrez é um agir político desde as comunidades indígenas e populares da América Latina, os Horizontes Comunitários-Populares e é essencialmente anti-patriarcal e interdependente.

Olhar pelos olhos de Raquel me permitiu reafirmar minha crença nos encantamentos produzidos nesta terra para a organização coletiva. Produzir tempo, costurar tramas, e sonhar abraçadas é o que ela nos inspira a fazer. Por meio de sua obra - quase sempre ao lado de outras pesquisadoras como Lucia Linsalata e Mirna Lorena Navarro - conseguimos notabilizar que as lutas comunais, principalmente as de mulheres, forjam mundos possíveis enquanto defendem a vida em todos os seus aspectos, colocando no centro a interdependência da vida cujos fios o capitalismo tenta violentamente apagar e nos fazer esquecer. E ela faz isso sem cair em simplismos ou soluções fáceis. Pelo contrário, nos convocando ao trabalho, ao diário, ao aterramento da vida cotidiana e situada. Combater a desigualdade sem defender a homogeneização. Produzir política sem pressa. Lembrar que o que está em jogo é o precioso tempo, este que na filosofia bantu é uma divindade a quem devemos reverenciar.

3 https://www.nowcommons.org/#flipbook-df_rand1908005531/1/

O que Raquel Gutierrez e suas colegas nos fazem é lembrar do óbvio: **não há vida sem reprodução e quando nos envolvemos em lutas coletivas, nos devolvemos a possibilidade de gerir nossas tramas interdependentes e, portanto, nossa criatividade, nossa alegria, e nossa capacidade de viver dignamente.** E isso é uma revolução. Assim como Raquel conta em seu texto para a Revista da Universidade Federal Fluminense *Confluencias*⁴ para mim também foi uma “revolução copernicana” quando, com Silvia Federici, descobri que olhar para a História e as histórias colocando no centro a reprodução material e simbólica da vida expandia muito a nossa capacidade de entender o mundo e sonhar sua continuação desde outros marcadores. Assim, pude também encontrar meu lugar em um não-lugar. Para além de binarismos ardilosos como a amplamente enunciada polarização política contemporânea, o que nos interessa acima de tudo é sair da lógica estadocêntrica ou mercadocêntrica para centrar a contação da História na maioria das pessoas que habitam o planeta. Nesse sentido, honro também Sadiya Hartman que em seu livro *Perder a Mãe* faz um belíssimo ensaio histórico, arqueológico e especulativo de contar a história dos sem-nome. Dos escravizados comuns, os que não eram reis nem rainhas, os esquecidos.

Essa conversa que se segue aconteceu durante o outono no Hemisfério Sul e é uma grande alegria poder publicá-la também em português já que nenhum dos seus livros ou artigos estão traduzidos.

Georgia: *Raquel, muita coisa aconteceu desde a guerra de Cochabamba nos anos 2000, e o contexto latinoamericano e mundial mudou muito. Estamos em um momento de múltiplas crises, mas talvez a mais preocupante delas, ao meu ver, seja a captura da nossa imaginação e nossa capacidade de sonhar, projetar, construir, criar futuros de maneira coletiva. Ao mesmo tempo, me parece que o que há de mais importante do feminismo latino-americano é compreender a revolução que é colocar o cuidado como organizador da vida política. Porque é a partir dessa reorganização que se abrem espaços para novas engrenagens sociais. Como você vê isso hoje? O comum como você o entende é uma proposta de organização que nos inspira a continuar? E qual o papel do cuidado?*

Raquel: Eu realmente sinto que é muito relevante essa temática de propor e relançar a possibilidade de imaginar, projetar e entender as capacidades de criação do comum como algo que nos sustenta cotidianamente.

4 <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34710>

Hoje em dia quase ninguém está vivendo de salário, porque salário é completamente insuficiente. Quase ninguém está se curando, ou seja, tendo acesso à saúde a partir de formatos mais oficiais, mais estabelecidos, nem públicos nem privados, porque todos são insuficientes. Uns são muito caros, muito excludentes. Outros são de muito difícil acesso, muito lentos. Em termos de educação, há outro enorme conjunto de problemas. Então, nós propomos a questão dos cuidados, e sim, nós demos algumas voltas à questão dos cuidados, embora sempre tenhamos uma preocupação, do que Silvia Federici alerta muito, dos cuidados reacionários. Ou seja, os cuidados reacionários têm a ver com algo que pode abonar, digamos, aos discursos da direita mais recalcitrantes. São esses discursos que têm a ver com que a família está se desmantelando e que argumentam que a família é o coração do sustento cotidiano. Daí surgem essas tremendas críticas misóginas e antifeministas que apontam, “é que as mulheres estão enlouquecidas, é que não estão fazendo o trabalho que lhes corresponde”. Entende? Então, nessa temática dos cuidados, temos que ir tecendo de maneira muito fina. Requer-se submeter à crítica não só a divisão sexual tradicional do trabalho sob o capitalismo de origem colonial, mas também as relações sociais do capital e as heranças racistas dessa opressão colonial. Por outro lado, a questão dos cuidados foi parcialmente refuncionalizada pelos governos progressistas que, de entrada, negam a dimensão antipatriarcal das lutas das mulheres ou as inscrevem em um quadro muito restrito do feminismo da igualdade. Da minha perspectiva, na questão dos cuidados está ocorrendo uma disputa semântica muito dura: o que estamos dizendo quando falamos de cuidado, de centralidade dos cuidados? Nós, em termos teóricos, colocamos a reprodução da vida no centro e a dinâmica dos cuidados como algo muito relevante. Consideramos isso uma disputa cultural e política por propor a reprodução satisfatória da vida social como coração do argumento e do sentido da transformação social. Aí se abre um terreno enorme para disputar indicadores, para disputar olhares, argumentos, etc. Porque, o que consiste a reprodução digna da vida social? O que isso significa? Para mim, em termos um tanto abstratos, significa em primeiro lugar ser capaz de escapar dos ritmos e necessidades produtivistas do capital em múltiplos sentidos. Por exemplo, considero que as lutas contra o despojo que converte terras de cultivos camponeses em indústrias agroexportadoras ou em espaços de turismo de massa iluminam caminhos sobre o que é necessário - materialmente - para colocar a reprodução da vida no centro. O mesmo ocorre com as lutas em defesa da água ou das disputas por seus usos, etc. Mas algo muito relevante, que não costuma ser visto com clareza, é a disputa, a gigantesca disputa pelo tempo que hoje está em curso. As pessoas trabalhadoras não têm tempo, as mulheres trabalhadoras têm ainda menos tempo e já nem se fala das mulheres trabalhadoras

racializadas. O tempo se tornou algo escasso: não há tempo para descansar, para brincar, para imaginar.

Georgia: *E o que podemos fazer frente a esse desafio? Quais são as maneiras de disputar este tempo?*

Existe uma pressão sistemática para a conversão de todo o tempo vital em tempo de trabalho e/ou tempo de consumo. Ou seja, tempos regidos pela lógica do capital. Essa questão da disputa pelo tempo, começando por ter tempo para cada um, para se organizar, para conversar com calma os temas que nos interessam, para deixar assentar as ideias e ir amadurecendo a compreensão compartilhada é algo sobre o qual sempre falo com as mulheres mais jovens. Disputar tempo é uma coisa muito profunda, porque estamos disputando tempo para podermos nos organizar e não ter que estar trabalhando e pulando de um trabalho precário para outro trabalho precário. E estamos disputando justamente suporte para as múltiplas tarefas da reprodução em seus termos cotidianos, que são essencialmente de cuidado, mas muito mais do que isso, em termos de como se vincula a reprodução da vida coletiva e da vida em conjunto com o outro conjunto de coisas que são dadas como certas, como ter água, ter comida saudável, contar com espaços para a criação coletiva, para a diversão, etc.

Georgia: *E isso pode ser disputado por meio do Estado, em aliança com governos progressistas, por exemplo?*

O cavalo de batalha dos governos progressistas tem sido a busca por segurança econômica através da expansão do capital. Por isso aparecem esses projetos de governo que expandem sem controle a chamada “República da Soja”. No México não temos tanta soja, mas temos todo um projeto de agroexportação tremendo, que além disso foi imposto de cima para baixo e que está fortemente ligado com o controle militarizado dos territórios que temos aqui, para assegurar o acesso a terras e águas. Através de ataques altamente violentos, primeiro se pratica o espólio das terras e direitos e depois se mantém à distância as populações. O paramilitarismo tem a função de controle territorial para garantir justamente que a atividade econômica de produção de capital possa ser realizada e possa expandir-se sem limite algum. Tudo isso vai contra as capacidades de produção do comum nos territórios, por isso se enfraquecem e rompem os esforços comunitários de colocar a reprodução da vida no centro. Por tudo isso também, a meu ver, em muitas das imensas mobilizações que temos visto ou acompanhado, um grande problema está em que os progressistas

pressionam muito para que, rapidamente, se estabeleçam sínteses. As lutas, na minha opinião, detêm e/ou boicotam a expansão de certos capitais, lutam contra as espoliações e contra as chamadas “reconversões produtivas”. São mobilizações extremamente potentes, embora o progressismo pressione para esterilizar o que eu chamo de seus horizontes de desejo, isto é, para tornar explícitas e claras suas intenções. **Para poder esclarecer esses horizontes de desejo, outra vez, é necessário tempo e justo aí vem a pressão da “solução rápida”. Aí é onde me parece que está a maior relevância da disputa cultural do comunitário e da produção do comum. Estamos travando essa luta em condições muito difíceis, mas temos que continuar impulsionando-a.**

***Georgia:** Você acredita que a militarização é uma característica dos países latino-americanos? Existe alguma distinção entre governos progressistas e de direitas neste sentido?*

Temos que distinguir entre os países, porque estão acontecendo duas coisas: temos governos progressistas e temos governos de ultradireita, militarizadores, além do exemplo mexicano que é uma ambivalente síntese das duas coisas. Então, de um lado você tem Lula, Petro, Boric, que é o mais descafeinado de todos. E depois você tem Milei, Daniel Noboa, Bukele, Dina Boluarte. Só estou enumerando para que possamos ter uma ideia aproximada do que está acontecendo nos diversos países e quão contrastante é. Em algumas nações está havendo uma ofensiva aberta, brutal, da direita que impõe seus programas de maneira muito dura, como na Argentina e também fazem grandes concessões ao desenvolvimento dos diversos projetos capitalistas, impondo decisões verticais e neutralizando as posturas críticas de baixo. **No entanto, é importante saber que há algo mais abaixo de todos esses projetos de expansão do capital: populações, povos, tramas, organizações que resistem e disputam nos territórios e no mundo público. A pena é que muitas dessas lutas, com governos de direita ou com governos progressistas estão sofrendo e enfrentando uma violenta expansão de um militarismo soterrado ou aberto.** Isso me causa muitíssima inquietude, muita amargura. Novamente um poder militar, securitário, paramilitarizado ou oficial se desdobra pelo continente. Nesse sentido, a distinção progressismo/ultradireita é insuficiente, confunde e obscurece problemas muito profundos. Houve um momento há algumas décadas no qual, através das diversas aberturas democráticas ocorridas nos países após os diversos golpes de estado, se pensava que os militares iam ficar guardados em seus quartéis. Isso foi se quebrando cada vez mais de mãos dadas com o naufrágio das promessas neoliberais e da insuficiência dos

progressismos. O que eu percebo, em troca, é a exacerbação de formas militarizadas de exercício de controle social, de controle territorial, cada vez mais duras. E bom, me parece que no Brasil sabem muito acerca de tudo isso. Por outro lado, tenho a impressão, também, que convém desarmar o esquema da polarização política tal como foi estabelecida. **A disjuntiva progressismo/ultradireita acaba sendo tremendamente funcional para garantir um processo de redução da política ao eleitoral e para despolitizar outras vozes e obscurecer a discussão de fundo sobre temas ligados, justamente, às condições e possibilidades de reprodução social digna da vida.** Em particular, a insistente disjuntiva polarizante trava os debates sobre a produção e defesa do comum. Daí a importância de construir coletivamente um quadro de enunciação e argumentação amplo para falar do comum que, entendo, é parte do problema que a você interessa. Depois há outras questões difíceis, como a colocação em comum e debate sobre uma imensa quantidade de experiências de reorganização da vida a contracorrente, com traços comunitários às vezes ambíguos, etc. Como se fala sobre toda essa diversidade? Como aprendemos essas experiências sem homogeneizar nem prescrever? E daí volto ao tema que introduzi mais acima: a que hora fazemos isso? Se estamos trabalhando muitíssimas horas para sustentar medianamente a vida cotidiana sob relações mercantis, a que hora dispomos do tempo para realmente conhecer, comparar, conversar e propor outras coisas? E, claro, também para fazê-las.

Por isso percebo o atual como um momento sumamente difícil, embora ao mesmo tempo de criação, de ensaios muito diversos e talvez de tímida esperança. Confio em que o imenso mal-estar social que existe consiga se explicitar com maior clareza. Notifiquei que há muitas pessoas que têm interesse nisso e estão colocando muitas capacidades para impulsioná-lo.

Georgia: *E você acredita que essa militarização está conectada a uma cultura de violência e antidemocrática de nosso continente? No Brasil o estado tem uma tecnologia de extermínio de pessoas pobres pela polícia. Em nome da guerra contra as drogas o poder instituído se utiliza dessa narrativa da segurança, do bem contra o mal. Tem um texto de Paulo Freire que é da década de 50, então antes do golpe de 64 mas que falava de uma inexperiência democrática do Brasil: fomos forjados como nação na violência colonial e nunca tivemos uma experiência democrática.*

Raquel: Eu sempre penso que no Brasil as formas de violência da polícia só são comparáveis com as formas de controle policial norte-americanos, estadunidenses. E o fato de que foram lugares de economia de

plantação, de economia de escravidão, me parece que é central. Embora pareça que essas marcas de origem se diluíram nesses dois séculos em que houve alguma reorganização, algum acordo político e a geração de outras instituições, considero que isso não foi suficiente. Essas marcas coloniais não foram apagadas, as marcas continuam. Em outras regiões do continente conhecemos uns estados que se organizaram de outro modo. No que foi o Alto Peru ou no que foi a Nova Espanha, por exemplo, os impérios indígenas foram dizimados, mas os povos foram se reconstruindo paulatinamente, recuperaram algumas de suas capacidades e começaram sua longuíssima disputa com os governos coloniais que continuou mesmo após a independência e muito além. Talvez seja fértil refletir sobre o contraste que existe entre o Brasil e uma parte da América do Norte. No Brasil, considero que toda a experiência de luta, de resistência, de reconstrução de capacidades para o sustento da vida que ocorreu nas experiências dos quilombos é central. Isso não ocorreu nas terras de plantação norte-americana que primeiro foram colônia francesa, depois espanhola e finalmente estadunidense. Agora, sobre o momento e nível atual da violência. Nem sempre foi assim. Este é um continente muito violento, mas é particularmente violento neste momento. Estes últimos 20 anos têm sido brutais. Aqui no México tenho muito mais clareza de como ocorreram as coisas. São um pouco menos de 20 anos nos quais a violência se desatou e se generalizou. A expansão do capitalismo neoliberal, seu avanço para a privatização tanto do público quanto do comum, a espoliação generalizada, a imposição do deslocamento massivo de populações e de condições de trabalho duríssimas, requereu uma “guerra contra o povo” como a chama Dawn M. Paley. As intensas lutas dos anos 90 e do começo do século foram respondidas com uma grande brutalidade. No México, em 2007, foi imposta a chamada “guerra contra as drogas” e se instalou a argumentação da “disputa entre cartéis”. Isso ocultou a proliferação de associações público-privadas clandestinas e paramilitarizadas em coordenação com a força pública a diferentes níveis para assegurar os planos do capital transnacional mais poderoso e assegurar as alianças com as elites locais. A violência pretende “aparecer”, simplesmente se vai sentindo nos territórios e crescem os assassinatos e as desapareições também das pessoas que estão resistindo. De alguma maneira, o que ocorreu é uma renovação de formas coloniais-capitalistas de ocupação de territórios, de despojo e de controle das populações. O que não se deve esquecer é que esses níveis de violência brutal precisam ser lidos a partir dos muito altos níveis de desobediência, dos intensos níveis de luta que haviam sido protagonizados previamente por muitíssimas pessoas: povos indígenas, camponeses, setores sindicais, organismos de defesa territorial muito variados, etc. **Então, a mim me parece interessante virar a pergunta sobre a violência.**

Rastrear esse conjunto de lutas, este conjunto de gente organizada que “não se deixa” arrebatado o que herdou e cuidou durante anos. Essas lutas em momentos específicos conseguiram condensar momentos intensos de capacidade política, de capacidade de intervenção pública. Isso é o que tem sido respondido com base pura na morte, com as violências brutais que vemos desdobrar-se.

***Georgia:** E qual é a relação, qual é o remédio para a violência se partirmos da lente do comum? Como o horizonte comunitário e popular se relaciona com a violência?*

Vou recuperar uma experiência particular que sintetiza potentes dimensões das lutas comunitárias. Em outubro de 2023, sete povos indígenas da Guatemala, articulados através de suas autoridades comunitárias próprias, se mobilizaram para intervir publicamente num assunto de escala nacional: a pretensão das elites oligárquicas da Guatemala de desconhecer o triunfo eleitoral de Bernardo Arévalo, do partido Semilla, ação operada pela Fiscal Geral da Guatemala, Sra. Consuelo Porras. As autoridades comunitárias dos povos convocaram e conduziram um amplo bloqueio de estradas e, posteriormente, se assentaram na Cidade da Guatemala, pondo um cerco em torno dos escritórios da Fiscalía Geral. A mobilização durou mais de 3 meses e foi bem-sucedida. Em torno de sua ação de levantamento conseguiu-se reagrupar a mobilização de muitos outros segmentos populares: vendedores dos mercados, moradores de colônias periféricas, trabalhadores de diversas classes, organizações civis, etc. A grande participação do povo guatemalteco em conjunto, organizada em torno do levantamento dos povos indígenas dirigidos por suas próprias autoridades comunitárias, foi imensa. E em todos esses meses de luta, as autoridades evitaram uma e outra vez a confrontação violenta, ao mesmo tempo que se mantinham firmes em seus propósitos. O que quero destacar é como, quando há estruturas de governo comunal, o cuidado da vida em seu conjunto se torna um assunto central. Neste caso, o cuidado da vida coletiva em momentos de luta foi o guia. Os mobilizados não se confrontaram diretamente com as forças policiais, as neutralizaram com sua massividade e sua ação coordenada. Os povos conseguiram sustentar suas ações de luta durante três meses, a partir de seus próprios mecanismos de rotação. Isso lhes garante a capacidade de protagonizar ações sustentadas que discorrem no tempo. Durante as decisões mais tensas, em momentos quando houve ameaça de uso da força pública, o que as autoridades colocaram no centro foi a questão de “não se fazer matar”, de que “a vida não se vai perder”. Isso é muito importante porque é outra lógica da confrontação que consiste em neutralizar a violência que se exerce sobre os povos.

São estratégias de luta que combinam a sabedoria da resistência com a firmeza das decisões que uma e outra vez se põem a discussão ampla. Isso mostra que nas formas políticas comunitárias mais antigas, nas que se reatualizam cada ano desde faz séculos, existe uma maneira muito fértil de entender o que é a força. Nesses conhecimentos podemos encontrar pistas para nutrir as mudanças culturais de grande envergadura nas quais estamos empenhadas de muito diversas maneiras. Sempre me pergunto, como podemos ir contribuindo pouco a pouco para sistematizar e habilitar conversas em torno disso que fazem sentido? Por isso os espaços de deliberação são tão relevantes. Para isso precisamos de tempo e precisamos contar com tais espaços de deliberação. Espaço de deliberação sem síntese. Ou seja, espaços de deliberação onde não é que você vá dizer sua ideia fantástica e eu a minha e entremos em competição. Mas onde possamos conversar, nos escutar, dar voltas juntas ao problema. Recuperar a capacidade de pensar e entender de fundo os problemas. Essas são duas questões que percebo como urgentes. E me aplico nisso.

COMUNIZAÇÃO EMANCIPATÓRIA: APRENDENDO COM A LUTAS URBANAS

Stavros Stavrides

CIDADES E A RIQUEZA COMUM (*COMMONWEALTH*)

E se, com a palavra ‘riqueza’ (*wealth*), não buscássemos descrever a acumulação de bens e a injustiça prevalente que caracteriza sociedades baseadas na distribuição desigual de poder resultante da acumulação privada de riqueza? E se, por riqueza, nos referirmos a toda a abundância de bens, conhecimentos, serviços e expressões criativas que são produzidos no desenrolar da vida social? E se recuperar coletivamente tal abundância pudesse ser o objetivo maior das aspirações e lutas emancipatórias? Este texto tentará identificar essas possibilidades. E explorar os possíveis percursos que levam à emancipação coletiva.

Vamos estabelecer um consenso sobre uma hipótese de trabalho: a riqueza comum inclui todos os tipos de bens e serviços gerados em uma sociedade específica graças aos esforços de seus membros para satisfazer seus desejos e necessidades. Dependendo da estrutura e das condições organizacionais de cada sociedade, a produção da riqueza comum envolve diferentes atores e diferentes formas de distribuição de tarefas. Porém, no próprio cerne desse processo está a prática de cooperação entre os membros da sociedade. Diferentes sociedades organizam e atribuem valor à cooperação de formas diferentes. Algumas delas, incluindo as comunidades indígenas latino-americanas, a elevam ao status de elemento constitutivo da vida em comum e da cosmovisão partilhada por toda a comunidade.

Como elas são moldadas por múltiplas sinergias, as relações cooperativas são a força motriz para o nascimento da riqueza comum: elas podem ser formadas sob condições de trabalho, mas também nas relações de cuidado, comunicação e compartilhamento de conhecimento, assim como nas relações de expressão criativa. A riqueza comum descreve, de acordo com essa perspectiva, o resultado constantemente emergente dessas interações ramificadas entre aqueles que vivem e trabalham juntos.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a cooperação é organizada segundo as regras da extração de valor: o trabalho coletivo e individual é explorado de formas que garantam a apropriação desigual dos seus produtos. As megacidades contemporâneas são o principal terreno onde as políticas dominantes de apropriação e cercamento da riqueza comum se desenvolvem. Essas cidades são locais críticos para a produção da riqueza comum. M. Hardt e A. Negri (2009) as denominam “cidades biopolíticas”

e atribuem a elas o papel exercido no passado pela fábrica como máquina de produção e reprodução social: as cidades se tornam fábricas de produção do comum (*common*), isto é, não apenas locais de produção, mas indissociavelmente locais de reprodução das condições fundamentais da sociedade capitalista. De fato, e de tal modo, que essa identificação entre produção e reprodução chega ao ponto em que a “produção do comum está simplesmente se tornando a própria vida da cidade” (2009: 251).

M. Godelier argumenta que uma atividade social adquire um papel dominante no funcionamento e reprodução de uma sociedade quando ela “assume diretamente uma função de relação de produção” (2011: 147). Em outras sociedades, tais atividades sociais eram aquelas que regulavam a função das relações de parentesco ou a função da religião. Na moderna sociedade capitalista ‘desenvolvida’, esse papel parece ser assumido pelas funções da cidade. É claro que o ambiente urbano não é um mero receptáculo da vida social, mas um fator predominantemente formativo para moldá-la.

Portanto, são as funções que caracterizam a vida urbana, incluindo as condições de trabalho, lazer, comércio, educação, etc., que fazem a cidade ser a matriz dominante para a produção e reprodução da sociedade. H. Lefebvre (1996) se refere a uma “sociedade urbana” distinguindo o “urbano” (*urbain*, em francês) que caracteriza essa sociedade da realidade material da própria “cidade” (*ville*, em francês).

Isso não implica, é claro, identificar o ambiente urbano com o ambiente de produção. A produção agrícola ainda é realizada fora das cidades, como a maior parte da produção industrial. Porém, como o desenvolvimento da tecnologia da informação tem assumido um papel central tanto no processo de produção quanto para a reprodução de relações de poder, cidades que reúnem a infraestrutura relevante necessária e, acima de tudo, os recursos humanos que a mantém funcionando, têm adquirido um papel produtivo e reprodutivo decisivo.

Duas principais características da tecnologia da informação, tal como ela tem se desenvolvido atualmente, a tornam crucial para a gestão tanto da produção quanto da reprodução social: a possibilidade de telegestão (e, portanto, de teletrabalho, incluindo telegoverno) e a possibilidade do processamento rápido de grandes quantidades de informações. Essas duas capacidades se entrecruzam para apoiar (literalmente refundar) a função do mercado acionário e seu papel hegemônico na economia capitalista. É nas megacidades que os grandes centros de desenvolvimento dessa tecnologia são estabelecidos e protegidos e, usando sua infraestrutura, o poder de controle mediado pelas suas aplicações é ampliado.

Ao mesmo tempo, como muitos têm argumentado (Harvey 2012; Lefebvre 1996 e 1991; Peck e Theodore 2019; Brenner 2018), as cidades adquirem um papel fundamental para a rentabilidade do capital porque as modernas economias centradas nas finanças transformam terras urbanas e a infraestrutura urbana em áreas privilegiadas de investimentos. Projetos envolvendo o desenvolvimento de infraestrutura urbana para geração de energia e comunicação, intervenções de gentrificação, megaprojetos urbanos (em alguns casos combinados com mega-organizações), tais como o desenvolvimento de áreas costeiras urbanas junto a rios ou ao mar e, é claro, turismo urbano, transformam direta ou indiretamente a vida urbana em um campo de ‘subordinação total’ das relações sociais à lógica da exploração capitalista.

Ambos desenvolvimentos indicados acima, que influenciam muito a vida urbana, aprisionam a cooperação (e as competências que a articulam em atividades práticas) nos mecanismos dominantes da produção de valor. A riqueza comum gerada pela vida urbana, tanto devido aos desenvolvimentos de tecnologias da informação (que tornam possíveis práticas de compartilhamento de conhecimento), quanto ao florescimento de competências cotidianas e da criatividade colaborativa, está sendo transformado em uma fonte de lucro. Extrativismo urbano talvez seja o termo certo para descrever um processo tão multifacetado de cercamento da riqueza comum. Em confronto direto com tal *ethos* de exploração extrativista, H. Lefebvre atribui à “urbanização” um caráter essencialmente dinâmico (2003). Por isso ele se recusa a considerar a cidade como um mero espaço de reprodução de relações sociais dominantes (incluindo relações de produção). A possibilidade de recuperar o espaço urbano como produto da criatividade coletiva antecipa de certo modo as teorizações contemporâneas sobre o poder transformador da comunização (*commoning*) urbana. Comunicar a cidade não se tornará apenas uma forma de usar a cidade de acordo com as necessidades coletivas, mas uma maneira de resgatar a riqueza comum produzida nas cidades.

Os diagnósticos sobre a possibilidade de superar o cercamento capitalista da riqueza comum produzida estão divididos. P. Dardot e Chr. Laval sugerem que “a atividade colaborativa inerente a todo trabalho é sempre acompanhada por um senso de obrigação, mesmo que minimamente, para com o comum” (2019: 333). Isso significa que uma dinâmica inerente tende a transbordar os limites do controle e da apropriação capitalistas? Nesse caso, podemos considerar que a produção do comum pode ter o potencial de gerar as subjetividades coletivas que ameaçam e desafiam a reprodução das formas dominantes (dominadas) de cooperação (Hardt e Negri 2009; Berardi 2019; Vercellone 2015).

Um contraponto a essa abordagem é a visão de que a cooperação, tal como ocorre efetivamente em contextos específicos dessa sociedade, não pode ser separada do regime de sua organização e governança que a molda sob a perspectiva de sua exploração. O teórico brasileiro S. Ferro chega ao ponto de afirmar que novas tecnologias, novos materiais e o novo papel dos especialistas nos canteiros de obras (engenheiros de várias áreas) têm sido todos mobilizados precisamente para despojar os coletivos de artesãos do setor de construção do poder de negociar com o capital: cada vez mais, seus conhecimentos e competências adquiridos coletivamente estão sendo substituídos por tecnologias da construção que tomam decisões e realizam cálculos fora dos canteiros de obras (Ferro 2016). No âmbito das estruturas de aço, das estruturas de concreto reforçado (Ferro 2018) e, predominantemente, da pré-fabricação e dos modernos métodos de montagem de elementos compostos com base em esquemas digitais (Arantes 2019), a colaboração no local de trabalho está sendo instrumentalizada, padronizada e completamente despojada de qualquer relação com o trabalho final (Ferro 2016 e 2018).

Contra o dilema entre subordinação inevitável e o inerente poder libertador da produção colaborativa da riqueza comum, podemos opor a politização das lutas e práticas para defender e expandir os bens comuns (*commons*). Se os esforços para promover a comunização têm sido aprisionados pela lógica centrada na economia, também podem ser apropriados pelo discurso e pela prática daqueles mecanismos dominantes que aprisionam a cooperação na lógica da rentabilidade.

Mas se a perspectiva da produção e controle da riqueza comum coloca a gestão das relações de poder como seu problema central, então ela pode se manifestar na forma de propostas e ações políticas que se oponham à hegemonia capitalista. O essencial parece ser reconhecer o problema do poder não como um problema externo ao problema associado à gestão e manutenção da comunização, mas como um problema que só pode ser solucionado de acordo com a lógica e o *ethos* da comunização: a luta pela reapropriação e desenvolvimento da riqueza comum adquirirá uma potencialidade anticapitalista se gerar as condições para a partilha do poder, se desenvolver maneiras de impedir a concentração de poder (Stavrides 2018; Stavrides 2019).

O poder da comunização? Sim, se com isso queremos indicar o conjunto de maneiras que uma comunidade concebe para governar a si mesma através do revezamento de todos na assunção de seus deveres básicos (e, portanto, o revezamento em posições de poder). Esse é o ponto de convergência entre as propostas teóricas de G. Agamben para a “comunidade nascente” (1993), considerada como a condição social para uma igualdade

fundamental sem depender de uma identidade comum (2006 e 2007), e a definição de J. Rancière da democracia como o “poder de qualquer um e de todos” (2006: 72).

A questão da propriedade da terra e do espaço urbano está diretamente conectada às potencialidades emancipatórias da comunização. As condições de propriedade estão entre as características que mais definem qualquer sociedade. Um processo emancipatório tem necessariamente, então, que lidar com a questão da propriedade. Vamos ver como dois esforços contemporâneos diferentes para superação do capitalismo e construção de uma sociedade igualitária trataram essa questão, especialmente a questão da propriedade da terra.

Os rebeldes Zapatistas da região de Chiapas, no México: “Bom, resumindo, essa é a nossa proposta: estabelecer extensões das terras recuperadas como bens comuns. Isto é, sem nenhuma propriedade. Nem privada, nem *ejidal* [terras pertencentes a uma comunidade indígena], nem comunal, nem federal, nem estadual, nem corporativa, nem nada disso. Uma não-propriedade da terra. Como eles dizem: ‘terras sem documentos’. Por isso, naquelas terras que vão ser delimitadas, se perguntarem a quem pertence essa ou aquela terra, ou quem é o proprietário, a resposta será: ‘ninguém’, isto é, elas são ‘bens comuns’” (EZLN 2022).

E há a abordagem da revolução de Rojava no norte da Síria: “A economia comunitária-democrática rejeita tanto a propriedade extremamente individualista, antissocial e antinatural, quanto a propriedade estatal sob o nome de propriedade pública ou coletiva ... seu fundamento não deve ser a propriedade, mas o direito ao uso social” (Abdullah Öcalan Sosyal Bilimler Akademisi, 2012, p. 89, conforme citado por Aslan 2023: 148).

Parece que, em ambos os casos, o problema da propriedade deve ser transcendido pela decisão política de apoiar o direito ao uso coletivo. Abrir o uso de terras para a participação comunitária e uma apropriação inclusiva dos recursos enfrenta efetivamente a questão da propriedade, nem como sendo um problema estritamente jurídico, nem como um problema estritamente econômico. Instituições autogeridas organizadas socialmente buscam questionar diretamente (ou mesmo destruir) o elo entre relações de propriedade e relações de poder. Através da comunização, e especialmente da comunização do poder, o direito ao uso se torna predominante, e os direitos específicos de propriedade são limitados e supervisionados de acordo com os objetivos abrangentes da transição para uma sociedade emancipada. É claro, há contradições a serem observadas e estudadas. Porém, a propriedade deve ser encarada como um problema de relações de poder se desejamos que as dinâmicas da comunização e da colaboração

consensual sejam exploradas na prática. Movimentos sociais e insurreições contemporâneas oferecem um espectro bastante rico de experiências relevantes.

NOVAS SOCIABILIDADES

A experiência da cidade como um lugar onde estranhos se encontram é das mais antigas. A peculiaridade da megacidade moderna é que ela tem elevado essa condição a um desenvolvimento paroxístico do anonimato individual. Encontros são substituídos pelo cruzamento de trajetórias individuais, que não proporcionam nem o espaço nem o tempo necessários para uma possível interação. O morador hiperativo e hiperconectado das metrópoles modernas é fundamentalmente um ser solitário.

O antídoto para essa solidão alienante que exacerba a sensação de insegurança (se não for alimentada por condições reais e efetivas de precariedade no trabalho, nas relações com os outros, no acesso a bens e serviços desejáveis) é a busca por identidades coletivas temporárias ou mais permanentes: do time de futebol à comunidade que compartilha uma ancestralidade comum idealizada. Tais identificações privam o encontro da sua potencialidade igualitária. Se a medida da democracia é a possibilidade de qualquer um assumir uma posição de poder, a medida do potencial igualitário dos encontros na cidade é a possibilidade de qualquer encontro ser transformado em cooperação.

Parece que essa potencialidade também pode mobilizar a luta pela cooperação contra sua apropriação capitalista. Diante de uma possível regressão nostálgica para relações cooperativas que confirmem a natureza fechada de certas comunidades, é necessário buscar perspectivas cooperativas que ampliem constantemente o círculo de colaborações possíveis. Ou expondo isso de outra maneira: a emancipação da produção e gestão de bens comuns só pode continuar a ser um processo igualitário se conseguir transcender as fronteiras de uma comunidade fechada. A politização das lutas pelos bens comuns, isto é, sua conexão com práticas de partilha de poder, só pode ocorrer se tais lutas forem dispersadas e entrecruzadas no corpo da sociedade (Stavrides 2019, 2024).

As práticas de reivindicar e reinventar os bens comuns têm um caráter viral. Vírus se propagam no corpo hospedeiro, carregam informações vitais conforme se multiplicam e contribuem para um cruzamento de códigos genéticos que, de acordo com biólogos, é um fator importante para a evolução das espécies. Vamos manter desse quadro apenas as dinâmicas de propagação através de mutações, aleatoriedade benéfica e as dinâmicas transformadoras da invasão.

O vírus do comum está obviamente enfrentando as respostas imunológicas do sistema. Mas sua dinâmica reside em sua difusão e mutabilidade ou, mais precisamente, e é aqui que devemos deixar de lado essa imagem-metáfora, na perspectiva de uma confluência de lutas que possa moldar os contornos de uma organização social diferente.

As formas que a luta adota na cidade podem realçar as dinâmicas de cooperação como um processo de produção tanto do social quanto da própria cidade. Por exemplo, os *Piqueteros* argentinos, grupos organizados de desempregados que costumavam bloquear as principais artérias urbanas exigindo apoio ao seu direito a uma vida decente, vivenciaram através de coordenação e apoio mútuo a perspectiva de um outro vínculo social, um outro tipo de vida comum (Sitrin 2012). As assembleias nas vizinhanças durante a explosão social argentina de 2001 exploraram isso na prática: as formas criativas de cooperação que desenvolveram, na prática, um mundo em comum, um mundo a ser defendido. O que eles chamaram “novo protagonismo social” era, naqueles dias, uma rede de “experimentos com formas de produção de uma sociabilidade não capitalista” (Colectivo Situaciones 2012: 92).

Novas formas de sociabilidade também se desenvolveram nos assentamentos “informais” do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) em São Paulo. Em um deles, chamado *Marrielle Vive*, reunindo cerca de 3000 barracas instaladas em um enorme terreno ocupado na periferia da cidade, solidariedade e apoio mútuo construíram uma comunidade de comunização. Cozinhas coletivas espalhadas nesses abrigos precários surgiram como centros de uma vida comunitária compartilhada, sempre abertas para quem quisesse se juntar à luta. A comunização se desenvolveu não apenas como uma forma de partilha e cuidados mútuos, mas também como uma maneira de construir vínculos sociais que desafiam o *ethos* individualista predominante. (Stavrides 2022).

Em Rosario, na Argentina, um experimento interessante de produção cooperativa baseado na gestão compartilhada de bens comuns surgiu a partir da ocupação de um grande supermercado. Como para sinalizar todas as possíveis áreas da comunização, *La Toma*, como ela se autodenomina, abriga um mercado cooperativo com produtos de cooperativas autogeridas (um açougue, uma mercearia, uma livraria), um espaço para restaurante, um espaço para eventos com instalações para cozinhas coletivas, um salão de beleza autogerido, escritórios usados por grupos políticos e iniciativas do movimento, os escritórios da associação que busca por desaparecidos durante o período da ditadura, etc. As decisões sobre a gestão do espaço são tomadas por assembleias das quais todos os coabitantes participam. O mais incrível é que é oferecido espaço até mesmo para

iniciativas que criticam o projeto como insuficientemente radical (!). Mas isso revela como operam as dinâmicas dos bens comuns, baseadas mais na inclusividade do que na homogeneização, e aquelas iniciativas, apesar de suas críticas, sempre apoiam a luta de La Toma quando o Estado ou a empresa exercem pressão mais ou menos violenta contra a ocupação.

COPRODUZINDO UM TERRENO COMUM

Imaginários coletivamente compartilhados e experiências coletivas tendem a reforçar a impressão de que a comunidade é uma forma de organização social cujos membros, possuindo vínculos orgânicos entre si, compartilham uma identidade comum. Essa identidade comum é considerada em último caso como sendo o próprio vínculo: ela é o fundamento do senso de pertencimento. Tal concepção da comunidade pode facilmente reduzi-la a uma matriz do comum, uma avalista coletiva dos bens comuns que seus membros produzem e necessitam. Mas tal abordagem da comunização corre o risco de apoiar a emergência de novas formas de cercamento (Stavrídes 2019). Mesmo se tal comunidade for em alguma medida igualitária, se a lógica de compartilhamento que ela promove se basear na sua separação com relação a um certo ‘fora’, ela pode facilmente se transformar em um grupo homogêneo de ‘escolhidos’. Qualquer elemento característico distintivo compartilhado pode em último caso ser visto como um privilégio (simbólico ou material, real ou ilusório) que a comunidade protege contra ameaças externas. Na sua forma mais extrema, esse fenômeno pode transbordar completamente em alguma forma de racismo: no período da crise na Grécia, o Aurora Dourada, um partido político agressivamente racista, organizou cozinhas ou esquemas de apoio comunitário para os mais necessitados desde que fossem “gregos puros”.

Igualdade só pode ser desenvolvida em um processo de construção de um terreno comum entre pessoas diferentes. É a produção consensual do terreno comum (literal e metaforicamente) que desenvolve as práticas igualitárias de compartilhamento sem pressupor uma origem homogênea ou uma segmentação homogênea das pessoas envolvidas.

De fato, é a diferenciação que reforça as dinâmicas da comunização. O próprio processo de concordância inclusiva exerce um papel catalisador nessa perspectiva: ele faz parte, em último caso, da produção do comum, e é tanto uma pré-condição da comunização quanto seu resultado necessário. De certo modo, isso corresponde ao paradoxo lógico de lutar pela igualdade em um mundo desigual, presumindo, ao mesmo tempo, que todos devem ser considerados iguais. J. Rancière situa essa igualdade constitutiva na capacidade comum dos seres humanos de pensar e refletir (2006). Mas

por que também não baseá-la na necessidade comum de carinho, compaixão e apoio mútuo? Embora muitas palavras tenham perdido seu significado na retórica dominante da publicidade, não seria uma delas, a ternura, capaz de resumir o poder igualitário das relações humanas (assim como das relações entre seres humanos e a natureza)? Os Zapatistas disseram em uma de suas primeiras declarações, “Somos sombras de uma terna fúria” (EZLN 1994). “Terna fúria” talvez signifique que as pessoas determinadas a lutar por uma sociedade igualitária precisam promover inclusividade e apoio mútuo, e não ódio e exclusividade. A fúria contra a desigualdade e a violência estrutural não transformará aqueles que lutam em algo semelhante aos seus oponentes. A luta contra o capitalismo não será bem-sucedida a menos que se desenvolva de maneiras bastante distintas daquelas empregadas pelos próprios capitalistas.

O paradoxo que, na lógica formal, seria descrito como ignorar o próprio cerne da questão, na lógica da ação não constitui uma fonte de contradição. As intenções participam da formação tanto quanto os meios e o objetivo final. A luta pela igualdade começa com a convicção de que todos são fundamentalmente iguais (apesar da existência de desigualdades reais devido às condições da dominação capitalista). Do mesmo modo, o processo de concordância inclusiva toma como certo que o terreno comum já está potencialmente disponível e, portanto, mobiliza os esforços para efetivamente criá-lo em comum.

Para tentar distanciar-se de um determinismo histórico e do correspondente pressuposto sobre a explicitude das explosões sociais, o grupo *Colectivo Situaciones* defende o papel dos atores da insurreição argentina em 2001 como agentes de uma “decisão” (2012: 68) que combina memórias coletivas de lutas, experiências atuais da resistência vivenciada, esperanças e rejeições. Aproximando-se da concepção de história de Walter Benjamin (1992), eles acreditam que questões passadas não solucionadas têm uma enorme influência sobre ações contemporâneas. O passado, portanto, não é visto como algo acabado e resolvido; não basta evocá-lo para explicar o presente como uma consequência do que já aconteceu. O passado está em aberto, pendente. A busca pela igualdade está em aberto e se torna ativa quando as pessoas olham para o passado a fim de lutar pelo futuro.

É esse desejo pelo comum que mobiliza o trabalho de produção consensual de um terreno comum, que em último caso liberta a cooperação da dominação capitalista? Parece ser isso que T. Enright e U. Rossi sugerem. Eles falam do desejo de um “uso comunal da vida como resposta à crise do individualismo neoliberal” (2018: 49). De acordo com sua análise, esse desejo pode ser aprisionado pelo avanço de um comunitarismo neoconservador, ou abrir-se para um “comunismo de comunheiros (*commoners*)” (ibid. 58).

O processo de concordância inclusiva é o resultado de um desejo coletivo, ou de uma decisão coletiva? Ou ele é imposto pelas demandas das necessidades comuns? Deveríamos, na verdade, compreender esse processo como a convergência ativa de diferentes fatores que moldam simultaneamente tanto os sujeitos envolvidos quanto as condições de sua subjetificação.

No desenrolar do experimento da revolução de Rojava no Curdistão sírio, cada cargo na administração eleita que constitui o componente molecular do processo de autogestão deve sempre incluir tanto um homem quanto uma mulher (Aslan, 2023, Knapp et. al. 2016). Essa abordagem para a partilha de poder (sempre com base em responsabilização e na alternância de deveres) pressupõe tanto igualdade de gênero, quanto o esforço de estabelecê-la em todos os níveis em uma sociedade emergente de pessoas iguais. O projeto igualitário é, retornando ao ‘paradoxo’ anterior, tanto uma precondição quanto o resultado da subjetificação política das mulheres no desenvolvimento das instituições autogeridas de Rojava.

Concordância inclusiva pressupõe a existência de diferenças, mas se recusa a considerar diferenças como incompatíveis. A igualdade só é um objetivo significativo se a diferença é apoiada e fomentada. São os difíceis e infundáveis esforços da tradução que desenvolvem significados comuns, esperanças compartilhadas e aspirações (Stavrides 2019). As línguas das esperanças emancipatórias talvez sejam diferentes, mas podem se comunicar, desde que aqueles que as falam considerem a igualdade tanto como condição básica da existência humana quanto como meta das lutas emancipatórias. Em contrapartida a um apelo à diversidade e à particularidade que anula a perspectiva de negociações inclusivas entre aqueles que compartilham os objetivos da emancipação coletiva, a lógica da comunização se concentra na exploração conjunta de um terreno comum em construção.

Formas de concordância baseadas em respeito mútuo e formas de cooperação libertas do controle capitalista, assim como o compartilhamento de responsabilidades sob condições de igualdade e solidariedade, estão entre os componentes das dinâmicas emancipatórias da comunização. Na medida em que essas práticas, implementadas como expressões de valores e hábitos anti-hegemônicos, conseguem gerar novas formas de relações sociais, elas apontam necessariamente para um futuro para além do capitalismo, um futuro de emancipação coletiva.

A dinâmica emancipatória das lutas pelos bens comuns, portanto, depende de quatro fatores cruciais:

- Superar os limites de qualquer cercamento que possa transformar a gestão e produção de bens comuns produzidos coletivamente em um privilégio.



- A recusa de qualquer coerção homogeneizadora como precondition para o estabelecimento de um terreno comum entre comuneiros.
- O desenvolvimento de hábitos e práticas que impeçam a concentração de poder. A invenção de novas formas de partilha e controle do poder por todos os membros das respectivas comunidades abertas de luta.
- O desenvolvimento criativo de iniciativas colaborativas que produzam tanto riqueza comum quanto as condições para sua manutenção, assim como a formação de sujeitos comuneiros.

Talvez não haja nenhuma garantia para os resultados emancipatórios da comunização. Porém, a rejeição do estado presente de injustiça e exploração não conseguirá superar seu aprisionamento nos limites dessa sociedade se não explorar e ativar as dinâmicas de mudança social associadas às experiências de comunização. Criar uma vida em comum e compartilhada garantirá igualdade quando as diferenças forem encorajadas a se reunir e criar aquilo que elas concordam compartilhar com respeito e apoio mútuos. Muitas experiências e ações, heroicas ou modestas, heréticas ou implicitamente recalcitrantes, estão moldando atualmente um mundo que aponta para um futuro emancipatório no qual será possível promover formas igualitárias de organização social. A perspectiva de uma cultura de bens comuns pode ser marcada pela sua trajetória, indicando trechos de um percurso que só é feito porque podemos percorrê-lo.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (1993). *The Coming Community*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Arantes, P. F. (2019). *The Rent of Form. Architecture and Labor in the Digital Age*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Aslan, A. (2023). *Anticapitalist Economy in Rojava. The Contradictions of Revolution in the Kurdish Struggle*. Wakefield, Quebec: Daraja Press.
- Benjamin, W. (1992). Theses on the Philosophy of History. In *Illuminations*. London: Fontana Press.
- Berardi, F. (2019). *Futurability. The Age of Impotence and the Horizon of Possibility*. London: Verso.
- Brenner, N. (2018). Debating Planetary Urbanization: For an Engaged Pluralism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3): 570-590.
- Colectivo Situaciones (2012). *19 and 20. Notes for a New Protagonism*. New York: Common Notions/Autonomea.
- Dardot, P and Laval, Chr. (2019). *Common. On Revolution in the 21st Century*. London: Bloomsbury.
- Enright, T. and Rossi, U. (2018). Desiring the Common in the Post-crisis Metropolis: Insurgencies, Contradictions, Appropriations. In T. Enright, U. Rossi (eds.), *The Urban Political*. Springer.
- Ferro, S (2016). Dessin/chantier. an introduction. In Katie L. Thomas, Tilo Amhoft and Nick Beech (eds.) *Industries of Architecture*. New York: Routledge. pp. 95-105.
- Ferro, S (2018). Concrete as Weapon, *Harvard Design Magazine*, 46: 8-33.
- Godelier, M. (2011). *The Mental and the Material*. London: Verso
- Hardt, M. and Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Cambridge: Belknap Press.
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities. From the Right to the City to Urban Revolution*. London: Verso.
- Knapp, M., Flach, A., and Ayboga E. (2016). *Revolution in Rojava, Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan*. London: Pluto Press.
- Lefebvre, H. (1996). The Right to the City. In E. Kofman and E. Lebas (eds.) *Writings on Cities*. Oxford: Blackwell.
- Lefebvre, H. (2003). *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Peck J. and Theodore N. (2019). Still neoliberalism? *South Atlantic Quarterly*, 118 (2): 245-265.
- Rancière, J. (2006). *Hatred of Democracy*. London: Verso.
- Sitrin, M. (2012). *Everyday Revolutions. Horizontalism and Autonomy in Argentina*. London: Zed Books.

- Stavrides, S. (2016). *Common Space: The City as Commons*, London: Zed Books.
- Stavrides, S. (2019). *Common Spaces of Urban Emancipation*, Manchester: Manchester University Press.
- Stavrides, S. (2022). Reclaiming Public Space as Commons: Learning from Latin American Movements. *Revista INVI*, 37(106): 24-48.
- Stavrides, S. (2024). *The Politics of Urban Potentiality*. London: Bloomsbury.
- Vercelone, C. (2015) From the Crisis to the 'Welfare of the Common' as a New Mode of Production. *Theory, Culture and Society*, 32(7-8): 85-99.

Este texto inclui partes reformuladas do capítulo 'Towards an emancipatory politics of the commons' ('Rumo a uma política emancipatória dos bens comuns') publicado em grego em: K. Galanopoulos e D. Papanikolopoulos (eds.) 2022. *What to do. Thoughts for the restarting of radical politics* ('O que fazer. Pensamentos para o reinício da política radical'). Atenas: Themelio. pp. 96-108. Partes da versão reformulada do texto 'La igualdad construyéndose en el común' ('A igualdade construída no comum') publicado no periódico de Internet *Desinformemonos* (<https://desinformemonos.org/category/columnas/page/2/>) também foram incluídas.

NAVEGANDO PELA CRISE ORGÂNICA: *CLUSTERS* EMOCIONAIS, POLÍTICA DA CULTURA, E POLÍTICAS CULTURAIS BASEADAS EM BENS COMUNS

Giuliana Ciano

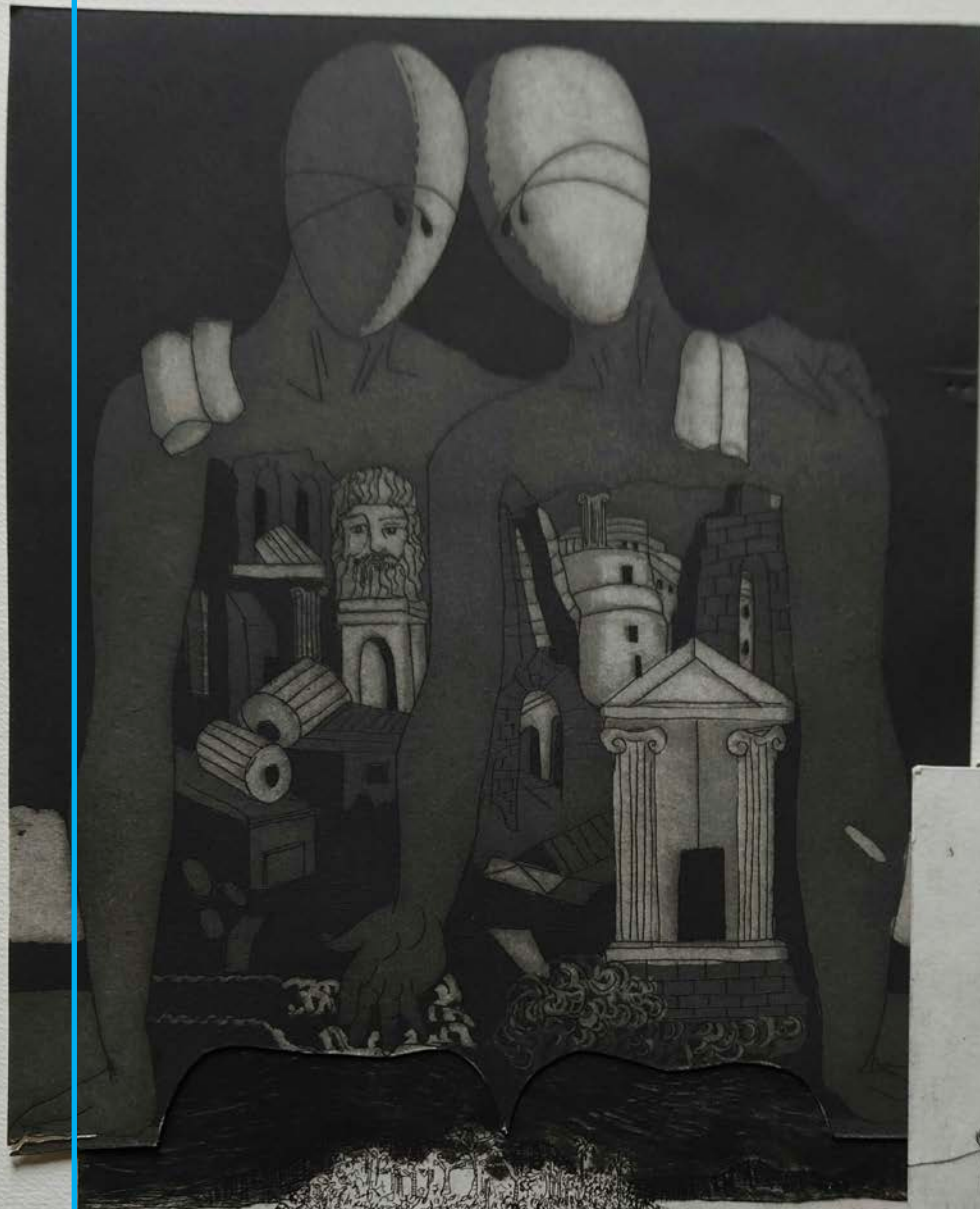
INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o papel das emoções na teoria política e nos estudos culturais tem angariado um renovado interesse entre pesquisadores (Ahmed 2015; Castells 2015; Fisher 2009; Gielen e Lijster 2017; Mouffe 2007; Nussbaum 2015). Apesar desse maior interesse, ainda há discrepâncias na análise empírica das emoções no âmbito da política e das políticas culturais. Refletir sobre os eventos globais dos últimos 15 anos, juntamente com a emergência do neoliberalismo iliberal (Fraser 2013), ressalta a profunda influência que as emoções exercem nas sociedades atuais. Emoções alicerçam os populismos de esquerda e de direita, novos nacionalismos, e as ações e ideias políticas da extrema direita (Laclau 2005; Hardt & Negri 2017). Elas também influenciam o engajamento cultural e da sociedade civil (Della Porta 2013; Graeber 2011; Lorey 2013), advogando por uma democracia pluralista e uma governança descentralizada (Mouffe 2018; Hardt & Negri 2011). Portanto, é imprescindível analisar o papel das emoções nos processos de tomada de decisão nas políticas culturais e na política.

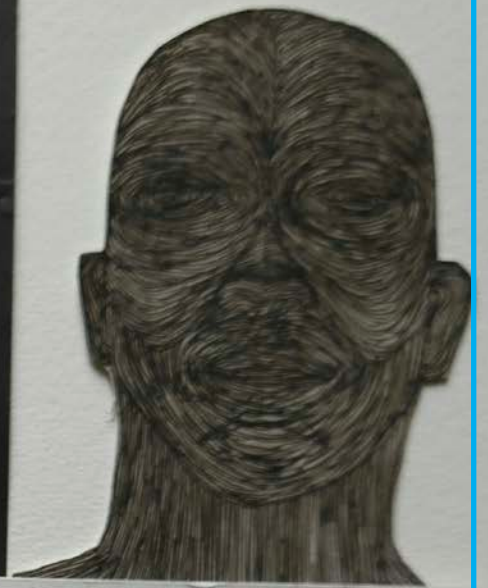
Este ensaio examina um caso ocorrido em Nápoles, Itália (2012-2021), antes da pandemia, para explorar o papel das emoções na esfera dos bens comuns (commons). Através de uma análise de experimentos políticos e de política cultural que conciliaram atmosferas globais e formas de pensamento locais, tem por objetivo realçar como novas alianças têm se cristalizado em torno de uma noção central - o cluster de respostas emocionais – gerando reflexões sobre as formas da crise orgânica que enfrentamos atualmente.

REALIDADE(S), PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Para introduzir o conceito, sugiro iniciarmos com uma carta de 19 de fevereiro de 1927, escrita por Antonio Gramsci, o renomado analista político e filósofo italiano. Nessa carta, Gramsci compartilha uma anedota que, embora aparentemente seja de importância secundária para o nosso tópico central, oferece muitos insights valiosos. Ele narra um encontro na prisão com um ‘anarquista ultra-individualista’ que lhe apresentou um colega de cela prisioneiro político. Esse homem, ao ver Gramsci, exclamou: “Não pode ser, porque Antonio Gramsci deve ser um ‘gigante’ (...)”. Desiludido, o homem se afastou, para lidar com suas ilusões perdidas. Mais



A paixão no amor entre desconhecidos



tarde, durante a chamada rotineira de prisioneiros, um oficial questionou de forma cética a identidade de Gramsci, duvidando que aquele prisioneiro de aspecto simples e comum pudesse ser o famoso parlamentar. Como no caso do prisioneiro citado antes, o oficial expressou decepção ao perceber que aquele modesto detento era de fato o renomado deputado. Ele também tinha imaginado Gramsci como uma figura ‘ciclópica’, apenas para ser confrontado com a realidade de um homem baixo e frágil.

A anedota de Gramsci oferece insights essenciais sobre a função da política e das políticas culturais hoje em dia, ilustrando a tensão entre realidade, percepção e interpretação. Costumamos perceber fatos ou eventos através das nossas lentes culturais e experiências prévias, de forma bastante idêntica ao oficial que imaginou Gramsci como um ‘gigante’. A aparência real de Gramsci, pequeno e frágil, não casava com o herói idealizado pelo regime fascista — um homem bem treinado e assertivo que encarnava a noção de masculinidade dominante na época. Tais noções, alimentadas por ideologias políticas e culturais expressas através de normas, regulamentos e padrões estéticos, moldavam significativamente a realidade daquele período.

Nossa percepção da realidade costuma ser mediada pelas nossas emoções, sentimentos, afetos e expectativas, que são influenciados por nossas ‘posicionalidades’. Estas abarcam nossos contextos e origens sociais, acesso à esfera pública e a intensidade das desigualdades que enfrentamos devido a fatores tais como gênero, cor da pele, situação econômica ou convicções políticas. Consequentemente, podemos compreender a desilusão vivenciada pelo prisioneiro, que projetou na ‘figura ciclópica’ imaginada de Gramsci suas esperanças e desejos de redenção frente ao regime fascista.

Ao explorar e analisar mais detalhadamente o episódio de Gramsci, sua noção de “senso comum” se torna relevante (Gramsci 2014). Senso comum se refere ao conjunto de crenças, pressupostos e normas amplamente aceitas e tomadas como naturais pela maioria dos membros de uma sociedade. Ele não é o produto de concepções individuais, mas, pelo contrário, o resultado de influências culturais, políticas, sociais e econômicas, e serve de ferramenta para manter o *status quo* ao incorporar a ideologia dominante à vida cotidiana. Do mesmo modo, para Gramsci, transformar a sociedade requer questionar e reformular o “senso comum” através de educação crítica e lutas culturais.

Bom, e a cultura? Cultura (com “C” maiúsculo) é o alicerce das nossas sociedades (Gielen 2015; Mouffe 2018; Nussbaum 2015). Como enfatiza Gramsci, ela é o domínio das ‘crises sistêmicas’, onde o senso comum é construído, e valores, signos e símbolos (e.g., artefatos, estátuas, música)

refletem as conquistas ou derrotas sociais e políticas de uma sociedade. Através de suas políticas—criando normas, programas e regulamentos— a cultura dá forma tangível às ideologias e cria as narrativas de nossas sociedades. Ela tem o poder seja de fomentar uma estética pluralista, celebrando um ecossistema de experiências e vozes diversificadas, ou de impor esquemas monoculturais, reforçando uma estética dominante e predominante. Consequentemente, como Gramsci sugere, a cultura tem um potencial revolucionário, onde indivíduos não sejam meros portadores de identidades e tradições, mas também agentes ativos de transformação para questionar as hegemonias dominantes (Gramsci 1916). Por isso, ao considerar a(s) realidade(s) e sua(s) percepção(ões) e interpretação(ões), podemos presumir que elas estão profundamente interconectadas com a cultura e a reformulação do senso comum.

NEOLIBERALISMO E IMAGINAÇÃO DEMOCRÁTICA

É na zona de conflito entre a realidade e sua percepção que o neoliberalismo tem influenciado as interpretações contemporâneas da cultura. O neoliberalismo transcende a mera ideologia econômica e política; ao longo dos anos, ele tem evoluído para se tornar uma mentalidade centrada na eficácia do capitalismo de livre mercado, mínima intervenção governamental e a afirmação da liberdade individual (Harvey 2007). Desde os anos 1970, essa mentalidade neoliberal tem gradualmente penetrado a esfera pública, influenciando assim normas e políticas nos níveis local, nacional e transnacional em várias áreas, incluindo a cultura e, consequentemente, moldando nossa compreensão das realidades.

Isso se deve ao fato de o neoliberalismo ter afetado significativamente as esferas emocional e pessoal (Fisher 2009). Por exemplo, Fisher demonstrou que a passagem do Fordismo para o pós-Fordismo foi tanto organizacional quanto emocional, marcando uma mudança do controle da produção de cima para baixo para um sistema descentralizado de controle focado em metas, missões, objetivos e resultados. Em uma sociedade pós-Fordista, espera-se que trabalhadores manifestem alguma forma de afeto e compromisso emocional com o que fazem, algo que, ao longo do tempo, se tornou um marco de referência para avaliar sua eficiência e qualidade profissional. Por outro lado, essa mudança tem colaborado para gerar esgotamento (*burnout*), competição entre pares, solidão política e depressão, conforme se exige maior dedicação pessoal e emocional em um mercado de trabalho, econômico e social cada vez mais fragmentado. A fragmentação social observada nas sociedades capitalistas avançadas, de acordo com

Bauman (2016), tem sua origem na transição da declaração de um direito humano universal para a busca de felicidade individual. Esta última geralmente exige que as pessoas confrontem seus temores, exacerbados pelo populismo de direita, que precisa identificar inimigos públicos como fontes de infelicidade na sociedade, o que acaba polarizando os cenários político, cultural, social e econômico.

Resumindo, desejo realçar com esse conjunto inicial de teorias que o neoliberalismo tem infiltrado a esfera pessoal, moldando necessidades, mobilizando desejos e influenciando preferências pessoais (Mouffe 2018). Consequentemente, o neoliberalismo se tornou um paradigma dominante - um senso comum - para o desenvolvimento democrático e a busca da felicidade individual, limitando nossa capacidade de vislumbrar alternativas culturais, sociais ou políticas. Isso criou os alicerces para a afirmação gradual do neoliberalismo iliberal no mundo todo, que combina políticas econômicas neoliberais com práticas iliberais, tais como a erosão das instituições democráticas e a concentração de poder (Fraser 2013; Harvey 2016), gerando respostas bastante carregadas emocionalmente. Essencialmente, ao longo dos anos, temos testemunhado uma crise da imaginação devido ao fato das pessoas estarem presas no espaço intermediário ocupado pela multiplicação de realidades, suas percepções emocionais e suas interpretações, levando a uma perda gradual do senso da estrutura geral mais ampla na qual operamos.

CLUSTERS EMOCIONAIS (“AGRUPAMENTOS EMOCIONAIS”)

Na intrincada dança entre realidade e percepção, a teoria política e cultural costuma negligenciar o papel crucial das paixões e emoções em moldar nossas sociedades (Mouffe 2018). A política, afinal de contas, depende da paixão para mobilizar desejos e agir como força unificadora. Emoções positivas são essenciais para sustentar lutas políticas, pois o entusiasmo ajuda a manter o ímpeto mesmo diante de reveses (Graeber 2011) decorrentes das interações sociais, políticas e culturais em comunidades maiores.

Emoções intervêm nas esferas civil e política porque elas têm uma dimensão relacional na política cultural (Ahmed 2015). Elas vão além da esfera privada, conectando e transformando indivíduos nos diferentes grupos sociais. Ao incluírem outros sentimentos e afetos (por exemplo, amor/tristeza), elas moldam identidades coletivas e projetos políticos com consequências tangíveis na vida cotidiana e implicações sociais e políticas de longo alcance. Isso é particularmente evidente em questões críticas tais como a segregação em relação a (i)migrantes, culturas do povo

negro ou a comunidade palestina, onde emoções como ira, repulsa ou temor exercem papéis significativos. Por outro lado, emoções como paixão e compaixão atuam como catalisadores sociais, interpretando e respondendo a realidades mais amplas, incluindo questões relativas a segregação e justiça social.

Devemos reconhecer que as emoções transcendem as distinções de classe e estão enraizadas nas nossas experiências cotidianas. David Harvey (2016) observou que desde 2011 os movimentos sociais têm lutado de forma mais explícita em prol da qualidade da vida cotidiana, convergindo em questões mais amplas e transversais relativas a temas cotidianos. Ao priorizar os interesses públicos comuns, esses movimentos despertaram a imaginação política (Hardt & Negri 2017), forjando alianças inesperadas que ultrapassam as fronteiras entre classes ou papéis profissionais. Essa dinâmica é evidente em diversas lutas envolvendo áreas que vão desde a igualdade de direitos e acessibilidade cultural ao pluralismo, experimentos políticos baseados em bens comuns e justiça climática e social. Esses movimentos ressaltam a natureza inerentemente política da vida cotidiana.

Em meio à transversalidade dessas alianças, gostaria de introduzir o conceito de *Clusters* Emocionais (Ciancio 2022; 2024), um tema central que explorarei em maior detalhe no estudo de caso abaixo. Defino esses *clusters* como agrupamentos temporários, informais, orientados por valores onde questões pessoais convergem para reagir de forma crítica ao neoliberalismo e suas manifestações iliberais. Ocupados por atores que agem tanto “de cima para baixo” quanto “de baixo para cima”, eles expressam, de forma ruidosa ou silenciosa, a urgência de se engajarem em lutas por uma melhor qualidade de vida cotidiana. Seu objetivo é colocar assuntos de interesse público comum no centro de suas ações e combater a colonização emocional do neoliberalismo. Esses *clusters* experimentam com a elaboração e a concepção conjuntas de novas políticas e deliberações políticas em favor de uma democracia pluralista. Operando no âmbito da interação entre felicidade pessoal e direitos humanos, eles questionam as percepções e interpretações dominantes da realidade e do senso comum.

Em essência, *clusters* emocionais surgem como espaços significativos de resistência cultural no contexto do que Gramsci (2014) denominou crise orgânica—um momento de profunda convulsão social onde as velhas estruturas estão colapsando, há uma batalha pela emergência de novas possibilidades e não parece haver nenhuma outra saída. Eles incorporam a visão de Gramsci da cultura como um campo de batalha para promover mudanças sistêmicas, onde indivíduos moldam coletivamente as políticas e as agendas políticas em prol de um desenvolvimento pluralista.

Para explorar os *clusters* emocionais em ação e mergulhar nas narrativas emocionais citadas anteriormente, recorro agora a um estudo de caso—a “Temporada dos Bens Comuns” (2012-2021). Embora possa parecer distante do nosso contexto atual, esse caso oferece insights valiosos sobre o funcionamento dos *clusters* emocionais. Esse estudo de caso realça as diversas dinâmicas emocionais discutidas até agora e proporciona uma maior compreensão da nossa posição atual com relação às estratégias baseadas em bens comuns no contexto de uma crise orgânica.

O ‘CONGELAMENTO’ DA DEMOCRACIA NO CASO DE NÁPOLES

Ao analisar Nápoles, vemos uma cidade moldada por uma complexa sobreposição e interação entre diferentes influências, cobrindo desde uma rica história de ativismo de base até uma célebre cena intelectual e artística desde os anos 1970 e além (Dines 2012), e também formas radicais de *clientelismo*. O cientista político Percy Allum (2008) define clientelismo como “uma forma de participação política na qual as conexões entre políticos e cidadãos se baseiam em uma troca generalizada de serviços não especificados, mas personalizados, prestados em troca de apoio eleitoral” (Allum & Allum 2008: 341). Ele mostra como o clientelismo evoluiu com o tempo para além dessa troca de favores, espalhando seus tentáculos por vários domínios, inclusive a cultura, possibilitando que indivíduos leais garantissem cargos e posições influentes e seguras através de redes informais em ambos os níveis, local e nacional. Isso ocorreu (com várias diferenças substanciais) tanto em governos de direita quanto de esquerda. Esse fenômeno transbordou inevitavelmente para a esfera cultural, onde instituições públicas se tornaram ferramentas atraentes para campanhas políticas, pois elas ampliam e atraem públicos mais abrangentes.

Entrevistas realizadas durante meu trabalho de campo revelaram uma divisão na gestão de grandes instituições (e muitas outras), onde, por exemplo, alguns profissionais altamente qualificados eram solicitados a compensar o trabalho de outras pessoas selecionadas com base em critérios não associados às suas competências profissionais, mas às suas conexões pessoais. Não é coincidência que eu tenha identificado, em Nápoles, um fenômeno que denominei ‘diáspora emocional’. Essa diáspora emocional é o resultado de pressões políticas decorrentes das mudanças regionais ocorridas em 2012 e de medidas de austeridade nacionais implementadas após a crise financeira global de 2008. Minhas entrevistas com vários interlocutores indicaram um cenário onde conflitos de interesses e clientelismo, conjugados com recursos econômicos limitados, restringiam

significativamente as oportunidades de expressão criativa, resultando em uma verdadeira diáspora física e emocional. Tal diáspora era marcada por sentimentos de desmobilização, individualismo, desconfiança, maior competição entre pares e conflitos emocionais generalizados, incluindo depressão e esgotamento.

Essa diáspora emocional pode ser atribuída às estratégias simples, às vezes rudimentares, mas eficazes de construção de consenso empregadas pelo grupo político dominante no poder, que geraram uma forma de ‘congelamento democrático’ entre 2012 e 2014. Isso levou à consolidação gradual da influência do grupo detentor do poder, resultando em microdomínios caracterizados por alianças informais e indivíduos leais. As principais manifestações desse fenômeno incluíram um amplo sistema de clientelismo nas principais instituições culturais, a nomeação de um super diretor (Bandettini 2010; Santopadre 2015) nas duas instituições culturais mais beneficiadas por fundos públicos da cidade (com evidentes conflitos de interesses) e a influência de representantes de Berlusconi (o ex-primeiro ministro italiano) sobre a tomada de decisões culturais em nível local (Bandettini 2011; De Fazio 2011). Os sintomas desse congelamento democrático incluíram a predominância de um ‘gosto’ artístico específico (privilegiando uma representação cultural mais comercial ou conservadora), a alocação arbitrária de recursos econômicos para grupos leais, espaços limitados para visibilidade cultural dos artistas não leais, uma maior competição entre pares e falta de troca de informações nos órgãos públicos locais, prejudicando o crescimento do ecossistema cultural. Todos esses aspectos eram componentes do ‘senso comum’, tal como definido por Gramsci, durante aquele período.

Atores culturais disputando recursos econômicos seguiram distintos caminhos em resposta a esse ambiente. Alguns tentaram estabelecer alianças políticas locais adotando ao mesmo tempo atitudes competitivas e mantendo a confiança interna nos seus grupos restritos, mas frequentemente expressando desconfiança para com seus pares de forma similar ao verificado em *Amoral Familism* (“Familismo Amoral”, 1958) de Banfield. Outros exploraram opções de sustentabilidade econômica através de financiamento privado, fundações e colaborações internacionais, para permitir que resistissem enquanto aguardavam mudanças na hegemonia de poder temporária. Alguns até mesmo trocaram de carreira ou procuraram por oportunidades em outras áreas, potencialmente se desconectando das causas-raízes do seu descontentamento e diluindo a natureza radical de suas ações políticas. Em todos esses casos, as relações entre pares surgiram como um espaço marcado por relacionamentos descontínuos no contexto local, enquanto os atores culturais partiam em busca de sobrevivência econômica.

A TEMPORADA NAPOLITANA DOS BENS COMUNS

A Temporada dos Bens Comuns inseriu-se nessas dinâmicas democráticas congeladas, com origens no campo das artes cênicas. Os comuneiros (*commoners*) navegaram inicialmente pelo intrincado espaço intermediário entre as expressões culturais monolíticas citadas acima e o diversificado ecossistema cultural local, atuando em um contexto profundamente marcado por uma combinação de confiança e desconfiança sociopolítica. Esse cenário multifacetado se desenrolou sob as jurisdições sobrepostas do Estado, a UE e políticas municipais e regionais, com todos operando no contexto local.

Nesse contexto, inúmeros atores culturais, políticos e associados a políticas públicas, com todas as suas contradições, adotaram comportamentos inéditos, no esforço de remodelar esse panorama e procurar por novos territórios para garantir sua sobrevivência cultural. Para ativistas culturais, isso representou mais que uma mera resistência; todo esse esforço reafirmou seu direito “de existir, e não apenas resistir”. O discurso sobre bens comuns ofereceu uma plataforma para transcender seu isolamento. Um interlocutor resumiu corretamente o sentimento com a seguinte frase: “Qual é o sentido de fazer teatro quando se tem o deserto ao seu redor?”

Em 2011, a eleição de Luigi De Magistris como prefeito de Nápoles marcou um momento crucial. Ele representava um movimento civil no âmbito da política local, em linha com uma tendência mais ampla de participação de ex-juizes e representantes da sociedade civil na arena política, defendendo os direitos dos cidadãos. De Magistris, não afiliado aos principais grupos lobistas ou partidos políticos, conquistou o apoio de amplas camadas da classe média e dos movimentos sociais. De acordo com observadores políticos (Treccagnoli 2016), ele trouxe um certo populismo de esquerda para a cidade. Em 2012, a ocupação do ex-Asilo Filangieri, um prédio histórico do século XVI, provocou um debate político e cultural transversal, fazendo surgir um novo cenário de ativismo local caracterizado por uma maior diversidade de classes e interesses, profundamente enraizados em valores tais como combate ao fascismo, mutualismo e experimentos com a tomada horizontal de decisões.

Foi na Temporada dos Bens Comuns que esses diversos atores encontraram um ponto de encontro político, superando assim seu isolamento político. Os *clusters* emocionais começaram aqui, como produto dessas interações e como fruto das necessidades pessoais de alguns atores associados a abordagens “de cima para baixo” e “de baixo para cima”, incluindo o prefeito, alguns conselheiros municipais e ativistas culturais. Seu objetivo era encontrar ‘camaradas’ com os quais pudessem compartilhar seu entusiasmo por movimentos internacionais, tais como Occupy, e trazer

debates nacionais sobre bens comuns para a cena local. Essa esfera de colaboração se tornou um espaço para transformar emoções negativas (esgotamento, estresse, solidão, frustração) em emoções positivas (entusiasmo, paixão, compaixão) e reagir ao senso dominante de solidão e mal-estar político. Para confirmar esse novo cenário, alguns dos meus interlocutores disseram que, “Foi a primeira vez desde os anos 1970 e 1990 (onde os movimentos sociais históricos da cidade entraram em cena) que vários e diferentes grupos políticos se reuniram e colaboraram em torno de um mesmo projeto”.

ESPELHAMENTO

Ao examinar tais *clusters* emocionais, podemos identificar que aqui há uma estratégia inicial, e talvez inconsciente, de ‘espelhamento’ (*‘mirroring’*) em ação. Explorando a perspectiva de David Harvey (2016), espaços de resistência nas sociedades atuais geralmente surgem espelhando as dinâmicas de poder já estabelecidas, apresentando semelhanças organizacionais tanto com estruturas hegemônicas locais quanto com movimentos contra-hegemônicos. Porém, eles se baseiam em diferentes conjuntos de valores e na diversidade de poderes. Em Nápoles, essa estratégia de espelhamento foi marcada por certas dimensões não tradicionalmente associadas às relações de poder, mas consideradas componentes no âmbito mais amplo das dinâmicas interpessoais e grupais.

Um aspecto fundamental foi a *informalidade* no relacionamento entre ativistas culturais e a esfera municipal. Suas interações não estavam sujeitas a formalidades rígidas, mas refletiam pelo contrário flexibilidade e fluidez ao lidar com autoridade, influência e controle. Essa informalidade marcou suas alianças transversais baseadas em uma crítica do neoliberalismo, semelhantes ao clientelismo, mas alicerçadas em valores distintos. Outra dimensão digna de nota foi a *intimidade* entre o prefeito, o conselheiro de bens comuns e ativistas culturais, algo evidente nas arenas e debates públicos e raro se comparado a dinâmicas similares observadas em outros contextos urbanos (Vesco 2021). Essa proximidade sugeria compreensão, confiança e cooperação mais profundas nas suas relações de poder. A terceira faceta dessa estratégia envolveu comportamentos *ambíguos* entre a esfera política e a sociedade civil. A ambiguidade, nesse contexto, serviu como abordagem tática e estratégica para recalibrar as dinâmicas de poder e garantir posições de influência no cenário urbano (Gielen & Haq 2020). Ativistas culturais e partes interessadas em políticas enfatizavam com frequência seu papel de “jogar com as contradições” ou tentar

“tornar as contradições visíveis”, como expresso pelo Conselheiro de Bens Comuns, Sr. Piscopo e pelo ativista cultural Andrea de Goyzueta. Essas afirmações destacaram a dificuldade de atuar na fronteira entre intenções políticas divergentes, indo do clientelismo à defesa dos bens comuns e das pressões “de cima para baixo” aos amplos movimentos “de baixo para cima”, na fragmentada sociedade civil local.

Informalidade, intimidade e ambiguidade no contexto dessas alianças transversais contribuíram para a fluidez dos comportamentos entre as partes envolvidas, promovendo responsabilidade compartilhada e um mecanismo informal de tomada de decisões. Essa dinâmica gerou uma interação onde a natureza ‘explosiva’ do prefeito, enraizada no populismo de esquerda, foi tanto ‘moderada’ quanto ‘radicalizada’ pelos ativistas políticos e culturais que trabalhavam ao lado do conselheiro de bens comuns para criar um legado duradouro de seus esforços. Um resultado marcante foi a aplicação da noção de ‘uso cívico’, inicialmente uma solução tática que evoluiu ao longo dos anos para se tornar uma inovadora ferramenta política e jurídica em nível local. Com origens no período medieval e no Império Romano e subseqüentes aplicações no início do século XX (1927-1928), ‘uso cívico’ se refere a um quadro jurídico que regula e reconhece o uso coletivo de componentes do patrimônio público, tais como terrenos, ativos municipais e jardins ou hortas públicas. Durante a Temporada dos Bens Comuns, esse conceito permitiu navegar entre as coordenadas estabelecidas pelo mercado e os esforços em prol da reconfiguração. De certo modo, o experimento jurídico foi “um esforço criativo (...)” e “...o objetivo não era buscar a proteção da lei, mas ‘hackear’ a legalidade, ou seja, usar a energia disruptiva do processo para conceber novas regras e mudar as instituições.” (De Tullio 2018, ativista e pesquisador no L’Asilo).

OS CLUSTERS EMOCIONAIS EM FUNCIONAMENTO

Nesse contexto, os *clusters* emocionais representaram uma forma de realismo político, a começar pelas convicções pessoais de atores tanto “de cima para baixo” quanto “de baixo para cima” de que o neoliberalismo e novas formas de autoritarismo estavam reduzindo a qualidade de vida de muitas pessoas. Porém, mesmo compartilhando um quadro de valores, ativistas culturais e atores políticos tinham de responder a diferentes necessidades táticas e políticas. Por exemplo, é responsabilidade da administração pública manter um consenso no contexto da cidade, para garantir acessibilidade à infraestrutura e aos serviços da cidade para todos os cidadãos, regular as vidas dos cidadãos através de um conjunto de políticas e

negociar com os governos regional e nacional para gerir a vida urbana. No lado oposto, é inerente aos movimentos sociais tentar interromper uma narrativa e trazer diferentes pontos de vista para o debate público. Protestos públicos, ocupações e várias ações políticas e culturais simbólicas intervêm no espaço público para denunciar ações ilegais, ou para realçar opiniões ou expressar valores.

A Temporada dos Bens Comuns proporcionou um terreno fértil para atores políticos e associados a políticas públicas e culturais, para que vislumbassem coletivamente respostas em um contexto político complexo. Eles criaram uma nova dinâmica para reformular a cidade e imaginar novas instituições públicas e coletivas de forma colaborativa. Por exemplo, Viola Carofalo, a ex-porta-voz do partido político de base napolitano Potere al Popolo (Poder para o Povo), ratificou essa abordagem e os esforços colaborativos entre atores que atuam “de cima para baixo” e “de baixo para cima”, declarando que “imagine, no passado, eu jamais teria votado. Os mecanismos sociais foram modificados, mas o que permanece é a irreverência, que é a marca distintiva de um revolucionário (...). É a adaptabilidade dos movimentos ao seu contexto (...). Se tivéssemos empregado as ferramentas políticas atuais nos anos 1970, teríamos sido considerados inimigos do movimento.”

É opinião comum entre os entrevistados que a proliferação de experimentos políticos e políticas públicas “de baixo para cima” na cidade não poderia ter alcançado uma aceitação e longevidade tão amplas, sem os esforços colaborativos da administração pública municipal e dos diversos grupos que compõem os movimentos de base. Demonstrações, debates e assembleias públicas nas praças municipais, tudo isso exige autorização e permissão legal para que atividades políticas específicas sejam realizadas em espaços públicos. O município não impediu esses esforços, pelo contrário, o prefeito De Magistris e seus aliados se envolveram frequente e ativamente como interlocutores, levantando questões, expressando dúvidas e demonstrando um espírito aberto para lidar com divergências. Para confirmar publicamente essa atitude, o prefeito De Magistris declarou que, “Enquanto meus colegas na Itália usam cassetetes para evacuar locais ocupados, estamos criando soluções comunitárias para dar uma dimensão jurídica e reconhecimento àqueles que se preocupam com os espaços públicos da cidade de uma perspectiva coletiva.” É notável que *comunidade informal*, *mutualismo*, *processo*, *uso cívico*, *bens comuns* e *conflito* foram termos frequentes usados por ambas as partes, carregando significados específicos e similares que refletem uma mentalidade e um quadro de valores compartilhados entre aliados engajados em lutas comuns, mesmo em diferentes esferas e em meio a conflitos ocasionais.

A POLÍTICA/POLÍTICAS PÚBLICAS EMPÍRICAS

O modelo de política que surgiu do caso napolitano revelou uma abordagem empírica profundamente enraizada, que assumiu a forma de uma abordagem democrática participativa. Ao contrário dos ciclos tradicionais de políticas, que costumam envolver fases tais como definição de problemas, implementação, desenvolvimento e avaliação (Hill e Hupe 2002), o caso napolitano pareceu abrir mão da fase de avaliação e priorizou as interações políticas e sociais, mesmo no contexto de um confronto direto e visível.

Para esclarecer esse ponto, em entidades públicas convencionais, a fase de ‘definição do problema’ costuma ser confiada a especialistas ou funcionários internos. Porém, no caso napolitano, essa fase incluiu amplas trocas de ideias entre pares envolvendo o município, um grupo de juristas e ativistas políticos e culturais em espaços públicos, assembleias e até mesmo diálogos informais. Aqui, debates nacionais e internacionais sobre questões como bens comuns, propriedade coletiva, dívidas públicas ilegais e municipalismo ganharam amplo espaço na cidade.

Passando à fase de ‘implementação’ em instituições transnacionais ou órgãos públicos, ela costuma ser marcada por negociações, principalmente entre co-legisladores. Na Temporada dos Bens Comuns, mais uma vez, essa fase testemunhou uma ampla participação pública. As negociações na Câmara Municipal e em nível governamental, lideradas pelo prefeito, receberam apoio substancial de uma ampla mobilização popular, “de baixo para cima”. Por exemplo, a rejeição da dívida pública municipal pelo governo local, graças ao apoio de ativistas locais e intelectuais, que forneceram estudos e propostas políticas concretas, refletiu essa natureza participativa.

A fase de ‘desenvolvimento’ nas instituições públicas tradicionais exerce um papel crucial para compreendermos inovações nos programas políticos ou políticas públicas. Em Nápoles, isso ganhou forma através da elaboração de procedimentos para identificar os bens comuns urbanos; ampliação da norma para uso cívico pelas ocupações políticas locais anteriores; definição de um sistema de bens comuns emergentes (cobrindo inicialmente sete espaços ocupados e denominados ‘espaços liberados’) com protocolos empíricos (p.e., a Declaração de Uso Cívico e Coletivo). Esses protocolos definiram os deveres e responsabilidades das partes envolvidas, considerando as assimetrias de posição e força entre o município e os ativistas.

Consequentemente, o ciclo político/de políticas públicas napolitano exigiu ajustes constantes, impulsionados pelos esforços para encontrar novos equilíbrios na cidade. Isso envolveu experimentos contínuos nos bens comuns emergentes, pontos de troca e atritos entre ativistas e o município.

Negociações contínuas e novos atos públicos, incluindo mais de 10 decretos municipais, estabeleceram um sistema urbano para os bens comuns da cidade entre 2014 e 2021. Assim, com o resultado de que, tendo os insights de Gramsci em mente, o experimento político desenvolvido durante a Temporada dos Bens Comuns representou uma mudança no papel das instituições públicas, de serem **o ‘quem’ que toma decisões para se tornarem o ‘como’ as decisões são tomadas na cidade** (Micciarelli 2017). Isso revela, em meio às suas contradições, promessas não cumpridas, fracassos, ingenuidade e populismo, que um terreno fértil pode ser cultivado para a emergência de neo-instituições organizadas “de baixo para cima”. Essa noção representa um novo contexto, onde novos relacionamentos públicos/privados podem ser estabelecidos, um contexto de política compartilhada (Dragičević Šešić 2006) que possa perdurar no longo prazo.

OS CLUSTERS EMOCIONAIS E A CRISE ORGÂNICA

No âmbito do contexto global reconfigurado pela pandemia, os insights obtidos com os *clusters* emocionais em funcionamento oferecem coordenadas valiosas para novos comportamentos culturais e políticos. Nas minhas observações empíricas, esses *clusters* emocionais têm surgido não apenas a partir da experiência napolitana com bens comuns, mas têm também influenciado arenas transnacionais, assim como outros programas de políticas culturais e ações políticas nos níveis local, nacional e transnacional. Um exemplo louvável é o programa Europa Criativa, uma importante iniciativa da UE de apoio à cooperação cultural internacional em nível europeu (Ciancio 2022). Porém, essa é uma outra trajetória que não desejo explorar no momento, quase no final desse ensaio. Ao invés disso, antes de concluir, gostaria de realçar alguns aspectos essenciais dos *clusters* emocionais no contexto da atual crise orgânica gramsciana, tendo em mente que o caso napolitano não foi um exemplo isolado de formação de alianças para apoiar democracias pluralistas (Mouffe 2018).

Por exemplo, esses *clusters* têm surgido com frequência em contextos onde a esfera pública – ora física, ora virtual e digital, ou simultaneamente – é ocupada e poluída por forças políticas dedicadas a políticas culturais sobrepostas, diversificadas e descontínuas, incluindo variados graus de neoliberalismo iliberal (Fisher 2009; Bonet & Negrier 2018). Eles têm surgido como uma forma de adaptação social e cultural e, seja consciente ou inconscientemente, têm respondido a esse desafio introduzindo suas realidades através dos instrumentos políticos e políticas culturais disponíveis para reduzir o impacto da agenda neoliberal sobre a cultura, o tecido

social e a natureza. Como resultado da química entre diferentes crenças pessoais, eles passaram conscientemente a incorporar ações orientadas por valores quando o pluralismo no processo político/de políticas culturais estava sendo atacado. Em geral, eles começaram operando em espaços micropolíticos temporários onde transcenderam as tradicionais iniciativas “de cima para baixo” ou “de baixo para cima”, enfatizando esforços políticos de colaboração criativa dedicados a combater as interpretações monolíticas da cultura.

Podemos ver claramente que esses *clusters* têm sido algumas das respostas à ampla crise das democracias representativas (Bauman 2019; Della Porta 2013; Mouffe 2005), iniciando suas lutas com questões transversais, como bens comuns, direitos culturais e acesso à cultura. Apesar dos seus êxitos e fracassos, tem sido necessário que funcionem de forma interdependente, o que significa que atores operando “de cima para baixo” e “de baixo para cima” têm se reunido em novos territórios (tais como as normas jurídicas locais) e legitimado uns aos outros nos seus esforços. Ao longo do tempo, eles têm conquistado espaços nos processos de tomada de decisões, exercendo (mesmo se fora do alcance do nosso radar) um papel importante para conferir uma progressão empírica para o ciclo político e de políticas culturais. Nos seus melhores momentos, esses agrupamentos informais têm expressado sua natureza de agentes políticos relacionais e transformativos (Gramsci 1916; Ahamed 2015), permitindo que a sociedade civil e política encontre um equilíbrio temporário em suas negociações políticas/e relativas a políticas públicas. Isso significa que, no contexto da crise orgânica, a sociedade civil não reproduziu hegemonias culturais, sociais ou políticas. Pelo contrário, ao adotar uma certa fluidez nas relações de poder, ela abordou questões políticas, gerando tensão nas representações hegemônicas e no senso comum.

Em tempos de crise orgânica, a esfera pública se torna um campo de batalha tomado por uma variedade de agentes diferentes. Aqui, atores culturais, políticos e envolvidos com políticas públicas encontraram suas próprias maneiras de agir, frequentemente adotando uma abordagem política híbrida que combina ativismo, leis, processos culturais e uma lógica participativa em suas ações, seguindo a ‘Guerra de Posições’ (2014) de Gramsci. Essa abordagem tem envolvido ações em vários territórios, a gestão de conflitos e saber lidar com erros e acertos para promover suas agendas.

CONCLUSÃO

Conforme revemos e analisamos um período histórico que pode parecer distante e, no entanto, continua a ser extraordinariamente relevante em meio às nossas convulsões contemporâneas, ficou claro que a história não é um quadro monocromático, mas sim uma rica trama tecida por uma gama infinita de experiências, narrativas e realidades. Minha intenção com esse ensaio foi compartilhar a evolução dinâmica dos espaços de resistência nos diferentes cenários culturais, sociais e políticos, onde vários atores apareceram engajados em um processo contínuo de negociação para reimaginar seus futuros de forma pluralista e questionar as realidades nas quais estavam atuando.

Meu objetivo foi examinar, da nossa perspectiva atual, esses espaços de resistência desconhecidos e intangíveis e compreender como e por que eles surgiram. Tem se tornado cada vez mais evidente que o modo como o objetivo foi alcançado pode nos fornecer insights sobre o estado de saúde das nossas democracias em determinados contextos. Em grande medida, a emergência de *clusters* emocionais como respostas adaptativas para lidar com a crise orgânica gramsciana oferece uma visão detalhada para dissecar as complexidades do atual processo democrático de tomada de decisões e sugerir potenciais estratégias fundamentais para futuras neo-instituições, a começar por políticas públicas baseadas em bens comuns. No contexto atual, há a necessidade urgente de mais espaços de interação orgânicos nos processos políticos e culturais, mantendo sua natureza “de baixo para cima”, independente, revolucionária e inerentemente contraditória. Pesquisas futuras poderiam explorar a capacidade dessas redes municipais de atuar como potenciais neo-instituições e examinar sua sustentabilidade no longo prazo. Isso levanta uma questão crucial: como esse processo poderia se tornar uma parte integral do ‘construir a cidade,’ transcendendo as mudanças na governança política e persistindo como uma pedra angular do pluralismo?

Para concluir, por meio desse ensaio, meu objetivo foi demonstrar que a(s) realidade(s) não pode(m) ser percebida(s) exclusivamente através de uma lente emocional. Pelo contrário, busquei destacar que realidades são questões inerentemente políticas enraizadas na vida cotidiana. Não podemos ignorar a superprodução de emoções no mundo atual, que alimenta o populismo, novos nacionalismos e hiperlocalismos, incluindo reações carregadas de tons emocionais às mudanças geopolíticas globais e desigualdades políticas. É por isso que emoções e perspectivas pessoais foram fundamentais neste artigo, particularmente no contexto de sua observação empírica. Reconhecendo a complexidade desse território, advogo por uma compreensão mais profunda das emoções nas suas capacidades

políticas e transformativas. É essencial ver as emoções pessoais, tanto positivas quanto negativas, como expressões da sociedade, e não como algo confinado a espaços individuais privados. Como sugere Mark Fisher, essas emoções exigem uma análise política para que sejam compreendidas como fenômenos sociais.

Portanto, também desejo defender a compreensão do processo político e cultural como uma questão dinâmica e política, especialmente em tempos de crises (orgânicas), incluindo guerras, genocídios, colapsos sociais e invasões territoriais. Isso requer uma abordagem multidimensional que inclua a função política das emoções e considere seu desenvolvimento empírico em experimentos baseados em bens comuns, onde somos todos convocados a agir contra a colonização emocional, a repressão e a manipulação de nossas realidades.

BIBLIOGRAFIA

- Ahmed, S. (2015). *Cultural Politics of Emotion*. Second edition. London, New York: Routledge.
- Allum, F., & Allum, P. (2008). "Revisiting Naples: clientelism and Organized Crime." *Journal of Modern Italian Studies*, 13:3, 340-365, DOI: 10.1080/13545710802218569.
- Bandettini, A. (2010). "Il blitz di Zeropuntotre e il caso Napoli: la lettera di Andrea De Rosa". *La Repubblica*, December 21, 2010.
- Bonet, L. and Negrier, E. (2018) "The participatory turn in cultural policy: Paradigms, models, contexts." In *Poetics*, Elsevier, 66, 54-73.
- Bauman, Z. (2016). Interview by Peter Haffner, "Zygmunt Bauman: LOVE. FEAR. And the NETWORK." In 032c. [Link](#).
- Castells, M., (2015). *Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Age.*, second edition. Cambridge: Polity Press.
- Ciancio, G., (2022). "For a co-imaginative politics: between emotional clusters and political decisions. An empirical observation of the Creative Europe Program." In *Rise of the Common City: On the culture of communing* edited by T. Lijster, P. Gielen & L. Volont, 180 – 193. Brussels: ASP Editions.
- Ciancio G (2024) Cultural policy and emotional clusters in the context of an organic crisis. Performing arts and emotions between top-down and bottom-up negotiations. *Eur. J. Cult. Manag. Polic.* 14:13013. doi: 10.3389/ejcmp.2024.13013
- Comune di Napoli. (2015). City Council Resolution. Delibera di Giunta n. 7 del 2015. <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/16783>
- (Latest access June 2022).

- Comune di Napoli. (2021). City Council Resolution. Delibera di Giunta n. 424 del 13/08/2021. <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/16783> (Latest access June 2022).
- Della Porta, D. (2013). *Can Democracy Be Saved? Participation, Deliberation and Social Movements*. Cambridge, Maleden: Polity.
- De Tullio, M.F., (2018). “Commons towards New Participatory Institutions. The Neapolitan Experience.” In *Commonism, A New Aesthetics of the Real* edited by Pascal Gielen and Nico Docks, 219-314. *Arts in Society*. Amsterdam: Valiz.
- Dines, N. (2012). *Tuff City. Urban Change and Contested Space in Central Naples*. New York, Oxford: Berghahn Books.
- Dragičević Šešić, M (2006) “Shared policies: future of cultural development”, in: *Dynamics of communication: new ways and new actors*, edited by Biserka Cvjeticanin, Culturelink, Zagreb, 2006, pp.103 – 111
- Fisher, M. (2009). *Capitalist Realism: Is There No Alternative?* Winchester, UK, Zero Books
- Fraser, N. (2013), “Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis” (Verso)
- Gielen, P. and Lijster, T. (2017). “Art and Civil Action. Cultural Organizations in the European Civil Domain.” In *visual ethnography* 6, no. 2: 21- 47.
- Gielen, P. and Docx., N. eds. (2018). *Commonism: a new aesthetics of the real*. Amsterdam: Valiz.
- Gielen, P. and Haq, Nav eds (2020). *The Aesthetics of Ambiguity. Understanding and Addressing Monoculture*. Amsterdam, Valiz.
- Graeber, D. (2013). *The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement*. London: Penguin Group.
- Gramsci, A. (1916) “Socialismo e cultura”. In *Il Grido del Popolo*, January 29, 1916. <http://www.tempi-postmoderni.it/antonio-gramsci-socialismo-e-cultura/> (Latest access June 2022).
- Gramsci, A., (2014). 1929-1932. *Quaderni dal Carcere* edited by Valentino Gerratana. Edizione Critica dell’Istituto Gramsci. Torino: Einaudi Editore.
- Hardt, M. & Negri, A. (2017). *Assembly*. Oxford University Press Inc.
- Harvey, D. (2007). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press.
- Harvey, D. (2016). “Neoliberalism is a Political Project”. Interview by Bjarke Skaerlund Rosarger. Jacobin. [Link](#).
- Lorey, I. (2013). “On Democracy and Occupation. Horizontality and the

- Need for New Forms of Verticality”. In *Institutional Attitudes: Instituting Art in a Flat World* edited by Pascal Gielen, 78-99. Amsterdam: Antennae Valiz.
- Micciarelli, G. (2017). “Introduzione all’uso civico e collettivo urbano. La gestione diretta dei beni comuni urbani”. In *Munus*, 1: 135-162. Editoriale Scientifica srl.
- Mouffe, C. (2005). *On the Political*. Series: Thinking in Action. Abingdon UK: Routledge.
- Mouffe, C. (2018). *Per un populismo di sinistra*. Tempi nuovi, Laterza.
- Nussbaum, Martha C. (2015). *Political Emotions: Why Love Matters for Justice*. Belknap Pr; Reprint edizione.
- Sannino, C. (2012). “Le gesta di De Fusco a Napoli”. *La Repubblica Napoli*, February 14, 2012.
[Link](#).
- Santopadre, M. (2015). “Napoli, il pasticciaccio delle assunzioni al teatro Mercadante.” *Contropiano*, February 14, 2015. [Link](#).
- Treccagnoli, P. (2016). “Perché Luigi de Magistris ha saputo vincere”. *Il Mattino*, June 19, 2016.
[Link](#).
- Vesco, A. (2021). “The Neapolitan way to the commons: poetics of irony and ‘creative use of law’ in the case of l’Asilo.” *Journal of Modern Italian Studies*.

COMUNIZANDO A CONFIANÇA

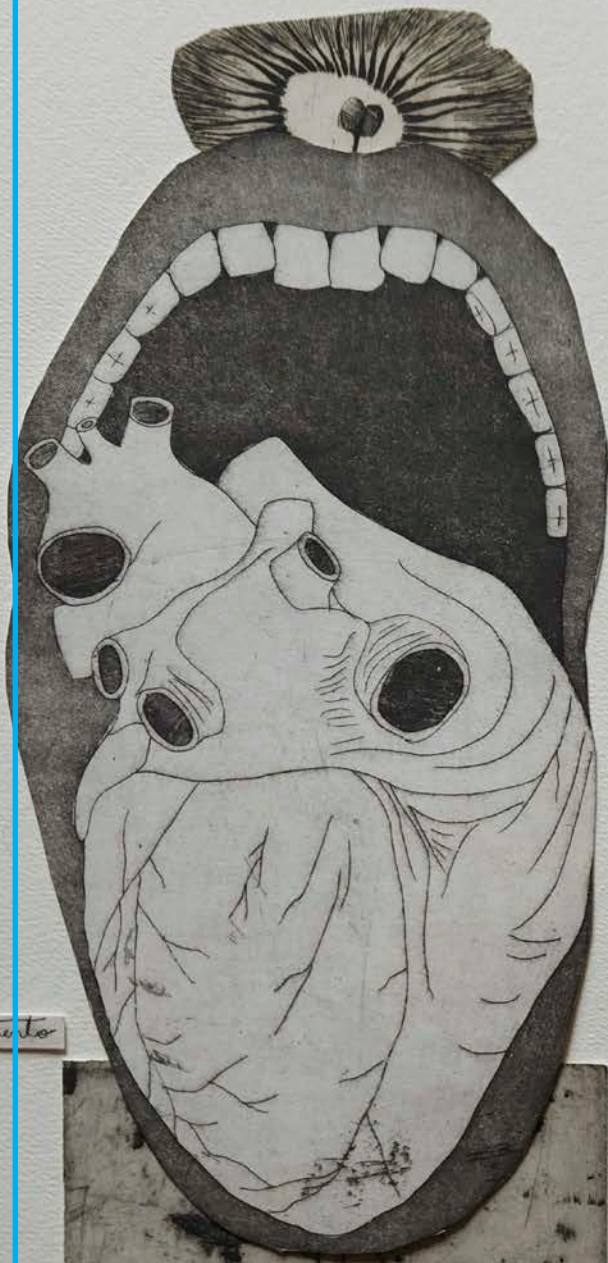
por Pascal Gielen

PARA ALÉM DA CERTEZA

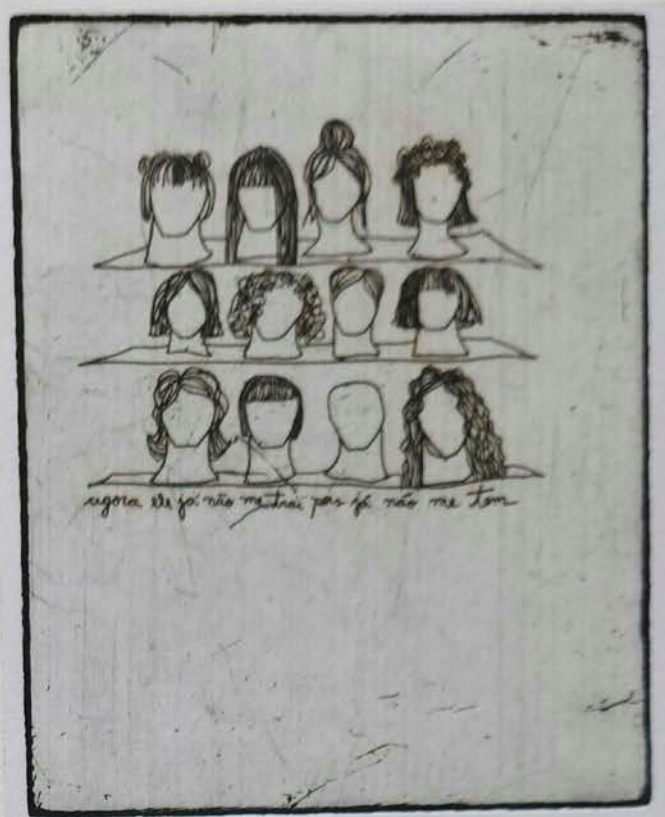
Como podemos romper a espiral de desconfiança e como os bens comuns (*commons*) podem exercer um papel importante nesse domínio? Quais são as condições para construir ampla confiança social que vá além da família, amigos mais próximos ou espaços seguros? A confiança na sociedade ou no viver junto depende de uma cultura de valores, normas e costumes específicos. Minha jornada nos últimos anos por regiões de comunização (*commoning regions*) me ensinaram que confiança é construída de forma singular aqui. Isso ocorre em parte porque muitas iniciativas e organizações dedicadas aos bens comuns vivem na chamada ‘a-legalidade’. A falta de contratos, acordos legais, quadros jurídicos e garantias significa que movimentos civis e organizações de base devem recorrer a outras coisas. A confiança começa onde termina a certeza. Isso despertou minha curiosidade. De onde vem a confiança nos bens comuns?

TREZENTAS CHAVES

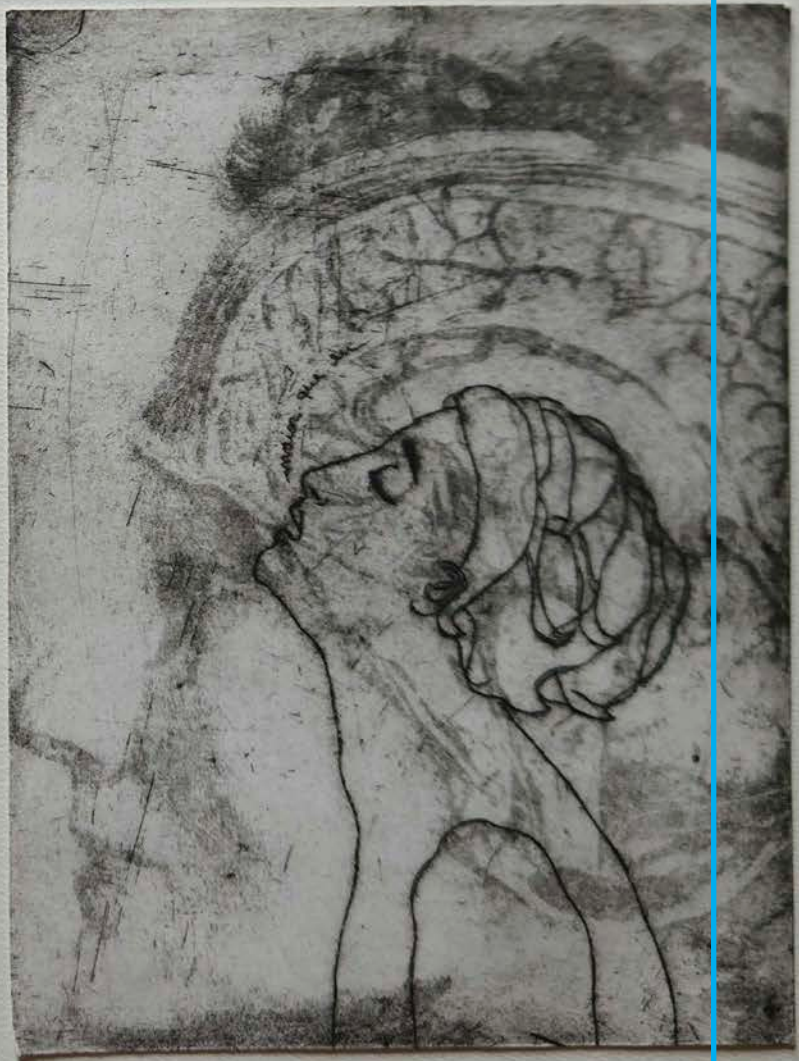
Em 2022, organizei uma conferência sobre bens comuns para o setor cultural e formuladores de políticas públicas belgas. Ela gerou insights interessantes, mas como geralmente acontece, passados tantos anos só lembro de certos detalhes e anedotas. Desta vez, foram as ‘trezentas chaves’ que ficaram na minha mente. Iva ŹukiŹ pareceu mencioná-las apenas de passagem durante sua palestra. Como co-fundadora do movimento de ativismo urbano ‘The Ministry of Space’ (‘O Ministério do Espaço’) em Belgrado, ŹukiŹ co-administra o Magacin, um complexo industrial estabelecido em 2009 como um espaço artístico e cultural comum para produção cultural independente, exposições, experimentos artísticos, oficinas, performances, palestras e debates. O complexo abriga um diversificado grupo de artistas, designers, ativistas e iniciativas comunitárias, representando, portanto, cultura no sentido mais amplo do termo. A dança contemporânea divide espaço com debates sociais, enquanto as artes visuais dividem espaço com o planejamento urbano. Como ocorre com a maioria das organizações dedicadas aos bens comuns, o Magacin é aberto a muitas atividades, desde que não tenham fins comerciais. Para reservar os espaços, a organização usa, entre outras coisas, um calendário digital. Porém, para garantir que os prédios permaneçam livres e de fácil acesso, mais de trezentas chaves foram distribuídas para seus usuários



fragmento



agora de jo não me trair por q não me tem



ao longo dos anos. Na verdade, ninguém mais sabe quantas chaves estão em circulação atualmente em Belgrado. Quando □uki□ citou isso, muitos ficaram boquiabertos na sala de conferências. Algo ainda mais surpreendente foi a ativista sérvia ter dito que, até o momento, não ocorreu nenhum incidente significativo no Magacin.

É difícil imaginar algo assim. Trezentas chaves em circulação na Rijksakademie em Amsterdã, no Sadler's Wells Theatre em Londres, ou em um SESC no Brasil? E tudo acessível de dia e de noite. Nenhuma segurança ou alarme. Não ousaria recomendar isso para nenhum diretor de museu ou gestor de sala de concertos. Isso me deixou curioso: de onde surgiu tamanha confiança em Belgrado? Mas antes de responder tais questões, precisamos saber qual é a origem da desconfiança nas nossas sociedades.

A TERRA DA DESCONFIANÇA

Os motivos mais comuns para a desconfiança são crises financeiras, a ascensão do populismo e experiências negativas com especialistas e elites. Escândalos, manipulações e corrupção também costumam exercer algum papel. A ascensão das mídias sociais também parece estar envolvida. Pessoas que usam muito as mídias sociais têm em geral menos confiança em governos e instituições do que pessoas que as utilizam menos. E já que comecei a dividir os grupos populacionais, pessoas com maior nível educacional costumam ter mais confiança nos governos do que pessoas com um menor nível de instrução; homens mais do que as mulheres; a população negra menos que a população branca. Pessoas de classe média também costumam ter mais confiança do que cidadãos de classes mais baixas, mas a confiança nos partidos políticos também tem diminuído visivelmente entre a classe média nos últimos anos. A ameaça à classe média de uma política neoliberal que tem desmontado as estruturas de bem-estar social tem muito a ver com isso. Como no caso de outros grupos populacionais identificados, o fato é que as pessoas com menos poder na sociedade também têm menos controle sobre suas próprias ações. Tal falta de autonomia é uma importante fonte de desconfiança.

TRANSPARÊNCIA

Não ter mais controle sobre as próprias ações ou não conseguir enxergar seus efeitos é, portanto, uma causa importante da desconfiança. Às vezes, nossas ações têm de fato algum efeito, mas não conseguimos

percebê-lo porque o debate decisivo é realizado às portas fechadas. Por isso, muitos especialistas e consultores no tema confiança advogam uma maior transparência. Essa é agora provavelmente a receita mais recomendada para promover liderança e boa governança. Ser transparente! Sua ausência cria espaço para especulações, suspeitas de agendas ocultas, desconfiança e às vezes até mesmo paranoia. Por isso é essencial promover uma comunicação mais aberta. Compartilhar informações, fornecer explicações mais claras e evitar segredos podem contribuir para fortalecer a confiança. Implementar mecanismos de controle, auditorias, avaliações e permitir análises externas farão o resto do trabalho. Tudo isso já faz parte da faxina de confiabilidade anual, ou podemos chamá-los ‘rituais de construção de confiança’. E às vezes eles realmente podem restaurar a confiança.

No entanto, o mantra da transparência também tem efeitos adversos. Auditorias, certificação e sistemas de avaliação podem ser vistos como mecanismos de controle focados exclusivamente em detectar erros e falhas. Aquilo que o economista britânico Michael Power (1997) denominou certa vez de ‘sociedade das auditorias’ pode gerar um sentimento de vigilância constante e fomentar a ideia de que não podemos confiar plenamente em nenhum funcionário ou organização. Em “The Transparency Society” (“A Sociedade da Transparência”), o filósofo germânico-coreano Byung-Chul Han também destaca o risco da perda de autenticidade, espontaneidade e criatividade devido à nossa crescente obsessão com a transparência. Tanto nas mídias sociais quanto no local de trabalho, as pessoas se sentem coagidas a manter uma certa imagem, construir um perfil sempre ativo para exibir continuamente seu desempenho para os outros. Esse exibicionismo imposto como norma social gera uma carência de relacionamentos sinceros e uma cultura superficial onde as pessoas se escondem por trás de máscaras da perfeição. A capacidade de desviar das normas e expectativas é afetada pela pressão constante de se conformar e se mostrar visível. Isso resulta em falta de diversidade e criatividade.

Consequentemente, as pessoas buscam lugares e estratégias para ocultar a si mesmas. Ocultar atividades, construir fachadas e se refugiar nas sombras são opções sempre possíveis. Os rituais da transparência, paradoxalmente, incitam muitos comportamentos opacos. As atividades são dissimuladas e isso é feito usando táticas e metodologias bastante conhecidas. É como brincar de esconde-esconde. Às vezes, também é como um jogo de gato e rato. É como escrever em um diário diferente. Discutir fora dos muros. Ficar fora do alcance dos radares. Nem é necessário explicar que os experimentos geralmente mais difíceis, os empreendimentos de maior risco, mas também iniciativas inovadoras e práticas a-legais preferem ficar fora do campo visual de auditores e agências de certificação.

Costuma ser um desafio entender tudo o que sai fora do modelo de formulário de avaliação ou do relatório de autorreflexão. Leia-se: isso facilmente gera dúvidas e desconfiança, o que por sua vez requer ainda mais burocracia para gerir tamanha exigência de prestação de contas. E quem ainda tem energia para lidar com tudo isso?

Além disso, isso também gera maior competição interna. Sistemas que alimentam a competição fazem com que funcionários vejam uns aos outros como concorrentes. Especialmente no setor cultural, onde *freelancers* estão circulando cada vez mais, qualquer um pode potencialmente superar outra pessoa. É aconselhável, portanto, manter uma ‘suspeita saudável’. Mas também não é incomum que uma política cultural ou sistema de subsídios que encoraje a competitividade gere um regime tipo “dividir para conquistar”. Nesse setor, todos se tornam então adversários de todos, sejam eles indivíduos ou organizações. Um sistema de subsídios funciona como vasos comunicantes. O que alguém recebe, os outros deixam de receber, ou recebem menos. Portanto, erradicar a competição também parece ser uma máxima crucial para quem deseja gerar confiança.

Uma política competitiva também gera desconfiança por outros motivos. Para competir por subvenções ou subsídios, governos e fundações costumam exigir a elaboração de grandes arquivos de documentos. Tanto para se candidatar a um subsídio quanto para – se obtido – fornecer posteriormente a justificativa necessária. Esses sistemas também estão sendo cada vez mais organizados de forma digital, o que aumenta a distância das pessoas com relação ao ‘sistema’. Em um setor cultural, educacional ou de serviços de saúde, porém, isso também aumenta a desconfiança entre grandes e pequenos atores. É inegável que os ‘peixes grandes’ possuem mais recursos para lidar com esse fardo burocrático. Às vezes, eles até possuem vários funcionários só para fazer isso. Os pequenos atores não podem arcar com tais custos, o que gera um ‘efeito Mateus’ (ou vantagem cumulativa) em vários setores: o rico fica cada vez mais rico, e o pobre cada vez mais pobre.¹

É, entre outras coisas, essa crescente burocracia que sufoca rapidamente pequenas organizações e iniciativas cidadãs. Em um estudo para

1 Uma canção popular brasileira faz uma alusão bastante engraçada a essa lógica da seguinte forma:
“Analisando essa cadeia hereditária
Quero me livrar dessa situação precária
Analisando essa cadeia hereditária
Quero me livrar dessa situação precária
Onde o rico cada vez fica mais rico
E o pobre cada vez fica mais pobre.”
(Música “Xibom Bombom”, da banda de Axé “As Meninas”, lançada em 1999).

o programa Europa Criativa que realizei alguns anos atrás, juntamente com a rede Trans Europe Halles e a Fundação Cultural Europeia, chegamos a conclusões semelhantes com relação à política da União Europeia (De Tullio, 2020). O ônus da burocracia, regras e responsabilização vem logo atrás da privatização como os maiores inimigos das iniciativas cidadãs e especialmente das organizações de base.

Por isso, as obrigações de registro e documentação introduzidas pela Europa, que exigem muito tempo e esforço, colocam as organizações em uma espiral de desconfiança mútua. O que fazer, por exemplo, com as horas extras em um setor cultural vibrante? Tomar um café, ou o que seria ainda mais suspeito, uma taça de vinho com um colega ou artista, conta como hora de trabalho? Aberturas de exposições e viagens de turnê são consideradas trabalho? E o que fazer com as anotações e trocas de ideias no meio da noite? O que deve ou não deve ser cobrado? Isso não seria problema se você simplesmente confiasse que seus colegas estão realizando seu trabalho. Mas hoje em dia, isso é cada vez menos comum. Microgestão e a neurose da documentação são ideais para destruir o entusiasmo em qualquer setor, seja na área da cultura, educação, agricultura ou serviços de saúde. Elas consomem energia. A burocratização é, portanto, uma das principais causas do esgotamento (*burnout*). No mínimo, isso reduz de uma vez por todas o entusiasmo pelo trabalho e estimula comportamentos procrastinadores. Não há mais desejo nem motivação para fazer nada.

O crescente temor dos abusos, porém, faz o furor da responsabilização chegar ainda mais longe. Quando o assunto é recursos governamentais, a demanda por legitimação é, sem dúvida, justificada. Enquanto isso, surge a pergunta: O que é mais caro? Arriscar um desvio de rota ocasional ou manter um controle rigoroso? Detectar um caso de fraude eventual ou gastar dez a vinte por cento do orçamento dos subsídios com a elaboração de dossiês e gestão de responsabilidades?

A maior demanda por responsabilização garante paradoxalmente que o setor cultural – mas também os setores agrícola, de serviços de saúde e educacional – seja em parte pago para ‘não trabalhar’. Com isso, quero dizer que eles gastam horas de trabalho com tarefas que não são seu objetivo principal. Eles também não são treinados para fazer isso e não costumam ser bons nisso. O trabalho real ou atividade central, tal como simplesmente produzir cultura no setor cultural, ensinar na área de educação, cultivar no setor agrícola e cuidar de pessoas no setor de saúde, fica sob pressão. Cada vez mais tempo e dinheiro são gastos elaborando documentos e relatórios, portanto, com coisas não produtivas. A pressão da responsabilização também costuma gerar maior ineficiência e até mesmo

paralisia coletiva ou social. Quem ousaria agir nessas condições? Quem ousaria assumir qualquer risco?

A febre da responsabilização gera em último caso uma sutil espiral de desconfiança. Como não há plena confiança que possamos realizar bem o nosso trabalho, devemos nos justificar, e como temos que nos justificar cada vez mais, podemos nos concentrar cada vez menos no nosso trabalho efetivo. Nos sentimos culpados e ficamos cada vez mais desconfiados do nosso próprio trabalho, do trabalho dos nossos colegas e dos auditores. No papel, ou em um diálogo de avaliação, podemos fazer tudo soar muito bem, mas isso casa com a realidade? Elaborar bons documentos já é por si só uma arte. O local de trabalho fica assim dividido em pelo menos duas realidades paralelas: uma no palco principal, o campo, o hospital ou a sala de aula, e outra no papel. Autoavaliações sempre levantam dúvidas quanto ao trabalho efetivo entregue, pois essas avaliações são, afinal de contas, escritas pelos próprios interessados. Resumindo, desconfiança gera desconfiança. Como poderíamos virar essa espiral negativa do avesso? Para responder essa pergunta, devemos primeiro compreender quais são os fundamentos da confiança.

ESTÉTICA DA CONFIANÇA

O que gera e transmite confiança? Isso tem a ver apenas com procedimentos transparentes, imparcialidade e a tomada de decisões razoáveis e lógicas? É uma mera questão de ‘boa governança’? Regras e procedimentos claros, comunicação aberta e boa liderança podem com certeza gerar maior confiança. Mas a confiança depende de muito mais coisas. Transparência pode de fato gerar confiança, mas ‘confiar’ como verbo é algo muito menos transparente. É algo que surge em uma esfera um tanto sombria da confiança. É difícil medir o ‘raio de alcance’ da confiança que alguém transmite. Isso também pode ser um tanto enganador. A confiança se baseia não apenas no que um governo, empresa, político, gestor, colega ou companheiro cidadão diz ou faz (ou escreve em um relatório de autoavaliação...), mas também no modo como dizem ou fazem as coisas. Confiança, portanto, também depende da presença, aparência ou imagem, além de retórica e desempenho de qualidade.

No livro ‘Passivity’ (“Passividade”, 2023), denominei isso a ‘estética da confiança’. Conquistar confiança é em parte uma habilidade artística. Adquirir confiança é uma arte, pelo menos uma arte performática, mas em certa medida também é uma arte visual. Isso pode, como todos sabemos, gerar reconhecimento através da familiaridade. Familiaridade gera

confiança. Por exemplo, falar a linguagem das ruas, fazer o humor de ‘Jan com o boné’ ou como ‘Fien, o cara da esquina’.² Fazer as caras que as pessoas conhecem. Usar os gestos com os quais as pessoas estão acostumadas. Basta ser normal! Mas conquistar confiança não precisa ser algo banal. É algo que também pode ser feito com estilo. Bom, estilo, não apenas palavras, mas também a voz e não apenas o conteúdo, mas também a forma, são todos importantes. Juntos, despertam confiança. Isso com certeza se aplica aos talentos artísticos ainda desconhecidos, a uma iniciativa cultural totalmente nova, mas também a um político em ascensão. Por exemplo, tal político talvez ainda não seja responsabilizado pelas suas ações. Promessas ainda precisam ser cumpridas. Não há nenhuma evidência concreta, apenas credenciais para ações futuras. Em promessas incertas – sejam elas políticas, intelectuais ou culturais – só podemos realmente acreditar. Isso vale tanto para Deus quanto para um novo político ou um talento artístico emergente. Nossa única opção é confiar cegamente no que a pessoa diz ou propõe.

Mas uma vez que haja tal crença, algo mágico acontece. Funciona como na religião. Crença gera crença. Confiança gera confiança. Portanto, uma real alquimia da confiança começa a borbulhar: o confidente ganha autoridade para também conquistar a confiança de outros nas mesmas pessoas em quem confia. Um rei, parlamento ou presidente gera confiança no governo. Um artista em outro artista, o crítico no curador, o curador em um ativo cultural e depois disso talvez venha finalmente o público mais amplo. O teórico de sistemas alemão Niklas Luhmann (1997) teria provavelmente chamado tudo isso, com seu senso ligeiramente irritante de tautologia, de ‘trustingtrust’ (‘confiar na confiança’). O confidente transmite sua aura para seus confidentes, fazendo com que outras pessoas também adquiram grande confiança nelas. Resumindo, em contraposição à espiral de desconfiança, também é possível fomentar uma espiral de confiança. E isso se baseia em parte na estética, entendida como estesia: uma mistura de emoções e experiências sensoriais.

Atualmente, tanto governos quanto empresas, o Estado e o mercado, tentam despertar ou sobretudo restaurar a confiança através de uma boa governança. Como dito antes, transparência e procedimentos exercem um papel central nessa esfera. Nas organizações dedicadas a bens comuns, como o Magacin citado acima, confiança surge, porém, de forma diferente.

2 As expressões “humor de Jan com o boné” ou “Fies, o cara da esquina” são expressões holandesas para indicar que você está imitando ou espelhando o comportamento de ‘pessoas comuns’ ou do ‘homem da rua’, como dizem em holandês. No contexto brasileiro, isso poderia ser descrito como “homem do povo” ou “João Ninguém”.

Aqui também, bons acordos, regras e mecanismos de sanções exercem um papel importante. Isso é ensinado, por exemplo, pelas oito regras de design para bens comuns de Elinor Ostrom (1990). Mas as trezentas chaves em Belgrado indicam que há algo mais na confiança. Nada impede que algo possa dar errado e que, por exemplo, um aproveitador ou ladrão acabe levando alguma coisa. Para construir confiança, é preciso abrir mão de alguma coisa em um dado momento. Você só consegue ensinar uma criança a andar de bicicleta se parar de segurar a bicicleta em um certo momento. Confiança também vai além de regras e procedimentos. Ela sempre envolve algo que permanece um tanto oculto. Uma prova de confiança só é dada quando você não observa se alguém está mantendo a palavra. É algo efêmero, incomensurável – não há um cálculo de probabilidade, nem ciência exata, que indique como garanti-la. Além disso, é algo juridicamente difícil de fazer valer. Nenhum contrato outorga confiança absoluta.

Por isso, o casamento talvez seja a prova silenciosa da desconfiança mútua. Tomara que o ‘sim’ seja de fato uma declaração pública sincera de amor mútuo. Nada é mais bonito do que isso. Mas o casamento talvez também tenha a ver com um insidioso desejo de certeza, garantida através de um contrato social. É uma confissão oficial de fidelidade porque os noivos não confiam plenamente na confiança cega? Talvez seja uma visão distorcida, mas o casamento não implica também um certo medo da infidelidade?

Confiança significa, afinal de contas, ser capaz de lidar com a imprevisibilidade e a natureza elusiva da vida. Com a chance de fracasso, também. A esfera comum e, por extensão, a esfera civil, oferecem atualmente, na minha opinião, as condições certas e o clima ideal para isso. Mas quais são exatamente essas condições?

LABORATÓRIO

Uma pesquisa realizada na Bélgica mostra que iniciativas cidadãs são valorizadas por governos e atores do mercado por pelo menos dois motivos. Estes são o apoio que tais iniciativas recebem da sociedade e a função de laboratório que elas cumprem (Vermeersch et al., 2023). Especialmente as instituições governamentais indicaram que gostam de colaborar com organizações civis porque estas costumam ter um alcance público mais amplo e direto. Elas estão simplesmente mais próximas dos cidadãos e possuem uma rede social com ramificações intrincadas. As empresas, por outro lado, ressaltaram a possibilidade de experimentar. Organizações civis sem fins lucrativos podem assumir mais riscos, em parte porque não

precisam gerar lucro. Elas escapam ao menos da lógica comercial, o que significa que precisam fazer menos cálculos ou talvez também possam calcular de forma diferente.

No lado negativo da sua escala de avaliação, governos e atores do mercado citaram ‘crítica’ e ‘ineficiência’, às vezes também uma ‘mentalidade meia de lã’.³ Especialmente no caso dos movimentos cidadãos, eles costumavam ser vistos como atores difíceis por serem consumidores críticos com os quais é difícil colaborar. A aparente ineficiência estava de novo relacionada com a organização às vezes caótica das iniciativas. Os objetivos nem sempre pareciam claros e os resultados às vezes levavam algum tempo para se materializar. Pelo menos, essa era a percepção de alguns formuladores de políticas públicas e atores do mercado entrevistados durante o estudo.

Considero que a tensão entre a avaliação negativa e a positiva é bastante interessante. Talvez tenha a ver com uma relação de amor e ódio. Na minha opinião, isso indica precisamente como governo e mercado se relacionam com o espaço civil. Quando esse espaço funciona bem, de fato, muitas coisas são discutidas e também experimentadas. Isso exige tempo e nem sempre em benefício da eficiência. Ainda assim, entidades políticas e empresariais percebem de forma clara que o espaço civil é um terreno fértil para elas. Políticos promissores costumam aprender os truques e segredos da sua atividade em organizações socioculturais e através de iniciativas cidadãos. Novos produtos e serviços às vezes são desenvolvidos laboriosamente através de iniciativas cidadãos. Somente após muitos anos de testes e operação o mercado começa a ver valor neles. Mas acima de tudo: as iniciativas civis sabem como cultivar uma nova cultura que permita que sistemas inovadores, novas formas de pensamento e costumes excepcionais penetrem uma sociedade. Eles simplesmente tornam as coisas mais aceitáveis para um público mais amplo. Desse modo, tudo isso se torna política ou economicamente ‘rentável’ após um certo período.

Pensemos, por exemplo, no papel que ativistas climáticos e o movimento verde exerceram na incubação do pensamento ecológico na política tradicional. Mas também pensemos em fenômenos como o compartilhamento de automóveis ou “*couchsurfing*” – coisas que dez a vinte anos atrás, nenhuma empresa via como algo possivelmente rentável. Iniciativas cidadãos geralmente assumem a liderança no desenvolvimento e experimentação

3 A expressão ‘mentalidade meia de lã’ costuma ser usada com uma conotação negativa e expressa uma ‘mentalidade hippie’, alguém ingênuo ou idealista demais, também ‘conectado com a natureza e a vida espiritual’, mas de forma bastante romântica. No contexto brasileiro, isso poderia ser descrito como “sonhador” ou “aéreo”.

de novos sistemas e ideias. Visto desse modo, o espaço civil pode ser considerado sem dúvida nenhuma a vanguarda de uma sociedade, ou pelo menos a vanguarda do mercado e da política. Também é a área onde a desconfiança – com o novo, o desconhecido, o ineficiente – pode se transformar em confiança. Mas também vice-versa: confiança na política e no mercado pode se transformar em críticas severas e desconfiança.

Comuneiros (*commoners*) sabem manobrar muito bem em meio a isso tudo. Eles também têm críticas a fazer contra governos e empresas e, portanto, desconfiam deles. Com o cientista político Ethan Zuckerman (2021), eu poderia indicar que tal desconfiança surge porque as pessoas não conseguem mais perceber a eficiência de suas próprias ações. Com relação a governos ou instituições mais abstratas, ele chama isso de falta de ‘eficiência externa’. Em contrapartida, o pesquisador americano inclui uma variante interna. Palavras e ações na própria organização onde uma pessoa atua e entre seus próprios pares, costumam ser percebidas como eficazes. E é assim que organizações dedicadas aos bens comuns também transmitem confiança. Sua pequena escala – elas geralmente possuem não mais que cinquenta membros – e inserção local tornam mais fácil demonstrar a eficiência de suas ações. Elas pelo menos tornam suas atividades mais visíveis.

Porém, a experiência da eficiência interna ainda não tem nenhum efeito sobre a confiança em uma instituição externa. Minha própria experiência com pesquisas mostra que particularmente as organizações dedicadas aos bens comuns florescem exatamente onde não há confiança no governo, como em vários países dos Balcãs, Sul da Europa ou América do Sul. O recente interesse crescente pelos bens comuns na Europa Ocidental poderia, portanto, também ser parcialmente explicado pelo declínio da confiança no seu sistema político. As trezentas chaves em Belgrado certamente não se baseiam em um alto nível de confiança da sociedade local, definitivamente não em confiança no governo. Pelo contrário, a confiança interna existente no complexo Magacin é alimentada exatamente pela desconfiança em um governo corrupto.

Quando nossas negociações com formuladores de políticas públicas parecem não ter nenhum efeito, ou como é cada vez mais o caso hoje em dia, são realizadas em canais digitais anônimos, o senso de eficiência e ação significativa se esvai. Quando clientes, empregadores, fundos ou provedores de subsídios permitem, além disso, que trabalho inútil seja realizado, a desconfiança só aumenta. O fardo da responsabilização citado acima, mas também a experiência de que as chances de obter uma verba são pequenas em proporção à papelada que é necessário entregar, isso só aumenta ainda mais a sensação de falta de significado.

A comunização (*commoning*) e a emergência de iniciativas voltadas aos bens comuns também podem, portanto, ser vistas como uma resposta à experiência com a falta de eficiência externa. Quando as pessoas sentem que suas próprias ações não têm nenhum efeito ou parecem ser pouco significativas, elas buscam essa eficiência em nível local e preferencialmente através de proximidade física. A comunização também pode, portanto, ser vista como uma via para empreender ações significativas. Como um impulso para uma ação que tenha realmente algum efeito. Não há dúvida de que os comuneiros colocam uma política e dinâmica positivas em movimento, gerando confiança — isto é, confiança essencialmente na sua própria organização e nas suas próprias práticas, internamente portanto. Para responder logo à questão da confiança social externa mais ampla, parece útil analisar primeiro o modo como isso tudo acontece internamente. Em outras palavras, como se constrói um ambiente de confiança?

DEPOSITAR CONFIANÇA

A primeira pedra fundamental da confiança é chamada ‘depositar confiança’. Amizades e relacionamentos íntimos geralmente começam com o ato de depositar confiança em um pequeno ou grande segredo. Algo que nem todos precisam saber, e preferencialmente nem deveriam saber é, todavia, compartilhado entre duas pessoas ou um pequeno grupo de pessoas. Isso cria um vínculo e quanto mais segredos são sussurrados entre as pessoas, mais profundo esse vínculo se torna. Além disso, amigos confiam que a pessoa a quem um segredo é confiado não irá simplesmente espalhá-lo por aí. E vemos aqui novamente aquela peculiar alquimia da confiança: você confia algo para uma pessoa porque em certa medida já confia nela — porque ela ‘irradia’ uma certa aura de confiança — e com esse ato de depositar confiança, despertamos simultaneamente ainda mais confiança.

Mas o que cria então tal vínculo de confiança entre comuneiros? Quais segredos eles ousam compartilhar entre si? Esta é a resposta: necessidades e vulnerabilidades. A necessidade de alimentos saudáveis, água potável, energia barata ou moradia, ajuda na doença e para educar os filhos, ou ainda a necessidade de inspiração ou descanso. Costuma ser em torno de tais necessidades e vulnerabilidades básicas que os comuneiros se reúnem. Eles reconhecem suas próprias fragilidades nos outros e então ousam confessá-las entre si e depois vem o reconhecimento mútuo. Somente quando as pessoas, por exemplo, ousam contar umas às outras que enfrentam problemas para pagar as contas é que surge a possibilidade de passar à ação e fazer algo juntos. Sem tais confissões, acredito que haveria poucas formas de auto-organização e práticas de comunização.

Internamente, em nível local e em pequena escala, os comuneiros, por sua vez, aprenderam os truques do ofício. Superaram sua timidez e vergonha. Mostrar-se vulnerável, na minha opinião, já é o primeiro passo para promover confiança política e social mais abrangente; é mais do que aquela confiança que se baseia em regras, procedimentos, contratos, apólices de seguro, auditorias, avaliações e certificações.

UMA CONFIANÇA ESTRANHA

Ampla confiança social, confiança na política e nas instituições, em um mercado ou na economia, é claro, não aumenta com a partilha de alguns segredos entre amigos. Nenhum domínio privado, nenhuma intimidade, na minha opinião, nem mesmo um espaço seguro, tem o poder político de construir confiança nesse nível. A confiança deve crescer gradualmente para alcançar esse nível, e também passar das esferas relacionais para as ideais. Confiança social significa, afinal de contas, confiar em pessoas que a gente não conhece, incluindo a sensação de podermos contar com as instituições – embora elas sejam grandes e abstratas, como o mercado, a política, o parlamento ou a imprensa. Ampla confiança social, ou – como disse Zuckerman – confiança externa, em parte se baseia, portanto, em uma ‘confiança estranha’: confiança em estranhos, naquilo ou naquelas pessoas que não conhecemos e talvez nunca venhamos a conhecer.

Comuneiros retiram seus problemas e vulnerabilidades da esfera privada, mas sem exibí-las imediatamente na esfera pública. A comunização não é, portanto, equivalente ao Facebook ou Instagram. As pessoas que expõem problemas e vulnerabilidades em tais espaços talvez possam contar com simpatia pública, mas também reprovação pública, pelo menos alguma fofoca cibernética e às vezes a acusação de exibicionismo. Tal confiança pública dificilmente constrói a verdadeira confiança. Por isso, as pessoas preferem construir uma fachada online e criar um perfil que aumente sua popularidade. Um perfil que não expõe nenhuma vulnerabilidade, mas também não acrescenta nada mais. Se a ampla confiança social não pode se desenvolver na esfera privada e obtém pouco espaço no domínio público, onde então?

SEMIPÚBLICO

A confiança estranha tem, na minha opinião, simplesmente todas as chances de dar certo em áreas semipúblicas, entre as esferas pública e

privada, tais como bibliotecas, teatros, festivais, universidades ou museus. São áreas culturais onde as pessoas se reúnem temporariamente em prol de um interesse comum ou de algo que elas têm em comum. O interesse compartilhado torna possível que a intimidade da esfera privada possa se conectar com o anonimato da esfera pública. Um espaço semipúblico gera as condições necessárias para que uma pessoa possa se sentir parte de um coletivo, o que implica simultaneamente proximidade e distância. Você pode, portanto, se tornar membro de um variado grupo de pessoas, a maioria das quais você não conhece, nem jamais terá a chance de conhecer, mas com as quais se sente, todavia, conectado por um certo momento.

Isso ocorre porque a atmosfera semipública torna possível compartilhar paixões, interesses e entusiasmo com pessoas estranhas, sentimentos que você geralmente só ousaria demonstrar junto a familiares ou amigos mais próximos. É por isso que certa vez também chamei esses espaços semipúblicos de ‘lugares rituais de confissão coletiva’ (De Munck & Gielen, 2021). Nesses espaços aceitamos, por um momento, que apesar de nossas diferenças temos algo em comum e compartilhamos uma paixão ou pelo menos algum interesse. Graças a isso, espaços semipúblicos criam confiança, o que também acontece entre pessoas que a gente não conhece e talvez nem mesmo queira conhecer. Para fazer uma comunidade civil e sua cultura florescerem, uma sociedade não precisa apenas de espaços públicos. Em minha opinião, é justamente nesses espaços híbridos semipúblicos que as pessoas ousam expor a si mesmas para outras pessoas completamente estranhas e onde a gente ousa, portanto, compartilhar nossas vulnerabilidades. Essa atmosfera também gera a energia que pode transformar habitantes passivos em cidadãos ativos e transformar consumidores em comuneiros.

A área semipública cria, portanto, a atmosfera certa para compartilhar alguma coisa com pessoas estranhas. É aqui que interesses comuns, paixões, necessidades e vulnerabilidades constroem o edifício da confiança. Por isso, também advoguei durante a pandemia, juntamente com o filósofo Marlies De Munck, que fosse feita uma reavaliação desses espaços semipúblicos (De Munck & Gielen, 2021). A pandemia nos fez de repente compreender como eles são importantes para a sociedade. Eles são exatamente os espaços para construir essa confiança estranha. Um ambiente digital dificilmente oferece algo assim: uma atmosfera onde ousamos compartilhar nossas vulnerabilidades com pessoas estranhas.

Portanto, proximidade física com estranhos também conta para construir depois confiança em instituições mais abstratas. De acordo com o filósofo italiano Giorgio Agamben (2021), isso é inclusive o fundamento de qualquer comunidade política. Esse foi um dos motivos dele ter condenado

tão enfaticamente as palestras digitais durante a pandemia. Em uma universidade, entramos em contato físico com pessoas oriundas de um contexto social, com convicções religiosas ou preferências políticas, completamente diferentes das nossas. Não há democracia sem tal contato sensorial, não há sociedade sem um fundamento sensorial. E com isso, me refiro a toda a paleta de sentidos e sentimentos. Não apenas assistir e ouvir (de forma digital), mas também sentimentos, aromas e fisicalidade são fundamentais para construir confiança. Pessoas envolvidas com comércio internacional sabem muito bem disso. É possível realizar reuniões digitais e online, mas a confiança é despertada e mantida fisicamente. Por um tempo, você tem de entrar em contato com uma personalidade total e sua vida cotidiana ou seu ambiente de trabalho.

A confiança é, portanto, construída de forma situacional e presencial: no contexto e situação nos quais a outra pessoa vive e trabalha. A partir daí uma atmosfera de confiança pode se expandir, espalhando-se para instituições, empresas, países e até mesmo o mundo inteiro. Mas, é claro: a confiança é construída “de baixo para cima” e só a partir daí pode penetrar lentamente governos e mercados no mundo todo.

Isso começa, na minha opinião, com a confiança que podemos sentir em contato com um estranho, por um breve momento. É por isso que espaços semipúblicos comuns e os bens comuns são cruciais para construir uma ampla confiança social. A confiança interna pode assim extravasar e gerar confiança externa. Comunizar significa praticar continuamente a confiança cega em uma outra pessoa. E pode ser alguém que, filosófica, ideológica ou culturalmente se posicione no lado completamente oposto ao nosso. Um grande ‘Outro’, portanto, um ‘outro’ abstrato também.

VIVER

Portanto, a semente da confiança social é plantada no comum. Contato físico, com todos os sentidos atuando, também é importante. A confiança se constrói com base em um componente visceral e estético, porque ela depende em grande parte de uma atmosfera elusiva, mas também de sensualidade, intuição e emoção. A ampla confiança social também flutua nas correntes subterrâneas da sociedade civil. Isso estabelece um fundamento importante para gerar confiança no mercado e no Estado, em empresas e governos, e em todas as pessoas à nossa volta. Espaços semipúblicos comuns não oferecem apenas, em tal esfera civil, a possibilidade de uma sutil economia afetiva e uma gestão de atmosfera de difícil compreensão entre a vida pública e a vida privada. Eles são necessários para

conquistar a confiança para além das regras, leis, procedimentos, garantias e contratos. Estes com certeza são instrumentos valiosos, mas confiança simplesmente exige muito mais do que isso. Também, mais do que boa comunicação e transparência.

A confiança começa precisamente quando ousamos contar com o que não é transparente, com o que que não conhecemos. A confiança, de fato, começa onde termina a certeza. Tem a ver com a coragem de navegar às cegas, às vezes literalmente, sem olhar o caminho. Confiamos, por exemplo, que o que dizemos ou fazemos terá algum efeito ou que o outro, eventualmente, cumprirá o que promete fazer, mesmo se não pudermos verificar isso imediatamente. A confiança também depende da sensação de que o que fazemos ou dizemos faz sentido.

Talvez este seja o argumento mais importante para defender o desenvolvimento de uma política dos bens comuns. Trata-se de uma política que abraça o comum porque nos devolve a confiança na vida coletiva. Por meio da proximidade e do envolvimento local, o comum aguça nossa capacidade estética de ressoar com o mundo. Para encontrarmos novamente a profundidade e também tempo para assumir o controle de nossas próprias ações e significados. Porque comunizar é praticarmos juntos em ações eficazes e atribuírmos um significado coletivo a tudo o que fazemos.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, G. (2021). *Where are we now? The Epidemic as Politics*. (V. Dani, Trans.). London: Eris Press.
- De Munck, M. & Gielen, P. (2021). *Proximidade: arte e educação depois da Covid-19*. Rio de Janeiro: Cobogó Editora.
- De Tullio, M.F. (2020) *Commons – Between Dreams and Reality*. Creative Industry: Kosice.
- Gielen, P. (2017). *The Global Civil Parade*. In B. De Baere et al. (Eds.), *How To Gather: Acting Relations, Mapping Positions* (pp. 405-417). Moscow: V-A-C.
- Gielen, P., & Lijster, T. (2015). *Culture: The Substructure for a European Common*. In P. Gielen (Ed.), *No Culture, No Europe: On the Foundation of Politics* (pp. 19-65). Amsterdam: Valiz.
- Gielen, P. (2011). *Mapping Community Art*. In P. De Bruyne & P. Gielen (Eds.), *Community Art: The Politics of Trespassing*. Amsterdam: Valiz.
- Gielen, P. & De Munck, Marlies. (2021). *Proximidade : arte e educação depois da Covid-19*. Rio de Janeiro: Cobogó Editora.
- Gielen, P. & Tryanova, A. (2023). *Passivity: Between Indifference and Pacifism*. Amsterdam: Valiz.
- Han, B.-C. (2012). *The Transparency Society*. Stanford: Stanford University Press. ISBN: 9780804783950.
- Luhmann, N. (1997). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.
- Power, M. (1997) *The Audit Society – Rituals of Virification*. Oxford University Press: Oxford.
- Tryanova, A., & Gielen, P. (2023). *Passivity: Between Indifference and Pacifism*. Amsterdam: Valiz.
- Vermeersch, L., Vanssche, A., Oosterlynck, S. & Gielen, P. (2023) *De waarde en betekenis van het civiel sociaal-cultureel actorschap – Onderzoek bij bedrijven, overheden en middenveldorganisaties*. Intern onderzoeksrapport, KULeuven en Uantwerpen.
- Zuckerman, Ethan. (2021) *Mistrust: Why Losing Faith in Institutions Provides the Tools to Transform Them*. New York: W. W. Norton & Company, Inc.

POLÍTICAS CULTURAIS, BENS COMUNS EMERGENTES, E USO CRIATIVO DA LEI

Maria Francesca De Tullio

1. INTRODUÇÃO

Cultura e espaços culturais têm demonstrado ser um elemento impulsionador de iniciativas reflexivas e auto-organizadas “de baixo para cima” e também contraponto a chamada ‘crise de representação’, entendida como uma crise do envolvimento das pessoas na vida civil e política nas democracias eleitorais contemporâneas.

Nesta contribuição, vou investigar os bens comuns (*commons*) culturais como uma prática capaz de construir novas instituições e ferramentas jurídicas e prover, portanto, respostas inovadoras tanto para a ‘crise de representação’ (e da participação política) quanto a precariedade da cultura. Em particular, o ponto de partida da minha pesquisa é meu posicionamento como pesquisadora de Direito Constitucional e ativista na rede napolitana de bens comuns. Esta pesquisa também é enriquecida pelos resultados de dois projetos da UE, envolvendo mais de dez espaços culturais: *Cultural and Creative Spaces and Cities (Espaços Culturais e Criativos e Cidades – CCSC)* (www.spacesandcities.com), sobre os diferentes perfis das políticas culturais, cofinanciado pela União Europeia no âmbito do Programa Europa Criativa; e *BASICC – Building Alternative Skills to Implement Creativities and Commons (Construir Competências Alternativas para Implementar Criatividades e Bens Comuns)*, sobre pedagogias alternativas para a promoção de bens comuns, cofinanciado pela União Europeia no âmbito do programa Erasmus+.

Consequentemente, vou explorar esses exemplos para discutir reflexões mais abrangentes sobre como – e sob quais condições políticas – cultura e espaços culturais fomentam a criação de novas ferramentas jurídicas e instituições.

2. CULTURA E A ‘CRISE DE REPRESENTAÇÃO’

A ‘crise de representação’ se deve a questões pendentes relativas à própria representação política, que é de algum modo um mecanismo ‘fictício’ (Kelsen, 1924) – permitindo a presença de autores ausentes em um processo de tomada de decisões, isto é, os eleitores (Pitkin, 1972; Denquin, 2013). Ela possui, portanto, um aspecto intrinsecamente ‘aristocrático’ (Manin, 1996), pois legitima representantes para que exerçam poderes



porto
seguro
queda
livre



de tomada de decisões com efeitos sobre todos (Leibholz, 1973). A justificativa dessa *ficção*, em um Estado social, é evitar um confronto não mediado entre interesses particulares assimétricos e desiguais, o que pode gerar um predomínio dos atores dotados de maior capital econômico, cognitivo, social ou organizacional. De todo modo, supõe-se que regimes democráticos devem compensar o aspecto ‘aristocrático’ com uma ‘relação representativa’, na qual os representantes são responsabilizados politicamente perante seu eleitorado através da renovação eleitoral dos cargos de representação política.

Essa aspiração à igualdade é provavelmente o aspecto mais controverso das democracias contemporâneas, inerente à busca constante por formas diferentes e mais eficazes de participação.

Inicialmente, tentou-se abordar a ‘crise de representação’ com a ideia de democracia participativa, um conceito guarda-chuva (Sintomer, 2009) que engloba diferentes formas de «*interação, nos procedimentos públicos [...] entre a sociedade e as instituições*», e que busca alcançar, tanto por meio da colaboração quanto do conflito, um resultado unitário, atribuível a ambos os sujeitos» (Allegretti, 2010). A gênese, os objetivos e os atores orientadores da democracia participativa podem ser variados: movimentos que reivindicam autodeterminação contra intervenções indesejadas em suas áreas locais (Boullier, 2001), a defesa das tradições participativas locais, a presença de poderes políticos em busca de uma nova base eleitoral, a reação à corrupção e ao clientelismo, entre outros. Geralmente, esses processos seguem paradigmas da democracia deliberativa baseados no consenso entre todas as partes interessadas através de uma troca racional de argumentos. A deliberação busca envolver todos os que têm algum interesse qualificado no assunto (Elster, 1998), por meio de uma troca racional de diferentes pontos de vista, e baseada no consenso, que possa garantir uma melhor tomada de decisões ao transformar as opiniões e interesses de todos os envolvidos (Blondiaux, 2000; Bouvier, 2007).

Embora as formas tradicionais de democracia participativa tenham muitas vezes provado serem frágeis e tímidas para envolver as pessoas diretamente (Arnstein, 1969), ‘participação através da colaboração’ (Novack, 2010) e participação através da auto-organização (ou ‘subsidiariedade horizontal’, no contexto italiano), têm permitido que indivíduos e organizações participem da vida democrática através da ativação de iniciativas espontâneas de interesse público. Esse paradigma é tão plural e baseado no consenso quanto a deliberação, mas com pelo menos duas diferenças: em primeiro lugar, ele reconhece a existência de conflitos inevitáveis e não é neutro, mas busca apoiar as pessoas mais vulneráveis; em segundo lugar, ele não gira em torno de argumentações racionais, pois as

pessoas se mobilizam muito mais em torno de visões, paixões e emoções (Ciancio, neste Volume) devido às suas próprias necessidades ou de outras pessoas (Gielen – Lijster, 2017). Finalmente, ‘subsidiariedade horizontal’ é mais próxima da autodeterminação da sociedade civil, mas – embora cuide dos interesses gerais – ela não possui necessariamente nenhum elo com os processos institucionais formais de tomada de decisões; todavia, essas práticas podem exercer um papel prefigurativo de antecipar-se a, e advogar por, regulamentações futuras, especialmente com relação às políticas sociais.

No contexto desse último paradigma, as práticas de bens comuns emergentes giram em torno de recursos específicos e garantem que eles sejam redistribuídos para promover direitos fundamentais. Bens comuns emergentes são recursos definidos como tais graças à sua funcionalidade para os direitos humanos e devido ao modo como são geridos, com base no autogoverno comunitário e instrumental para a satisfação de direitos sociais (Micciarelli, 2014; Rete Nazionale dei Beni Comuni Emergenti e a Uso Civico, 2019).

Essa elaboração se baseia no trabalho de Elinor Ostrom, desfazendo o mito da *‘tragédia dos bens comuns’*. De acordo com essa narrativa, os usuários esgotam e se apropriam dos recursos de uma forma não regulada – como água, florestas/áreas verdes, áreas de pesca, etc. – cuja gestão não é disciplinada por regras públicas ou privadas. Ao invés disso – como Ostrom demonstrou –, os usuários podem se autorregular para gerir os recursos de forma eficiente e sustentável, desde que alguns princípios governadores sejam satisfeitos, como, por exemplo, a definição da comunidade, a adaptação às necessidades e regras locais, o envolvimento das pessoas afetadas na formulação de regras, no monitoramento e nos mecanismos de sanção/responsabilização, etc. Essa gestão também se conecta com direitos fundamentais quando as comunidades decidem governar os bens para alcançar esse objetivo. Pesquisadores observaram que esse processo de comunização (*commoning*) pode evoluir fazendo surgir uma comunidade que permanece aberta e em constante transformação (Acosta Alvarado, 2020a), mantendo também uma relação estreita com não-humanos e o meio ambiente (Vittoria, Ragozino e Esposito De Vita, 2023).

Os bens comuns também desfazem um segundo mito: a moderna construção dos direitos de propriedade. Deter um direito sobre alguma coisa é entendido tradicionalmente como um direito unitário, que inclui automaticamente todas as diferentes características associadas a um bem: uso, obtenção de lucro, venda, incluir/excluir pessoas, etc. Quando todas essas características são negociadas entre vários atores, a propriedade é exposta como um ‘pacote de direitos’ (Schlager – Ostrom, 1992) que podem ser

‘desembrulhados’ e redistribuídos (Acosta Alvarado – De Tullio, 2020). Essa leitura da propriedade permite romper sua aura de direito intocável (Capone 2016) para reivindicar prioridades diferentes: a comunidade pode ter o direito de acessar bens que são necessários para garantir seus direitos fundamentais, subtraindo-os portanto da especulação financeira e do sistema de arrendamento, que criam exclusão e barreiras econômicas (Del Giudice, 2022).

Desse modo, os bens comuns também ampliam o arsenal de direitos políticos. Em termos objetivos, autoadministrar ou coadministrar um bem público também é uma maneira dos comuneiros (*commoners*) influenciarem políticas públicas locais com relação ao modo como o patrimônio público deve ser gerido para satisfazer direitos sociais. Em um sentido subjetivo, esses processos informais envolvem pessoas sem direito a voto e que não estão presentes nos processos participativos formalizados. Além disso, as práticas de comunização lidam com políticas públicas por meio de uma abordagem baseada em necessidades, capaz de lidar com diferentes áreas políticas de maneiras multifatoriais e fluidas (La Scuola Open Source, 2023) e superar, portanto, os obstáculos resultantes da rígida compartimentação da burocracia local (Torre, 2021).

No mesmo contexto dos bens comuns emergentes, espaços culturais comunalizados são geridos por atores comunitários e da sociedade civil como um ambiente para sediar e garantir cultura, tanto como facilitadora de direitos sociais – logo, também como condição para o usufruto eficaz dos direitos de participação –, quanto como um direito social em si mesmo.

Cultura, no seu sentido antropológico, é aquilo que confere significado às vidas das pessoas e ao seu ambiente (social) (Gielen & Lijster, 2015). Ela molda o governo de territórios porque define a visibilidade e conforma nosso espaço vital físico, social e político. Ela conforma direitos humanos, porque nos permite ver possibilidades emancipadoras que não são evidentes no atual mundo desigual, até que as ações das subjetividades mobilizadas deem nova forma a ele. Desse modo, a cultura pode multiplicar as formas de expressão, mudar relacionamentos humanos, melhorar a sensação de bem-estar e gerar coesão. Por esses motivos, ela foi corretamente definida como o trabalho de cuidar da sociedade (D’Andrea & Micciarelli, 2020) e um elemento multiplicador de outros direitos, tais como participação e inclusão social.

Espaços culturais comunalizados são bens comuns emergentes que surgem – às vezes a partir de ocupações ilegais ou a-legais – para se tornarem meios de produção compartilhados por artistas e trabalhadores comunalizados da cultura, locais e oportunidades de mobilização para defender

os direitos de tais trabalhadores, e práticas de auto-organização política em conexão direta com as necessidades e aspirações da comunidade como um todo (Cirillo e De Tullio, 2021). Essas ocupações permitem que os comuneiros remodelem o espaço urbano “de baixo para cima”, por construir alternativas generativas (Figuera, 2023) e concretas ao urbanismo neoliberal (Locorotondo, 2024). Riccio (2018) define essas ocupações culturais como heterotopias, capazes de reconfigurar o ‘sensível’ e transformar o *status quo* (Stavrides, 2016). Consequentemente, bens comuns também se tornam espaços para expressão não mercantilizada e independente, onde «o que realmente importa não é o produto final, mas a natureza da produção artística: o processo de produção cultural é em si mesmo um “bem comum” realizado pelos coletivos de trabalhadores da cultura operando nos diferentes espaços autogeridos» (Sciarelli, Sciambra, Follo, e Cosentino, 2021).

Resumindo, há um duplo elo que conecta cultura, igualdade e participação. Por um lado, uma política cultural participativa e igualitária é necessária para evitar que as leis de mercado sejam a única norma do setor. Por outro lado, direitos culturais defendem possibilidades imaginativas de pesquisa e criação e garantem, portanto, tudo o que não tem espaço no mercado.

3. BENS COMUNS CULTURAIS E USO CRIATIVO DA LEI

Espaços culturais comunalizados, por estarem conectados com direitos fundamentais e a participação política, possuem uma relação dialética com os instrumentos legais. A gênese desses lugares – assim como de muitas ocupações de espaços sociais – mostra que direitos são paradoxalmente satisfeitos fora da legalidade convencional; e, no entanto, a esfera legal e constitucional continua a ser um território crucial para a expansão desses mesmos direitos.

Criatividade jurídica não é algo específico dos espaços culturais comunalizados. Em muitos casos e em vários campos, o uso de bens comuns tem diretamente proposto ou elaborado novas ferramentas jurídicas que questionam o paradigma tradicional da propriedade através do próprio exercício dos direitos de propriedade. Por exemplo, no campo cultural e criativo, o copyleft¹ usa a propriedade (imaterial) para conseguir o oposto da sua finalidade habitual: tornar um bem acessível e evitar de forma permanente sua mercantilização. Do mesmo modo, diferentes arranjos jurídicos têm sido usados para concretizar a chamada ‘propriedade de uso’ (*propriété*

1 Veja <https://www.gnu.org/copyleft/>.

d'usage) (Friot, 2012): uma propriedade que não produz renda, mas é usada apenas para permitir que todas as pessoas tenham acesso a um lar e/ou aos meios de produção que necessitam. Ferramentas como Community Land Trusts (Fundos de Terras Comunitárias) e arranjos de copropriedade feitos sob medida² têm alcançado os mesmos resultados: graças à partilha e redistribuição de direitos de propriedade, uma propriedade se torna acessível para uso comunitário, mas não pode ser vendida e/ou gerar renda. Consequentemente, mesmo se a lei civil não encoraja a partilha e limitação dos direitos de propriedade, usos criativos da lei têm tornado possível reconfigurar esse mesmo direito.

No contexto da União Europeia (UE), ferramentas jurídicas voltadas para espaços comuns também têm sido usadas para garantir sua propriedade pública e fortalecê-la por meio da gestão direta ou participativa das comunidades locais. Essas iniciativas têm por objetivo combater as medidas de austeridade da UE que vem promovendo privatizações e a valorização econômica de propriedades públicas. Após a crise de 2008, essas medidas, apresentadas pelas instituições como inevitáveis, foram interpretadas por movimentos sociais como uma forma de proteger credores e investidores durante a crise, sacrificando direitos sociais e políticos. Consequentemente, elas foram vistas como parte do paradigma do *'sistema de endividamento público'* (Toussaint, 2017), segundo o qual dívidas afetam o poder democrático das autoridades eleitas, pois os credores podem determinar quase unilateralmente tanto as condições dos empréstimos, quanto as reformas a serem implementadas pelo devedor para garantir seu reembolso. Essa conscientização levou movimentos a invocarem a priorização dos direitos fundamentais e a recusa de pagar dívidas ilegais, contratadas fora das leis e procedimentos democráticos, e dívidas odiosas, contratadas contra o interesse geral dos cidadãos e em cumplicidade com a especulação financeira (Fattorelli, 2014; Chimuris, 2009). Por esse motivo, movimentos internacionais ocuparam praças, ruas, espaços públicos e privados para reivindicar poder no processo de tomada de decisões relativas a recursos públicos (imóveis), protestar contra a precarização e defender o direito de todos à cidade (Kioupkiolis, 2017; Stavrides, 2019).

A Itália, entre outros países, tem aplicado as medidas de austeridade citadas acima que contestam a própria noção de representação democrática. De fato, a crescente influência da União Europeia tem fortalecido o Poder Executivo – responsável pelas negociações internacionais – em detrimento do Parlamento. Essa tendência exacerba uma progressiva deslegitimação, no discurso dominante, das mediações e processos parlamentares,

2 Por exemplo, veja o caso de Mietshäuser Syndikat: <https://www.syndikat.org/>.

os quais são responsabilizados pela instabilidade do sistema italiano e pela alegada ineficiência na tomada de decisões. De fato, as transformações constitucionais implementadas ampliaram os poderes do governo e do Primeiro Ministro (Sartori, 2002; Barbera, 2008; Barbera – Fusaro, 1997; *contra* Carlassare, 2006; De Minico, 2018) e resultaram eventualmente em uma reforma constitucional, corroborada por um referendo popular, que reduziu o número de parlamentares. Tal votação, que atingiu o órgão representativo *par excellence*, foi emblemática da desconfiança com relação à representação política. De fato, o principal argumento político usado para apoiar a reforma foi a eficiência econômica, ou seja, a redução dos gastos públicos. Obviamente, por um lado, a redução do número de parlamentares também reduz o pluralismo na Câmara (Luciani, 2018) e afeta a capacidade do órgão de manter a carga de trabalho necessária em uma democracia contemporânea; por outro lado, a diminuição não melhora *per se* a qualidade do trabalho do Parlamento se o seu funcionamento permanece o mesmo (Tripodina, 2020 *contra* Fraccaro, 2018). Consequentemente, a ‘crise de representação’ foi um álibi – transversal entre todos os partidos e legislaturas – para uma deslegitimação do Parlamento, que foi, na verdade, impulsionada por preocupações com a eficiência econômica e a responsabilidade perante os mercados.

Nesse contexto, a ‘via legal’ de promoção dos bens comuns também foi uma tentativa de apropriar-se do processo democrático de tomada de decisões e reempoderar a comunidade no âmbito das decisões orçamentárias. O primeiro passo foi a lei proposta pela ‘Comissão Rodotà’ em 2007, que definiu bens comuns como os bens necessários para garantir direitos fundamentais, evitar sua mercantilização e torná-los acessíveis para todos. Imediatamente depois disso, o ‘Referendo da Água’ de 2011 (Lucarelli, 2011) – com o comparecimento de eleitores superando excepcionalmente o limiar de 50% e com 95,8% de votos favoráveis – foi acompanhado de uma proposta de lei popular formulada “de baixo para cima” pelo Fórum Italiano dos Movimentos pela Água (*Forum Italiano dei Movimenti per l’Acqua*), com o objetivo de estabelecer a gestão participativa da água como um bem comum.

Comuneiros urbanos, juntamente com o papel especial exercido pelos trabalhadores da cultura, levaram à frente o legado desse debate. Desde 2011, as comunidades começaram a ocupar teatros – inicialmente, o Teatro Valle – e outros espaços abandonados e subutilizados. No caso histórico do “Asilo” em Nápoles, essa experiência levou à criação de uma ferramenta jurídica completamente nova. Essa experiência foi iniciada em 2012 como a ocupação de um prédio pertencente ao município, com o objetivo de disponibilizá-lo para trabalhadores da cultura e moradores em geral. Suas

assembleias são abertas a todos e tudo é decidido por consenso, com uma total proscrição de qualquer uso exclusivo do espaço. Essas regras foram registradas em uma *Declaração de Uso Urbano Cívico e Coletivo*, depois reconhecidas formalmente pela Cidade de Nápoles em dois Decretos (Nos. 400/2012 e 893/2015) e estendidas a uma rede que inclui outros sete espaços (Decreto No. 446/2016). Esse arranjo jurídico – concebido pela própria comunidade – é chamado ‘uso urbano cívico e coletivo’: a cidade reconhece – e também apoia materialmente – o autogoverno de uma comunidade aberta e informal, sem confiar o bem a nenhuma pessoa física ou jurídica (De Tullio, 2018). O apoio material fornecido pela cidade, ao assumir as despesas com serviços básicos e obras extraordinárias de manutenção, é exatamente a ferramenta necessária para garantir uma igualdade de participação. No entanto, também é consequência do reconhecimento daquilo que não costuma ser reconhecido: a ‘rentabilidade cívica’ da experiência, isto é, a rentabilidade social, política e cultural, não diretamente associada a nenhuma vantagem econômica.

A rede napolitana de bens comuns também conseguiu propor suas próprias formas de participação e reivindicou a criação de dois organismos consultivos: o Observatório dos Bens Comuns,³ e o Conselho de Auditoria de Dívidas e Recursos Públicos⁴ da Cidade de Nápoles. Ambos organismos foram constituídos por meio de uma chamada pública, com o objetivo de selecionar membros especialistas em ativismo social, político e econômico, e representaram um novo tipo de conselho administrativo em posição dialética com relação à sua própria gestão, reunindo as funções de análise, apresentação de propostas e controle para assegurar a proteção dos Bens Comuns Urbanos. Além disso, no início de 2019, mais de vinte dessas organizações decidiram construir uma ‘Rede de Bens Comuns Emergentes e de Uso Cívico’ (*Rete Nazionale dei Beni Comuni Emergenti e a Uso Civico*) para fortalecer as conexões já existentes e garantir uma voz mais forte no debate político e jurídico nacional. Em particular, a rede assumiu o compromisso de democratizar os conhecimentos jurídicos e trabalhar em propostas de lei compartilhadas para modificar as regulamentações e propostas de lei já existentes relativas aos bens comuns.

3 <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/38205>.

4 <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/39860>.

4. CONCLUSÕES. POLÍTICA CULTURAL NAS DINÂMICAS PARTICIPATIVAS

O caso exposto acima mostra que espaços culturais comunalizados podem fazer face à ‘crise de representação’ ao fomentar pedagogias democráticas na cidade, reunindo ao mesmo tempo pesquisas artísticas e todas as pessoas e grupos que precisam de novos locais ou desejam vivenciar espaços de forma transformadora: assembleias políticas, artistas experimentais e emergentes, comunidades marginalizadas e moradores da cidade.

A expansão e ampliação das redes de bens comuns requerem políticas culturais baseadas em “ações infraestruturais, mutualistas e cooperativas, capazes de sistematizar e apoiar todo o tecido social sem excluir ninguém.” (l’Asilo, 2021). Além disso, as políticas culturais precisam evitar as barreiras que impedem a participação de subjetividades informais e horizontais em programas de financiamento, tais como: requisitos de elegibilidade, prioridades de cada programa, exigências de cofinanciamento e estabilidade econômica e encargos com design e relatórios (Acosta Alvarado, 2020b).

O reconhecimento dos bens comuns em políticas culturais também implica o reconhecimento dos sistemas de transmissão e validação dos conhecimentos que dão origem a essas propostas políticas. Reconhecer esses processos formativos significa valorizar a transmissão horizontal de conhecimentos entre diferentes níveis de experiência, interdisciplinaridade, uma orientação voltada a possibilitar que outros atores participem da gestão dos bens comuns, confiança, e espaço para experimentação, reconhecer e valorizar a contribuição de todos, interação entre os aspectos técnicos e artísticos, e dedicar atenção a todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás. A proposta é, portanto, de repensar o treinamento baseado em hiperespecialização, orientação para as demandas do mercado, metodologias formais, validação externa, precarização do aprendizado e disposições similares.

Pedagogias democráticas são fundamentais porque a prática democrática requer mediação, autorreflexão, questionamento de privilégios e da exclusão, e práticas imaginativas para promover a emancipação de todos. Somente se aceitarmos essa premissa poderemos reconectar esse tecido de ações participativas, que atualmente parece estar muito distante da representação política, e voltar a falar a língua dos direitos – ao invés dos privilégios – e construir garantias iguais em todos os territórios e para todos os habitantes.

REFERÊNCIAS

- Acosta Alvarado A.S. – De Tullio M.F., 2020, *Verso una “proprietà pioniera”? Il dialogo aperto tra l’abitare comunitario e i “beni comuni emergenti”*. In Cafora S. (ed.), *Abitare pioniere. Innovazione democratica e nuovi paradigmi economici in risposta alla finanziarizzazione*, Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, Milano.
- Acosta Alvarado A.S., 2020b, *Barriers to participation in European Projects for small/informal realities*. In De Tullio M.F. (ed.), *Commons as Ecosystems for Culture*, Study commissioned by the EU Creative Europe Project Cultural and Creative Spaces and Cities, <<https://www.spacesandcities.com/wp-content/uploads/2020/05/Commons-as-Ecosystems-for-Culture-Ready-for-the-website.pdf>>.
- Acosta Alvarado A.S., 2020a, *A new type of Open Commons : the case study of l’Asilo. A transformative experience in the city of Naples*. *En-Communs*. www.hal.science/hal-03408092/document
- Allegretti U., 2010, *Democrazia partecipativa: un contributo alla democratizzazione della democrazia*. In Allegretti U. (ed.), *Democrazia partecipativa. Esperienze e prospettive in Italia e in Europa*, Firenze University Press, Firenze.
- Arnstein, A.S., 1969, *A Ladder of Citizen Participation*. *Journal of the American Institute of Planners*, vol. 35, no. 4.
- Barbera A., 2008, *La rappresentanza politica: un mito in declino?*. *Quaderni costituzionali*, No. 4.
- Barbera A. – C. Fusaro, 1997, *Il Governo delle democrazie*, Il Mulino, Bologna.
- Bartole S., 2001, item ‘Democrazia maggioritaria’. *Enciclopedia del diritto*, agg. V, Giuffrè, Milano.
- Blondiaux L., 2000, *La démocratie par le bas. Prise de parole et délibération dans les conseils de quartier du vingtième arrondissement de Paris*. *Hermès, La Revue*, vol. 26-27, No. 1.
- Boullier, D., 2001, *Derrière chez moi...l’intérêt général: Le bois de Soeuvres à Rennes* Ouvrage et Inventaire, Textuel, Paris.
- Bouvier A., 2007, *Démocratie délibérative, démocratie débattante, démocratie participative*. *Revue européenne des sciences sociales*, n. XLV-136.
- Capone N., 2016, *Del diritto d’uso civico e collettivo dei beni destinati al godimento dei diritti fondamentali*. *Politica del diritto*, no. IV (December), il Mulino, Bologna.
- Carlassare L., 2006, *Sovranità popolare e Stato di diritto*. In Labriola S. (ed.), *Valori e principi del regime repubblicano*, Laterza, Roma-Bari.
- Chimuris Sosa R., 2009, *Illicitness in Various Legal Instruments Relating to External Debt*. In Mader M. – Rothenbühler A. (eds.), *How to Challenge Illegitimate Debt Theory and Legal Case Studies*, Aktion

- Finanzplatz Schweiz (AFP), Basilea.
- Cirillo R. – De Tullio (eds.), 2021, *Healing Culture, Reclaiming commons, Fostering Care. A Proposal for EU Cultural Policies*, Italian Institute for the Future Press, Napoli.
- D'Andrea M. – Micciarelli G., 2020, *Music, Art, the Power and the Capital: a Theoretical Proposal for an Income of Creativity and Care*, in De Tullio M.F. (ed.), *Commons. Between dreams and reality*, Creative Industry Košice, Košice.
- De Minico G., 2018, *Forma di governo e legge elettorale. Un dialogo nel tempo. Astrid Rassegna*, No. 9.
- De Tullio M.F., 2018, *Commons towards New Participatory Institutions The Neapolitan Experience*. In Gielen P. – Dockx N. (eds.), *Exploring Commonism – A New Aesthetics of the Real*, Valiz, Amsterdam.
- Del Giudice G., 2022, *Housing as a financial asset. The politics of urban rent production in Southern Europe cities in crisis. Housing platform in Naples*. PhD thesis.
- Denquin J.-M., 2013, *Volonté générale, opinion publique, représentation*. *Jus Politicum*, No. 1.
- Elster J., 1998, *Introduction*, in Elster J. (ed.), *Deliberative Democracy*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Fattorelli M.L., 2014, *Citizen Public Debt Audit: Experiences and Methods*, Brasilia Inove Editora, Genoa – Liège.
- Figuera T., 2023, *The ex-Asilo Filangieri and the Beni Comuni di Napoli*. Presentation at l'Asilo, March 2023.
- Fraccaro R., 2018, Sitting no. 2 of July 24th, 2018, XVIII Parliamentary Term, Joint Commissions (I *Camera dei Deputati* and I *Senato della Repubblica*), <http://www.camera.it/leg18/1058?idLegislatura=18&tipologia=audiz2&sottotipologia=audizione&anno=2018&mese=07&giorno=24&idCommissione=01c01&numero=0002&file=indice_stenografico>.
- Friot B., 2012, *L'Enjeu du salaire*, Éditions La Dispute, Paris.
- Gielen P. – Lijster T., 2015, *Culture: The Substructure for a European Common*. In Gielen P. (ed.), *No Culture, No Europe. On the Foundation of Politics*, Valiz, Amsterdam.
- Gielen P. – Lijster T., 2017, *The Civil Potency of a Singular Experience. On the Role of Cultural Organisations in Transnational Civil Undertakings*. In Dietachmair P. – Gielen P. (eds.), *The Art of Civil Action. Political Space and Cultural Dissent*, Valiz, Amsterdam.
- Kelsen H., 1924, *Das Problem des Parlamentarismus*, Braumuller, Wien-Liepzig.

- Kioupkiolis A., 2017, *Common Democracy. Political Representation Beyond Representative Democracy. Democratic Theory*, Vol. 4, No. 1.
- l'Asilo, *Appello - Per una nuova stagione di politiche culturali*, 2021, <<https://www.exasilofilangieri.it/appello-per-una-nuova-stagione-di-politiche-culturali/>>
- La Scuola Open Source, 2023, *Ad Uso Civico e Collettivo – Report Finale*, Report on the participatory process concerning the renovation of Scugnizzo Liberato and ex OPG.
- Leibholz G., 1973, *Die Repräsentation in der Demokratie*, De Gruyter, Berlin - Boston.
- Locorotondo M., 2023, *The production of the freed urban space in the face of the 'tourist city': a Decolonial Feminist reading of the commons in Naples*. PhD Thesis.
- Lucarelli A., 2011, *Premessa*, in Lucarelli A., *Beni comuni. Dalla teoria all'azione politica*, Dissensi, Viareggio.
- Luciani M., 2018, *Audizione del Prof. Massimo Luciani (Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Roma – La Sapienza). Commissione Affari Costituzionali della Camera dei Deputati, 4 Dicembre 2018*, <http://www.astridnews.net/tr/hr/2F76888C/www.astrid-online.it/static/upload/protected/nota/nota_prof_luciani.pdf>.
- Manin B., 1996, *Principes du gouvernement représentatif*, Flammarion, Paris.
- Marotta S., 2019, *Le forme dell'acqua. Economia e politiche del diritto nella gestione delle risorse idriche*, Editoriale Scientifica, Napoli.
- Micciarelli G., 2014, *I beni comuni e la partecipazione democratica. Da un "altro modo di possedere" ad un "altro modo di governare"*. *Iura Gentium*, Vol. 11, No. 1.
- Noveck B.S., 2010, *Chapter four. The Single Point of Failure*. In Lathrop D. – Ruma L. (eds.), *Open Government. Collaboration, Transparency and Participation in Practice*, O'Reilly, Sebastopol.
- Pitkin H.F., 1972, *The Concept of Representation*, University of California Press, Berkeley-London.
- Rete nazionale dei beni comuni emergenti e a uso civico, 2019, *Un appello per costruire in comune lo spazio urbano e difendere i beni comuni naturali*, in <https://www.exasilofilangieri.it/appello-benicomuni/>.
- Riccio G., 2018, *La Pratica dell'Uso civico come scelta Estetica Etica e Politica per il Sensibile Comune*, in Rodotà S., *I beni comuni. L'inaspettata rinascita degli usi collettivi*, edited by Preterossi G. – Capone N., La scuola di Pitagora, Napoli.
- Sartori G., 2002, *Rappresentanza*. In Sartori G., *Elementi di teoria politica*, il Mulino, Bologna.

- Schlager E. – Ostrom E., 1992, *Property-Rights Regimes and Natural Resources: A Conceptual Analysis*. *Land Economics*, Vol. 68, No. 3.
- Sciarelli R. – Sciambra S. – Follo G. – Cosentino S., 2021, *Making Music from Below in a Southern Italian Metropolis: The Neapolitan Music Scene between Commons, Latin American Rhythms, Sound Systems and Self-Produced Festivals*. *Journal of World Popular Music*, Vol. 8, No. 1.
- Sintomer Y., 2007, *Le pouvoir au peuple. Jurys citoyens, tirage au sort et démocratie participative*, La Découverte, Paris.
- Stavrides S., 2016, *Common Space: The City as Commons*, Zed Books, London.
- Stavrides S., 2019, *Towards the City of Thresholds*, Common Notions, Brooklyn – Philadelphia.
- Torre V., 2021, *Cultural Spaces and Cities as Commons. Why culture is key for a better life in cities*, policy analysis. In Cremer M. – De Tullio M.F. – Gielen P. – Torre V., *Policy Analysis and Recommendations*, commissioned by the Cultural and Creative Spaces and Cities project, European Cultural Foundation – Creative Industries Košice, Amsterdam - Košice.
- Toussaint E., 2017, *Le système dette. Histoire des dettes souveraines et de leur répudiation*, Les Liens qui Libèrent, Paris.
- Tripodina C., 2020, *Riduzione del numero dei parlamentari, tra riforma costituzionale ed emergenza nazionale*. *OsservatorioAic.it*, No. 3.
- Vittoria M.P. – Ragozino S. – Esposito De Vita G., 2023, *Urban Commons between Ostrom's and Neo-Materialist Approaches: The Case of Lido Pola in Naples, Southern Italy*. *Land*, No. 12.

O DIREITO CIDADÃO À COMPLETA TRANSPARÊNCIA DO SISTEMA DA DÍVIDA

Maria Lucia Fattorelli¹

INTRODUÇÃO

O convite para participar do importante Seminário “COMUM: PELA POLÍTICA E ESTÉTICA DA PARTILHA” realizado em auditório do SESC, em São Paulo, nos dias 1 e 2 de setembro de 2023 foi motivo de grande honra não só para mim como também para todo o coletivo da Auditoria Cidadã da Dívida, pois constituiu uma oportunidade de aprendizado e reflexão sobre o papel do nosso movimento diante dos múltiplos desafios que enfrentamos e da necessidade de avançar na conquista de uma sociedade mais justa e fraterna. O presente artigo resume a apresentação feita durante o evento, oportunidade em que registro os agradecimentos a toda a equipe organizadora, em especial às prezadas Maria Francesca De Tullio e Denise Pollini.

A preparação de minha apresentação iniciou com estudos sobre o tema. Aprendi que o conceito de *Commons* era usado, inicialmente, para designar somente bens naturais comuns, como as florestas, os rios, o ar e a Natureza em geral. Porém, com o passar do tempo, evoluiu para ser aplicado em outros campos como o conhecimento humano e as infraestruturas urbanas.

A ampliação do conceito de *Commons* para o âmbito do conhecimento se deu a partir de importante estudo de *Elinor Ostrom* (premiado com o *Nobel* de Economia em 2009) juntamente com sua colega *Charlotte Hess*. Os autores definiram o **conhecimento como um ecossistema complexo que opera como um bem comum, compartilhado, que envolve dilemas sociais e aspectos políticos.**

1 Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida desde 2000 <https://auditoriacidada.org.br>. Membro titular da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB. Graduada em Administração (UFMG) e Ciências Contábeis (FMS), especialização em Administração Tributária (FGV/EAESP), auditora-fiscal do Ministério da Fazenda, aposentada desde 2010. Atuou como membro da Comissão de Auditoria da Dívida do Equador criada pelo presidente Rafael Correa (2007/2008) e da Comissão de Auditoria da Dívida da Grécia criada pelo Parlamento Helênico (2015). Assessorou a CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados do Brasil (2009/2010), e a CPI da PBH Ativos S/A da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que investigou o esquema da Securitização de Créditos Públicos (2017). Membro temporário do Expert Group da UNCTAD/ONU - Bruxelas (2009), New York (2011). Vários livros e artigos publicados no Brasil e exterior.

Partindo desse salto dado por *Charlotte Hess e Elinor Ostrom* desenvolvi uma apresentação para mostrar a ampliação do conceito de *Commons* para a **necessidade de conhecimento acerca do funcionamento das finanças públicas: QUEM FINANCIA O ESTADO E QUEM SE BENEFICIA?**

Assim, em minha abordagem, busquei mostrar que **o conceito de Commons se aplica perfeitamente ao direito coletivo ao conhecimento e à transparência das Contas Públicas**, e a ferramenta apta para investigar e demonstrar tais contas é a **auditoria**, que pode ser feita de forma cidadã, como temos realizado desde o ano 2000.

1 - O PAPEL DESENVOLVIDO PELA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PODE SER UM EXEMPLO DE COMMON SOCIAL

Para alcançarmos o conhecimento e a transparência das contas públicas, é necessário analisar o ORÇAMENTO PÚBLICO, que teoricamente abarca todas as receitas e despesas públicas. O acesso às informações acerca do funcionamento das finanças públicas, com total transparência, constitui importante direito cidadão, pois todas as pessoas participam tanto dos ingressos de recursos orçamentários (na medida em pagam tributos embutidos em tudo que consomem e recebem), como também são afetadas pelas destinações orçamentárias, ou pela ausência de uma correta aplicação dos recursos.

Sem sombra de dúvida, é um direito cidadão ter acesso a esse conhecimento sobre as fontes e aplicações de recursos públicos de forma clara, didática, que possibilite perceber inclusive os desvios de recursos públicos que deveriam estar financiando o bem-estar comum, mas acabam sendo destinados a privilégios de determinados grupos de poder (especialmente instalados no setor financeiro e grandes corporações voltadas para atividades de mineração, agronegócio de exportação e certas indústrias).

Para apoiar esse conhecimento acerca das finanças públicas, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) tem cumprido um relevante papel social, podendo ser considerada um exemplo de *common* social, tendo em vista as seguintes características:

- A ACD é movimento social organizado sob a forma de associação sem fins lucrativos, composto principalmente de voluntários e voluntárias;
- produz conhecimento a partir da investigação dos fluxos de recursos na esfera pública, da seguinte forma:

- identifica os problemas tanto no ingresso de recursos aos cofres públicos, como na destinação desses recursos, tais como teorias equivocadas e insustentáveis, ilegalidades, ilegitimidades, desvios, mecanismos financeiros, erros e complexas engenharias financeiras, a exemplo da chamada securitização de créditos públicos;
- traduz esse conhecimento por meio de formatos compreensíveis e didáticos, cartilhas, folhetos, vídeos, diagramas, gráficos etc., visando facilitar o acesso da forma mais ampla possível;
- propõe soluções para o enfrentamento dos problemas com participação da sociedade: campanhas, eventos e mobilizações.



<https://auditoriacidade.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/>

Atualmente, a Auditoria Cidadã da Dívida está envolvida em 3 grandes campanhas:

É HORA DE VIRAR O JOGO; LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI e CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS.

A campanha **É HORA DE VIRAR O JOGO** é destinada a popularizar a percepção acerca do equivocado modelo econômico que tem funcionado em nosso país, produzindo escassez para a imensa maioria das pessoas e concentrando a riqueza e a renda em uma minoria privilegiada. Comparamos esse modelo a um perverso jogo e a campanha se denomina “É HORA DE VIRAR O JOGO”, podendo ser acessada em nossa <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/> , onde são divulgados vídeos, textos e artigos que relacionam a campanha aos fatos de interesse geral, a exemplo das eleições majoritárias de 2022 <https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2022/06/brasil-eleicoes-e-modelo-economico/> .

Identificamos os principais eixos que sustentam o modelo econômico, os quais atuam no sentido de gerar escassez para a imensa maioria da população, ao mesmo tempo em que privilegiam uma minoria com extrema abundância:

1. o **Sistema da Dívida** é um dos principais eixos do modelo econômico brasileiro, pois absorve a maior fatia do orçamento federal para remunerar um rentismo sem contrapartida alguma em investimentos, como já declarou o Tribunal de Contas da União², e se alimenta de uma série de mecanismos financeiros³ que extraem recursos públicos para transferi-los principalmente a bancos e grandes corporações;
2. a **política monetária suicida praticada pelo Banco Central**, com a prática de juros exorbitantes e enxugamento excessivo de moeda para remunerar bancos;
3. o **modelo tributário regressivo**, que tributa pesadamente a classe trabalhadora e o consumo, penalizando os mais pobres, e deixa isentas a distribuição de lucros e dividendos sem limite, a

2 Representante do TCU apresentou dados ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019 <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/> . Tela reproduzida na Cartilha disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/>, página 13.

3 Ver tópico 4.1 da Cartilha disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/>, página 11 e seguintes.

exportação de commodities, as grandes fortunas, além de inúmeros incentivos fiscais injustificáveis para ricos;

4. o **modelo extrativista praticado pela mineração e grande agronegócio de exportação**, irresponsável para com as pessoas e o ambiente, deixando danos ambientais e ecológicos irreparáveis, porém, garantindo vultosos lucros às grandes corporações que exploram essas atividades.

A campanha **LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI**⁴ visa denunciar a libertinagem financeira praticada no Brasil, onde taxas de juros cobradas por emissoras de cartões de créditos ficaram, em média, em patamar superior a 450% ao ano durante vários anos, sendo que algumas emissoras praticavam taxas superiores a 1.000% ao ano⁵, como ilustram a reportagem⁶ e a tela do Banco Central a seguir:

g1 ECONOMIA

Juro do cartão de crédito rotativo sobe para 455% ao ano em maio, maior nível em mais de seis anos

Taxa média de juros cobrada pelos bancos em operações com pessoas físicas e empresas subiu para 45,4% em maio deste ano, o maior patamar desde agosto de 2017. Dados são do BC.

Por **Alexandro Martello, g1** — Brasília
28/06/2023 08h51 · Atualizado há 2 meses

Facebook WhatsApp Print

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE ENGL

Política monetária Estabilidade financeira BANCO CENTRAL DO BRASIL Estatísticas Cédulas e moedas Publicações e pesquisa

Home > Estatísticas > Taxas de Juros > Relatório de Taxa de Juros

Cartão de crédito - rotativo total - Pré-fixado

CSV Exportar

Taxas Juros			
Posição	Instituição Financeira	% a.m.	% a.a.
61	BCO AFINZ S.A. - BM	20,55	841,78
62	CALCRED S.A.	21,95	981,8
63	BCO TRIANGULO S.A.	22,06	993,24
64	OMNI SA CFI	22,94	1091,87

4 <https://auditoriacidadada.org.br/limite-dos-juros/>

5 https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?codigoSegmento=1&codigoModalidade=204101&historicotaxajurosdiario_atual_page=3&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2023-08-14

6 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/juros-do-cartao-de-credito-so-bem-para-4551-em-maio-maior-taxa-em-mais-de-seis-anos-diz-bc/#:~:text=Os%20juros%20cobrados%20pelos%20bancos,de%2086%2C3%20pontos%20porcentuais.>

Membros do nosso movimento trabalharam arduamente para construir uma proposta legislativa que foi apresentada ao Congresso Nacional para estabelecer limite de juros em lei. A proposta foi acatada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados e foi transformada em projeto de lei complementar PLP 104/2022, que tramita na Casa.

Essa campanha já trouxe um resultado parcial, pois levou autoridades a aprovar limite para juros cobrados por emissoras de cartões de crédito ao montante máximo de 100% do valor da dívida⁷, limite que passou a vigorar a partir de janeiro de 2024.

A **CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**⁸ visa integrar e fortalecer as diversas lutas sociais, comunicando iniciativas e apoios mútuos entre as diversas entidades, sindicatos, associações, movimentos sociais e coletivos participantes, além de divulgar essas ações publicamente, possibilitando que o conjunto da sociedade tome conhecimento e participe. A campanha foi lançada em fevereiro de 2024, realizou sua primeira grande plenária nacional em março e segue atuante e aberta à contínua participação de novos integrantes.

Dentre os eixos de luta dessa campanha, sobressaem as lutas por serviços públicos de qualidade, pela auditoria integral da dívida pública com participação social, pela educação universal, pública e de qualidade, pela seguridade social pública e digna (que envolve as áreas da saúde, previdência e assistência social), pelo direito ao trabalho digno, à terra e à moradia, ao acesso a energia limpa, justiça tributária, dentre outros.

A Auditoria Cidadã da Dívida também realiza diversas mobilizações pontuais, de acordo com os temas em pauta no cenário político-econômico do país, por exemplo:

MOBILIZAÇÃO PARA BARRAR DESVIO DE RECEITAS PÚBLICAS tributárias e não tributárias por meio do esquema financeiro denominado Securitização de Créditos Públicos que o PLP 459/2017 visa “legalizar”. Essa mobilização mereceu dedicação especial de nosso movimento, pois nos deparamos com um modelo de negócios que desvia receitas tributárias e não tributárias antes que estas alcancem os cofres públicos e pagamentos por fora dos controles orçamentários, os quais se destinam ao pagamento da dívida disfarçada gerada por esse esquema, ou seja, é uma fraude! E mais: ao contrário da falsa propaganda que diz que esse esquema trará recursos aos cofres públicos, na realidade

7 <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/775/noticia> , <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/01/03/novo-limite-para-juros-do-cartao-de-credito-foi-fruto-de-lei-aprovada-no-congresso>

8 <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

ele irá drenar – por fora – volumes crescentes de recursos. O ente federado que embarcar nesse esquema (município, estado, DF ou União) terá que entregar cerca de 4 a 5 vezes mais do que recebeu; funcionando como uma pirâmide financeira insustentável, além da perda de controle sobre parte da arrecadação que será desviada. Adicionalmente, o ente federado terá o dano decorrente da vergonhosa desmoralização por se submeter a um negócio fraudulento desses.

Diante da complexidade desse esquema⁹, a ACD produziu diagramas, a exemplo do que está reproduzido a seguir, vídeos, animações¹⁰, e diversos materiais didáticos. A mobilização contra a aprovação do PLP 459/2017 envolveu diversas ações no Congresso Nacional: visita a gabinetes¹¹ e entrega de folhetos¹², realização de audiência pública¹³ e até interpelações extrajudiciais a parlamentares¹⁴ e órgãos públicos, visando alertá-los acerca dos danos inseridos de forma cifrada no referido projeto. Infelizmente, apesar de tanta luta, a Câmara dos Deputados aprovou o PLP 459/2017 na calada da noite, conforme explicamos em entrevista à TV Democracia¹⁵. A ACD divulgou amplamente um agradecimento aos parlamentares que votaram contra esse projeto¹⁶ e um repúdio¹⁷ aos que votaram favoravelmente a esse projeto fraudulento. No momento estamos convocando a população para pressionar o presidente Lula para que vete o referido projeto¹⁸.

9 <https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

10 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/entenda-o-que-e-securitizacao-nesta-animacao/>

11 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mobilizacao-contr-plp-da-securitizacao-na-camara-e-na-marcha-dos-prefeitos/>

12 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/esquema-fraudulento-de-securitizacao-esta-na-pauta-de-hoje-na-camara/>

13 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assista-a-audiencia-publica-agora-online/>

14 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/entidades-protocolam-na-camara-federal-interpelacao-extrajudicial-contr-projeto-de-securitizacao/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nao-poderao-dizer-que-nao-sabiam-interpelacao-sobre-pl-da-securitizacao-e-entregue/>

15 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/tv-democracia-fattorelli-pede-veto-de-lula-a-projeto-da-securitizacao/>

16 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agradecimento-aos-parlamentares-que-votaram-contr-o-plp-459-2017-o-pl-da-securitizacao/>

17 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/confira-os-deputados-que-aprovaram-o-plp-da-securitizacao/>

18 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-lula-para-vetar-o-esquema-de-securitizacao/>



MOBILIZAÇÃO PARA APOIAR E INTEGRAR a Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular

A conquista dessa importante Frente Parlamentar¹⁹ foi fruto de muita mobilização por parte da ACD na coleta de assinaturas de parlamentares e apoio de entidades da sociedade civil. Ela foi instalada em setembro de 2023 e tem realizado seminários, audiências públicas e diversas iniciativas. No momento, está integrando e liderando a criação de uma **nova campanha pela baixa da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, porque essa conta está paga.**

¹⁹ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/frente-parlamentar-sobre-o-limite-dos-juros-e-a-auditoria-integral-da-divida-publica-com-participacao-popular-19-09-2023/>

A ACD incide também sobre órgãos do poder Executivo para requerer informações, questionar sobre certos posicionamentos²⁰ e apresentar sugestões²¹.

Esses exemplos do trabalho desenvolvido pela ACD, fruto da dedicação de inúmeros voluntários e voluntárias que investigam, identificam problemas, e buscam incidir junto às instituições e produzem conhecimento inédito que é traduzido para formatos populares que possibilitem ampla divulgação e conhecimento, pode ser considerado uma caso de *common* social.

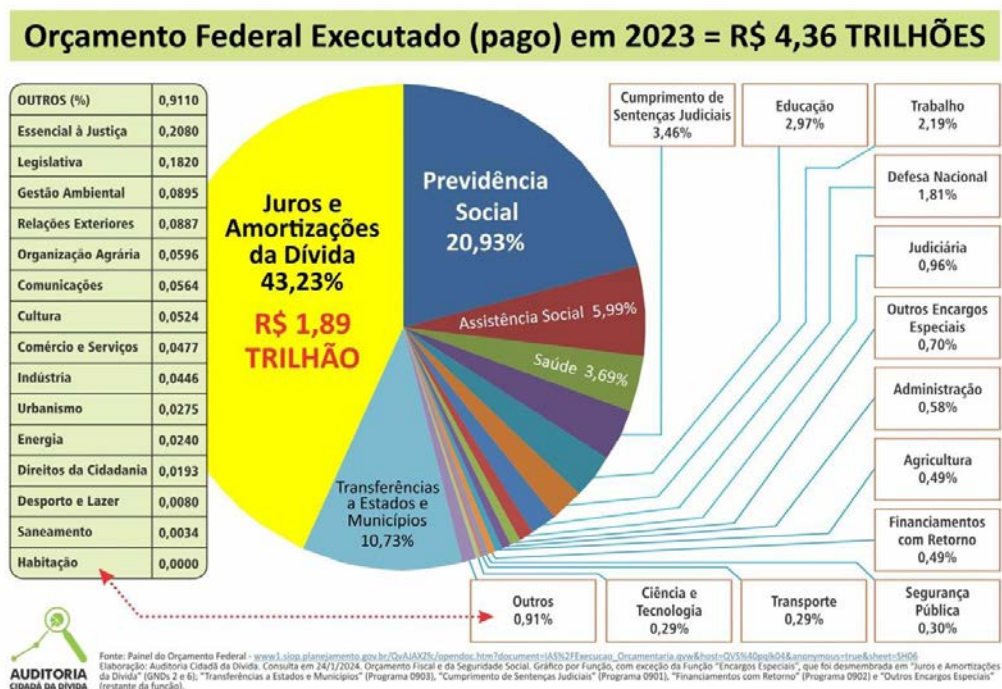
2 - COMMONS E O DIREITO COLETIVO AO CONHECIMENTO ACERCA DE QUEM FINANCIA O ESTADO? E PARA ONDE VÃO OS RECURSOS, OU SEJA QUEM SE BENEFICIA DO GASTO PÚBLICO?

Uma das principais linhas de atuação da ACD está relacionada ao estudo e à divulgação do orçamento público, tanto no lado do ingresso de receitas como do lado da destinação dos recursos públicos.

Em âmbito federal, as principais receitas orçamentárias são as (1) receitas tributárias, (2) as receitas provenientes de venda de títulos da dívida pública e (3) as receitas patrimoniais e comerciais advindas do lucro das empresas estatais, privatizações, royalties, entre outras. No lado do gasto, a principal fatia dos recursos é consumida com o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, como ilustra o gráfico seguinte.

20 Questionamentos à AGU e sugestão de questionamentos a serem feitos por parlamentares ao presidente do Banco Central, por ocasião de seu comparecimento à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Questionamentos-ao-presidente-do-BC-Roberto-Campos-Neto-26.09.2023.pdf>

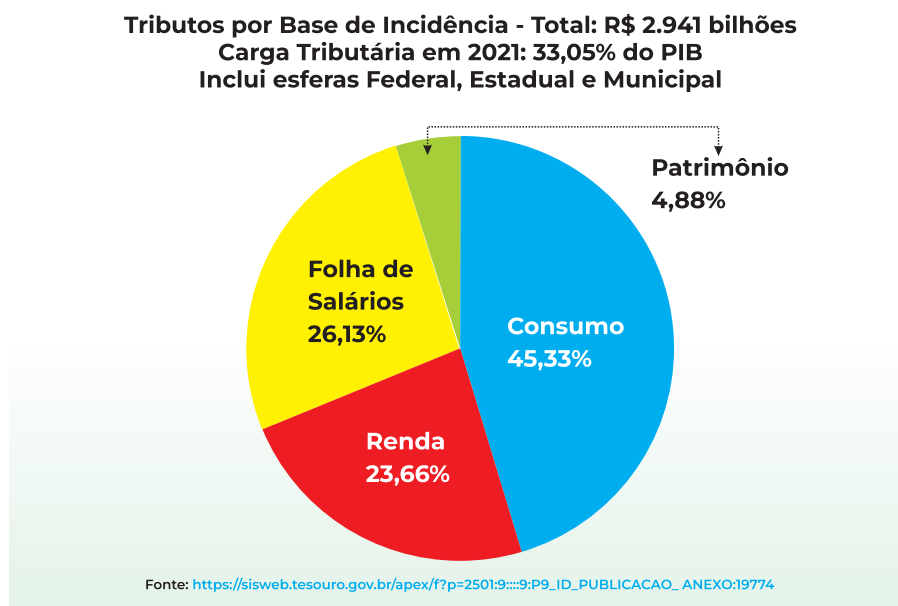
21 Carta aberta contra a privatização da Eletrobras <https://auditoriacidada.org.br/carta-aberta-contra-privatizacao-da-elektrobras/>, Sugestões da ACD ao TCU, face questionamentos formulados pelo Senado <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/sugestoes-da-auditoria-cidada-da-divida-ao-tcu-face-aos-questionamentos-formulados-pelo-senador-alvaro-dias/> e sugestões ao TCU sobre a Dívida dos Estados refinanciada pela União <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/em-dia-marcado-por-reunioes-auditoria-cidada-reforca-prioridade-do-debate-sobre-divida-publica/>



O Sistema da Dívida (que não tem contrapartida alguma em investimentos públicos, como já declarado pelo TCU, antes comentado) consome todas as receitas provenientes da venda de títulos públicos e ainda absorve receitas de outras fontes, retirando recursos²² que deveriam se destinar a áreas sociais e ao nosso desenvolvimento socioeconômico.

Ao pesquisar as fontes de recursos que alimentam o orçamento público no Brasil (quem financia o Estado), resta evidenciada a participação de toda a sociedade, especialmente porque a principal fonte de receita pública tem sido a arrecadação tributária, e, em nosso país, a maior parcela corresponde aos tributos indiretos, embutidos em tudo que consumimos, como mostra o gráfico seguinte. Dessa forma, até mesmo um mendigo, que ao receber uma esmola adquire alguma coisa para comer ou vestir, paga o tributo embutido nesses produtos.

²² <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/a-mentira-do-deficit-orcamentario-por-rodrigo-avila/>



Temos um modelo tributário injusto e regressivo, pois os pobres pagam proporcionalmente mais que os muito ricos em razão de injustificáveis benesses tributárias, isenções, não-incidência, incentivos e brechas que possibilitam questionável planejamento tributário. E essa situação tende a se agravar diante da aprovação da PEC 45/2019 pelo Congresso Nacional, apesar de vários alertas²³, pois a tributação sobre o consumo terá uma alíquota ainda maior, a mais elevada do mundo!

A segunda maior receita pública corresponde às receitas financeiras provenientes da venda de títulos da dívida pública. Porém, essas receitas são totalmente consumidas com o pagamento dos exorbitantes juros e demais mecanismos do Sistema da Dívida (a exemplo da “Bolsa-Banqueiro” paga diariamente pelo Banco Central aos bancos), tendo em vista que o próprio Tribunal de Contas da União já comprovou que a dívida interna federal não tem financiado investimentos no Brasil.

3 - COMMONS E O DIREITO COLETIVO AO CONHECIMENTO ACERCA DO SISTEMA DA DÍVIDA

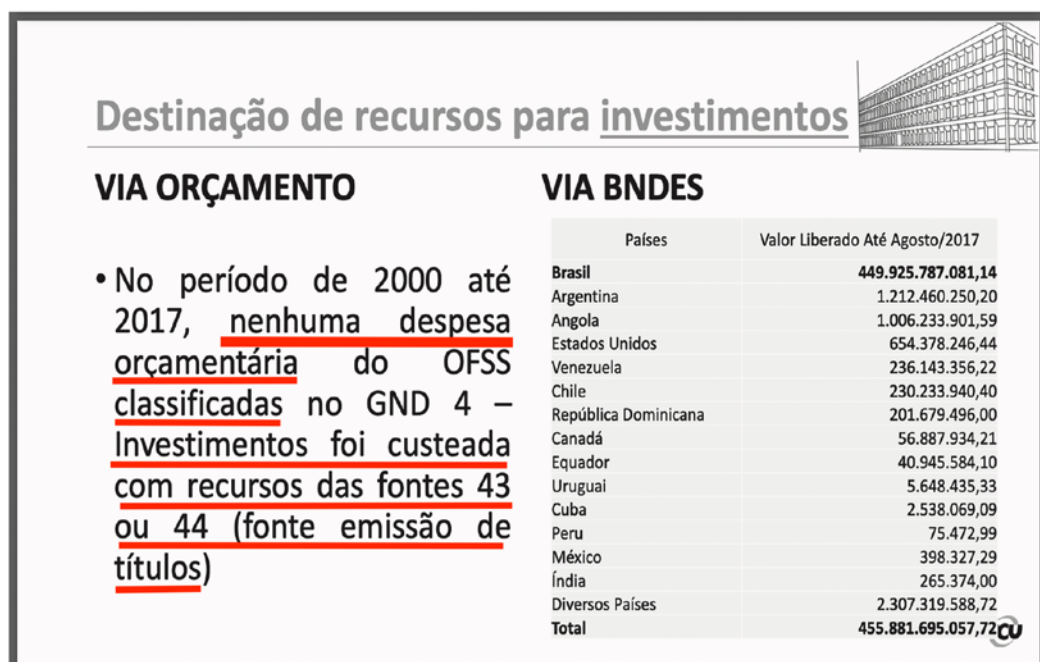
A dívida pública deveria ser um instrumento para financiar investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado

²³ <https://www.extraclasse.org.br/opinioao/2023/07/a-reforma-tributaria-em-curso-atende-as-necessidades-de-mudanca/>, <https://monitormercantil.com.br/qual-a-justificativa-para-tanta-urgencia-na-votacao-da-pec-45/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/quem-vai-pagar-a-conta-da-reforma-tributaria-do-consumo/>

às avessas, como o que denominamos “SISTEMA DA DÍVIDA”²⁴, promovendo uma contínua subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações, devido à atuação de diversos mecanismos financeiros, especialmente aqueles operados pelo Banco Central, como a Bolsa-Banqueiro.

O Tribunal de Contas da União já declarou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país²⁵, cabendo destacar uma das telas da apresentação, que resalta que “*nenhuma despesa orçamentária classificada como investimento foi custeada com recursos provenientes da emissão de títulos*”:



Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

Ora, se a dívida pública não tem sido empregada em investimentos, para que ela tem servido²⁶?

Há anos a Auditoria Cidadã da Dívida tem denunciado que a dívida pública federal interna tem servido para alimentar mecanismos²⁷ financeiros, como a Bolsa-Banqueiro (comentada a seguir), além de pagar juros

²⁴ Ver vídeo 17 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/video-17-ehoradevirarajogo/>

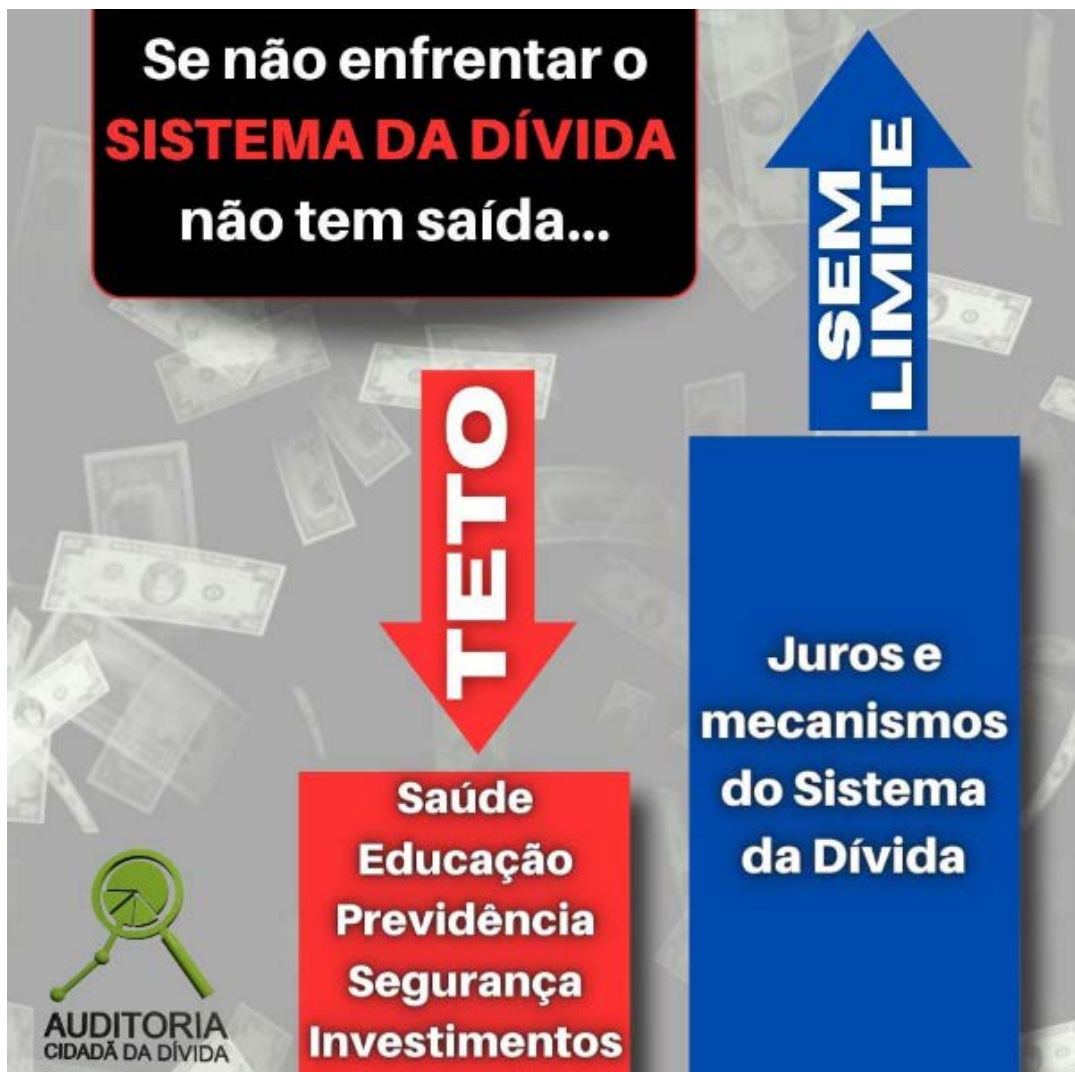
²⁵ <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

²⁶ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-que-voce-paga/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-no-brasil-por-maria-lucia-fattorelli/>

²⁷ <https://auditoriacidada.org.br/video/live-auditoria-cidada-revela-mecanismos-e-jogadas-da-divida/>

elevadíssimos, que fazem com que essa dívida se multiplique por ela mesma, sem ingresso algum de recursos aos cofres públicos. As dívidas públicas dos estados, que foram refinanciadas pela União a partir de 1997 seguem a mesma lógica, crescendo continuamente por conta de juros sobre juros abusivos, de tal forma que os estados já pagaram mais de 3 vezes o valor refinanciado e ainda devem mais de 5 vezes, sem que recebessem ingresso algum.

Essas dívidas públicas elevadas têm sido usadas para justificar contrarreformas (a exemplo das reformas da Previdência, que adiam, reduzem ou cortam direitos da classe trabalhadora para que sobrem mais recursos para o pagamento de juros da dívida); privatizações insanas do patrimônio público nacional e estadual, além de serem responsáveis por políticas econômicas que restringem o nosso desenvolvimento socioeconômico, a exemplo da Emenda Constitucional 95 de 2016 (EC-95), que estabeleceu o “Teto de Gastos”. O mais gritante é o fato de que o teto incide somente sobre investimentos sociais, para que “*sobrem recursos importantes para o pagamento da dívida pública*”, como consta expressamente da exposição de motivos da lei do no “arcabouço fiscal” (Lei Complementar 200/2023), que manteve o teto de gastos e autorizou apenas uma flexibilidade mínima, de no máximo até 2,5% ao ano, enquanto nenhum limite ou controle existe para os exorbitantes gastos com juros da dívida.



No âmbito dos estados, tanto a lógica da EC-95 como do arcabouço fiscal é reproduzida e reflete em políticas restritivas destinadas a priorizar o pagamento de suas dívidas. Essa situação tem se agravado ainda mais em estados que se submeteram ao nocivo “Regime de Recuperação Fiscal”²⁸ e mecanismos fraudulentos, como a Securitização²⁹, que desvia recursos públicos antes que estes alcancem o orçamento público e sequer são contabilizadas neste, o que configura uma fraude e um imenso desrespeito à população e a toda a legislação de finanças do país.

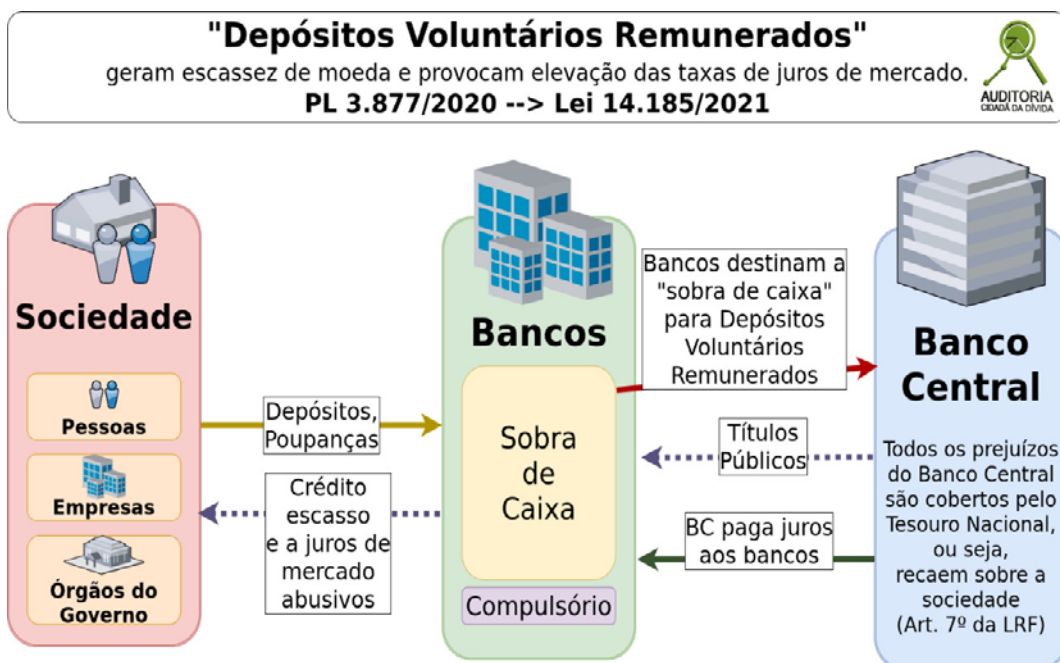
28 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/> e <https://auditoriacidada.org.br/fattorelli-participa-da-live-a-falacia-do-regime-de-recuperacao-fiscal-em-minas/>

29 <https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

4 - COMMONS E O DIREITO COLETIVO AO CONHECIMENTO DOS MECANISMOS QUE ALIMENTAM O SISTEMA DA DÍVIDA E A RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL SOBRE AS ELEVADÍSSIMAS TAXAS DE JUROS PRATICADAS NO BRASIL

Dentre os mecanismos de desvio de recursos públicos federais destinados a privilegiar grandes bancos destaca-se a BOLSA BANQUEIRO, paga diariamente pelo Banco Central aos bancos sobre dinheiro que sequer pertence a eles, mas ao conjunto da sociedade que mantém depósitos bancários ou aplicações financeiras. Um volume de cerca de R\$ 1,5 trilhão que deveria retornar à sociedade por meio de empréstimos a juros baixos, acaba sobrando no caixa dos bancos (porque eles cobram juros tão elevados que pessoas e empresas desistem de tomar empréstimos) e é depositada no Banco Central, que paga juros elevados diariamente aos bancos. Essa operação provoca, ao mesmo tempo, escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos ao mesmo tempo.

Atualmente, dois instrumentos são usados pelo Banco Central para essa remuneração: o abuso das Operações Compromissadas e o Depósito Voluntário Remunerado³⁰. O diagrama seguinte ilustra a Bolsa-Banqueiro:



³⁰ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/deposito-voluntario-remunerado-e-bolsa-banqueiro-sem-limite-e-sem-causa/>

Durante a tramitação do projeto de lei PL 3.877/2020 que instituiu o Depósito Voluntário Remunerado, em plena pandemia, a Auditoria Cidadã da Dívida chegou a preparar, em seis capítulos, a novela³¹ “Assalto aos cofres públicos” e interpelou³² extrajudicialmente as lideranças partidárias no Congresso Nacional, mas o referido projeto acabou sendo aprovado por meio de votação virtual, sem uma audiência pública sequer e sem a participação da sociedade que paga essa elevada e injustificável conta.

Essas operações constituem a principal causa das elevadíssimas taxas de juros de mercado praticadas no Brasil, que prejudicam toda a economia e fazem explodir a dívida pública.

O Banco Central, responsável pela prática desse infame mecanismo, assim como pela definição da elevadíssima taxa básica de juros praticada no país (Selic) parece não ter preocupação alguma com o sofrimento que provoca à economia e às pessoas, pois o seu presidente chegou a declarar publicamente que “... ***tem que colocar o país em recessão para conquistar credibilidade...***”³³.

31 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assalto-aos-cofres-publicos-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-e-plp-112-2019/>

32 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/interpelacao-extrajudicial-sobre-os-projetos-de-lei-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-plp-112-2019/>

33 “Entrevista concedida em dez/2021 quando a Selic já alcançava o patamar de 9,25% a.a.:

“...para segurar a inflação no centro da meta, é muito bom avançar nesse processo...”
<https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/voce-tem-que-colocar-o-pais-em-recessao-para-recuperar-a-credibilidade-diz-campos-neto>



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

📅 Publicado em 16/12/2021 - 13:39 👤 Vicente Nunes 📁 Economia

Subir juros não serve para controlar o tipo de inflação que existe no Brasil, tendo em vista que:

- A inflação verificada no Brasil decorre principalmente da elevação de preços administrados pelo próprio governo (combustíveis, energia etc.) e preços de alimentos, que não se reduzem com a alta de juros.
- A inflação acumulada (IPCA) em 2023 ficou dentro da meta de inflação (1,75%-4,75%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Não tem sentido algum manter a Selic alta!
- A diretoria do Banco Central (COPOM) insiste em manter altíssimas taxas de juros, sob a falsa justificativa de controle inflacionário.
- O reflexo das elevadas taxas de juros no PIB brasileiro tem sido grande, porque provoca grandes prejuízos à indústria e demais empresas. Exceção apenas ao grande agronegócio que goza de privilégios creditícios.

Tudo isso torna o Brasil um PARAÍSO PARA O RENTISMO, com recorde de lucro crescente para bancos, ao mesmo tempo em que bate recordes mundiais de safra agrícola de exportação e volta para o Mapa da FOME³⁴!



O nocivo impacto dos juros na economia, atingindo tanto as pessoas, empresas, como o setor público, tem levado inúmeras entidades a se manifestar, merecendo destaque o discurso do presidente da FIESP, que fez a relação entre os juros altos e o empobrecimento do país³⁵, e o pronunciamento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em nota “Mensagem ao Povo Brasileiro”³⁶, onde ressalta o aprofundamento do abismo social por causa dos juros abusivos:

34 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/inseguranca-alimentar-atinge-70-milhoes-de-brasileiros>

35 <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5090389-temos-assistido-ao-empobrecimento-do-pais-diz-presidente-da-fiesp-sobre-juros.html>

36 <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Mensagem-ao-povo-brasileiro.pdf>



Esses problemas têm origem na opção por um modelo econômico cruel, injusto e desigual. Por trás da palavra “mercado” existe um sistema financeiro e econômico autônomo, que protagoniza ações inescrupulosas, destrói a vida, precariza as políticas públicas, em especial a educação e a saúde, adota juros abusivos que ampliam o abismo social, afeta a cadeia produtiva e reduz o consumo dos bens necessários à maioria do povo brasileiro.

O impacto da alta da Selic na dívida pública é gritante! Atualmente, a cada 1% de aumento da Selic temos um gasto extra de mais de R\$50,1 bilhões com juros da dívida pública, segundo dados publicados pelo próprio Banco Central³⁷:

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,3	-0,07	9,8	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-50,1	-0,45	-45,5	-0,41
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-19,2	-0,17	-18,9	-0,17

Não existe justificativa plausível para praticamos os juros reais mais elevados do mundo, comprometendo parcela cada vez mais elevada do orçamento público com essa obrigação. Dentre as causas desse abuso sobressaem a falta de limite para juros em lei, aliada à nociva atuação do Banco Central no Brasil.

Setenta e seis países praticam limite de juros em normas legais, a exemplo de Portugal³⁸. No 3º trimestre de 2023, vigoram, para cada tipo de contrato de crédito, as seguintes taxas máximas anuais (TAEG = Taxas Anuais de Encargos Efetivas Globais):

37 https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202405_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

38 Instrução nº 12/2023, do Banco de Portugal https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/instrucoes/478858244_1.docx.pdf

3.º trimestre de 2023		TAEG máxima
Crédito Pessoal	Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	7,4%
	Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	14,2%
Crédito Automóvel	Locação Financeira ou ALD: novos	4,6%
	Locação Financeira ou ALD: usados	5,4%
	Com reserva de propriedade e outros: novos	10,2%
	Com reserva de propriedade e outros: usados	13,2%
Cartões de Crédito, Linhas de Crédito, Contas Correntes Bancárias e Facilidades de Descoberto		17,4%

Por isso a Campanha pelo limite dos juros no Brasil é tão importante. O PLP 104/2022 estabelece limite máximo de juros no patamar de 12% ao ano ou o dobro da Selic, o que for menor, mas em nenhum caso não pode ultrapassar o teto de 12% ao ano. Adicionalmente, o referido projeto proíbe o abuso da remuneração diária da sobra de caixa dos bancos que tem sido feita diariamente pelo Banco Central, como um *overnight* à custa do povo.

5 - COMMONS E O DIREITO COLETIVO AO CONHECIMENTO A RESPEITO DO CHAMADO “ROMBO” DAS CONTAS PÚBLICAS

A grande mídia e setores governamentais costumam alardear que o rombo das contas públicas estaria no excesso de gastos com os benefícios sociais ou com a estrutura do Estado, induzindo a sociedade a acreditar que teria que cortar investimentos em serviços públicos essenciais como saúde e educação, por exemplo, ou realizar contrarreformas da Previdência, além de privatizar a prestação desses serviços.

Na realidade, o que se comprova é o contrário: as áreas sociais estão carentes de recursos, funcionando de forma precária, e setores submetidos a privatização, na maioria das vezes, ficam sucateados em decorrência da falta de recursos suficientes para o seu correto funcionamento, por causa das políticas econômicas neoliberais de teto e arcabouço fiscal com drásticos limites para investimentos públicos.

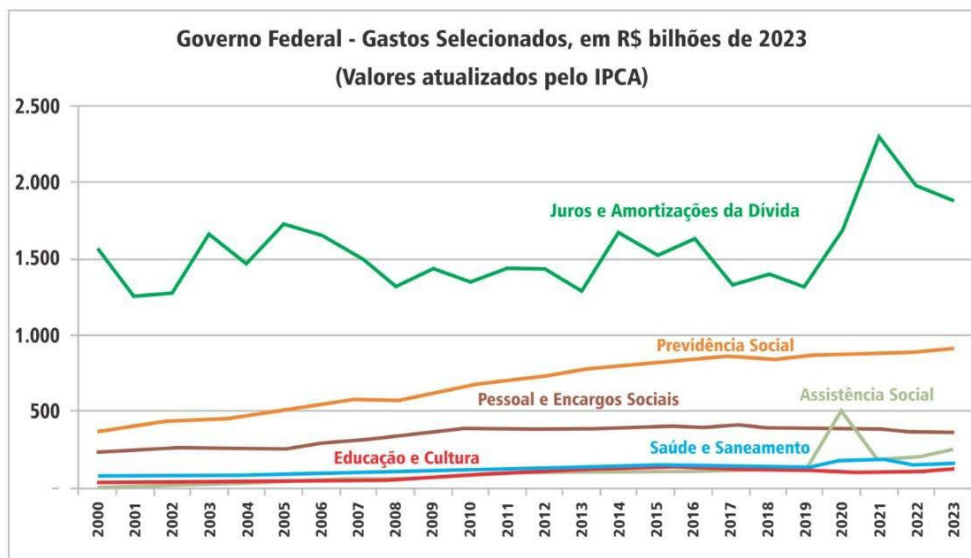
Considerando que não falta dinheiro no Brasil, pois além de imensas riquezas, temos mantido trilhões de reais em caixa há vários anos, onde de

fato está o rombo das contas públicas? Por que a estrutura do Estado está sucateada? Chegamos a quase R\$ 5 TRILHÕES em caixa em 31/3/2024³⁹:

- R\$ 1,572 TRILHÃO na Conta Única do Tesouro Nacional,
- R\$ 1,484 TRILHÃO no caixa do Banco Central, e
- R\$ 1,773 TRILHÃO em Reservas Internacionais!

O gráfico seguinte, construído com dados oficiais em valores atualizados pelo índice oficial de inflação (IPCA), comprova onde de fato está o problema das contas públicas:

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ;
Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

A riqueza impressionante do Brasil, sob todos os aspectos, é inconteste. No entanto, a imensa maioria do povo brasileiro vive em inaceitável estado de escassez, principalmente devido ao modelo econômico aqui aplicado, o qual privilegia o Sistema da Dívida, conectado com a política monetária suicida do Banco Central⁴⁰, as atividades primárias do grande agronegócio de exportação e mineração predatória, e ainda aplica um modelo tributário injusto e regressivo.

39 Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202404_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

40 <https://auditoriacidada.org.br/video/video-12-ehoradevirarojogo/>

6 - COMMONS E O DIREITO COLETIVO A UMA VIDA DIGNA, ESPECIALMENTE DIANTE DAS IMENSAS RIQUEZAS EM NOSSO PAÍS

A Constituição Federal brasileira indica a “dignidade da pessoa humana” como um dos fundamentos de nossa República Federativa (Art. 1º, III) e elenca, no Art. 3º, os objetivos fundamentais:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O texto constitucional é irreparável, e constitui a base legal para exigirmos o cumprimento desses objetivos, pois na prática, a prioridade tem sido outra, comandada por altos interesses do poder financeiro e de grandes corporações.

7 - CONCLUSÃO

Diante do inaceitável cenário de escassez em que vive a imensa maioria de nossa população, o que a sociedade organizada pode fazer? Em primeiro lugar, entendemos que é preciso divulgar o conhecimento sobre esse modelo econômico que nos coloca no avesso do país que poderíamos ser, a fim de gerar consciência social suficiente para virar esse jogo⁴¹, realizar auditoria da dívida com participação social⁴², limitar os juros no país⁴³ e garantir direitos sociais⁴⁴ para todas as pessoas, como buscamos fazer no contexto das Campanhas que promovemos.

Assim, a Auditoria Cidadã da Dívida tem atuado em várias frentes desde o ano 2000, investigando as contas públicas de forma cidadã, produzindo conhecimento a partir dos nossos achados e popularizando esse debate por meio de publicações diversas, eventos públicos e virtuais, campanhas

41 <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

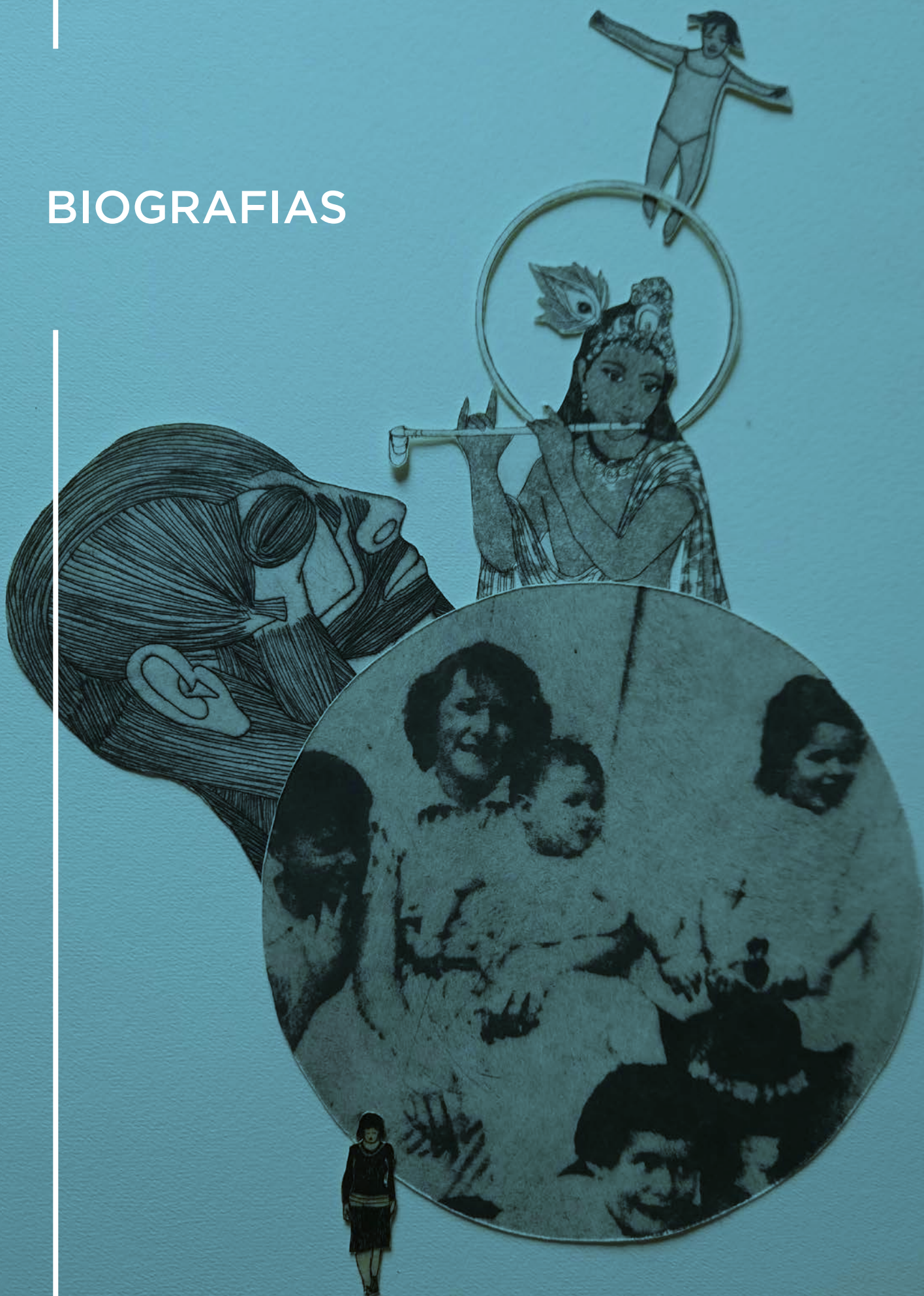
42 <https://auditoriacidada.org.br>

43 <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

44 <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

populares, atuação diária em redes sociais, além de buscar soluções mediante ações junto a todos os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Por tudo isso, consideramos que nossa atuação pode ser considerada como um exemplo de ***Common social***, ampliando o **conceito de *Commons* ao direito coletivo ao conhecimento e à transparência das Contas Públicas.**

BIOGRAFIAS



GIULIANA CIANCIO

Giuliana Ciano (PhD) é pesquisadora, gestora cultural e professora especializada em artes performativas, cooperação cultural internacional e política cultural. Ela foi curadora de projetos premiados na UE, (como *Be SpectACTive!*), reconhecido por implementar estratégias participativas e de democracia cultural.

Ela é cofundadora da empresa italiana Liv.in.g (*Live Internationalization Gateway*), membro do grupo de pesquisa Culture Commons Quest Office (Universidade de Antuérpia, Bélgica) e atua tanto no conselho da rede internacional *On The Move* quanto no *ENCATC- Journal of Cultural Management and Policy*.

Suas áreas de atuação incluem política cultural, ativismo, práticas participativas e o papel da emoção na política. Ela publica regularmente em periódicos acadêmicos e de alcance geral.

MARIA FRANCESCA DE TULLIO

Maria Francesca De Tullio é ativista, especialista jurídica e pesquisadora de pós-doutorado em Direito Constitucional na Universidade Federico II em Nápoles. Realizou uma estadia de pesquisa na Université Paris 2 Panthéon-Assas em 2017 e, posteriormente, atuou como pesquisadora de pós-doutorado na Universidade da Antuérpia no âmbito do projeto europeu *Cultural and Creative Spaces and Cities*. É membro do grupo de pesquisa *Constitutions in the Age of the Internet* da Rede Internacional de Cátedras, Instituições e Personalidades sobre o Estudo da Dívida Pública.

Suas principais áreas de pesquisa incluem: bens comuns, políticas culturais, contraterrorismo e estados de emergência jurídicos, direito da Internet e governança econômica europeia.

PASCAL GIELEN

Pascal Gielen, é escritor e professor titular de sociologia da cultura e da política no Instituto de Pesquisa pelas Artes na Antuérpia (Universidade da Antuérpia - Bélgica), onde lidera o “Culture Commons Quest Office” (CCQO). É editor-chefe da série internacional de livros *Antennae - Arts in Society* (Valiz). Em 2016, foi laureado da bolsa Odysseus para pesquisas científicas internacionais de excelência, concedida pelo Fundo de Pesquisa Científica de Flandres, na Bélgica. Em 2022, foi nomeado pelo Governo Flamengo como curador da conferência “Culture Talks”.

Tendo publicado numerosos livros em diversas línguas, sua pesquisa se concentra no trabalho criativo, no comum, na política urbana e cultural. Frequentemente escreve artigos para os jornais *De Morgen* e *De Standard*, Bélgica.

STAVROS STAVRIDES

Stavros Stavrides, arquiteto e ativista, é professor na Escola de Arquitetura da Universidade Técnica Nacional de Atenas (NTUA), na Grécia, onde leciona disciplinas de graduação sobre design habitacional e design urbano, além de um curso de pós-graduação sobre o significado da experiência metropolitana. Atualmente, é chefe do *Laboratório de Design de Arquitetura e Comunicação* da NTUA.

Realizou extensos trabalhos de campo no Brasil, Uruguai, Argentina e México, com foco na habitação como um bem comum e nas lutas urbanas por autogestão. Entre suas publicações recentes estão *Common Spaces of Urban Emancipation*, *Common Space: The City as Commons*, *Towards the City of Thresholds* e *From the City-as-Screen to the City-as-Stage*, bem como inúmeros artigos sobre a cultura da comunização urbana.

DENISE POLLINI

Denise Pollini é uma educadora e curadora que vive na Antuérpia, Bélgica. Foi Coordenadora do Serviço Educativo do Museu de Arte Contemporânea de Serralves (Porto, Portugal) entre 2015 e 2021 e do Setor Educativo do Museu de Arte Brasileira (São Paulo, Brasil) entre 1999 e 2015. Em 2023 realizou a curadoria, junto com Pascal Gielen, da Conferência internacional e Workshops: “Comum: Pela Política e Estética da Partilha”, realizada em São Paulo no CPF- SESC.

Desenvolve, na Universidade da Antuérpia, a pesquisa de PhD: “The Commons and Contemporary Art Museums: the Commons as a Pathway to a New Institutional Dynamic.” Desde 2022 integra o Centro de Investigação “Culture Commons Quest Office” (CCQO) na Antuérpia e é bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em Portugal.

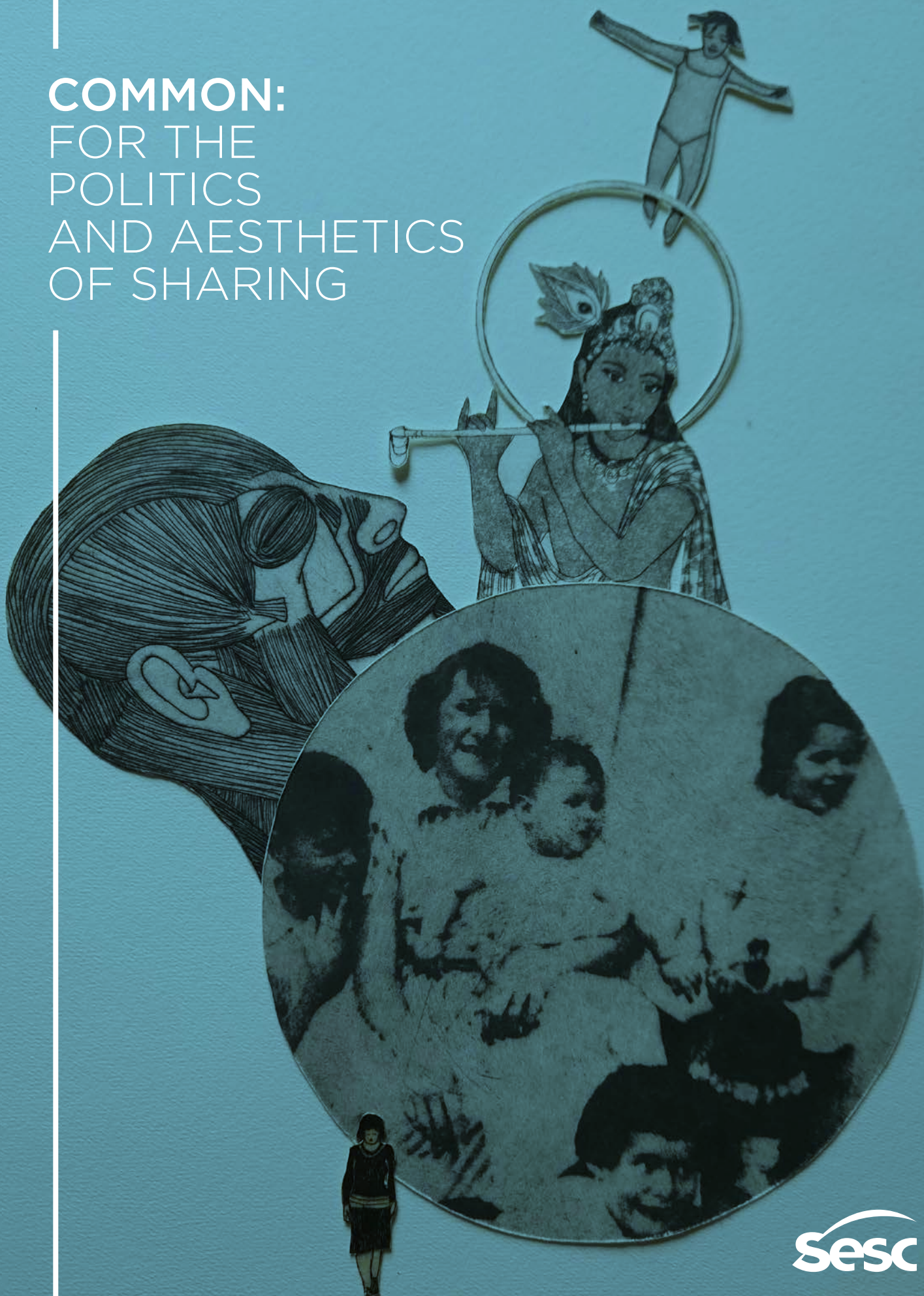
GEORGIA NICOLAU

Criadora e articuladora de processos e projetos que envolvam o fortalecimento do comum como estratégia política, fortalecimento da sociedade civil e colaboração para a mudança social. Pesquisadora de temas ligados ao bem viver, comum, justiça social e desigualdade. Senior Fellow na Atlantic Fellows for Social and Economics Equity, da LSE e pesquisadora associada do grupo de Políticas da Desigualdade na mesma universidade. Uma das fundadoras do Instituto Procomum, organização da sociedade civil que trabalha para fortalecer a experimentação e a inovação social por meio da defesa e da proteção do Comum.

MARIA LUCIA FATTORELLI

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida desde 2000 <www.auditoriacidada.org.br>. Membro titular da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB. Graduada em Administração (UFMG) e Ciências Contábeis (FMS), especialização em Administração Tributária (FGV/EAESP), auditora-fiscal do Ministério da Fazenda, aposentada desde 2010. Atuou como membro da Comissão de Auditoria da Dívida do Equador (2007/2008) e da Comissão de Auditoria da Dívida da Grécia (2015). Assessorou a CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados do Brasil (2009/2010), e a CPI da PBH Ativos S/A da Câmara Municipal de Belo Horizonte sobre o esquema de Securitização (2017). Vários livros e artigos publicados no Brasil e exterior.

COMMON:
FOR THE
POLITICS
AND AESTHETICS
OF SHARING



SUMMARY

127 INTRODUCTION

128 Introduction "Common: For the Politics and Aesthetics of Sharing"

Denise Pollini

141 ARTICLES

142 The greatest battle of our era is the contest for time:

Georgia Nicolau interviews Raquel Gutierrez, an anti-patriarchal commune member

153 Emancipatory Commoning: Learning from Urban Struggles

Stavros Stavrides

166 Navigating Organic Crisis: Emotional Clusters, Cultural Politics,
and Commons-based Cultural Policies

Giuliana Ciancio

184 Commoning Trust

Pascal Gielen

199 Cultural Policies, Emerging Commons, and Creative Use of Law

Maria Francesca De Tullio

212 The citizen's right to complete transparency of the Debt System

Maria Lucia Fattorelli

238 BIOGRAPHIES

239 **Giuliana Ciancio**

239 **Maria Francesca De Tullio**

240 **Pascal Gielen**

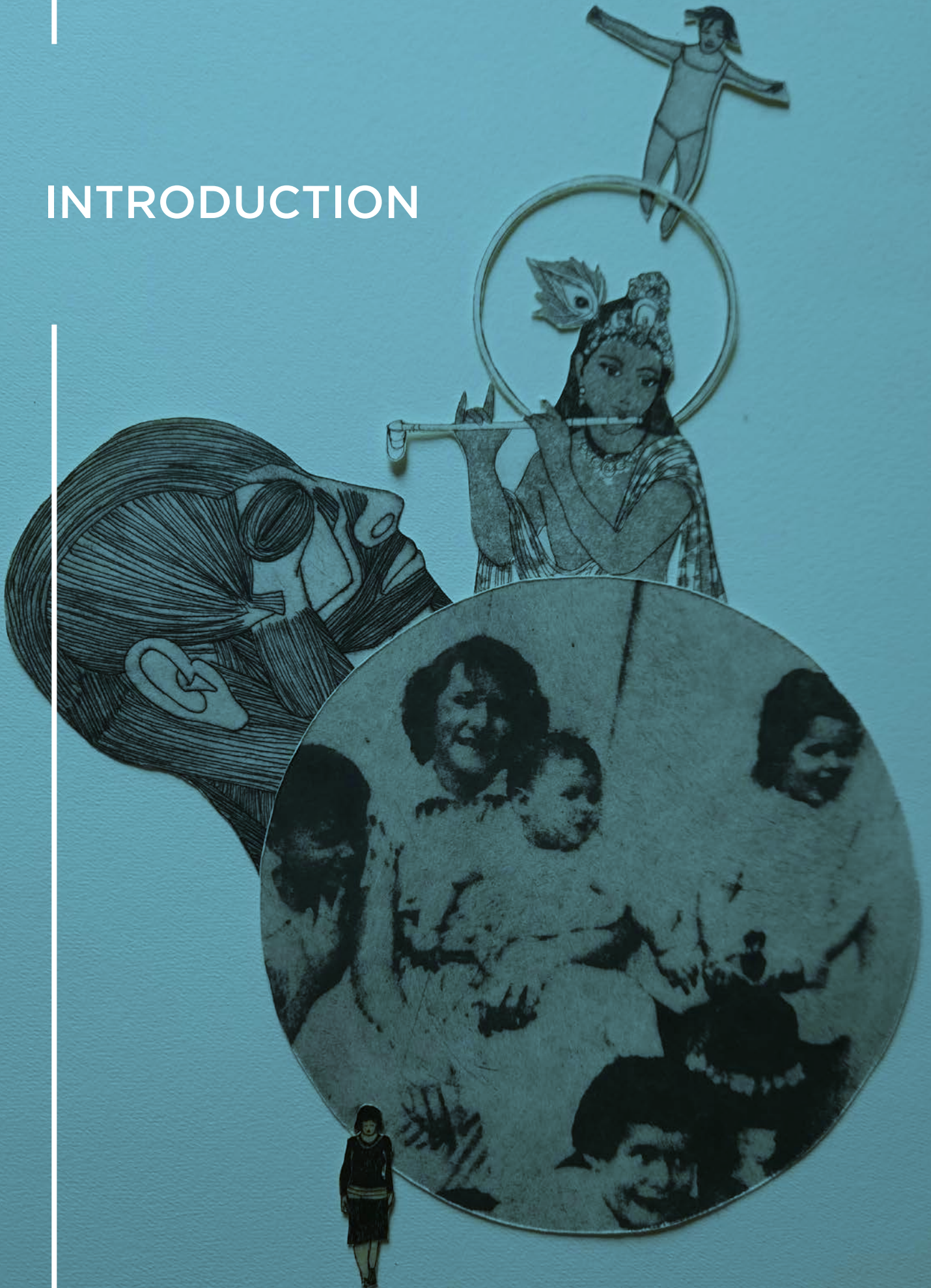
240 **Stavros Stavrides**

241 **Denise Pollini**

241 **Georgia Nicolau**

241 **Maria Lucia Fattorelli**

INTRODUCTION



INTRODUCTION_“COMMON: FOR THE POLITICS AND AESTHETICS OF SHARING”

Denise Pollini

“The difficulty lies, not in the new ideas, but in escaping from the old ones, which ramify, for those brought up as most of us have been, into every corner of our minds¹.”

John Maynard Keynes

Since the development of market capitalism, the dominant “old idea” that has been present in our minds and in our society is, as David Bollier (2007: 27) has called it, our acquiescence that this (Capitalism) is “the way things work” and the belief that no other economic system can succeed or prevail, or even the realization that there are only two models for governing social dynamics: the laws of the market and the state.

In 1936, when British economist John Maynard Keynes wrote these words in “*The General Theory of Employment, Interest and Money*,” he was not specifically addressing the concept of the “commons” or the “common good” as understood in contemporary “Commons Studies².” However, his words remain highly relevant to understanding the historical resistance to communal practices and resource sharing, as well as the widespread perception that efforts to protect the commons are utopian or naive.

COMMONS, COMMON, COMMUNALIZATION

From the Latin *communis* meaning common, public, universal, or *res communis*, used in the sense of something shared by all, the term “commons” in English has its origins in the sense of “*land in common*”. The etymology of the term is heavily rooted in the notion of communal farmland held by a group or community.

1 Keynes, J. M. (1997). *The general theory of employment, interest and money* (Original work published 1936, reprint ed.). Prometheus Books, p. 10.

2 The field known as Commons Studies emerged in the late 1990s and has since established itself as a robust theoretical framework. Grounded in the practices of sharing both material and immaterial sources, it advances new conceptions of ownership, alternative forms of social organization, and, a significant extent, positions itself as an alternative to the traditional market-state dichotomy.

In Portuguese, translating Commons merely as “common” tends to diminish the active and processual dimensions inherent in the practices associated with the concept. For this reason, when organizing the conference **“Common: For the Politics and Aesthetics of Sharing,”** held at the SESC-SP Research and Training Center in September 2023, we deliberately included the term “sharing” in the title to emphasize the activism and engagement embedded in such practices. Similarly, in the book *“Common Space: The City as Commons”*³ by Stavros Stavrides—one of the authors featured in this edition—the Lisbon-based editors chose to translate commons as “communalization,” aiming to preserve the conceptual richness of the term “commons.”

In its contemporary definition, the terms “commons,” “common,” and “communalization” are linked to the practice of sharing, both in its material and immaterial forms. They refer to the praxis of what is created within a situation of *communitas* (community, collectivity).

“By ‘the common’ we mean, first of all, the commonwealth of the material world— the air, the water, the fruits of the soil, and all nature’s bounty—which in classic European political texts is often claimed to be the inheritance of humanity as a whole, to be shared together. We consider the common also and more significantly those results of social production that are necessary for social interaction and further production, such as knowledges, languages, codes, information, affects, and so forth. This notion of the common does not position humanity separate from nature, as either its exploiter or its custodian, but focuses rather on the practices of interaction, care, and cohabitation in a common world, promoting the beneficial and limiting the detrimental forms of the common. In the era of globalization, issues of the maintenance, production, and distribution of the common in both these senses and in both ecological and socioeconomic frameworks become increasingly central.”⁴

This expanded understanding of the concept of the Commons in contemporary times allows for reflections more relevant to current circumstances and the production of ‘goods,’ which have transitioned from a tangible reality to a diverse and dispersed digital immateriality. Over time, the term has evolved to include the interaction flows and the conditions necessary

3 Stavrides, Stavros. (2021). *Espaço Comum: A Cidade como Obra Colectiva*. Lisboa: Orfeu Negro, p.23.

4 Hardt, M., & Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Harvard University Press, p.viii.

for their existence. As Joana Braga highlights in her preface to the Portuguese edition of “Espaço Comum: A Cidade como Obra Colectiva” by Stavros Stavrides (2016):

“In contemporary times, the semantic field of the term ‘commons’ has also expanded, now designating all of these types of resources and activities, and, crucially, referring to practices and relational forms that link the ‘commons’ and connect them to the spaces and objectives of social A conceptual shift is thus taking place: the ‘commons’ are no longer understood as resources, but rather as social dispositions.”⁵

“BAD PR” OR UNFAVORABLE PUBLICITY

The theory widely known as the “*Tragedy of the Commons*” (Hardin, 1968) significantly shaped how proposals for managing common resources were perceived for decades, with its influence extending across various fields—from Economics and Social Sciences to Ecology. Based on individualistic principles, Hardin’s theory predicted—incorrectly—that resource-sharing practices would be doomed to failure as a certain segment of the group would undoubtedly act solely in favor of itself (the so-called “Free Rider”), resulting in an imbalance that would ultimately lead to the collapse of the entire system and the depletion of local material or natural resources.

As several authors later demonstrated, including Elinor Ostrom, who published her extensive research in 1990⁶, Hardin was founded on incorrect premises, causing confusion between, as Pierre Dardot and Christian Laval (2019: 97) point out, “total free access on the one hand and collective organization and management on the other” or even, as Massimo De Angelis pointed out:

5 “Na contemporaneidade, o campo semântico do termo ‘comuns’ expandiu-se igualmente, designando agora todos estes tipos de recursos e actividades, e, de forma crucial, referindo práticas e formas relacionais que ligam os ‘comunais’ e os conectam aos espaços e objectos da vida social. Opera-se assim uma mudança conceptual: os ‘comuns’ já não são entendidos como recursos, mas como disposições sociais.” Braga, J. (2021). *A cidade como terreno comum: Limiares urbanos e a invenção de novos horizontes do possível*. In S. Stavrides, *Espaço comum: A cidade como obra colectiva* (p. 20). Lisboa: Orfeu Negro. Free translation by the author.

6 Which awarded her the Nobel Prize in 2009, making her the first woman to win the Nobel Prize in Economics.

“By assuming that commons are a free-for-all space from which competing and atomised ‘economic men’ take as much as they can, [Hardin] has engineered a justification for privatisation of the commons space rooted in an alleged natural necessity. [Hardin] forgets that there are no commons without community within which the modalities of access to common resources are negotiated. Incidentally, this also implies that there is no enclosure of commons without at the same time the destruction and fragmentation of communities.”⁷

Even though it was mistaken, Hardin’s negative analysis still haunted the word “Commons” until very recently, and only in the last decades of the 20th century did so-called “Commons Studies” begin to overcome this unfavorable publicity with the subsequent publication of numerous studies with examples of communal enterprises in rural areas, as well as actions rooted in the sharing of spaces and goods in urban life at the turn of the millennium (in chronological order: Ostrom, 1990, Rose, 1994, Maurer, 1997, Klein, 2001, Bollier, 2002, Weber, 2002, Mann, 2002, Harvey, 2003, to name but a few) demonstrates the strength of the concept since then. The numerous successful (and sustainable) cases of communal action led authors Charlotte Hess and Elinor Ostrom (2007:11), to proclaim in their book “Understanding Knowledge as a Commons”: “Au contraire, Monsieur Hardin!”.

The “phenomenon of the commons” and the increase in practical examples related to the practice of sharing or communalization overlap significantly with globalization and the entrenchment and spread of neoliberal forces, and a multitude of authors⁸ identify the practice of “commonism” as a possible alternative to the degradation of civil rights by the market and the domineering action of a state (at a global level) that is increasingly at the service of the market, often at the expense of the well-being of its population.

As Pascal Gielen, in his recently published book, *“TRUST - Building on the Cultural Commons,”* states:

7 De Angelis, M. (2004). Separating the Doing and the Deed: capital and the continuous character of enclosures. *Historical Materialism*, 12(2), p 58.

8 The number of authors who are part of so-called “Common Studies” is far too long for an exhaustive list. To mention just a few of the main authors, I would highlight: Lauren Berlant, Nicholas Blomley, David Bollier, James Boyle, Giuliana Ciancio, Pierre Dardot, Massimo De Angelis, Maria Francesca De Tullio, Silvia Federici, Pascal Gielen, Michael Hardt, Charlotte Hess, Naomi Klein, Christian Laval, Bill Maurer, Anthony McCann, Antonio Negri, Elinor Ostrom, Carol Rose and Stavros Stavrides.

“Commons initiatives [...] develop precisely in that domain where a government has no attention or fails to act and where market parties (as yet) see no profit. That third space between state and market is, as said, that of the civil initiative, where citizens roll up their sleeves themselves.”⁹

In Brazil and Latin America, examples of communal practices and the sharing of common goods date from before European colonization and, at the same time, are numerous, organized, and, over the last few decades, have effectively achieved results for their own communities, as well as social transformations that extend far beyond local borders, as the analyses and examples in this publication demonstrate¹⁰.

It was, therefore with the aim of presenting examples of practices and reflections on the subject and promoting the exchange of knowledge between Brazil and some European countries that the conference and workshops “**Comum: Pela Política e Estética da Partilha**”¹¹ were held in September 2023 at the headquarters of the Research and Training Center - SESC - SP and brought together researchers, authors, and activists from Brazil, Belgium, Italy, Portugal, and Greece. The main topic of the meeting was ‘What is the common good?’ How does it currently manifest itself in our lives through democracy, politics, laws, the internet, security, and public debt?

This publication presents some reflections based on the conferences and workshops held during the warm winter of 2023 in São Paulo between September 1st and 3rd. Therefore, the outcome presented herein is not structured as a theoretical summary of the event but rather a conversation that commenced from that meeting and whose perspective was intended to facilitate further advancements of those discussions and enhance the connections with European, Brazilian, and Latin American examples.

For this publication, Georgia Nicolau, one of the founders of the Procomum Institute (Santos, Brazil), a researcher and active promoter of actions linked to the common good and social justice, interviewed Mexican sociologist Raquel Gutierrez - one of the references in social struggles in Mexico and Latin America since the 1980s. In this interview called “The fight for time is the biggest fight of our times: Georgia Nicolau in conversation

9 Gielen, Pascal. (2024). “*TRUST: Building on the Cultural Commons*”. Valiz, p.72.

10 Particularly described by Stavros Stavrides in this publication (2025: XX) and also in the book: “Common spaces of urban emancipation”. Manchester University Press, 2019, p.129-159.

11 T.N. “*Common: For the Politics and Aesthetics of Sharing.*”

with Raquel Gutierrez, an anti-patriarchal common fighter,”¹² the two discuss a critical history of the struggle for the commons in Latin America and address topics such as gender issues concerning care—recalling the work of Italian author Silvia Federici—and the usurpation of common goods throughout the world, specifically in Latin America. Gutierrez emphasizes the significance of creating new spaces for deliberation and safeguarding existing ones from neoliberal domination in opposition to the forces that aim to undermine the efforts of the commons, such as paramilitary forces and the usurpation of common goods around the world, especially in Latin America.

In the text *“Emancipatory Commoning: Learning from Urban Struggles,”* Stavros Stavrides, an architect, theorist, and activist, scrutinizes the mechanisms of value production by the market, the notion of wealth from the perspective of the common and locates the fundamental element that must be questioned and transformed by the practices of cooperation and communality. His long career of field research in various countries, especially in Latin America, gives Stavrides a privileged perspective on the development of communalization practices; from the Rojava Revolution in Syria to the “Landless Rural Workers’ Movement” (MST) and the actions of the “Marielle Vive” campaign in Brazil to the Zapatista movement in Chiapas, Mexico (which Stavrides has been researching for several years on constant field trips). A lucid observer of urban dynamics, Stavrides views the urban environment not only as a “mere receptacle of social life but a predominantly formative factor in shaping it.”¹³

Like the previously mentioned authors, Stavros Stavrides presents communal practices as a political proposition that offers an alternative to capitalist hegemony. He explores the “emancipatory possibilities of communalization” while cautioning that for communal organization to be truly emancipatory, it must avoid the pitfalls of “neoconservative communitarianism”—that is, it must not become closed off or inward-looking. Stavrides thus suggests that, through the commons, society can develop a new relationship with the concept of ownership—a theme also explored by Maria Francesca De Tullio in her text *“Cultural Policies, Emerging Commons, and Creative Use of Law,”* included in this edition.

In *“Navigating Organic Crisis: Emotional Clusters, Cultural Politics, and commons-based Cultural Policies,”* researcher and cultural manager Giuliana Ciancio delves into the role of emotions and the revolutionary

12 Original title: “A disputa pelo tempo é a maior disputa dos nossos tempos”, Georgia Nicolau em conversa com Raquel Gutierrez, uma comuneira anti-patriarcal”, tradução livre da autora.

13 Stavros Stavrides in this publication (2025: XX)

potential of culture in contemporary politics, drawing on Gramsci's concept of the "organic crisis."¹⁴

Ciancio then develops the concept of "emotional clusters¹⁵" to reflect on the web of emotions in post-Fordist society and their impact on current political polarization. Her text is extremely relevant for mapping a way out of far-right discourse and political polarization in light of recent global political events. Ciancio starts from the following definition of "emotional clusters":

"I define these clusters as temporary, informal, values-based groupings where personal issues converge to react critically to neoliberalism and its anti-liberal manifestations."

These shared values that Ciancio discusses are clearly described in the surprising period of flowering of the commons in Naples—which became known as "The Season of the Commons" — after the election of Luigi De Magistris as mayor in 2011. The description of the Neapolitan context and the actions taken in favor of the common during this period, such as the appointment of Carmine Piscopo as a councilor dedicated to 'Urban Policies, Urban Planning, and Common Goods', serves as a significant illustration of how the political fabric, in favor of civil rights, necessitates actors on multiple fronts, including politics and legal power, as well as the involvement of civil society and, in this regard, the role of culture. Among other examples, he described the case of the occupation of the former Filangeri Asylum, a historic building from the 16th century, by the population, which was transformed into a cultural center.

The Filangeri Asylum and the intricate and meticulous process of legally acknowledging the space as a "common good" serves as the point of intersection between Ciancio and Maria Francesca de Tullio, an activist and post-doctoral researcher in constitutional law, in the discourse on common goods among popular movements. In the text *"Cultural Policies, Emerging Commons, and Creative Use of Law,"* De Tullio reflects on the current "crisis of representation" and analyzes how culture can function as a driver for civil society involvement around a common interest—the "emotional groupings" that Giuliana Ciancio reflects about—and can operate as a catapult for initiatives based on the concept of self-organization and more horizontal decision-making, the so-called "bottom-up decision-making processes."

14 (Ciancio, 2025: XX).

15 Ibid.

Like Stavrides, De Tullio places the urgency of a new concept of ownership in the construction of new social connections:

“Commons also debunk a second myth, i.e. the modern construction of ownership rights. Owning something is traditionally understood as a unitary right, automatically including all the different faculties related to a good: use, profit-taking, sale, including/excluding people, etc. When all these faculties are negotiated between various actors, ownership is exposed as a ‘bundle of rights’ (Schlager – Ostrom, 1992) that can be ‘unpacked’ and redistributed (Acosta Alvarado – De Tullio, 2020). This reading of ownership allows it to break its untouchability (Capone 2016) to claim different priorities: the community can be entitled to access goods that are needed for fundamental rights, thus subtracting them from financial speculation and rent system that create expulsion and economic barriers (Del Giudice, 2022).”

Based on his experience in the practice of Constitutional Law and his activism, De Tullio analyzes the consequences of the occupation of the Filangeri Former Asylum to reflect on how cultural spaces, when associated with community actions, can promote changes to legal institutions (the so-called “Creative Use of the Law”). Since the process of occupation of the Former Asylum also had as a backdrop the resistance of the community to an external project being imposed on the space, which was based on a logic based on the vision of culture as a spectacle and industry, this example also describes how civil society can change the course of a city’s cultural policy.

Since public debt also constitutes a shared element that affects all citizens of a country, the discussion on the collective right to information about the State’s public debt establishes a vital sphere of reflection on the “common good.” For more than twenty-five years, Maria Lúcia Fattorelli has dedicated herself to exposing the mechanisms for managing public resources in their relationship with the financial sector and large corporations and the direct link between these and social inequality in Brazil and the world.

National Coordinator of the Citizen Debt Audit since 2000 and retired tax auditor of the Ministry of Finance, in her text, “The citizen’s right to complete transparency of the Debt System,” Fattorelli makes clear the urgency of applying the concept of tax justice and how the idea of commons applies to the logic of public debt.

The central point of the text “Commoning Trust” by cultural sociologist Pascal Gielen is the theme of change in institutions and trust as a cornerstone in this transformation.

In this text, Gielen lucidly identifies the roots of the current political crisis in the collapse of the notion of trust and diagnoses its importance for the construction and experience of a paradigm different from the current neoliberal system.

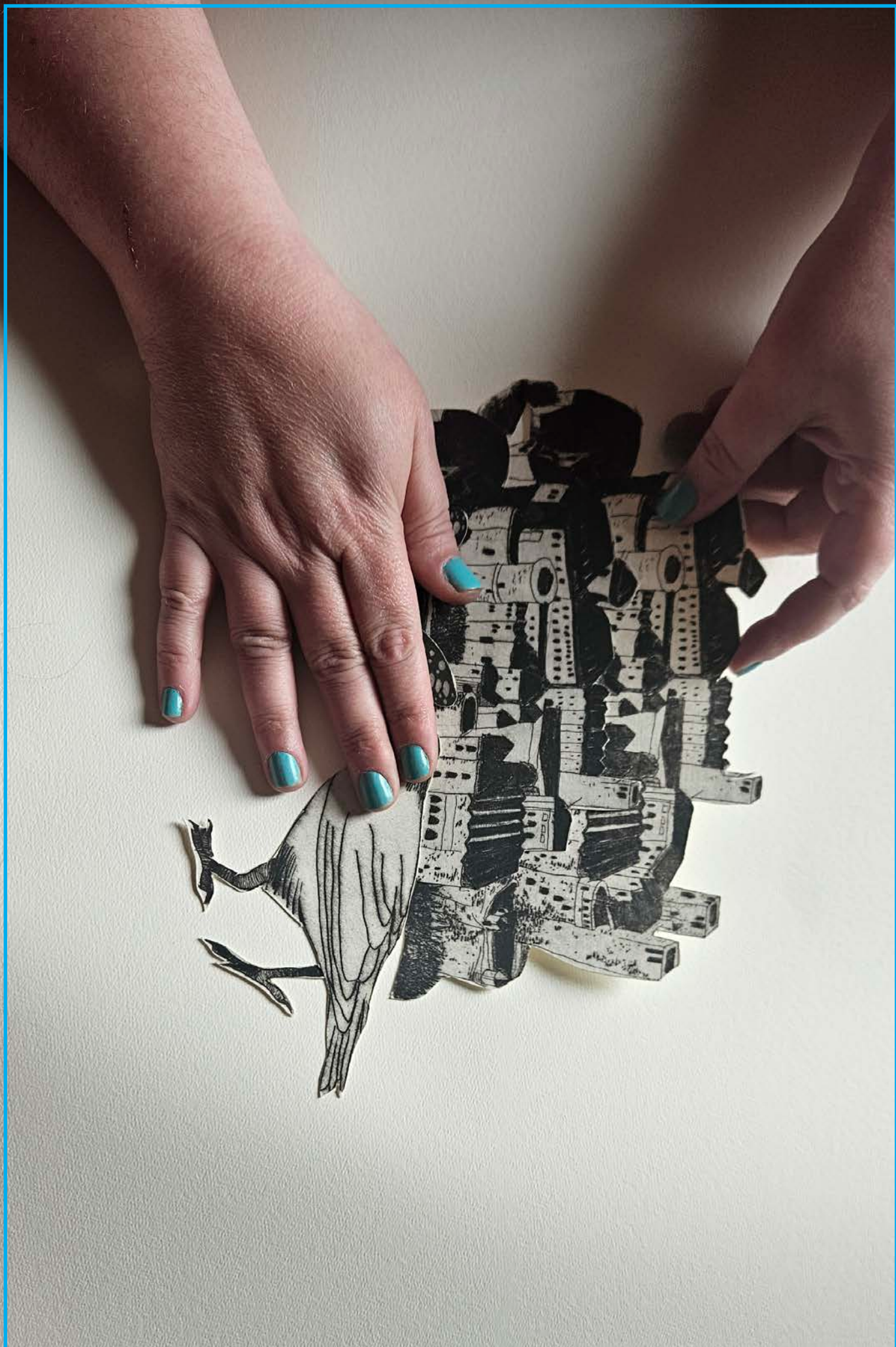
What is the role of trust in community-sharing processes, or even on a broader scale, in a country? In his text, Gielen conceptualizes the term “Aesthetics of Trust,” a topic he had already developed in his book “Passivity: Between Indifference and Pacifism,” dedicated to reflecting on the war in Ukraine and published in 2023. The definition of aesthetics as “a mix of sensory and emotional experiences¹⁶” is indeed relevant here, as it implies the practice of trust in its deepest interactions.

Pascal Gielen then frames the practice of commons as a possible perspective for the renewal of civic life. Thanks to the characteristics of the “communals” their sharing practices establish bonds between the community and strengthen the perception of this social body that its actions effectively change the local scenario and can transform public policies. The issue of the scale of the actions usually linked to commons is one of the factors that create this effect, but not only that. As diagnosed by Gielen, the commons effectively institutes a new aesthetic: a new way of making and feeling the world.

Pascal Gielen’s text also focuses on the performance of so-called “semi-public spaces” concerning the practices of the commons. The differentiation between private, public, and semi-public spaces is fruitful, as semi-public spaces broaden the boundaries of contact and frame the practice of the commons as a verb in these spaces.

“With their symbolic and social filters, they form a third space of porosity (Benjamin) and ambiguity between private and public space. Such cultural spaces, where people temporarily and physically come together for the sake of a shared interest, make it possible for the intimacy of the private sphere to touch upon the anonymity of the public sphere. A semi-public space generates the conditions through which you can feel part of a collective that simultaneously carries nearness and distance. You can become part of a colourful collection of people, most of whom

16 (Gielen, 2025:5).



you don't know and will never get to know but with whom you still feel connected for a while. That's because a semi-public sphere allows you to share passions, interests, and enthusiasm with strangers, feelings that you normally only dare to confess to family or close friends. That is why semi-public spaces are also ritual places of collective confession.¹⁷

This understanding of the importance of collective sharing, almost as a collective ritual, is central to understanding the dimension of common practices. In this sense, communal actions go far beyond their value as alternatives to the neoliberal paradigm, as they rescue the bonds that make up our social fabric.

The practice of commons, of sharing or communalization, is common in Brazilian history. In agreement with what Pascal Gielen observes, these practices largely flourish “as a response to the experience of a lack of external effectiveness,” i.e., the effectiveness of the State. The absence of State action in Brazil has historically produced the most varied mutual support mechanisms. These roots continually flourish, as examples from the Covid-19 pandemic illustrate, such as the mutual protection network created by the “Redes da Maré” in Rio de Janeiro or the Paraisópolis favela in São Paulo. The texts gathered in this edition indicate paths, experiences, and the potential of becoming. The practice of commons thus emerges as an alternative to the worn-out State vs Market dichotomy. The historical Brazilian community support networks teach us a lot about the experience of commons, which is increasingly materializing as a perspective of more just, egalitarian, and fraternal social organization.

We continue on the paths that the commons, through the practice of sharing, can show us.

17 Lijster, T., & Gielen, 2022: 26-27.

REFERENCES

- Berlant, Lauren. (2016). The commons: Infrastructures for Troubling Times. *Environment and Planning D: Society and Space* 2016, Vol. 34(3) 393-419.
- Blomley, N. (2008). Enclosure, common right and the property of the poor. *Social & Legal Studies*, 17(3), 311-331.
- Bollier, David. (2002). *Silent theft: the private plunder of our commonwealth*. London. Routledge.
- Bollier, David. (2007). The Growth of the Commons Paradigm. In: Hess, C.; Ostrom, E. (2007). *Understanding knowledge as a Commons: From Theory to Practice*. MIT Press (MA).
- Boyle, J. (2003) 'The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public Domain. *Law and Contemporary Problems*, 66: 33-74.
- Bravo, G. and Moor, T.D., 2008. The commons in Europe: from past to future. *International Journal of the Commons*, 2(2), pp. 155-161.
- Castoriadis, C. (2010). *A society adrift: Interviews and Debates, 1974-1997*.
- Ciancio G (2024) Cultural policy and emotional clusters in the context of an organic crisis. Performing arts and emotions between top-down and bottom-up negotiations. *Eur. J. Cult. Manag. Polic.* 14:13013. doi: 10.3389/ejcmp.2024.13013
- Dardot, Pierre; Laval, C. (2017). *The new way of the world: On Neoliberal Society*. Verso Books.
- De Angelis, M. (2003) 'Reflections on Alternatives, Commons and Communities, or Building a New World from the Bottom up', *The Commoner* 6: 1-14.
- De Angelis, M. (2004). Separating the doing and the deed: capital and the continuous character of enclosures. *Historical Materialism*, 12(2), 57-87. <https://doi.org/10.1163/1569206041551609>
- De Angelis, M. (2017). *Omnia sunt communia: On the Commons and the Transformation to Postcapitalism*. London. Zed Books.
- Dietz, T.; Agram Elinari Weber, E.; et al. (Eds.) (2002). *The Drama of the Commons*. In *Committee on the Human Dimensions of Global Change*. National Academies Press.
- Gielen, Pascal. "Institutional Imagination: Instituting Contemporary Art Minus the 'Contemporary,'" in Pascal Gielen, ed., *Institutional Attitudes: Instituting Art in a Flat World* (Amsterdam: Valiz, 2013), 19. Amsterdam. Valiz
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248.
- Hardt, M., & Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Harvard University Press.
- Hardt, Michael, Negri, Antonio. (2017). *Assembly*. New York. Oxford

- University Press.
- Harvey, D. (2003). *The New Imperialism*. Oxford, Oxford University Press.
- Hess, C.; Ostrom, E. (2007). *Understanding knowledge as a commons: From Theory to Practice*. MIT Press (MA).
- Keynes, John Maynard. 1936. *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936; reprint edition, Prometheus Books, 1997: 10).
- Klein, Naomi. (2001). Reclaiming the Commons. In: *New Left Review*, vol. 9, 81-89.
- McCann, A. (2004) 'Understanding Enclosure without and within the Commons', URL (accessed 17 May 2005): <http://www.beyondthe-commons.com>.
- Maurer, Bill. Colonial Policy And The Construction Of The Commons: An Introduction. *Plantation Society in the Americas* Vol. IV, Nos. 2 & 3 (Fall 1997): 113--33
- Mouffe, Chantal. (2013). *Agonistics: Thinking the World Politically*. London: Verso.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.
- Rancière Jacques. (1991). *The ignorant schoolmaster* Stanford: Stanford University Press.
- Rancière, Jacques. (2010). "On Ignorant Schoolmasters". in Charles Bingham and Gert Biesta (eds.) *Jacques Rancière: education, truth, emancipation*. London: Continuum.
- Stavrides, Stavros. (2016). *Common Space: The City as Commons*. London: Zed Books.
- Stavrides, Stavros. (2021). *Espaço comum: A cidade como obra colectiva*. Lisboa: Orfeu Negro.

ARTICLES



“THE GREATEST BATTLE OF OUR ERA IS THE CONTEST FOR TIME:

Georgia Nicolau¹ interviews Raquel Gutierrez, an anti-patriarchal commune member”

A reflective activist and university researcher who is committed to social struggles. That is how Raquel Gutierrez described herself to me in this conversation. Her contribution to Latin-American social struggles, achievements, and summaries over the last 400 years, are indeed, impressive. A mathematician, philosopher, sociologist, and Mexican activist; Raquel has been part of pivotal moments of popular resistance on the Latin American continent. She participated in the foundation of the Aymara Tupac Katari Guerrilla Army (EGTK) in Bolivia, was imprisoned for five years and was directly involved in the so-called Water War, a popular uprising in defense of water as a common good that took place in Cochabamba, Bolivia, in the 2000s. A landmark that, as well as the emergence of the Zapatista Movement, still influences popular struggles and their imagination in a global scenario. Today, Raquel is a professor and researcher at the Autonomous University of Puebla (Mexico) and is one of the coordinators of the group *Communitary Networks and Forms of the Politics*, which two editions of the journal *El Apantle*² are fundamental for entering Latin American thinking on political-community horizons. In 2023, she co-founded the weekly digital journal *Ojala* alongside journalist Dawn Marie Paley with the aim of promoting “*as plumas de las mujeres, produzir uma sintonía que ilumine y se nutra de las capacidades comunitario-populares, las luchas feministas, y las disputas territoriales en marcha.*”

In this conversation, Raquel invites us to fight for time and ponders the

-
- 1 Georgia Nicolau is director and co-founder of Procumum Institute, a Latin-American organization that works to empower to foster communal networks in the regions where it operates, promoting confluences, experimentation, and enhancing citizen innovation. She is also a researcher on issues related to collective and social organization, as well as a journalist and facilitator of conversations and collective processes. She is also a researcher on issues related to collective and social organization, as well as a journalist and facilitator of conversations and collective processes.
 - 2 First Edition, *¿Común para qué? El Aplante – Revista de Estudios Comunitarios*, n. 1, out. 2015, available at: <<https://horizontescomunitarios.files.wordpress.com/2017/01/elapantle.pdf>>. Accessed on: Sep. 22, 2021. Edition No. 2, *¿Común cómo? Lógicas y situaciones El Apantle – Revista de Estudios Comunitarios*, n. 2, 2016, available at: <<https://horizontescomunitarios.wordpress.com/2017/07/31/el-apantle-ii-comun-como-logicas-y-situaciones/>>. Accessed on: Feb 22, 2022.



"Los Protectores del Agua de Santiago Mexquititlán".
Estela Hernández Jiménez durante um protesto
no Palácio do Governo do Estado de Querétaro
em 16 de outubro de 2023.

Foto © Nadia Bernal.

pragmatic approach of certain political groups in their pursuit of synthesis and expeditious outcomes. She argues that the outcomes of struggles should not only be measured in terms of immediate or tangible accomplishments, but also in their capacity to shape and expand these horizons of desire, thereby enhancing the capacity of communities to envision and fight for a different world.

According to the researcher, it is essential to recognize and value the processes behind the struggles, such as the formation of collective identities, the articulation of new common values, and the redefinition of relations of power, which are fundamental for sustainable and deep-rooted social transformation.

Her popular-community horizons represent a way of understanding the social struggle not only as a series of conflicting opinions or specific demands, but as a permanent movement towards a collectively conceived future, where communal values and relationships of solidarity are as important as immediate material gains.

I was introduced to Raquel Gutierrez’s work when I was writing the book *Commons Now: Latin American Spells for Collective Action*³, on the recommendation of Brazilian researcher Patricia Cardoso. There, a vast world opened up to me, as the bibliography on the concept of the Common that I had previously known was primarily comprised of authors from the Anglo-Saxon and European traditions, including Elinor Ostrom, Silvia Federici, Massimo de Angelis, Silke Helfrich, David Bollier, and Stavros Stravides, to point out a few.

Raquel Gutierrez’s Common is a political initiative begun by the indigenous and popular communities of Latin America, the Horizontes Comunitarios-Populares, which is fundamentally anti-patriarchal and interdependent.

Through Raquel’s eyes, I was able to affirm my belief in the spells produced in this land for collective organization. Producing time, forging threads and dreaming together is what she inspires us to do. Through her work - almost always alongside other researchers such as Lucia Linsalata and Mirna Lorena Navarro - we have been able to highlight those communal struggles, especially those of women, can forge possible worlds while defending life in all its aspects, emphasizing the interdependence of life whose threads capitalism violently tries to erase and make us forget. And she does this without falling for simplistic or easy solutions. It encourages us to work, to live daily, and to ground ourselves in everyday, situated life.

3 https://www.nowcommons.org/#flipbook-df_rand1908005531/1/

Fighting inequality without defending homogenization. Create politics without rushing. Remembering that what is at risk is our precious time, which in Bantu philosophy is a deity to be revered.

What Raquel Gutierrez and her colleagues are doing is to remind us of the obvious: **there is no life without reproduction, and when we get involved in collective struggles, we give ourselves back the possibility of managing our interdependent threads and, as a result, our creativity, or joy and our ability to live with dignity.** And that is a revolution. As Raquel states in her article for the Fluminense Federal University's journal *Confluencias*⁴, for me it was also a "Copernican Revolution" as I, along with Silvia Federici, discovered that examining history and stories from the perspective of the material and symbolic reproduction of life greatly enhanced our capacity to comprehend the world and picture its continuation from other markers. In this way, I was also able to find my place in a non-place. Beyond cunning binarism such as the widely stated contemporary political polarization, what interests us above all is to move away from the state-centric or market-centric logic to focus the telling of history on the majority of people who inhabit the planet. In this sense, I would also like to honor Sadiya Hartman who, in her book *Lose Your Mother*, does a beautiful historical, archaeological and speculative job of telling the story of the nameless. The ordinary enslaved, those who were neither king nor queen, those who were forgotten.

The following conversation took place in the fall in the Southern Hemisphere and it's a great joy to be able to publish it.

Georgia: *Raquel, since the Cochabamba war in the 2000s, a lot has happened in the Latin American and global context. We are facing dozens of crises, but perhaps the most alarming of these issues, in my opinion, is the capture of our imagination and our capacity to dream, project, build and create futures collectively. At the same time, it seems to me that the most significant aspect of Latin American feminism is to be able to comprehend the revolutionary nature of utilizing care as the genesis of political life. Given that it is from this reorganization that spaces are opened up for new social mechanisms. How do you see this today? The Commons, as you understand it, is a proposal for organization which should inspire us to continue? And what is the importance of care?*

⁴ <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34710>

Raquel: I really believe that this theme of proposing and reviving the possibility of imagining, conceiving and understanding the creative capacities of the ordinary as something that sustains us on a daily basis is very relevant. Today, almost no one is living on wages because wages are completely insufficient. Rarely does anyone experience a cure, i.e., accessing health services through more formal and reliable channels, whether public or private, as they are insufficient. Some are too expensive, too exclusive. Others are very difficult to access, with delays in service. Regarding education, there are another major set of problems. So, we propose the matter of care, and it is true that we have gone around the matter somewhat, although we consistently have a concern, as Silvia Federici frequently warns, regarding reactionary care. In other words, reactionary precautions have to do with something that might be acceptable, let's call it the most recalcitrant right-wing discourses. These discourses contribute to the dismantling of the family and assert that the family constitutes the foundation of daily sustenance. That's where the misogynistic and anti-feminist criticisms come from: "women are going crazy, they're not doing their jobs". Do you understand? So, in this matter of care, we must keep weaving carefully. It is important to critique not only the conventional sexual division of labor under capitalism of colonial heritage, but also the social relations of capital and the racist repercussions of this colonial oppression. On the other hand, the issue of care has been partially renewed by progressive governments which policies, from the beginning, denied the anti-patriarchal dimension of women's struggles or placed them in a very narrow framework of equality feminism. From my perspective, there is a serious semantic dispute on the issue of care: what are we saying when we talk about care, about the centrality of care? In theoretical terms, we characterize the reproduction of life at the center and the dynamics of care as being something crucial. We define this as a cultural and political dispute as it proposes a satisfactory reproduction of social life as the core of the argument and the significance of social transformation. This creates a vast area in which to dispute indicators, views, arguments, etc. In this sense, what is the definition of a dignified reproduction of social life? But what does it mean? For me, in somewhat abstract terms, it reflects primarily the ability to transcend the productivity rhythms and demands of capital in multiple dimensions. For example, I consider that the struggles against the despoilment that converts peasant farmland into agricultural export industries or into mass tourism spaces shed light on what is needed - materially - to prioritize the reproduction of life. The same applies to struggles in defense of water or disputes over its use etc. However, something vital, which is not often seen clearly, is the dispute, the gigantic dispute for time that is taking place today. Working

people don't have time, and women workers have even less time, not to mention racialized women workers. Time has become scarce: there are no opportunities for resting, playing and imagining.

Georgia: *And what can we do about this challenge? How can we fight for this time?*

Raquel: There is a systematic pressure to convert all vital time into work or consumption time. In other words, time ruled by the logic of capital. The issue of battling for time, beginning with the allocation of time for each other, to organize, to discuss calmly the topics of our interest, and to allow ideas to settle and mature into a shared understanding, is a topic that I frequently discuss with younger women. Fighting for time is a very profound thing, because we are fighting for time in order to be able to organize ourselves and not have to jump from one precarious job to another. We are fighting for the support of the multiple tasks of reproduction in their daily lives, which are primarily care, but also define the relationship between the reproduction of collective life and life together with other essential elements such as water, healthy food, spaces for collective creation, and recreational activities, etc.

Georgia: *Could this issue be resolved through the state, in collaboration with progressive governments, for instance?*

Raquel: Progressive governments have always sought to achieve economic security through the expansion of capital. That is precisely the reason for the emergence of government initiatives that unchecked expand the so-called "Soy Republic." In Mexico, we don't have as much soy as we do, but we do have a significant agricultural export project, which has also been imposed from the top down and which is strongly linked to the militarized control of the territories we have here, to ensure access to lands and waters. Through highly violent attacks, land and rights are first plundered and then the people are kept at a distance. The paramilitary system has the function of territorial control in order to guarantee that the economic activity of capital production can be carried out and can expand without any limits. All of this is contrary to the collective production capabilities within the territories, resulting in the weakening and disintegration of community efforts to prioritize the reproduction of life. This is also the reason, in my opinion, for the significant mobilizations we have witnessed or followed a significant issue lies in the fact that progressives

exert a serious amount of pressure on them to establish syntheses swiftly. In my opinion, the struggles aim to halt and/or boycott the expansion of certain capitals, fight against dispossession, and combat so-called "productive reconversions." Even though progressivism attempts to sterilize what I call their horizons of desire, their intentions are extremely powerful and clear. **To clarify these horizons of desire again, time is needed, and that's where the pressure for a "quick fix" comes in. I think this is where the cultural dispute over the community and the production of the common is most relevant. We are fighting this battle under very difficult conditions, but we have to keep moving forward.**

***Georgia:** Do you believe that militarization is a characteristic of Latin American countries? Is there a distinction between progressive and right-wing governments in this sense?*

Raquel: We must distinguish between countries because two things are happening: we have progressive governments and ultra-right-wing, militarizing governments, as well as the Mexican example, which is an ambivalent synthesis of these two things. So, on one hand you have Lula, Petro, Boric, who is the most energetic of them all. And then, on the other hand there is Milei, Daniel Noboa, Bukele, Dina Boluarte. I'm just listing them so that we can get a rough idea of what's happening in the different countries and how contrasting it is. In certain nations, there exists an open and brutal offensive by the right that is imposing its programs with a severe approach, such as in Argentina, and also making significant concessions to the development of various capitalist projects, imposing vertical decisions, and neutralizing critical positions from below. **However, it is important to know that there exists an additional dimension beneath the expansion of capital projects, namely populations, individuals, plots, and organizations that engage in resistance and struggle within the territories and within the public realm. Unfortunately, many of these struggles, whether under right-wing or progressive governments, are suffering and facing the violent expansion of a buried or open militarism.** This causes great concern and bitterness to me. Again, a military, security, paramilitary or official power is unfolding across the continent. In this regard, the distinction between progressivism and the ultra-right is insufficient, it confuses and obscures very in-depth problems. There was a time a few decades ago when, through the various democratic openings that took place

in the countries after the various *coups d'état*, it was thought that the military would be kept in their barracks. This was increasingly broken by the collapse of neoliberal promises and the inadequacy of progressivism. Instead of it, I observe the intensification of increasingly harsh militarized forms of exercising social control and territorial control. And well, it seems to me that in Brazil they know a lot about all this. On the other hand, I believe that it is imperative to dismantle the system of political polarization as it has been established. **The progressivism/ultra-right disjunctive turns out to be highly effective in guaranteeing a process of reducing politics to the electoral and depoliticizing other voices, obscuring the fundamental discussion on issues directly connected to the conditions and possibilities for the dignified social reproduction of life.** In particular, the insistent polarizing disjunctive hinders debates on the production and defense of the common. That's the importance of collectively constructing a comprehensive framework of articulation and argumentation to discuss the common, which, I comprehend, is a component of the issue that piques your interest. Then there are also other difficult issues, such as sharing and debating numerous experiences of reorganizing life against the current, with sometimes ambiguous community traits etc. How can we talk about all this diversity? How do we learn from these experiences without homogenizing or prescribing? And then I come back to the theme I mentioned earlier: at what time do we do this? If we are putting in extended hours to sustain our daily lives in market relations, when will we have the opportunity to thoroughly familiarize ourselves with, evaluate, discuss, and propose alternative initiatives? And, of course, to do them.

That's why I identify the present circumstance as a challenging period, yet simultaneously a period of growth, with a multitude of challenges and perhaps a cautious optimism. I am confident that the immense social unrest that exists will be made more evident. I've told you that there are many people who are interested in this and are putting significant effort into pushing it forward.

Georgia: *Do you understand that this militarization is connected to a culture of violence and anti-democracy on our continent? In Brazil, the state has a technology for the extermination of poor people by the police. In the name of the war against drugs, the powers that be use this narrative of security, of good versus evil. There is a text by Paulo Freire from the 1950s, before the coup d'état of 1964 that elucidates Brazil's democratic inexperience: we were forged as a nation through colonial violence and never experienced a democratic experience.*

Raquel: I always believe that in Brazil, the police's forms of violence are only comparable to the North American forms of police control. And the fact that these areas were characterized by a plantation economy and a slave economy appears to me. Although it seems that these marks of origin have been diluted in these two centuries in which there has been some reorganization, a political agreement and the generation of other institutions, I feel that this has not been enough. These colonial marks have not been erased, they remain unchanged. In other regions of the continent, we know of states that were organized differently. In Upper Peru or New Spain, for example, the indigenous empires were decimated, yet the peoples gradually rebuilt themselves, regained some of their capacities, and commenced their prolonged struggle against the colonial governments, which persisted even after independence and beyond. It may be useful to reflect on the contrast between Brazil and part of North America. In Brazil, I believe that the entire experience of struggle, resistance, and rebuilding life-sustaining capacities that took place during the quilombo experiences is central. This was not the case for North American plantation lands, which were first a French colony, then a Spanish colony, and finally a US colony. Moving on to the current moment and level of violence, it wasn't always like this. The Americas are a very violent continent, but it's particularly violent at the moment. The last 20 years have been brutal. Here in Mexico, I am much more aware of how things have happened. It has been a little less than twenty years since violence has been unleashed and widespread. The expansion of neoliberal capitalism, its progress towards privatization of both the public and the common, the widespread dispossession, the imposition of massive population displacement, and extremely harsh working conditions necessitated a "war against the people," as Dawn M. Paley refers to it. The long struggles of the 1990s and the onset of the new century were met with a considerable degree of brutality. In 2007, in Mexico, the so-called "war on drugs" was implemented, and the "cartel dispute" argument was employed. This concealed the proliferation of clandestine and paramilitary public-private associations working in concert with the public force at various levels to safeguard the plans of the most powerful transnational capital and establish alliances with local elites. Violence is intended to "appear" in the territories, and the homicides and disappearances of individuals who are resisting are on the rise. In a way, what has happened is a renewal of colonial-capitalist ways of occupying territories, despoiling and controlling populations. It is fundamental to keep in mind that these levels of brutal violence must be viewed in the context of the extremely high levels of disobedience and the intense levels of struggle previously undertaken by numerous individuals, including indigenous peoples, peasants, trade union sectors, diverse territorial

defense organizations, among others. **So, I think it's interesting to turn the question on violence. Tracking this set of struggles, this set of organized people who "won't let themselves" be robbed of what they have inherited and cared for through the years. These struggles, at specific times, have successfully condensed significant moments of political capacity, capacity for public intervention. This is what has been responded to based on death alone, with the brutal violence that we see unfolding.**

***Georgia:** What is the relation, and what is the remedy for violence, if we begin from the perspective of the ordinary? How does the community and popular perspective relate to violence?*

Raquel: I will share a particular experience that illustrates the powerful dimensions of community struggles. In October 2023, seven indigenous peoples of Guatemala, coordinated through their own community authorities, mobilized to publicly intervene in a nationwide issue: the claim by Guatemala's oligarchic elites to be unaware of the electoral triumph of Bernardo Arévalo of the Semilla party, an action carried out by the Guatemalan Attorney General, Mrs. Consuelo Porras. The authorities of the people's community called for and organized a large-scale roadblock and subsequently settled in Guatemala City, laying siege to the offices of the General Inspectorate. The movement lasted more than three months and was successful. Throughout this uprising, the movement successfully gathered the support of numerous popular segments, including market vendors, residents of outlying settlements, workers of various classes, and civil organizations. The great participation of the Guatemalan people together, organized around the uprising of the indigenous peoples led by their community authorities, was immense. And in all these months of struggle, the authorities have again and again avoided violent confrontation, while remaining resolute in their intentions. What I would like to emphasize is that when there exist structures of communal government, the care of life as a whole becomes a crucial concern. In this case, the care of collective life in times of struggle was the guide. Those who mobilized did not confront police forces directly but instead of it, they neutralized them with their massiveness and coordinated action. The people were able to sustain their struggle over three months through their rotation mechanisms. This guarantees them the ability to carry out sustained actions over time. During the tensest decisions, when there was a potential threat to employ public force, the authorities placed the concern of "preventing

death” and “preserving life” at the forefront. This is of great value as it represents an alternative logic of confrontation, which entails neutralizing the violence perpetrated against individuals. These are strategies of struggle that combine wisdom from resistance with conviction from decisions that are repeatedly put up for discussion. This suggests that there is a very fertile way of understanding force in the oldest community political forms, those that have been updated every year for centuries. In this knowledge, we can discover clues to nurture the far-reaching cultural changes in which we are engaged in many ways. I always ask myself how can we contribute little by little to systematizing and enabling meaningful conversations around this? That’s why discussion spaces are so important. We need time to do this, and we also need these spaces for debate. A deliberation space without synthesis. In other words, spaces for debate where it’s not like you’re going to say your fantastic idea, and I’m going to say mine, and we’re going to start arguing. But a place where we can talk, listen to each other, and work through the problem together. Recovering the ability to think and understand problems in depth. These are two issues that I consider to be urgent. And I commit myself to it.

EMANCIPATORY COMMONING: LEARNING FROM URBAN STRUGGLES

Stavros Stavrides

CITIES AND COMMONWEALTH

What if, by the word wealth we do not aim to describe the accumulation of riches and the prevailing injustice that characterizes societies based on an uneven distribution of power that results from the private accumulation of wealth? What if by wealth we mean all the richness of goods, knowledge services, and creative expressions that are being produced while social life unfolds? What if collectively recuperating such richness may become the scope of emancipatory aspirations and struggles? This text will attempt to trace these possibilities. And explore the possible paths toward collective emancipation.

Let us agree on a working assumption: Commonwealth includes every kind of good and service that is generated within a specific society in the efforts of its members to meet their needs and desires. Depending on the structure and the conditions of each society's organization, the production of commonwealth involves different actors and different forms of task distribution. However, at the very core of this process is the practice of cooperation between the society's members. Different societies organize and attribute value to cooperation differently. Some of them, including Latin American indigenous communities, elevate it to a constituent element of the community's shared life and cosmovision.

As they are shaped by multiple synergies, cooperative relations are the driving force for the birth of commonwealth: they can be formed within working conditions but also within caring relationships, communication, and knowledge-sharing relationships as well as within relationships of creative expression. Commonwealth describes, according to this perspective, the constantly emerging result of these branching interactions between those who live and work together.

In contemporary capitalist societies, cooperation is organized under the rules of value extraction: collective and individual work is exploited in ways that ensure the uneven appropriation of their products. Contemporary megacities are the main field where the dominant policies of appropriating and enclosing commonwealth develop. These cities are critical sites for the production of commonwealth. M. Hardt and A. Negri (2009) call them "biopolitical cities" and attribute to them the role once played by the factory as a production and social reproduction machine: cities become the factories of the production of the common, i.e. not only places of

production but indissolubly places of reproduction of the fundamental conditions of capitalist society. Indeed, to such a point, this identification of production and reproduction reaches the point that the “production of the common is becoming nothing but the life of the city itself” (2009: 251).

M. Godelier argues that a social activity acquires a dominant role in the functioning and reproduction of a society when it “directly fulfill[s] the function of a relation of production” (2011: 147). In other societies, such social activities were those that regulated the function of kinship or the function of religion. In modern ‘developed’ capitalist society, this role seems to be taken over by the functions of the city. The urban environment is, of course, not a mere receptacle of social life but a predominantly formative factor in shaping it.

Thus the functions that characterize urban life, including the conditions of work, leisure, trade, education, etc., are those that make the city the dominant matrix of the production and reproduction of society. H. Lefebvre (1996) refers to an “urban society” by distinguishing the “urban” (*urbain*) that characterizes this society from the material reality of the “city” (*ville*) itself.

It is not, of course, about identifying the environment of the city with the environment of production. Agricultural production still occurs outside the cities, as does most industrial production. However, as the development of information technology has assumed a central role in both the production process and the reproduction of power relations, cities that assemble the relevant necessary infrastructure and, above all, the human resources that support it, have acquired a decisive productive and reproductive role.

Two main characteristics of information technology, as it is currently developed, make it crucial in the management of both production and social reproduction: The possibility of tele-management (and thus of tele-working as well as of tele-government) and the possibility of rapid processing of large amounts of information. These two capabilities intersect in supporting (literally re-founding) the stock market function and its hegemonic role in the capitalist economy. It is in the megacities that the great centres of development of this technology are established and protected, and within their infrastructure, the power of control mediated by its applications is extended.

At the same time, as many have argued (Harvey 2012; Lefebvre 1996 and 1991; Peck and Theodore 2019; Brenner 2018), cities acquire a critical role in the profitability of capital because modern finance-centric economies turn urban land and urban infrastructure into privileged investment

fields. Projects involving the development of urban energy and communication infrastructure, gentrification interventions, urban mega-projects (in some cases combined with mega-organisations) such as the development of coastal or riverside urban fronts, and, of course, urban tourism, directly or indirectly transform urban life into a field of ‘total subordination’ of social relations to the logic of capitalist exploitation.

Both the above developments that greatly influence urban life trap cooperation (and the skills that articulate it into practices) within the dominant mechanisms of value production. Commonwealth generated in urban life both because of the developments of information technologies (that make possible practices of knowledge sharing) and of the flourishing of everyday skills and collaborative creativity is being transformed to a source of profit. Urban extractivism may be the term to describe such a multifarious process of commonwealth’s enclosure. In direct confrontation to such an extractivist exploitation ethos, H. Lefebvre attributes to “urbanization” an essentially dynamic character (2003). He thus refuses to consider the city as merely the space of reproduction of dominant social relations (including relations of production). The possibility of recuperating the urban as the product of collective creativity in a way pre-announces contemporary theorizations on the transformative power of urban commoning. Commoning the city will not simply become a way to use the city according to collective needs but a way to reclaim the commonwealth produced in cities.

Diagnoses of the prospect of overcoming the capitalist enclosure of the produced commonwealth are divided. P. Dardot and Chr. Laval suggests that “the co-activity that is inherent to all work is always accompanied by a sense of obligation, if only minimally to the common” (2019: 333). Does this mean that an inherent dynamic tends to overflow from the confines of capitalist control and appropriation? In this case the production of the common can be considered to potentially generate the collective subjectivities that threaten and challenge the reproduction of dominant (dominated) forms of cooperation (Hardt and Negri 2009; Berardi 2019; Vercellone 2015).

A counterpoint to this approach is the view that cooperation, as it actually occurs in specific contexts of this society, cannot be separated from the regime of its organization and its governance that shapes it in the perspective of its exploitation. The Brazilian theorist S. Ferro goes so far as to argue that new technologies, new materials and the new role of the experts in the building site (engineers of various disciplines) have been jointly mobilized precisely to deprive the collectives of building craftsmen of the power to negotiate with capital: increasingly, their collectively acquired knowledge and skills are being replaced by construction

technologies that take decisions and calculations off the construction site (Ferro 2016). In steel structures, in reinforced concrete structures (Ferro 2018) and, predominantly, in prefabrication and modern methods of assembling composite elements based on digital guidance (Arantes 2019), collaboration on site is being instrumentalized, standardized and completely deprived of any relation with the finished work (Ferro 2016 and 2018).

Against the dilemma between the unavoidable subordination and the inherent liberating power of the collaborative production of commonwealth, one can oppose the politicization of struggles and practices of defending and expanding the commons. If the efforts to promote commoning are trapped in economocentric logic, they can be appropriated by the discourse and practice of those dominant mechanisms that enclose cooperation within the logic of profitability.

But if the perspective of commonwealth's production and control makes the management of power relations its central problem, then it can take the form of a political proposal and action that opposes capitalist hegemony. The key seems to be in the recognition of the problem of power not as a problem external to the problem of managing and sustaining commoning but as a problem that can only be solved according to the logic and ethos of commoning: the struggle for the re-appropriation and development of commonwealth acquires an anti-capitalist potentiality if it generates conditions for the sharing of power, if it develops ways that prevent the concentration of power (Stavrides 2018; Stavrides 2019).

Commoning power? Yes, if by this one means the set of ways that a community devises to govern itself by the rotation of all in the assumption of basic duties (and thus the rotation in positions of power). This is the point of convergence between G. Agamben's theoretical proposals for the "coming community" (1993) considered as the social condition of a fundamental equality without depending on a common identity (2006 and 2007), and J. Rancière's definition of democracy as the "power of anyone and everyone" (2006: 72).

The question of land and urban space ownership is directly connected to the emancipatory potentialities of commoning. Conditions of ownership are among the most defining characteristics of any society. An emancipatory process, then, cannot but deal with the question of ownership. Let us see how two different contemporary efforts of overcoming capitalism and building an egalitarian society treat this question, especially the question of land ownership.

The insurgent Zapatistas in Mexico's Chiapas: "Well, in summary this is our proposal: to establish extensions of the recovered land as common.

That is, without property. Neither private, nor *ejidal* [indigenous community owned land], nor communal, nor federal, nor state, nor business, nor anything. A non-ownership of land. As they say: ‘land without papers.’ So, in those lands that are going to be defined, if they ask who owns that land or who is the owner, the answer will be: ‘nobody’s’, that is, they are ‘common’” (EZLN 2022).

And the approach of Rojava revolution in Northern Syria : “The democratic-communitarian economy rejects both extremely individualistic, antisocial and anti-nature property, as well as state property under the name of collective or public property... it is not property but the right to social use that should be its base” (Abdullah Öcalan Sosyal Bilimler Akademisi, 2012, p. 89 as quoted by Aslan 2023: 148).

As it appears, in both cases the problem of ownership is meant to be transcended by a political decision to support the collective right of use. Opening use to communal participation and to an inclusive appropriation of resources actually faces ownership neither as a strictly legal nor as a strictly economic problem. Socially organized self-management institutions directly aim at challenging (or even destroying) the link between property relations and power relations. Through commoning, and especially the commoning of power, the right of use becomes predominant and specific property rights are limited and supervised according to the overarching scopes of a transition to an emancipated society. Of course contradictions are there to be revealed and studied. However, ownership should be faced as a problem of power relations if the dynamics of commoning and consensual collaboration are to be explored in practice. Contemporary movements and insurgencies offer a very rich spectrum of relevant experiences.

NEW SOCIABILITIES

The experience of the city as a place where strangers meet is an old one. The peculiarity of the modern mega-city is that it has elevated this condition to a paroxysmal development of individual anonymity. Encounters are replaced by the crossing of individual trajectories that provide neither the space nor the time for possible interaction. The hyperactive and hyper-connected inhabitant of the modern metropolis is fundamentally alone.

The antidote to this alienating loneliness that exacerbates the sense of insecurity (if not fuelled by real conditions of precariousness at work,

in relations with others, in access to desirable goods and services) is the search for temporary or more permanent collective identities: from the football team to the community sharing a fantasized common ancestry. Such identifications deprive the encounter of its egalitarian potentiality. If the measure of democracy is the possibility of anyone being in a position of power, the measure of the egalitarian potential of encounters in the city is the possibility of any encounter being transformed into cooperation.

It seems that this potentiality can also mobilize the struggle of cooperation against its capitalist capture. In the face of a possible nostalgic regression to cooperative relations that confirm the closeness of the community, it is necessary to seek cooperative perspectives that constantly widen the circle of possible collaborations. Put another way: the emancipation of the production and management of the commons remains an egalitarian process insofar as it can transcend the boundaries of a closed community. The politicization of struggles for the commons, that is, their connection to power-sharing practices, can occur insofar as they are dispersed and intersected in the body of society (Stavrides 2019, 2024).

The practices of reclaiming and re-inventing the commons have a viral character. Viruses grow in the host body, carry vital information as they multiply, and contribute to a crossover of genetic codes that, according to biologists, is an important source of species evolution. Let's keep from this picture the dynamics of propagation through mutations, beneficial randomness, and the transformative dynamics of invasion.

The common virus is obviously facing the immune responses of the system. But its dynamic lies in its diffusion and mutability, or, more correctly, and this is where this image-metaphor leaves us, in the prospect of a confluence of struggles that may shape the contours of a different social organization.

The forms that struggle takes in the city may highlight the dynamics of cooperation as a process of production of both the social and the city itself. For example, the Argentinian *Piqueteros*, organized groups of unemployed people who used to block major city arteries in demanding support for their right to a decent life, experienced through coordination and mutual support the prospect of another social bond, another kind of common life (Sitrin 2012). The neighborhood assemblies during the Argentinian explosion of 2001 explored this in practice: the inventive forms of cooperation that developed in practice a world in common, a world to be defended. What they called "new social protagonism" was, in those days, a network of "experimenting with forms of production of a non-capitalist sociability" (Colectivo Situaciones 2012: 92).

New forms of sociability also develop in the “informal” settlements of MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) in Sao Paulo. In one of them, called *Marrielle Vive*, which comprises around 3000 barracks settled on a huge occupied plot at the city’s periphery, solidarity and mutual support have built a community of commoning. Collective kitchens scattered between these precarious shelters are the centers of a shared communal life, always open to those who decide to join the struggle. Commoning develops not only as a form of sharing and mutual care but also as a way of building social bonds that defy the predominant individualist ethos. (Stavrides 2022).

In Rosario, Argentina, an interesting experiment in cooperative production based on the shared management of the commons was born with the occupation of a large supermarket. As if to gesture towards all possible areas of commoning, *La Toma*, as it calls itself, houses a cooperative market with products from self-managed cooperatives (a butcher’s shop, a grocery store, a bookstore), a restaurant space, an event space with collective kitchen facilities, a self-managed hairdressing salon, offices used by political groups and movement initiatives, the offices of the association for the search for the disappeared during the dictatorship period, etc. Decisions on the management of the space are taken by assemblies in which all those who are co-housed participate. Amazingly, the space is even given to initiatives that criticize the project as insufficiently radical (!). But it is indicative of the dynamics of the commons, which is based on inclusiveness rather than on homogenization, that those initiatives, despite their reservations, always support the struggle of *La Toma* when the state or the company exerts more or less violent pressure on the occupation.

CO-PRODUCING COMMON GROUND

Collectively shared imaginaries and collective experiences tend to reinforce the impression that community is a form of social organization whose members, having organic ties to each other, share a common identity. This common identity is ultimately considered as the bond itself: it is the foundation of belonging. Such a conception of community can easily reduce it to a matrix of the common, a collective guarantor of the commons that its members produce and need. But such an approach to commoning risks supporting the emergence of new forms of enclosure (Stavrides 2019). Even in the case that such a community is to some extent egalitarian, if the logic of sharing that it promotes is based on its separation from a certain ‘outside,’ it can easily turn into a homogeneous group of ‘chosen ones.’

Any shared distinctive feature may ultimately be perceived as a privilege (symbolic or material, real or illusionary) that the community protects from external threats. In its most extreme form, this phenomenon can unreservedly spill over into racism: in the days of the crisis in Greece, Golden Dawn, an aggressively racist political party, organized soup kitchens or forms of support for those in need provided that they were “pure Greeks.”

Equality may only be developed in a process of constructing common ground between those who are different. It is the consensual production of the common ground (literally and metaphorically) that develops the egalitarian practices of sharing without presupposing the homogeneous origin or the homogeneous targeting of those involved.

Indeed, it is differentiation that reinforces the dynamics of commoning. The very process of inclusive concordance plays a catalytic role in this perspective: it is ultimately part of the production of the common, and it is both a precondition of commoning and its necessary outcome. In a sense, it corresponds to the logical paradox of striving for equality in a world of inequality by assuming that all should be considered as equal. J. Rancière locates this constitutive equality in the common capacity of humans to think and reflect (2006). But why not also base it on the common need for care, compassion, and mutual support? Although many words have lost their meaning in the dominant rhetoric of advertising, might not one of them, tenderness, sum up the egalitarian power of human relations (as well as the relations between humans and nature)? The Zapatistas say in one of their first declarations, “We are shadows of a tender fury” (EZLN 1994). “Tender fury” might mean that those determined to struggle for an egalitarian society need to foster inclusiveness and mutual support rather than exclusiveness and hate. Fury against inequality and structural violence will not transform those who fight to look like their opponents. The struggle against capitalism will not succeed unless it develops in ways that are not similar to those employed by capitalists themselves.

The paradox that in formal logic would be described as taking for granted what is an issue at question, in the logic of action, does not constitute a source of contradiction. Motive participates in the formation of both the goal and the means. The struggle for equality starts from the conviction that all are fundamentally equal (despite the existence of real inequalities due to the conditions of capitalist domination). In a similar way, the process of inclusive concordance takes for granted that common ground is already potentially there and thus mobilizes the efforts to actually create it in common.

Attempting to distance itself from a historical determinism and the corresponding assumption about the explicitness of social explosions, the *Colectivo Situaciones* group defends the role of the subjects of the Argentinean 2001 insurrection as agents of a “decision” (2012: 68) that mixes collective memories of struggle, current experiences of lived resistance, hopes and denials. Moving closer to Walter Benjamin’s conception of history (1992) they believe that unresolved past issues weigh heavy on contemporary actions. The past is not seen as finished and accomplished therefore, its invocation is not sufficient to explain the present as its consequence. The past is pending. The quest for equality is pending and becomes active when people look at the past in order to fight for the future.

Is it the desire of the common which mobilizes the work of consensual production of common ground, that ultimately frees cooperation from capitalist command? This seems to be what T. Enright and U. Rossi suggest. They speak of a desire for a “communal use of life as a response to the crisis of neoliberal individualism” (2018: 49). According to their analysis, this desire can either be trapped by an advancing neoconservative communitarianism or be opened up to a “communism of commoners” (ibid. 58).

Is the process of inclusive concordance the result of a collective desire, or of a collective decision? Or is it imposed by the necessities of common needs? We should rather understand this process as the active convergence of different factors that simultaneously shape both the subjects and the conditions of their subjectification.

In the unfolding experiment of the Rojava revolution in Syrian Kurdistan, every position in the elected administration that constitutes the molecular constituent of the self-management process should always include both a man and a woman (Aslan, 2023, Knapp et. al. 2016). This approach to the sharing of power (always based on accountability and the rotation of duties) both presupposes gender equality and strives to establish it on all levels of an emerging society of equals. The egalitarian project is, returning to the previous ‘paradox,’ both a precondition and a result of the political subjectification of women in the development of Rojava’s self-management institutions.

Inclusive concordance presupposes difference but refuses to consider differences as incompatible. Equality is a meaningful scope only if the difference is sustained and nourished. It is the hard and never-ending efforts of translation that develop shared meanings, shared hopes, and aspirations (Stavrides 2019). The languages of emancipatory hopes may be different but they may communicate as long as those who speak them take equality both as the founding condition of human existence and the scope



of emancipatory struggles. In contrast to an appeal to diversity and particularity that invalidates the prospect of inclusive negotiations between those who share the scopes of collective emancipation, the logic of commoning is focused on the joint exploration of a common ground in the making.

Forms of agreement based on mutual respect and forms of cooperation freed from capitalist control, as well as the sharing of responsibilities in conditions of equality and solidarity, are among the components of the emancipatory dynamics of the commoning. To the extent that these practices, performed as expressions of anti-hegemonic values and habits, manage to produce new forms of social relations, they necessarily gesture towards a future beyond capitalism, a future of collective emancipation.

The emancipatory dynamic of struggles for the commons, thus, depends on four crucial factors:

- The overcoming of the limits of any enclosure that can turn the management and production of collectively produced commons into a privilege.
- The refusal of any homogenizing coercion as a precondition for the establishment of common ground between commoners.
- The development of habits and practices that prevent the concentration of power. The invention of ways for power to be shared and controlled by all those who participate in the respective open communities of struggle
- The creative development of collaborative initiatives that produce both the commonwealth and the conditions of its maintenance as well as the subjects-commoners.

There can be no guarantees for the emancipatory results of commoning. However, the denial of the present of injustice and exploitation will remain unable to overcome its entrapment within the limits of this society if it does not explore and activate the dynamics of social change in the experiences of commoning. Producing a shared life in common will ensure equality when differences are encouraged to meet and create what they agree to share in mutual respect and support. Many experiences and acts, heroic or humble, heretical or implicitly recalcitrant, are today shaping a world that gestures towards an emancipatory future in which egalitarian forms of social organization will become possible. The prospect of a culture of the commons can be marked by its trajectory, indicating shots of a road that is only made because we can walk it.

REFERENCES

- Agamben, G. (1993). *The Coming Community*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Arantes, P. F. (2019). *The Rent of Form. Architecture and Labor in the Digital Age*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Aslan, A. (2023). *Anticapitalist Economy in Rojava. The Contradictions of Revolution in the Kurdish Struggle*. Wakefield, Quebec: Daraja Press.
- Benjamin, W. (1992). Theses on the Philosophy of History. In *Illuminations*. London: Fontana Press.
- Berardi, F. (2019). *Futurability. The Age of Impotence and the Horizon of Possibility*. London: Verso.
- Brenner, N. (2018). Debating Planetary Urbanization: For an Engaged Pluralism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3): 570-590.
- Colectivo Situaciones (2012). *19 and 20. Notes for a New Protagonism*. New York: Common Notions/Autonopedia.
- Dardot, P and Laval, Chr. (2019). *Common. On Revolution in the 21st Century*. London: Bloomsbury.
- Enright, T. and Rossi, U. (2018). Desiring the Common in the Post-crisis Metropolis: Insurgencies, Contradictions, Appropriations. In T. Enright, U. Rossi (eds.), *The Urban Political*. Springer.
- Ferro, S (2016). Dessin/chantier. an introduction. In Katie L. Thomas, Tilo Amhofs and Nick Beech (eds.) *Industries of Architecture*. New York: Routledge. pp. 95-105.
- Ferro, S (2018). Concrete as Weapon, *Harvard Design Magazine*, 46: 8-33.
- Godelier, M. (2011). *The Mental and the Material*. London: Verso
- Hardt, M. and Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Cambridge: Belknap Press.
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities. From the Right to the City to Urban Revolution*. London: Verso.
- Knapp, M., Flach, A., and Ayboga E. (2016). *Revolution in Rojava, Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan*. London: Pluto Press.
- Lefebvre, H. (1996). The Right to the City. In E. Kofman and E. Lebas (eds.) *Writings on Cities*. Oxford: Blackwell.
- Lefebvre, H. (2003). *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Peck J. and Theodore N. (2019). Still neoliberalism? *South Atlantic Quarterly*, 118 (2): 245-265.
- Rancière, J. (2006). *Hatred of Democracy*. London: Verso.
- Sitrin, M. (2012). *Everyday Revolutions. Horizontalism and Autonomy in*

- Argentina*. London: Zed Books.
- Stavrides, S. (2016). *Common Space: The City as Commons*, London: Zed Books.
- Stavrides, S. (2019). *Common Spaces of Urban Emancipation*, Manchester: Manchester University Press.
- Stavrides, S. (2022). Reclaiming Public Space as Commons: Learning from Latin American Movements. *Revista INVI*, 37(106): 24-48.
- Stavrides, S. (2024). *The Politics of Urban Potentiality*. London: Bloomsbury.
- Vercellone, C. (2015) From the Crisis to the 'Welfare of the Common' as a New Mode of Production. *Theory, Culture and Society*, 32(7-8): 85-99.

This text includes reworked parts of the chapter 'Towards an emancipatory politics of the commons' published in Greek in: K. Galanopoulos and D. Papanikolopoulos (eds.) 2022. *What to do. Thoughts for the restarting of radical politics*. Athens: Themelio. pp. 96-108. Parts of the reworked version of the text 'La igualdad construyéndose en el común' published in the web journal *Desinformemonos* (<https://desinformemonos.org/category/columnas/page/2/>) are also included.

NAVIGATING ORGANIC CRISIS: EMOTIONAL CLUSTERS, CULTURAL POLITICS, AND COMMONS-BASED CULTURAL POLICIES

Giuliana Ciano

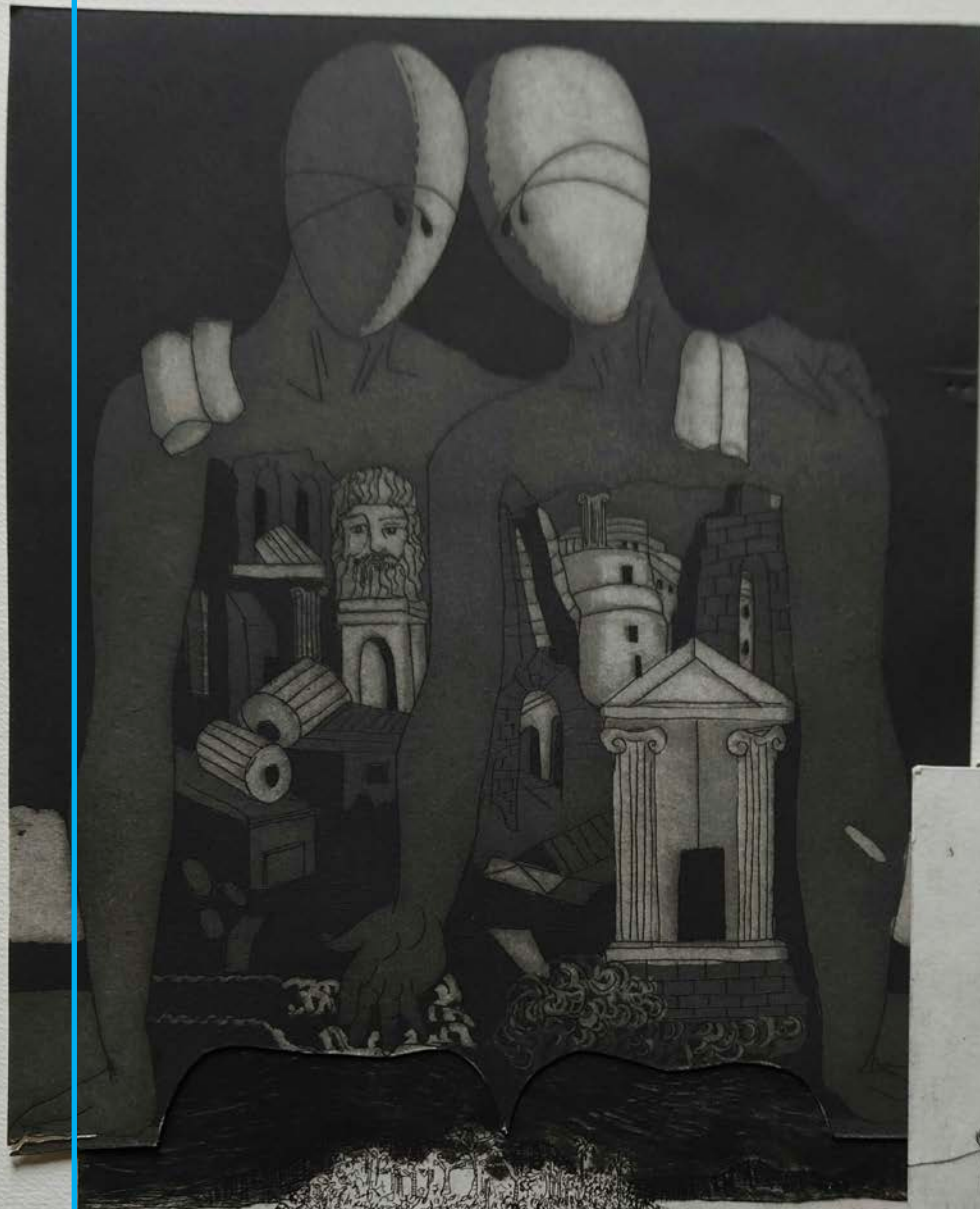
INTRODUCTION

In recent years, the role of emotions in political theory and cultural studies has garnered renewed interest from scholars (Ahmed 2015; Castells 2015; Fisher 2009; Gielen and Lijster 2017; Mouffe 2007; Nussbaum 2015). Despite this growing interest, there is still a gap in the empirical analysis of emotions within cultural policy and politics. Reflecting on global events from the past 15 years, along with the rise of illiberal neoliberalism (Fraser 2013), underscores the profound influence emotions wield in nowadays societies. Emotions underpin left- and right-wing populism, new nationalisms, and extreme right-wing politics (Laclau 2005; Hardt & Negri 2017). They also influence cultural and civil engagement (Della Porta 2013; Graeber 2011; Lorey 2013), advocating for pluralistic democracy and decentralized governance (Mouffe 2018; Hardt & Negri 2011). Thus, delving into the role of emotions in decision-making processes within cultural policy and politics is urgently needed.

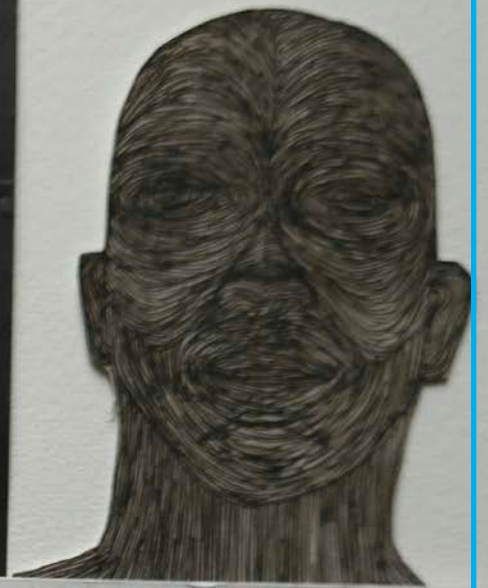
This essay examines a case from pre-pandemic Naples, Italy (2012-2021), to explore the role of emotions in the realm of the commons. Through an analysis of political and cultural policy experimentations that bridged global atmospheres with local reasoning, it aims to highlight how new alliances have crystallized around a central notion - the emotional cluster - leading to reflections on the forms of organic crisis we navigate nowadays.

REALITY(IES), PERCEPTION, AND INTERPRETATION

To introduce the concept, I suggest starting with a letter dated February 19, 1927, written by Antonio Gramsci, the renowned Italian political analyst and philosopher. Here, Gramsci shares an anecdote that, although seemingly tangential to our central topic, offers valuable insights. He recounts an encounter in prison with an 'ultra-individualist anarchist' who introduced him to a fellow political prisoner. This man, upon seeing Gramsci, exclaimed: "It can't be, because Antonio Gramsci must be a 'giant' (...)". Disillusioned, the man retreated, grappling with shattered illusions. Later, during the routine roll call, a brigadier skeptically questioned Gramsci's identity, doubting that this ordinary-looking



A paixão no amor entre desconhecidos



prisoner could be the famous parliamentarian. Like the earlier prisoner, the brigadier expressed disappointment upon realizing that this unassuming inmate was indeed the renowned deputy. He, too, had imagined Gramsci as a ‘cyclopean’ figure, only to be confronted with the reality of a small and frail man.

Gramsci’s anecdote provides essential insights into the function of cultural policy and politics today, illustrating the tension between reality, perception, and interpretation. We often perceive facts or events through our cultural lenses and prior experiences, much like the brigadier who imagined Gramsci as a ‘giant.’ Gramsci’s actual appearance, small and frail, clashed with the fascist regime’s idealized hero— a well-trained, assertive man embodying the era’s dominant notion of masculinity. These notions, fueled by political and cultural ideologies expressed through norms, regulations, and aesthetic standards, significantly shaped the reality of that time.

Our perception of reality is often mediated by our emotions, feelings, affections, and expectations, which are influenced by our ‘positionalities.’ These encompass our social backgrounds, access to the public realm, and the intensity of inequalities we face due to factors such as gender, skin colour, economic status, or political convictions. Consequently, we can comprehend the disillusionment experienced by the prisoner, who projected onto the imagined ‘cyclopean figure’ of Gramsci his hopes and desires for redemption from the fascist regime.

By further elaborating on the Gramsci episode, his notion of “common sense” becomes relevant (Gramsci 2014). Common sense refers to the set of beliefs, assumptions, and norms widely accepted and taken for granted by the majority of people in a society. It is not the product of individual thinking but, on the contrary, the result of cultural, political, social, and economic influences, and it serves as a tool for maintaining the status quo by embedding the dominant ideology into everyday life. Accordingly, for Gramsci, transforming society involves challenging and reshaping “common sense” through critical education and cultural struggles.

in this context, Culture (with capital C), the bedrock of our societies (Gielen 2015; Mouffe 2018; Nussbaum 2015) is the realm of ‘systemic crises’. As Gramsci posits, this is where common sense is built, and values, signs, and symbols (e.g., artifacts, statues, music) reflect the social and political achievements or defeats of a society. Through its policies—creating norms, programs, and regulations—culture gives tangible form to ideologies and provides the narratives for our societies. It wields the power to either foster pluralistic aesthetics, celebrating a diverse ecosystem of

experiences and voices or enforce monocultural ones, reinforcing a prevailing, dominant aesthetic. Consequently, as Gramsci suggests, culture has revolutionary potential, where individuals are not merely bearers of identities and traditions but active agents of transformation challenging prevailing hegemonies (Gramsci 1916). Hence, when considering reality(ies) and their perception and interpretation, we can assume that they are deeply intertwined with culture and the reshaping of common sense.

NEOLIBERALISM AND DEMOCRATIC IMAGINATION

It is in the friction zone between reality and its perception that neoliberalism has influenced contemporary interpretations of culture. Neoliberalism transcends mere economic and political ideology; over the years, it has evolved into a mindset centred on the efficacy of free-market capitalism, minimal government intervention, and the assertion of individual freedom (Harvey 2007). Since the 1970s, this neoliberal mindset has gradually permeated the public sphere, influencing policies and norms at local, national, and transnational levels across various fields, including culture, and, consequently, shaping our understanding of realities.

This is due to the fact that neoliberalism has significantly impacted the emotional and personal spheres. As Fisher (Fisher 2009) has shown the shift from Fordism to post-Fordism was both organizational and emotional, marking a move from top-down control of production to a decentralized control system focused on targets, missions, objectives, and results. In a post-Fordist society, workers are expected to display a form of affection and emotional commitment that, over time, has become a benchmark to assess their professional effectiveness and quality. In turn, this shift has collaborated to burnout, competition among peers, political solitude, and depression, as personal and emotional commitment are demanded in an increasingly fragmented economic and social labour market. The social fragmentation in advanced capitalist societies, according to Bauman (2016), originates in the transition from the declaration of a universal human right to the pursuit of individual happiness. The latter has often necessitated confronting fear, which is exacerbated by right-wing populism, which needs to identify public enemies as sources of societal unhappiness, thereby polarizing the political, cultural, social, and economic landscapes.

In short, I want to highlight with this initial collection of theories that neoliberalism has infiltrated the personal sphere, shaping needs, mobilizing desires, and influencing personal preferences (Mouffe 2018). As a result, neoliberalism has become a dominant paradigm - a common sense

- for democratic development and the pursuit of individual happiness, limiting our capacity to envision cultural, social, or political alternatives. It has laid the groundwork for the gradual affirmation of illiberal neoliberalism worldwide, which combines neoliberal economic policies with illiberal practices, such as the erosion of democratic institutions and the concentration of power (Fraser 2013; Harvey 2016), leading to emotionally charged responses. Essentially, over the years, we have witnessed a crisis of imagination stemming from being trapped in the in-between space occupied by the multiplication of realities, their emotional perceptions, and their interpretations, leading to a gradual loss of the general framework in which we operate.

EMOTIONAL CLUSTERS

In the intricate dance between reality and perception, political and cultural theory often overlooks the crucial role of passion and emotions in shaping our societies (Mouffe 2018). Politics, after all, relies on passion to mobilize desires and act as a binding force. Positive emotions are essential for sustaining political struggles, as enthusiasm helps maintain momentum even in the face of setbacks (Graeber 2011) arising from social, political, and cultural interactions within larger communities.

Emotions intervene in the civil and political realms because they possess a relational dimension in cultural politics (Ahmed 2015). They extend beyond the private sphere, linking and transforming individuals within social groups. By encompassing other feelings and affects (e.g., love/grief), they shape collective identities and political projects with tangible consequences in daily life and far-reaching social and political implications. This is particularly evident in critical issues such as segregation toward migrants, black cultures, or the Palestinian community, where emotions like rage, disgust, or fear play significant roles. Conversely, emotions like passion and compassion act as societal catalysts, interpreting and responding to broader realities, including issues of segregation and social justice.

We must recognize that emotions transcend class distinctions and are rooted in daily life experiences. David Harvey (2016) noted that social movements since 2011 have struggled more explicitly over the quality of daily life, converging on broader, cross-cutting issues embedded in everyday matters. By prioritizing common public interests, these movements have sparked political imagination (Hardt & Negri 2017), forging unexpected alliances that surpass class boundaries or professional roles. This dynamic is evident in diverse fights ranging from equal rights and cultural

accessibility to pluralism, commons-based political experiments, and climate and social justice. These movements underscore the inherently political nature of daily life.

Amidst the transversality of these alliances, I introduce the concept of Emotional Clusters (Ciancio 2022; 2024), a central theme that I will elaborate further in the following case study. I define these clusters as temporary, informal, value-driven groupings where personal issues converge to react critically to neoliberalism and its illiberal manifestations. Inhabited by both top-down and bottom-up actors, they express, loudly or quietly, their urgency to engage in struggles over the quality of daily life. Their aim is to place matters of common public interest at the centre of their actions and to counter the emotional colonization of neoliberalism. These clusters experiment with co-imagining and co-designing new policies and political deliberations in favour of a pluralistic democracy. Operating within the interplay of personal happiness and human rights, they challenge prevailing perceptions and interpretations of reality and common sense.

In essence, emotional clusters emerge as significant sites of cultural resistance within what Gramsci (2014) termed an organic crisis—a moment of profound societal upheaval where old structures are crumbling, new possibilities struggle to emerge, and there seems to be no way out. They embody Gramsci's vision of culture as a battleground for systemic change, where individuals collectively shape policy and political agendas in favour of pluralistic development.

To explore the emotional clusters in action and delve into the emotional narratives mentioned earlier, I now turn to a case study—the Season of the Commons (2012-2021). Although it may seem distant from our current context, it offers valuable insights into the functioning of emotional clusters. This case study highlights the diverse emotional dynamics discussed so far and provides further understanding of our current stance on commons-based strategies within the context of an organic crisis.

THE 'FREEZING' OF DEMOCRACY IN THE NAPLES CASE

Looking at Naples, we encounter a city shaped by an intricate overlap and interplay of influences, from a rich history of grassroots activism to a celebrated intellectual and artistic scene since the 1970s and beyond (Dines 2012) and radical forms of *clientelism*. The political scientist Percy Allum (2008) defines clientelism as “a form of political participation in

which politician-citizen linkages are based on a general exchange regarding non-specified, but personalized, services rendered in return for electoral support” (Allum & Allum 2008: 341). He shows how clientelism has evolved beyond this exchange, spreading its tendrils into various realms, including culture, enabling loyal individuals to secure influential positions through informal networks at both local and national levels. This was the case (with various substantial differences) with both right-wing and left-wing governments. This phenomenon has inevitably spilled into the cultural sphere, where publicly funded institutions have become attractive tools for political campaigns as they expand and draw larger audiences.

Interviews conducted during my fieldwork reveal a division in the management of large-scale institutions (and beyond), where, for example, some highly qualified professionals were tasked with compensating for others who were selected based on criteria unrelated to professional capacities but more for their personal attachments. It is not a coincidence that in Naples, I identified a phenomenon I coined the ‘emotional diaspora.’ This emotional diaspora is a result of political pressures stemming from regional changes in 2012 and national austerity measures following the 2008 global financial crisis. My interviews with various interlocutors pointed to a scenario where conflict of interests and clientelism, coupled with limited economic resources, significantly restricted opportunities for creative expression, resulting in a *de facto* emotional and physical diaspora. This diaspora was marked by feelings of disengagement, individualism, mistrust, heightened competition among peers, and widespread emotional struggles, including depression and burnout.

This emotional diaspora can be attributed to the simple, sometimes rudimentary, yet effective consensus-building strategies employed by the dominant political group in power determining a form of ‘democratic freeze’ between 2012 and 2014. This entailed the gradual consolidation of the group in power’s influence, resulting in micro-realms characterized by informal alliances and loyal individuals. Key manifestations included an extended spoils system within major cultural institutions, the appointment of one super-director (Bandettini 2010; Santopadre 2015) in the two most publicly funded cultural institutions in town (with evident conflicts of interest), and the influence of Berlusconi delegates (the former Italian prime Minister) in cultural decision-making at the local level (Bandettini 2011; De Fazio 2011). The symptoms of this democratic freeze included the dominance of a specific artistic ‘taste’ (privileging commercial or conservative cultural representation), the arbitrary allocation of economic resources to loyal groups, limited spaces for cultural visibility of the non-loyal artists, heightened competition among peers, and a lack of information-sharing

within local public bodies, hindering the growth of the cultural ecosystem. All those were components of that time Gramsci's 'common sense.'

Cultural actors vying for economic resources pursued distinct paths in response to this environment. Some sought local political alliances while adopting competitive attitudes and maintaining internal trust within restricted groups but often expressing distrust toward their peers akin to Banfield's *Amoral Familism* (1958). Others explored economic sustainability through private funding, foundations, and international collaborations, enabling them to endure while awaiting changes in temporary hegemony. Some even changed careers or sought opportunities elsewhere, potentially disconnecting from the root causes of their discontent and diluting the radical nature of their political actions. In all these cases, the relations among peers emerged as a space marked by discontinuous relationships within the local context, while cultural players were in search of their economic survivance.

THE NEAPOLITAN SEASON OF THE COMMONS

The Season of the Commons entered these frozen democratic dynamics, with its origins rooted in the realm of the performing arts. The commoners initially navigated the intricate in-between the above monolithic cultural expressions and the locally diverse cultural ecosystem, performing within a context deeply marked by a blend of socio-political trust and mistrust. This multifaceted scenario unfolded under the overlapping jurisdictions of the State, the EU, regional, and city policies, all operating within the local context.

Within this framework, numerous cultural, policy, and political actors, with all their contradictions, embraced unknown behaviours, striving to reshape this landscape and looking for new territories for their cultural survival. For cultural activists, this represented more than mere resistance; it affirmed their right "to exist and not merely resist." The discourse on the commons provided a platform to transcend isolation. One interlocutor aptly summarized the sentiment with the following sentence: "What is the sense of doing theatre when you have the desert around you?"

In 2011, the election of Luigi De Magistris as the mayor of Naples marked a pivotal moment. He represented a civil movement within local politics, aligning with a broader trend where former judges and civil society representatives entered the political arena, advocating for citizens' rights. De Magistris, unaffiliated with major lobbies or political parties,

garnered support from the extended middle class and social movements. According to political observers (Treccagnoli 2016), he brought a certain left-wing populism to the city. In 2012, the occupation of the ex-Asilo Filangieri, a historic 16th-century building, triggered a transversal political and cultural debate, giving rise to a new landscape of local activism characterized by greater diversity in terms of class and interests profoundly rooted in values such as anti-fascism, mutualism and experimenting in horizontal decision-making.

It was within the Season of the Commons that these diverse actors found a political meeting point by bridging their political isolations. The emotional clusters initiated here, a product of these interactions, emerged from the personal needs of some top-down and bottom-up actors, including the mayor, some councillors, and cultural activists. Their aim was to find ‘comrades’ with whom to share enthusiasm for international movements, such as Occupy, and to bring national debates surrounding the commons to the local stage. This collaborative sphere became a space for transforming negative emotions (burnout, stress, solitude, frustration) into positive ones (enthusiasm, passion, compassion) and reacting to the prevailing sense of political solitude and discomfort. To confirm this, as some of my interlocutors mentioned, “It has been the first time since the 70s and the 90s (where historical social movements in the city took the stage) that several and diverse political groups met and collaborated around the same project”.

MIRRORING

Examining the emotional clusters here, we can identify an initial, perhaps unconscious, ‘mirroring’ strategy at play. Drawing from David Harvey’s perspective (2016), spaces of resistance in today’s societies often arise mirroring established power dynamics, showcasing organizational similarities with both local hegemonic structures and counter-hegemonic movements. However, they are rooted in distinct sets of values and diverse powers. Within Naples, this mirroring strategy is marked by certain dimensions not traditionally associated with power relations but rather considered components within the broader scope of interpersonal and group dynamics.

One key aspect is the *informality* in the relationship between cultural activists and the municipal level. Their interactions were not bound by rigid formalities but instead reflected flexibility and fluidity in navigating

authority, influence, and control. This informality marked cross-cutting alliances rooted in a critique of neoliberalism, resembling clientelism but grounded in distinct values. Another noteworthy dimension was the *intimacy* between the mayor, the councillor of the commons, and cultural activists, which was evident in public arenas and debates and rare compared to similar dynamics in other urban settings (Vesco 2021). This closeness suggested a deeper understanding, trust, and cooperation in their power relations. The third facet of this strategy involved *ambiguous* behaviours between the political and civil realms. Ambiguity, in this context, served as a tactical and strategic approach to recalibrate power dynamics and secure influential positions within the urban landscape (Gielen & Haq 2020). Cultural activists and policy stakeholders frequently emphasized their role in “playing into the contradictions” or striving “to make the contradictions visible,” as expressed by Councillor for Commons Piscopo and cultural activist Andrea de Goyzueta. These statements highlighted the difficulty of acting in the in-between divergent political intentions, from clientelism to advocacy for the commons and from top-down pressures to expansive bottom-up movements within fragmented local civil society.

Informality, intimacy, and ambiguity within these transversal alliances contributed to the fluidity of behaviours among the involved parties, fostering shared responsibility and an informal decision-making mechanism. This dynamic revealed an interplay where the mayor’s ‘explosive’ nature, rooted in left populism, was both ‘moderated’ and ‘radicalized’ by cultural and political activists working alongside the councillor for the commons to create a lasting legacy of their efforts. One notable outcome was the application of the notion of ‘civic use’, initially a tactical solution that evolved over the years into an innovative policy and legal tool at the local level. With origins in medieval times and the Roman Empire, and subsequent applications in the early 20th century (1927-1928), civic use refers to a juridical framework that regulates and recognizes the collective use of public properties such as terrains, city properties, and public gardens. During the Season of the Commons, this concept allowed for navigating between established market coordinates and efforts toward re-configuration. In a way, the juridical experiment was “a creative effort (...)” and “...the aim was not to seek the protection of the law, but to ‘hack’ legality, i.e., to use the disruptive energy of the process to carve the rules and change institutions.” (De Tullio 2018, activist and researcher at l’Asilo).

THE EMOTIONAL CLUSTERS AT WORK

In this context, the emotional clusters represented a form of political realism starting from the personal convictions of both top-down and bottom-up actors that neoliberalism and new forms of authoritarianism were reducing the quality of life for many. However, even when sharing a value-framework, cultural activists and policy players had to respond to different political and tactical needs. For example, it is the public administration's responsibility to maintain consensus in the city context, to guarantee accessibility for all citizens to the city's infrastructure and services, to regulate citizens' lives through a set of policies, and to negotiate with regional and national governments to manage city life. On the opposite side, it is inherent to social movements to interrupt a narrative and bring different points of view to the public debate. Public protests, occupations, and various symbolic cultural and political actions intervene to publicly denounce illicit or to highlight opinions or express values.

The Season of the Commons provided a fertile ground for policy, political, and cultural players to collectively envision responses in a complex political landscape. They pointed to a new dynamic in shaping the city and collaboratively envisioning new public and collective institutions. For example, Viola Carofalo, the former spokesperson for the Neapolitan grassroots political party Potere al Popolo (Power to the People), affirmed this approach and the collaborative efforts between the top-down and bottom-up actors stating, "imagine, in the past, I would never have voted. The social mechanisms have changed, but what remains is the irreverence, which is the hallmark of a revolutionary (...). It's the adaptability of movements to their context (...). If we had employed today's political tools in the 1970s, we would have been considered enemies of the movement."

It is a shared opinion among interviewees that the proliferation of bottom-up political and policy experiments in the city could not have achieved such widespread acceptance and longevity without the collaborative efforts between the city's public administration and the diverse groups comprising the grassroots movements. Public demonstrations, debates, and assemblies in city squares require authorization and legal permission to conduct specific political activities in public spaces. The municipality did not obstruct these efforts, rather, Mayor De Magistis and his counsellors often actively engaged as interlocutors, raising questions, expressing doubts, and demonstrating openness to dissent. Publicly confirming this stance, Mayor De Magistis stated, "While my colleagues in Italy use batons to evacuate occupied places, we are creating communal resolutions to give juridical dimension and recognition to those who care for the public spaces of the city from a collective perspective." It is noteworthy that *informal community*,

mutualism, process, civic use, commons, and conflict were frequent terms used by both parties, carrying specific and similar meanings that reflect a shared mindset and value framework among allies engaged in common struggles, even across diverse arenas and amidst occasional conflicts.

THE EMPIRICAL POLICY/POLITICS

The policy model emerging from the Neapolitan case revealed a deeply ingrained empirical approach, taking its shape with a democratic participatory approach. Unlike conventional policy cycles, which typically encompass phases such as problem definition, implementation, development, and evaluation (Hill and Hupe 2002), the Neapolitan case seemed to forego the evaluation phase and prioritized social and political interactions even in a direct and visible clash.

To clarify, in conventional public bodies, the ‘problem definition’ phase is often entrusted to experts or internal functionaries. However, in the Neapolitan case, this phase featured extensive peer exchanges between the municipality, a group of jurists, and cultural and political activists in public squares, assemblies, and informal exchanges. Here, national and international debates on issues like the commons, widespread ownership, illicit public debts, and municipalism made their way into the city.

Moving to the ‘implementation’ phase, in transnational institutions or public bodies, this is typically marked by negotiations mainly among co-legislators. In the Season of the Commons, once again, this phase witnessed extensive participation. Negotiations within the city council and at the government level, spearheaded by the mayor, received substantial support from a bottom-up mobilization. For instance, the rejection of the city’s public debt by the city government, thanks to the support of local activists and intellectuals providing studies and concrete political proposals, reflects this participatory nature.

The ‘development’ phase in traditional public institutions plays a crucial role in understanding innovations into policy or political programs. In Naples, this took shape by designing procedures to identify the urban commons; extending the norm of civic use to previous local political occupations; defining a system of emerging commons (initially comprising seven occupied spaces referred to as ‘freed spaces’) with empirical protocols (f.e. the Declaration of Civic and Collective Use). These protocols defined the duties and responsibilities of the involved parties, considering the asymmetries of position between the municipality and the activists.

Consequently, the Neapolitan policy/political cycle required constant adjustments, driven by efforts to find new equilibriums in the city. This involved ongoing experimentation in the emerging commons, points of exchange, and frictions between activists and the municipality. Continuous negotiations and new public acts, including more than 10 city resolutions, established an urban system of the commons within the city from 2014 to 2021. Thus, with the result that, with Gramsci's insights in mind, the policy experimentation that unfolded during the Season of the Commons signifies a change in the role of public institutions from being the 'who' that makes decisions to the 'how' decisions are made in the city (Micciarelli 2017). It reveals, amidst its contradictions, unfulfilled promises, failures, ingenuity, and populism, that fertile ground can be cultivated for the emergence of bottom-up neo-institutions. This notion stands for a new context where new public/private relationships can be established, a context of shared policy (Dragičević Šešić 2006) that could endure over the long term.

THE EMOTIONAL CLUSTERS AND THE ORGANIC CRISIS

Amidst the global context reshaped by the pandemic, the insights gained from emotional clusters at work provide valuable coordinates on emerging cultural and political behaviours. In my empirical observations, these emotional clusters have not only emerged in the Neapolitan experience of the commons but have also influenced transnational arenas, as well as other cultural policy programs and political endeavours at local, national, and transnational levels. A notable example is the Creative Europe program, a key EU initiative supporting international cultural cooperation at the European level (Ciancio 2022). However, this is another trajectory I do not wish to delve into now, almost at the end of this essay. Instead, before concluding, I want to highlight some essential aspects of emotional clusters within the ongoing Gramscian organic crisis, bearing in mind that the Neapolitan case has not been an isolated instance of alliances forming to support pluralistic democracies (Mouffe 2018).

For example, these clusters have often surfaced in contexts where the public sphere – now physical, virtual, and digital simultaneously - is occupied and polluted by diverse and discontinuous overlapping cultural policy and political forces, including varying degrees of illiberal neoliberalism (Fisher 2009; Bonet & Negrier 2018). These have emerged as a form of social and cultural adaptation, and, whether consciously or unconsciously, they responded by entering their realities through available cultural

policy and political instruments to tame the neoliberal impact on culture, social fabric, and nature. Being the result of the chemistry of personal beliefs, they have consciously embraced value-driven actions when pluralism in cultural policy/political process was under attack. Often, they started by operating within temporary micropolitical spaces where they transcended the traditional top-down or bottom-up initiatives, emphasizing co-creative political efforts aimed at countering monolithic interpretations of culture.

We can clearly see that these clusters have been among the responses to the widespread crisis of representative democracies (Bauman 2019; Della Porta 2013; Mouffe 2005), beginning their struggles with cross-cutting issues such as commons, cultural rights, and cultural accessibility. Despite their failures and successes, they have needed to function interdependently, meaning that top-down and bottom-up actors have met on new territories (such as local juridical norms), legitimizing each other in their efforts. Over time, they have conquered spaces in the decision-making processes, playing (even if beyond the radar) a role in attributing an empirical progression to the cultural policy and political cycle. At their best, these informal groupings expressed their nature as relational and transformative political agents (Gramsci 1916; Ahamed 2015), allowing civil and political society to find a temporary balance in policy/political negotiations. This meant that in the context of organic crisis civil society did not reproduce cultural, social, or political hegemonies. On the contrary, by adopting a kind of fluidity within power relations, it addressed political issues, creating tension in the hegemonic representations and common sense.

In times of organic crisis, the public sphere becomes a battleground, populated by a diverse array of agents. Here, cultural, policy, and political actors have found their own ways to act, often embracing a hybrid political approach by merging activism, law, cultural processes, and participatory logic in their actions, following Gramsci's 'War of Positions' (2014). This approach has involved performing in various territories, dealing with conflicts, and navigating successes and mistakes to advance their agendas.

CONCLUSION

As we look back at a historical period that may seem distant yet remains strikingly relevant amid our contemporary upheavals, it has become clear that history is not a monochromatic canvas but rather a rich tapestry woven from an infinite array of experiences, narratives, and realities. My intention with this essay was to share the dynamic evolution of

spaces of resistance across cultural, social, and political landscapes, which have seen various actors engaged in a continuous negotiation process to reimagine their futures in a pluralistic manner and question the realities in which they were performing.

My goal was to examine these unknown and impalpable spaces of resistance from our present standpoint and to understand why and how they have emerged. It has become increasingly evident that the way the goal has been achieved can provide us with insights into the health state of our democracies in given contexts. Largely, the emergence of emotional clusters as adaptive responses to navigate the Gramscian organic crisis offers a nuanced lens to dissect the complexities of current democratic decision-making and suggest potential strategies foundational for future neo-institutions starting from the commons-based policy. In today's context, there's an urgent need for more organic spaces of interaction within cultural and political processes, maintaining their bottom-up, independent, revolutionary, and inherently contradictory nature. Future research could explore the capacity of these city networks to act as potential neo-institutions and their long-term sustainability. This raises a crucial question: how can this process become an integral part of 'making the city,' transcending shifts in political governance and persisting as a cornerstone for pluralism?

Throughout this essay, I aimed to demonstrate that reality(ies) cannot be exclusively perceived through an emotional lens. Rather, I sought to underscore that reality(ies) are inherently political matters rooted in daily life. We cannot ignore the overproduction of emotions in today's world, which fuels populism, new nationalisms, and hyper-localisms, including emotionally driven reactions to global geopolitical shifts and political inequalities. This is why, within this paper, emotions and personal perspectives have been central, particularly in their empirical observation. Recognizing the complexity of this terrain, I advocate for a deeper understanding of emotions in their transformative and political capacities. It is essential to view personal emotions, both positive and negative, as societal expressions rather than confined to individual private spaces. As Mark Fisher suggests, these emotions require political scrutiny to be understood as social phenomena.

Therefore, to conclude, I want to advocate for understanding the cultural policy process as a lively and political matter, especially in times of (organic) crises, including wars, genocide, social burnouts, and territory invasions. This requires a multidimensional approach that includes the political function of emotions and considers its empirical development in commons-based experiments where we are all called to perform against emotional colonization, repression, and manipulation of our realities.

BIBLIOGRAPHY

- Ahmed, S. (2015). *Cultural Politics of Emotion*. Second edition. London, New York: Routledge.
- Allum, F., & Allum, P. (2008). "Revisiting Naples: clientelism and Organized Crime." *Journal of Modern Italian Studies*, 13:3, 340-365, DOI: 10.1080/13545710802218569.
- Bandettini, A. (2010). "Il blitz di Zeropuntotre e il caso Napoli: la lettera di Andrea De Rosa". *La Repubblica*, December 21, 2010.
- Bonet, L. and Negrier, E. (2018) "The participatory turn in cultural policy: Paradigms, models, contexts." In *Poetics*, Elsevier, 66, 54-73.
- Bauman, Z. (2016). Interview by Peter Haffner, "Zygmunt Bauman: LOVE. FEAR. And the NETWORK." In 032c. [Link](#).
- Castells, M., (2015). *Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Age.*, second edition. Cambridge: Polity Press.
- Ciancio, G., (2022). "For a co-imaginative politics: between emotional clusters and political decisions. An empirical observation of the Creative Europe Program." In *Rise of the Common City: On the culture of communing* edited by T. Lijster, P. Gielen & L. Volont, 180 – 193. Brussels: ASP Editions.
- Ciancio G (2024) Cultural policy and emotional clusters in the context of an organic crisis. Performing arts and emotions between top-down and bottom-up negotiations. *Eur. J. Cult. Manag. Polic.* 14:13013. doi: 10.3389/ejcmp.2024.13013
- Comune di Napoli. (2015). City Council Resolution. Delibera di Giunta n. 7 del 2015. <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/16783>
- (Latest access June 2022).
- Comune di Napoli. (2021). City Council Resolution. Delibera di Giunta n. 424 del 13/08/2021. <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/16783>
- (Latest access June 2022).
- Della Porta, D. (2013). *Can Democracy Be Saved? Participation, Deliberation and Social Movements*. Cambridge, Maleden: Polity.
- De Tullio, M.F., (2018). "Commons towards New Participatory Institutions. The Neapolitan Experience." In *Commonism, A New Aesthetics of the Real* edited by Pascal Gielen and Nico Docks, 219-314. *Arts in Society*. Amsterdam: Valiz.
- Dines, N. (2012). *Tuff City. Urban Change and Contested Space in Central Naples*. New York, Oxford: Berghahn Books.
- Dragičević Šešić, M (2006) "Shared policies: future of cultural development", in: *Dynamics of communication: new ways and new actors*, edited by Biserka Cvjeticanin, Culturelink, Zagreb, 2006, pp.103 – 111
- Fisher, M. (2009). *Capitalist Realism: Is There No Alternative?* Winchester,

- UK, Zero Books
- Fraser, N. (2013), "Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis" (Verso)
- Gielen, P. and Lijster, T. (2017). "Art and Civil Action. Cultural Organizations in the European Civil Domain." In *visual ethnography* 6, no. 2: 21- 47.
- Gielen, P. and Docx, N. eds. (2018). *Commonism: a new aesthetics of the real*. Amsterdam: Valiz.
- Gielen, P. and Haq, Nav eds (2020). *The Aesthetics of Ambiguity. Understanding and Addressing Monoculture*. Amsterdam, Valiz.
- Graeber, D. (2013). *The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement*. London: Penguin Group.
- Gramsci, A. (1916) "Socialismo e cultura". In *Il Grido del Popolo*, January 29, 1916. <http://www.tempiostmoderni.it/antonio-gramsci-socialismo-e-cultura/> (Latest access June 2022).
- Gramsci, A., (2014). 1929-1932. *Quaderni dal Carcere* edited by Valentino Gerratana. Edizione Critica dell'Istituto Gramsci. Torino: Einaudi Editore.
- Hardt, M. & Negri, A. (2017). *Assembly*. Oxford University Press Inc.
- Harvey, D. (2007). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press.
- Harvey, D. (2016). "Neoliberalism is a Political Project". Interview by Bjarke Skaerlund Rosarger. *Jacobin*. [Link](#).
- Lorey, I. (2013). "On Democracy and Occupation. Horizontality and the Need for New Forms of Verticality". In *Institutional Attitudes: Instituting Art in a Flat World* edited by Pascal Gielen, 78-99. Amsterdam: Antennae Valiz.
- Micciarelli, G. (2017). "Introduzione all'uso civico e collettivo urbano. La gestione diretta dei beni comuni urbani". In *Munus*, 1: 135-162. Editoriale Scientifica srl.
- Mouffe, C. (2005). *On the Political*. Series: *Thinking in Action*. Abingdon UK: Routledge.
- Mouffe, C. (2018). *Per un populismo di sinistra*. Tempi nuovi, Laterza.
- Nussbaum, Martha C. (2015). *Political Emotions: Why Love Matters for Justice*. Belknap Pr; Reprint edizione.
- Sannino, C. (2012). "Le gesta di De Fusco a Napoli". *La Repubblica Napoli*, February 14, 2012. [Link](#).
- Santopadre, M. (2015). "Napoli, il pasticciaccio delle assunzioni al teatro Mercadante." *Contropiano*, February 14, 2015. [Link](#).

Treccagnoli, P. (2016). “Perché Luigi de Magistris ha saputo vincere”. *Il Mattino*, June 19, 2016.

[Link](#).

Vesco, A. (2021). “The Neapolitan way to the commons: poetics of irony and ‘creative use of law’ in the case of l’Asilo.” *Journal of Modern Italian Studies*.

COMMONING TRUST

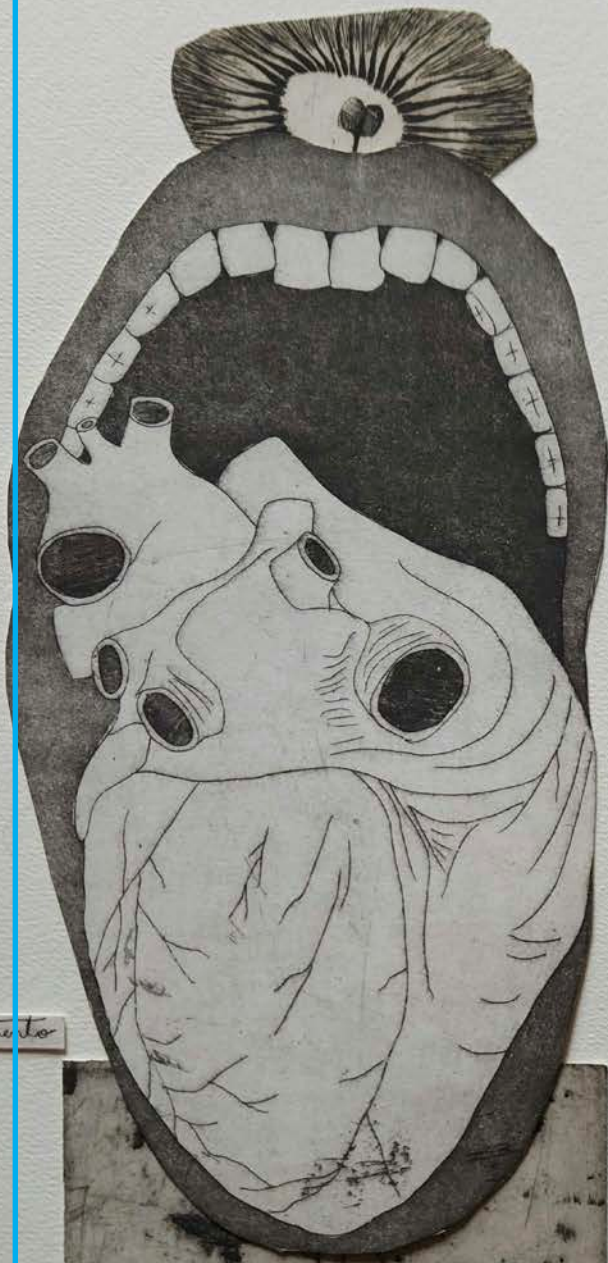
by Pascal Gielen

BEYOND CERTAINTY

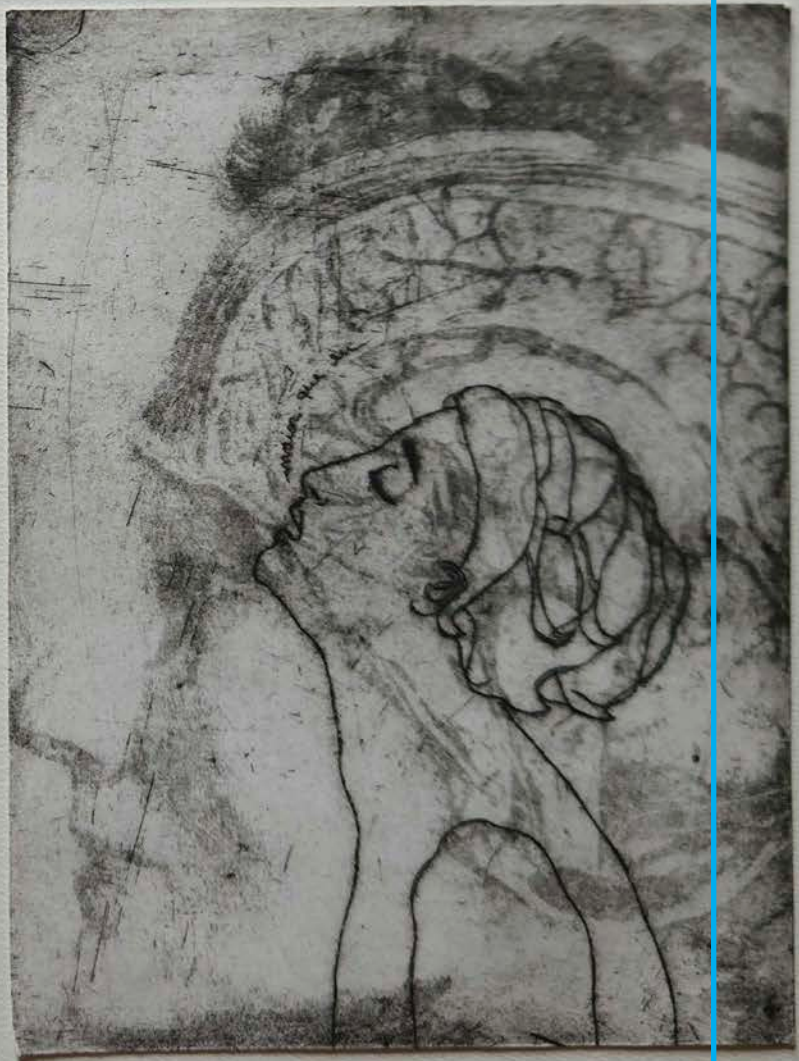
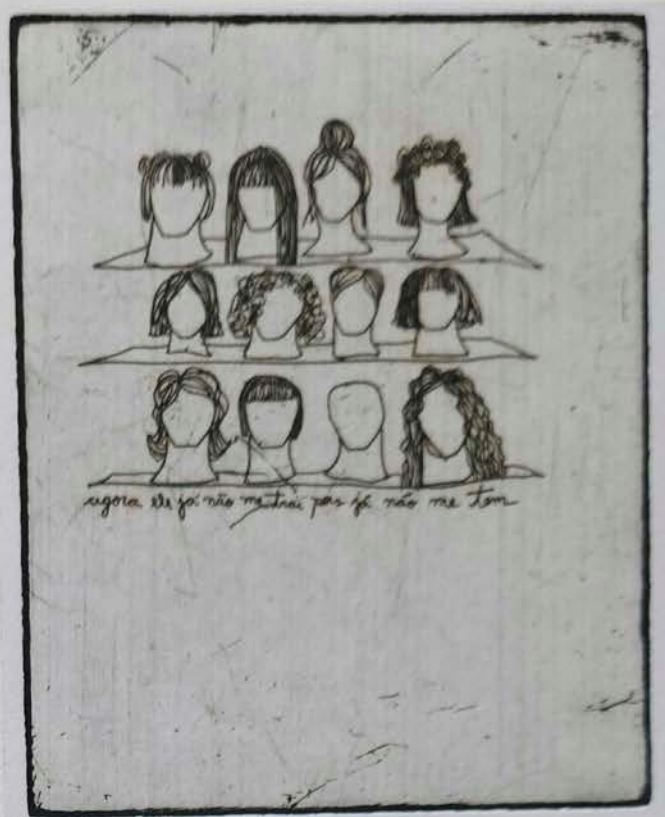
How do we break the spiral of mistrust, and can the commons play a role in this? What are the conditions for building broad societal trust that extends beyond family, close friends, or safe spaces? Trust in society or living together relies on a culture of specific values, norms, and customs. My quest over the past few years through commoning regions has taught me that trust is built in a unique way here. This is partly because many commons initiatives and organizations reside in so-called ‘a-legality.’ The lack of contracts, legal agreements, legal frameworks, and insurances means that civil movements and grassroots organizations must rely on other things. Trust begins where certainty ends. This piques my curiosity. Where does trust in the commons come from?

THREE HUNDRED KEYS

In 2022, I organized a conference on commons for the Belgian cultural sector and policymakers. It provided interesting insights, but as often happens, I only remember certain details and anecdotes years later. This time, it was the ‘three hundred keys’ that lingered in my mind. Iva Čukić seemed to mention it only in passing during her lecture. As a co-founder of the urban activist movement ‘The Ministry of Space’ in Belgrade, Čukić co-manages Magacin, an industrial complex that was set up in 2009 as an artistic and cultural common space for independent cultural production, exhibitions, artistic experiments, workshops, performances, lectures, and debates. The complex houses a diverse group of artists, designers, activists, and community initiatives, thus culture in the broadest sense of the word. Contemporary dance stands alongside societal debates and visual art alongside urban planning. Like most commons organizations, Magacin is open to many activities as long as they are not commercial. To reserve the spaces, the organization uses, among other things, a digital calendar. However, to make the buildings freely and easily accessible, over the years, more than three hundred keys have been distributed to users. How many keys are currently in circulation in Belgrade is actually known by no one anymore. When Čukić mentioned this, many jaws dropped in the conference room. Surprise all the more because the Serbian activist mentioned that so far, no significant incidents have occurred in Magacin.



fragmento



It's hard to imagine. Three hundred keys in circulation at the Rijksakademie in Amsterdam, Sadler's Wells Theatre in London, or a SESC in Brazil? Accessible day and night. No security or alarm. I wouldn't dare recommend this to any museum director or concert hall manager. This makes me curious: where did the trust in Belgrade come from? But before answering this question, we need to know what the origin of mistrust is in our societies.

THE LAND OF MISTRUST

Common reasons for mistrust are financial crises, the rise of populism, and negative experiences with experts and elites. Scandals, tampering, and corruption also often play a role. The rise of social media seems to be involved as well. People who use a lot of social media generally have less trust in governments and institutions than people who use it little. And now that I've started dividing population groups, the higher educated generally have more trust in governments than the lower educated; men more than women; a black population less than a white population. Middle-class people also generally have more trust than lower-class residents, but trust in political parties has also visibly decreased among the middle class in recent years. The threat to the middle class by a neoliberal policy that dismantles social welfare structures has a lot to do with this. Just like for the other identified population groups, it applies that those with less power in a society also have less control over their own actions. Such a lack of autonomy is an important source of mistrust.

TRANSPARENCY

No longer having control over one's actions or not being able to see their effect is thus an important cause of mistrust. Sometimes, our actions do indeed have an effect, but we cannot perceive it because the decisive conversation about it takes place behind closed doors. Therefore, many trust experts and consultants advocate for transparency. It is now probably the most prescribed recipe for leadership and good governance. Be transparent! A lack of it creates room for speculation, suspicions of hidden agendas, mistrust, and sometimes even paranoia. Therefore, promoting open communication is essential. Sharing information, providing a clear explanation, and avoiding secrecy can contribute to strengthening trust. Installing control mechanisms, audits, evaluations, and allowing external

assessments do the rest. They are now part of the annual reliability cleaning, or call it ‘trust rituals’. These can sometimes actually restore trust.

However, the transparency mantra also has adverse effects. Audits, accreditations, and evaluation systems can be perceived as control mechanisms focused solely on detecting errors and shortcomings. What British economist Michael Power (1997) once called an ‘audit society’ can lead to a feeling of constant surveillance and the idea that employees or organizations cannot be fully trusted. In “The Transparency Society,” German-Korean philosopher Byung-Chul Han also points out the danger of losing authenticity, spontaneity, and creativity due to our increasing transparency obsession. Both on social media and in the workplace, people feel compelled to maintain a certain image, to build an always active profile that must continuously showcase their performance to others. This socially imposed exhibitionism leads to a lack of sincere relationships and a superficial culture where people hide behind masks of perfection. The ability to deviate from norms and expectations is hindered by the constant pressure to conform and be visible. This results in a lack of diversity and creativity.

As a result, people look for places and strategies to hide themselves. Covering up activities, building facades, and retreating into the shadows are always possible options. Transparency rituals paradoxically prompt opaque behavior. Activities are veiled, and this is done using well-known tactics and methodologies. Playing hide and seek. Sometimes, also a cat-and-mouse game. Writing on a different ledger. Discussing outside the walls. Staying under the radar. It hardly needs explaining that often difficult experiments, risky ventures, but also innovative initiatives and a-legal practices prefer to stay out of sight of auditors and accreditors. What falls outside the template of the evaluation form or the self-reflection report is often challenging to understand. Read: it easily raises questions and mistrust, which in turn calls for even more accountability bureaucracy. And who still has the energy for that?

Moreover, heightened internal competition applies. Systems that fuel competition mean that employees see each other as competitors. Especially in the cultural sector, where more and more freelancers are prowling around, anyone can potentially outdo anyone else. ‘Healthy suspicion’ is therefore advised. But also a cultural policy and subsidy systems that encourage competitiveness do not uncommonly generate a divide-and-conquer regime. Within the sector, everyone is then a competitor of everyone, whether it concerns individuals or organizations. A subsidy system works like communicating vessels. What one gets, the other does not, or gets less. Thus, eradicating competition seems also a crucial motto for those who want to gain trust.

A competitive policy generates distrust for yet other reasons. To compete for grants or subsidies, governments and foundations often like to have extensive files written. Both to apply for a subsidy and to – if obtained – provide the necessary justification afterward. These systems are also increasingly being organized digitally, which increases the distance to ‘the system.’ Within a culture, education, or healthcare sector, however, this also drives up the distrust between big players and the little ones. The big ones indeed have more resources to bear such a file burden. Sometimes, they even have several employees for it. Small players cannot afford this, which generates a Matthew effect within various sectors: the rich get richer and the poor poorer.¹

It is, among other things, this rising bureaucracy that easily strangles small organizations and citizen initiatives. In a Creative Europe study I conducted a few years ago with Trans Europe Halles and the European Cultural Foundation, we came to similar conclusions regarding the policy of the European Union (De Tullio, 2020). Bureaucracy, rules, and accountability burden are next to privatization the greatest enemies of citizen initiatives, especially when it comes to grassroots organizations.

Thus, the time recording and registration burden introduced by Europe puts organizations in a spiral of mutual mistrust. What do you do, for example, in an enthusiastic cultural sector with overtime? Does having a coffee, or more suspiciously, a glass of wine, with a colleague or artist fall under working hours? Are opening receptions and tour travels work? And what to do with jotting down ideas in the middle of the night? What do you charge and what not? It’s all no problem if you just trust that colleagues are doing their work. But nowadays, that happens less and less. Micromanagement and registration neurosis are ideal for driving any enthusiasm out of a sector, whether it concerns culture, education, agriculture, or healthcare. They consume energy. Bureaucratization is, therefore, one of the leading causes of burnout. At the very least, it decently tempers work enthusiasm and stimulates procrastination behavior. No desire, no motivation anymore.

1 A popular Brazilian song makes a very humorous allusion to this logic in the following way:
 “Analyzing this hereditary chain
 I want to get rid of this precarious situation...
 Where the rich get richer
 And the poor get poorer
 And everyone already knows the reason
 Is that the top goes up and the bottom goes down.”
 (Music “Xibom Bombom,” by the axé band, “As Meninas,” released in 1999).

Growing fear of abuse, however, drives the accountability fury further. When it concerns government money, the demand for legitimation is, of course, justified. Meanwhile, the question arises: What is more expensive? Risk an occasional derailment or continue stringent control? Detect an occasional case of fraud or pay ten to twenty percent of the subsidy budget in dossier writing and accountability?

The increased demand for accountability paradoxically ensures that the cultural sector – but also the agriculture, healthcare, and education sectors – is partially paid to ‘not work’. By that, I mean that they spend quite a few work hours on work that is not actually their work. They are also not trained for it and are often not good at it. The real work or core business, such as simply making culture in the cultural sector, teaching in education, farming in the agriculture sector, and caring for people in the healthcare sector, is under pressure. More and more time and money goes into writing files and reports, thus into unproductivity. Accountability pressure also regularly leads to increasing inefficiency, even collective paralysis or social paralysis. Who dares to act anymore? Who dares to take a risk?

The accountability fever ultimately brings about a subtle spiral of mistrust. Because it is not entirely trusted that we do our work well, we must justify ourselves, and because we have to justify ourselves more and more, we can concentrate less and less on our actual work. We feel guilty and become increasingly distrustful of our own work, that of our colleagues, and that of the auditors. On paper or in an evaluation conversation, we can make everything sound good, but does that match reality? Writing good files is an art in itself. The workplace is thereby split into at least two parallel realities: one on the stage, the field, the hospital, or in the classroom, and another on paper. Self-evaluations always raise questions about the actual work delivered, as these evaluations are, after all, self-written. In short, mistrust breeds mistrust. How could we turn this negative spiral around? To answer that question, we must first understand what trust builds on.

TRUST AESTHETICS

What creates and grants trust? Is it just about transparent procedures, fairness, reasonable and logical decision-making? Is it merely a matter of ‘good governance’? Clear rules, procedures, communication, and good leadership can certainly instigate trust. But trust relies on more than that. Transparency may indeed foster trust, but trust as a verb is much less transparent. It arises in a somewhat obscure sphere of trust. The ‘ray’ with which someone exudes trust is difficult to measure. It can

also be quite blinding. Trust builds not only on what a government, a company, a politician, a manager, a colleague, or a fellow citizen says or does (or writes in a self-evaluation report...) but also on the way in which they say or do something. Trust, therefore, also relies on presence, appearance, or image, as well as on rhetoric and performance quality.

In the booklet ‘Passivity’ (2023), I called this a ‘trust aesthetics.’ Earning trust is partly an artistic skill. Gaining trust is an art, at least a performing art, but to a certain extent, also a visual art. It can, as is known, evoke recognition through familiarity. Familiarity breeds trust. For example, speak the language of the street, make the humor of Jan with the cap or Fien from around the corner². Pull the faces that people know. Gesture as people are used to. Just be normal! But winning trust does not have to be ordinary. It can also be done with style. Well, style, not just words but also the voice, not just content but also form matter. Together, they grant trust. This certainly applies to still unknown artistic talent, a newly starting cultural initiative, but also to an upcoming politician. For example, such a politician cannot yet be held accountable based on actions. Promises still need to be fulfilled. No hard evidence, just credentials. In the unknown promise – whether it is political, intellectual, or cultural – one can indeed only believe. This applies equally to God as to the budding politician and emerging artistic talent. One can only blindly trust them.

But once that faith is there, something magical happens. It works like religion. Belief makes belief. Trust grants trust. Thus, a real trust alchemy bubbles up: the confidant gains the authority to also win the trust of others for his confidants. A king, parliament, or president grants trust in the government. One artist in another artist, the critic in the curator, the curator in a cultural asset, after which perhaps a broader audience follows. German systems theorist Niklas Luhmann (1997) would probably have called something like this, with his slightly irritating sense of tautology, ‘trustingtrust’. The halo of the confidant rubs off on his confidants, causing others to also massively gain trust in them. In short, opposite a spiral of mistrust, a spiral of trust can also be fueled. And that is partly based on aesthetics, well understood as aesthesis: a mixture of sensory experiences and emotions.

Today, both governments and companies, state and market, try to arouse or mostly restore trust through good governance. As mentioned, transparency and procedures play a central role in this. In commons

2 The expression “humor of Jan with the cap” or “Fien from around the corner” are Dutch expressions for saying that you mimic or mirror the behavior of ‘ordinary people’ or ‘the man in the street’, as they say in Dutch. In the the brazilian context could be described as “homem do povo,” ou “João Ninguém.”

organizations like the earlier signaled Magacin, trust, however, arises differently. Here, too, good agreements, rules, and sanctioning mechanisms play an important role. This is taught, for example, by the eight design rules for the commons of Elinor Ostrom (1990). But the three hundred keys in Belgrade indicate that there is something more to trust. Nothing prevents it from ever going wrong, that, for example, a free-rider or a thief makes off with something. For trust, you have to let go of something at a given moment. You can only teach a child to ride a bike by letting go of the bike at a certain point. Trust also goes beyond rules and procedures. It always remains a bit blind. The proof of trust is precisely provided when you do not look to see if someone keeps their word. It is ephemeral, unmeasurable – no probability calculation nor exact science that knows how to secure it. Moreover, it is legally difficult to enforce. No contract grants absolute trust.

Therefore, marriage is perhaps the silent proof of mutual mistrust. Hopefully, the ‘yes’ word is indeed a sincere public declaration of mutual love. Nothing is more beautiful than that. But maybe marriage also has to do with a creeping desire for certainty, sealed in a social contract. An official confession of fidelity because the lovers do not entirely trust blind trust? It may be a skewed thought, but doesn’t marriage also point to the fear of infidelity?

Trust means, after all, being able to deal with the unpredictability and elusiveness of life. The chance of failure, too. The common and, by extension, the civil domain now offers, in my opinion, the right conditions and the ideal climate for that. What conditions are those exactly?

LABORATORY

Research in Belgium shows that citizen initiatives are appreciated by governments and market players for at least two reasons. These are the societal support they have and the laboratory function they fulfill (Vermeersch et al., 2023). Government institutions especially indicated that they like to collaborate with civil organizations because they often have a broad and also easier public reach. They are simply closer to the citizens and have an intricately branched social network. Companies, on the other hand, pointed out the possibility for experimentation. Civil nonprofit organizations can take more risks, partly because they do not have to make a profit. They escape at least commercial logic, which means they have to calculate less or perhaps can also calculate differently.

On the negative side of the appreciation scale, governments and market players mentioned ‘criticism’ and ‘inefficiency,’ sometimes also a ‘woolly sock mentality.’³ Especially citizen movements were often seen as difficult because they are critical customers with whom it is difficult to collaborate. The perceived inefficiency was again related to the sometimes chaotic organization of the initiatives. Objectives did not always seem clear, and outcomes sometimes took a while to materialize. At least, that was the perception of some interviewed policymakers and market players in the study.

I find the tension between negative and positive appreciation quite interesting. Maybe it’s about a love-hate relationship. According to me, it precisely indicates how a government and a market relate to the civil space. When that space runs well, indeed, much is discussed but also tried out. That takes time and does not always benefit efficiency. Yet, politics and business realize all too well that the civil space is their breeding ground. Politicians of tomorrow often learn the tricks of the trade in social-cultural organizations and through citizen initiatives. New products and services are then sometimes laboriously developed by citizen initiatives. Only after years of testing and functioning does the market see value in them. But above all: civil initiatives know how to cultivate a new culture that lets innovative systems, new thoughts, and exceptional customs enter a society. They simply make them more acceptable to a broad audience. Thereby, they become politically or economically ‘profitable’ after a while.

Think, for example, of the role that climate activists and the green movement played in the incubation of ecological thought in mainstream politics. But also think of phenomena like car sharing or couchsurfing – things that ten to twenty years ago, no company saw any profit in. Citizen initiatives often take the lead in developing and trying out new ideas and systems. Thus viewed, the civil space may well be called the avant-garde of a society, or at least the vanguard of the market and politics. It is also the area where mistrust – for the new, the unknown, the inefficient – can turn into trust. But also vice versa: trust in politics and the market can turn into harsh criticism and mistrust.

Commoners maneuver right in the middle of this. They, too, have criticism of governments and companies and are therefore suspicious of them. With the political scientist Ethan Zuckerman (2021), I could indicate that such mistrust arises because people can no longer perceive

3 ‘Woolly sock mentality’ is frequently used in a negative association and express a ‘hippie mentality’, someone naive or too idealistic, also ‘connected with nature and spiritual life’, but in a very romantic way. In the the brazilian context could be described as “sonhador” or “aéreo.”

the effectiveness of their own actions. When it concerns governments or more abstract institutions, he calls this a lack of 'external effectiveness.' In contrast, the American researcher places an internal variant. Words and deeds within one's own organization and among one's own peers are often experienced as effective. And it is with that that commons organizations also grant trust. Their small scale – they often consist of no more than fifty members – and local embedding make it more possible to show the effectiveness of action. They at least make it better visible.

However, the experience of internal effectiveness does not yet have an effect on trust in an external institution. My own research experience teaches that commons organizations particularly flourish where there is precisely no trust in a government, such as in various countries in the Balkans, Southern Europe, or South America. The recent growing interest in the commons in Western Europe could, therefore, also partly be explained by declining trust in their political system. The three hundred keys in Belgrade are certainly not based on broad societal trust, definitely not on trust in a government. On the contrary, the internal trust of *Magacin* is precisely fueled by mistrust in a corrupt government.

When our negotiating with policymakers seems to have no effect, or as is increasingly the case nowadays, is led in anonymous digital channels, the sense of effectiveness and meaningful action evaporates. When clients, employers, funds, or subsidy providers moreover let useless work be performed, mistrust increases. The aforementioned accountability burden, but also the experience that the chance of obtaining a grant is small in proportion to the paperwork provided, thus only enhances a feeling of meaninglessness.

Commoning and the emergence of commons initiatives can, therefore, also be seen as a response to the experience of a lack of external effectiveness. When people experience that their own actions have no effect or seem little meaningful, they seek that effectiveness locally and preferably in physical proximity. Commoning can thus also be seen as a quest for meaningful action. As a desire for action that actually has an effect. Commoners certainly set a positive politics and dynamic in motion that builds trust, and that is primarily trust in their own organization and practice, internally thus. To soon answer the question of external broad societal trust, it seems useful to first look at how that comes about in-house. How is a house of trust built, in other words?

ENTRUSTING

The first stone of trust that is laid is called ‘entrusting.’ Friendships and intimate relationships often begin with entrusting a small or large secret. Something that not everyone needs to know, preferably should not know, is nevertheless shared under four eyes or in a small group. That creates a bond, and the more secrets are whispered to each other, the deeper it becomes. Moreover, friends trust that the one to whom something is entrusted will not just pass it on further. And we see here again that peculiar trust alchemy: one trusts someone something because one already trusts them to a certain extent – because they ‘radiate’ a certain aura of trust – and in that entrusting, one simultaneously arouses even more trust.

But what then creates such a trust bond among commoners? What secrets do they dare to share with each other? The answer to that is: needs and vulnerabilities. The need for healthy food, drinkable water, affordable energy or housing, help with sickness and upbringing, or also the need for inspiration or rest. It is generally such basic needs and vulnerabilities around which commoners gather. They recognize their own weaknesses in others and then dare to confess them to each other, after which mutual recognition follows. Only when people, for example, dare to tell each other that they have trouble making ends meet does the possibility arise to take action and undertake something together. Without such confessions, I believe there would be few forms of self-organization and commoning practices.

Internally, locally, and on a small scale, commoners have meanwhile learned the tricks of the trade. They have overcome their shyness and shame. Making oneself vulnerable, in my opinion, is already the early start of political and broad societal trust; still another trust that rests on rules, procedures, contracts, insurance policies, audits, evaluations, and accreditations.

STRANGE TRUST

Broad societal trust, trust in politics and institutions, in a market or the economy, of course, does not grow with sharing some secrets among friends. No private domain, no intimates, in my opinion, even no safe space has the political power to build trust at that level. Trust must scale up for that and also rise from relational to ideal spheres. Societal trust means, after all, trusting those one does not know, including the feeling that one can rely on institutions – although they are large and abstract,

like the market, politics, the parliament, or the media. Broad societal trust, or – with Zuckerman – external trust, thus partly rests on ‘strange trust’: trust in the strange, that which or those one does not know, maybe will never know.

Commoners pull problems and vulnerabilities out of the private sphere but without immediately displaying them in the public sphere. Commoning is, therefore, not equivalent to Facebook or Instagram. Those who drop problems and vulnerabilities there can perhaps count on public sympathy but also on public execution, at least some cyber gossip, and sometimes the reproach of exhibitionism. Such public entrusting hardly builds trust. Hence, one prefers to set up a facade online and create a profile that is bolstered. One that shows no vulnerabilities but also lets none in. If broad societal trust cannot develop in the private sphere and gets little space in the public domain, where then?

SEMI-PUBLIC

Strange trust gets, in my opinion, just all the chances in semi-public areas between the private and public domains, such as libraries, theaters, festivals, universities, or museums. These are cultural areas where people temporarily come together physically because of a shared interest or something they have in common. The shared interest makes it possible that the intimacy of the private sphere can touch the anonymity of the public sphere. A semi-public space generates the conditions by which one can feel part of a collective that simultaneously carries proximity and distance. You can thus become a participant in a colorful collection of people, most of whom you do not know and will also never get to know, but with whom you nevertheless feel connected for a moment.

This is because the semi-public atmosphere makes it possible to share passions, interests, and enthusiasm with strangers, feelings that you would often only dare to show to family or close friends. That’s why I also once called these semi-public spaces ritual places of collective confession (De Munck & Gielen, 2021). We admit there for a moment that despite differences, we have something in common and share a passion or at least an interest. Thereby, semi-public spaces create trust, and this also happens between people one does not know and maybe even does not want to get to know. To make a civil community and culture flourish, a society does not only need public spaces. It is, in my opinion, precisely especially in these semi-public hybrid places where one dares to expose oneself to complete strangers and where one thus dares to share vulnerabilities. This

atmosphere also provides the energy that can turn passive residents into active citizens and transform consumers into commoners.

The semi-public area thus generates the right atmosphere to share something with strangers. Shared interests, passions, needs, and vulnerabilities build the house of trust there. Hence, I also advocated during Corona together with philosopher Marlies De Munck for the revaluation of these semi-public spaces (De Munck & Gielen, 2021). The pandemic suddenly made us understand how important they are for a society. They are precisely the places for strange trust. A digital environment offers that hardly: an atmosphere where we dare to share our vulnerabilities with strangers.

Therefore, physical proximity with strangers also counts toward later trust in more abstract institutions. According to Italian philosopher Giorgio Agamben (2021), it even forms the basis for every political community. That was one of the reasons why he fulminated so much against digital lectures during Corona. At a university, one comes into physical contact with people of a completely different social background, religious convictions, or political preferences. No democracy without such sensory contact, no society without a sensory foundation. And by that, I mean the full sensory palette. Not only (digitally) watching and listening but also feeling, smelling, and physicality are paramount for building trust. Those who trade internationally know that all too well. Digital and online meetings are possible, but trust is awakened and maintained physically. For a while, you must come into contact with a total personality and their daily living or working environment.

Trust is thus situationally and on-site built: in the context and situation in which another works and lives. From there, an atmosphere of trust can expand, an atmosphere that can waft over institutions, companies, countries, and even the entire world. But well: trust is built from the bottom up and can, from there, only slowly enter governments and markets to the wide world.

It starts, in my opinion, with the trust that one may have experienced in a stranger for a moment. It is the reason why common semi-public spaces and commons are crucial in the construction of broad societal trust. Internal trust can thereby spill over into external trust. Commoning means continuously practicing blindly trusting another. And that can be someone who, philosophically, ideologically, or culturally stands completely on the other side. A great Other thus, the abstract other too.

LIVING

The seed for societal trust is thus planted in the common. Physical contact with all senses matters. Trust builds on a visceral and aesthetic component because it largely depends on an elusive atmosphere, also of sensuality, intuition, and emotion. Broad societal trust also floats on a civil undercurrent. That forms an important basis for trust in the market and state, in business and governments, and in all people around us. Common semi-public spaces now just offer on that civil terrain the possibility for a subtle affect economy and a difficultly graspable atmosphere management between private and public life. They are necessary to gain trust beyond rules, laws, procedures, insurances, and contracts. Those are certainly valuable instruments, but trust simply needs more. Also, more than good communication and transparency.

Trust starts precisely when one dares to rely on what is not transparent, on those one does not know. Trust indeed begins where certainty ends. It is about the courage to navigate blindly, sometimes literally without looking. One trusts, for example, that something one says or does has an effect or that another eventually does what they say, even if we cannot immediately check that. Trust also relies on the feeling that what one does or says makes sense.

Perhaps this is the most important argument to advocate for the development of commons politics. It is a politics that embraces the common because it gives us trust in collective life again. Through proximity and local involvement, the common sharpens our aesthetic ability to resonate with the world. To find depth again, also time to get a grip on one's own actions and one's own meaning. Because commoning is practicing together in effective action and in giving collective meaning.

BIBLIOGRAPHY

- Agamben, G. (2021). *Where are we now? The Epidemic as Politics*. (V. Dani, Trans.). London: Eris Press.
- De Munck, M. & Gielen, P. (2021). Proximidade: arte e educação depois da Covid-19. Rio de Janeiro: Cobogó Editora.
- De Tullio, M.F. (2020) *Commons – Between Dreams and Reality*. Creative Industry: Kosice.
- Gielen, P. (2017). *The Global Civil Parade*. In B. De Baere et al. (Eds.), *How To Gather: Acting Relations, Mapping Positions* (pp. 405-417). Moscow: V-A-C.
- Gielen, P., & Lijster, T. (2015). *Culture: The Substructure for a European Common*. In P. Gielen (Ed.), *No Culture, No Europe: On the Foundation of Politics* (pp. 19-65). Amsterdam: Valiz.
- Gielen, P. (2011). *Mapping Community Art*. In P. De Bruyne & P. Gielen (Eds.), *Community Art: The Politics of Trespassing*. Amsterdam: Valiz.
- Gielen, P. & De Munck, Marlies. (2021). Proximidade : arte e educação depois da Covid-19. Rio de Janeiro: Cobogó Editora.
- Gielen, P. & Tryanova, A. (2023). Passivity: Between Indifference and Pacifism. Amsterdam: Valiz.
- Han, B.-C. (2012). *The Transparency Society*. Stanford: Stanford University Press. ISBN: 9780804783950.
- Luhmann, N. (1997). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.
- Power, M. (1997) *The Audit Society – Rituals of Virification*. Oxford University Press: Oxford.
- Tryanova, A., & Gielen, P. (2023). *Passivity: Between Indifference and Pacifism*. Amsterdam: Valiz.
- Vermeersch, L., Vanssche, A., Oosterlynck, S. & Gielen, P. (2023) *De waarde en betekenis van het civiel sociaal-cultureel actorschap – Onderzoek bij bedrijven, overheden en middenveldorganisaties*. Intern onderzoeksrapport, KULeuven en Uantwerpen.
- Zuckerman, Ethan. (2021) *Mistrust: Why Losing Faith in Institutions Provides the Tools to Transform Them*. New York: W. W. Norton & Company, Inc.

CULTURAL POLICIES, EMERGING COMMONS, AND CREATIVE USE OF LAW

Maria Francesca De Tullio

1. INTRODUCTION

Culture and cultural spaces have demonstrated to be a booster of bottom-up reflexive and self-organised initiatives as well as counter the so-called ‘crisis of representation’, understood as a crisis of people’s involvement in the civil and political life of contemporary electoral democracies.

In this contribution, I will delve into cultural commons as a practice capable of building new institutions and legal tools, thus providing innovative responses to both the ‘crisis of representation’ (and of political participation) and the precarity of culture. In particular, the point of departure of my research is my positioning as a constitutional law researcher and activist in the Neapolitan commons network. This research is also enriched by the outcomes of two EU projects, involving more than ten cultural spaces in total: *Cultural and Creative Spaces and Cities (CCSC)* (www.spacesandcities.com), on cultural policy profiles, co-funded by the European Union under the Creative Europe Programme; and *BASICC – Building Alternative Skills to Implement Creativities and Commons*, concerning alternative pedagogies of commons, co-funded by the European Union under the Erasmus+ programme.

Hence, I will draw from this case to discuss more general reflections on how – and under which policy conditions – culture and cultural spaces foster the creation of legal tools and institutions.

2. CULTURE AND THE ‘CRISIS OF REPRESENTATION’

The ‘crisis of representation’ derives from open issues of political representation itself, which is somehow a ‘fictional’ mechanism (Kelsen, 1924) – allowing the presence of those who are absent in a decision-making process, i.e. constituents (Pitkin, 1972; Denquin, 2013). Therefore, it has an intrinsically ‘aristocratic’ aspect (Manin, 1996), since it legitimises representatives to exert decision-making powers with effects towards everyone (Leibholz, 1973). The justification of this *fictio*, in a social State, is to avoid an unmediated confrontation between unequal particular interests, which could lead to a predominance of those who are endowed with greater economic, cognitive, social, or organisational capital. Anyways, democratic



porto
seguro
queda
livre



regimes are supposed to compensate the ‘aristocratic’ aspect with a ‘representative relationship’, through which representatives are held politically accountable towards their constituency through the electoral renovation of representative charges.

This aspiration to equality is probably the most controversial aspect of contemporary democracies, underlying the constant research of different and more effective forms of participation.

At first, the ‘crisis of representation’ was addressed by participatory democracy, an umbrella concept (Sintomer, 2009) covering different forms of *«interaction, within public procedures [...] between society and institutions, which aims to achieve, through both collaboration and conflict, a unitary result, attributable to both of these subjects»* (Allegretti, 2010). Genesis, purposes, and guiding actors of participatory democracy can be different: movements claiming self-determination against undesired interventions in their local area (Boullier, 2001), the defence of local participatory traditions, the presence of political powers in need of a new electoral base, the reaction to corruption and clientelism, and others. Usually, these processes follow deliberative democracy paradigms based upon the consensus of all interested parties in a rational exchange of arguments. Deliberation aims to involve everyone who bears a qualified interest in the matter (Elsater, 1998) in a rational and consensus-based exchange of arguments that would ensure better decision-making by transforming everyone’s opinions and interests (Blondiaux, 2000; Bouvier, 2007).

While traditional participatory democracy forms have proved to be sometimes weak and hesitant to involve people directly (Arnstein, 1969), ‘participation through collaboration’ (Noveck, 2010) and participation through self-organisation (or ‘horizontal subsidiarity,’ in the Italian context) have allowed individuals and organisations to take part in the democratic life through the activation of spontaneous initiatives of public interest. This paradigm is plural and consensus-based as deliberation, but with at least two differences: firstly, it acknowledges the existence of unavoidable conflicts and is not neutral but aims to stand with people in need; secondly, it does not pivot around rational argumentations, as people rather mobilise themselves around visions, passions and emotions (Ciancio, in this Volume) because of their own or someone else’s needs (Gielen – Lijster, 2017). Finally, ‘horizontal subsidiarity’ is closer to civil society self-determination, but – even though it takes care of general interests – does not necessarily have links with formal institutional decision-making processes; nevertheless, these practices can have a prefigurative role in anticipating and advocating for future regulations, especially concerning social policies.

Within this last paradigm, emerging commons practices revolve around specific resources and ensure that these ones are redistributed in favour of fundamental rights. Emerging commons are resources that are defined as such because of their functionality to human rights, due to the way they are managed, based upon the community self-government and instrumental to the fulfillment of social rights (Micciarelli, 2014; Rete Nazionale dei Beni Comuni Emergenti e a Uso civico, 2019).

This elaboration builds up on Elinor Ostrom's work, debunking the myth of the '*tragedy of the commons*.' According to this narration, users exhaust and appropriate in an unregulated way resources – such as water, woods, fisheries, etc. – whose management is not disciplined by public or private rules. Instead – Ostrom demonstrated – users can self-regulate to efficiently and sustainably manage resources, provided that some governing principles are met concerning, for example, the definition of the community, the adaptation to local needs and rules, the involvement of affected people in rule-making, monitoring, and sanctioning/accountability mechanisms, etc. This management also becomes connected to fundamental rights when communities decide to govern the goods for this purpose. Scholars observed that this process of commoning can evolve into a community that is kept open and ever-changing (Acosta Alvarado, 2020a), also in close relationship with non-humans and the environment (Vittoria, Ragozino and Esposito De Vita, 2023).

Commons also debunk a second myth, i.e. the modern construction of ownership rights. Owning something is traditionally understood as a unitary right, automatically including all the different faculties related to a good: use, profit-taking, sale, including/excluding people, etc. When all these faculties are negotiated between various actors, ownership is exposed as a 'bundle of rights' (Schlager – Ostrom, 1992) that can be 'unpacked' and redistributed (Acosta Alvarado – De Tullio, 2020). This reading of ownership allows it to break its untouchability (Capone 2016) to claim different priorities: the community can be entitled to access goods that are needed for fundamental rights, thus subtracting them from financial speculation and rent system that create expulsion and economic barriers (Del Giudice, 2022).

That way, commons also enlarge the toolbox of political rights. In objective terms, self-managing or co-managing a public good is also a way for commoners to influence local policies on how public heritage should be managed in order to fulfill social rights. In a subjective sense, these informal processes involve those who are not entitled to voting rights or are present in formalised participatory processes. Moreover, commoning practices address policies through a needs-based approach, able to address

different policy areas in multifactorial and fluid ways (La Scuola Open Source, 2023) and thus overcome the hurdles deriving from the rigid sectorialisation of local bureaucracy (Torre, 2021).

In the same framework of emerging commons, common cultural spaces are run by communities and civil society actors as an environment to host and guarantee culture as both an enabler of social rights – then also a precondition for the effective enjoyment of participatory rights – and a social right itself.

Culture, in its anthropological sense, is what gives meaning to people's lives and (social) environment (Gielen & Lijster, 2015). It shapes the government of territories because it defines visibility and conforms our physical, social, and political living space. It conforms human rights because it allows us to see emancipative possibilities that are not evident in the current unequal world, until the actions of mobilised subjectivities give shape to it. In that way, culture can multiply the forms of expression, change human relationships, improve well-being and create cohesion. For these reasons, it was correctly defined as a labour of care towards society (D'Andrea & Micciarelli, 2020) and a multiplier of other rights such as participation and social inclusion.

Cultural common spaces are emerging commons that are born – sometimes from illegal or alegal occupations – to become shared means of production for artists and cultural workers, places and opportunities for mobilisation on the rights of these workers, and political self-organisation practices in direct connection with the needs and aspirations of the broader community (Cirillo and De Tullio, 2021). These occupations allow commoners to shape urban space from bottom-up, by building generative (Figuera, 2023) and concrete alternatives to neoliberal urbanism (Locorotondo, 2024). Riccio (2018) defines these cultural occupations as heterotopies, capable of reconfiguring the 'sensible' and transforming the *status quo* (Stavrides, 2016). Hence, commons also become spaces for independent non-commodified expression, where «what really matters is not the final product, but the nature of artistic production: the process of cultural production is itself a “commons” realised by the collectives of cultural workers operating within the different self-managed spaces» (Sciarelli, Sciambra, Follo, and Cosentino, 2021).

In sum, there is a double thread linking culture, equality, and participation. On the one hand, a participatory and equalitarian cultural policy is needed to avoid making market law the sole discipline of the sector. On the other hand, cultural rights defend imaginative possibilities of research and creation and thus guarantee everything that has no market.

3. CULTURAL COMMONS AND CREATIVE USE OF LAW

Cultural common spaces, being connected to fundamental rights and political participation, have entered into dialectics with legal instruments. The genesis of these places – as of many occupations of social spaces – shows that rights are paradoxically realised outside ordinary legality; yet, the legal and constitutional domain remains a crucial territory for the expansion of the same rights.

Legal creativity is not specific to cultural common spaces. In many instances and fields, commons have advocated for or have directly crafted new legal tools challenging the traditional proprietary paradigm through the very exercise of proprietary rights. For example, in the cultural and creative field, copyleft¹ uses (immaterial) ownership for the opposite of its typical purpose: to make the good accessible and to permanently avoid its commodification. Similarly, different legal arrangements have been used to realise what the so-called ‘use property’ (*propriété d’usage*) (Friot, 2012): a property that does not produce rent but is only meant to allow each and every person to access the house and/or the means of production they need. Tools like Community Land Trusts and tailor-made co-ownership arrangements² have accomplished the same results: thanks to the sharing and redistribution of ownership entitlements, the property is accessible for use but cannot be sold and/or produce income. Hence, even if civil law does not encourage sharing and limitation of ownership, creative uses of law have made it possible to reshape the same entitlement.

In the context of the European Union (EU), legal tools for common spaces are also used to secure public ownership and strengthen it through direct or participatory management of the community. These initiatives are meant to counter EU austerity governance that was promoting privatisation and economic valorisation of public properties. In the aftermath of the 2008 crisis, these measures, presented by institutions as unavoidable, were interpreted by social movements as a way to guarantee creditors and investors during the crises, sacrificing social and political rights. Hence, they were deemed to belong to the ‘*debt system*’ paradigm (Toussaint, 2017), according to which debt affects democratic power of elected authorities, as creditors can determine almost unilaterally both the conditions of the loan and the reforms to be implemented by the debtor, in order to guarantee repayment. This awareness leads to invoking the prioritisation of fundamental rights and the refusal of paying illegal debts, contracted outside of democratic laws and procedures, and odious debt, contracted against the general interest of citizens and in complicity with financial

1 See <https://www.gnu.org/copyleft/>.

2 For example, see the Mietshäuser Syndikat: <https://www.syndikat.org/>.

speculation (Fattorelli, 2014; Chimuris, 2009). Hence, international movements occupied squares, streets, public and private spaces to claim decision-making power over public (immobile) resources, protest against precarity, and defend everyone's right to the city (Kioupkiolis, 2017; Stavrides, 2019).

Italy, amongst other countries, is complying with the above austerity measures which are challenging democratic representation itself. Indeed, the growing influence of the European Union has been empowering the Executive – in charge of international negotiations – over the Parliament. This trend exacerbates a progressive delegitimization, in the dominant discourse, of parliamentary mediations and processes, blamed for the instability of the Italian system and the alleged inefficiency of decision-making. Indeed, constitutional transformations in place are enhancing the powers of the government and the Prime Minister (Sartori, 2002; Barbera, 2008; Barbera – Fusaro, 1997; *contra* Carlassare, 2006; De Minico, 2018) and eventually resulted in a constitutional reform, backed by a popular referendum, which reduced the number of Parliamentarians. Such a vote, hitting the representative body *par excellence*, was emblematic of a distrust towards political representation. Indeed, the main political argument supporting the reform was economic efficiency, i.e. the reduction of public expenditures. Obviously, on the one hand, numeric reduction of Parliamentarians also reduces the pluralism within the Chamber (Luciani, 2018) and impair the organ's ability to sustain the workload required in a contemporary democracy; on the other hand, the downsizing does not *per se* improve the quality of the Parliament's work if its functioning remains the same (Tripodina, 2020 *contra* Fraccaro, 2018). Hence, the 'crisis of representation' was an alibi – transversal across parties and legislatures – for a delegitimation of Parliament that was rather driven by concerns of economic efficiency and accountability to markets.

In this context, the 'legal way' to commons was also an attempt to reappropriate democratic decision-making and reempowering the community in budget decisions. The first step is the 'Rodotà Commission's' law proposal of 2007, which defines commons as goods necessary for fundamental rights and makes them non commodifiable and accessible to everyone. Immediately after, the 'Water Referendum' of 2011 (Lucarelli, 2011) – with the turnout exceptionally passing the 50% threshold and with 95,8% favourable votes – was accompanied by a popular law proposal drafted from bottom-up by the Italian Forum of the Water Movements (*Forum Italiano dei Movimenti per l'Acqua*), aiming to enact a participatory management of water as a common.

Urban commoners, with a special role of cultural workers, took the legacy of this debate. Since 2011, communities have started occupying theatres – firstly, Teatro Valle – and other abandoned and underused spaces. In the landmark case of l'Asilo in Naples, this experience brought to the creation of a completely new legal tool. This experience has begun in 2012 as an occupation of a city-owned building, aimed at opening the latter to cultural workers and inhabitants in general. Its assemblies are accessible for everyone and decide by consensus, with a complete ban of any exclusive use of the space. These rules were written in a *Declaration of urban civic and collective use*, then formally recognised by the City of Naples in two Resolutions (Nos. 400/2012 and 893/2015) and extended to a network of seven more spaces (Resolution No. 446/2016). This legal arrangement – engineered by the community itself – is called ‘urban civic and collective use’: the city recognises – and also materially supports – the self-government of an open and informal community, without entrusting the good to any physical or legal person (De Tullio, 2018). The material support provided by the city, by assuming the utilities and extraordinary maintenance, is exactly a tool for substantial equality in participation. However, it is also a consequence of the acknowledgment of what is usually not recognised: the ‘civic profitability’ of the experience, i.e. the social, political, and cultural profitability, not directly related to an economic advantage.

The Neapolitan network of commons was also able to propose its own participatory forms and vindicated the appointment of two consultative organisms: the Observatory on Commons³ and the Council of Audit on Public Debt and Resources⁴ of the City of Naples. Both organisms were composed through a public call aimed at selecting those who are experts in social, political, and economic activism and represented a new kind of administrative board in a dialectical position with respect to administration, with the function of analysis, proposal, and control on the protection of the Urban Commons. Additionally, at the beginning of 2019, more than twenty among these organisations decided to build a ‘Network of Emerging and Civic Use Commons’ (*Rete Nazionale dei Beni Comuni Emergenti e a Uso Civico*) to strengthen existing connections and obtain a stronger voice in the national political and legal debate. In particular, the network is committed to democratise legal knowledge and work on shared legal proposals to amend existing regulations and pending law proposals on commons.

3 <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/38205>.

4 <https://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/39860>.

4. CONCLUSIONS. CULTURAL POLICY IN PARTICIPATORY DYNAMICS

The exposed case shows that common cultural spaces can address the ‘crisis of representation’ by fostering democratic pedagogies in the city while bringing together artistic research with all the people and groups that need places or want to experience places in a transformative way: political assemblies, experimental and emerging artists, marginalised communities, and city inhabitants.

The expansion and networking of commons need cultural policies based on “infrastructural, mutualistic and cooperative actions, able to systemise and support the whole fabric without excluding anyone.” (l’Asilo, 2021). Moreover, cultural policies need to avoid barriers that prevent the participation of informal and horizontal subjectivities in funding programs, such as: eligibility requirements, programme priorities, co-financing and economic stability requirements, design and reporting burdens (Acosta Alvarado, 2020b).

The recognition of commons in cultural policies also implies the recognition of the systems of transmission and validation of the knowledge from which these political proposals originate. Recognising these formative processes means valuing the horizontal transmission of knowledge between different levels of experience, interdisciplinarity, the orientation towards making it possible for others to participate in the care of the common good, trust, and space for experimentation, valuing the contribution of all, the interaction between artistic and technical aspects, and attention to all people, to leave none behind. The proposal is, therefore, to rethink training based on hyper-specialisation, market demand orientation, formal methodologies, external validation, precarised apprenticeships, and similar provisions.

Democratic pedagogies are key because democratic practice needs mediation, self-reflection, questioning of privileges and exclusions, and imaginative practices in order to realise the emancipation of all. It is only by accepting this premise that we can reconnect that participatory fabric, which today seems far removed from representation, and return to speak the language of rights – instead of privileges – building equal guarantees in all territories and for all inhabitants.

REFERENCES

Acosta Alvarado A.S. – De Tullio M.F., 2020, *Verso una “proprietà pioniera”? Il dialogo aperto tra l’abitare comunitario e i “beni comuni emergenti”*. In Cafora S. (ed.), *Abitare pioniere. Innovazione democratica*

- e nuovi paradigmi economici in risposta alla finanziarizzazione*, Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, Milano.
- Acosta Alvarado A.S., 2020b, *Barriers to participation in European Projects for small/informal realities*. In De Tullio M.F. (ed.), *Commons as Ecosystems for Culture*, Study commissioned by the EU Creative Europe Project Cultural and Creative Spaces and Cities, <<https://www.spacesandcities.com/wp-content/uploads/2020/05/Commons-as-Ecosystems-for-Culture-Ready-for-the-website.pdf>>.
- Acosta Alvarado A.S., 2020a, *A new type of Open Commons : the case study of l'Asilo. A transformative experience in the city of Naples*. *En-Communs*. www.hal.science/hal-03408092/document
- Allegretti U., 2010, *Democrazia partecipativa: un contributo alla democratizzazione della democrazia*. In Allegretti U. (ed.), *Democrazia partecipativa. Esperienze e prospettive in Italia e in Europa*, Firenze University Press, Firenze.
- Arnstein, A.S., 1969, *A Ladder of Citizen Participation*. *Journal of the American Institute of Planners*, vol. 35, no. 4.
- Barbera A., 2008, *La rappresentanza politica: un mito in declino?*. *Quaderni costituzionali*, No. 4.
- Barbera A. – C. Fusaro, 1997, *Il Governo delle democrazie*, Il Mulino, Bologna.
- Bartole S., 2001, item 'Democrazia maggioritaria'. *Enciclopedia del diritto*, agg. V, Giuffrè, Milano.
- Blondiaux L., 2000, *La démocratie par le bas. Prise de parole et délibération dans les conseils de quartier du vingtième arrondissement de Paris*. *Hermès, La Revue*, vol. 26-27, No. 1.
- Boullier, D., 2001, *Derrière chez moi...l'intérêt général: Le bois de Soeuvres à Rennes* Ouvrage et Inventaire, Textuel, Paris.
- Bouvier A., 2007, *Démocratie délibérative, démocratie débattante, démocratie participative*. *Revue européenne des sciences sociales*, n. XLV-136.
- Capone N., 2016, *Del diritto d'uso civico e collettivo dei beni destinati al godimento dei diritti fondamentali*. *Politica del diritto*, no. IV (December), il Mulino, Bologna.
- Carlassare L., 2006, *Sovranità popolare e Stato di diritto*. In Labriola S. (ed.), *Valori e principi del regime repubblicano*, Laterza, Roma-Bari.
- Chimuris Sosa R., 2009, *Illicitness in Various Legal Instruments Relating to External Debt*. In Mader M. – Rothenbühler A. (eds.), *How to Challenge Illegitimate Debt Theory and Legal Case Studies*, Aktion Finanzplatz Schweiz (AFP), Basilea.
- Cirillo R. – De Tullio (eds.), 2021, *Healing Culture, Reclaiming commons, Fostering Care. A Proposal for EU Cultural Policies*, Italian

- Institute for the Future Press, Napoli.
- D'Andrea M. – Micciarelli G., 2020, *Music, Art, the Power and the Capital: a Theoretical Proposal for an Income of Creativity and Care*, in De Tullio M.F. (ed.), *Commons. Between dreams and reality*, Creative Industry Košice, Košice.
- De Minico G., 2018, *Forma di governo e legge elettorale. Un dialogo nel tempo*. *Astrid Rassegna*, No. 9.
- De Tullio M.F., 2018, *Commons towards New Participatory Institutions The Neapolitan Experience*. In Gielen P. – Dockx N. (eds.), *Exploring Commonism – A New Aesthetics of the Real*, Valiz, Amsterdam.
- Del Giudice G., 2022, *Housing as a financial asset. The politics of urban rent production in Southern Europe cities in crisis. Housing platform in Naples*. PhD thesis.
- Denquin J.-M., 2013, *Volonté générale, opinion publique, représentation*. *Jus Politicum*, No. 1.
- Elster J., 1998, *Introduction*, in Elster J. (ed.), *Deliberative Democracy*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Fattorelli M.L., 2014, *Citizen Public Debt Audit: Experiences and Methods*, Brasilia Inove Editora, Genoa – Liège.
- Figuera T., 2023, *The ex-Asilo Filangieri and the Beni Comuni di Napoli*. Presentation at l'Asilo, March 2023.
- Fraccaro R., 2018, Sitting no. 2 of July 24th, 2018, XVIII Parliamentary Term, Joint Commissions (I *Camera dei Deputati* and I *Senato della Repubblica*), <http://www.camera.it/leg18/1058?idLegislatura=18&tipologia=audiz2&sottotipologia=audizione&anno=2018&mese=07&giorno=24&idCommissione=01c01&numero=0002&file=indice_stenografico>.
- Friot B., 2012, *L'Enjeu du salaire*, Éditions La Dispute, Paris.
- Gielen P. – Lijster T., 2015, *Culture: The Substructure for a European Common*. In Gielen P. (ed.), *No Culture, No Europe. On the Foundation of Politics*, Valiz, Amsterdam.
- Gielen P. – Lijster T., 2017, *The Civil Potency of a Singular Experience. On the Role of Cultural Organisations in Transnational Civil Undertakings*. In Dietachmair P. – Gielen P. (eds.), *The Art of Civil Action. Political Space and Cultural Dissent*, Valiz, Amsterdam.
- Kelsen H., 1924, *Das Problem des Parlamentarismus*, Braumuller, Wien-Liepzig.
- Kioupkiolis A., 2017, *Common Democracy. Political Representation Beyond Representative Democracy*. *Democratic Theory*, Vol. 4, No. 1.
- l'Asilo, *Appello - Per una nuova stagione di politiche culturali*, 2021, <<https://www.exasilofilangieri.it/appello-per-una-nuova-stagione-di-politiche-culturali/>>

- La Scuola Open Source, 2023, *Ad Uso Civico e Collettivo – Report Finale*, Report on the participatory process concerning the renovation of Scugnizzo Liberato and ex OPG.
- Leibholz G., 1973, *Die Repräsentation in der Demokratie*, De Gruyter, Berlin - Boston.
- Locorotondo M., 2023, *The production of the freed urban space in the face of the ‘tourist city’: a Decolonial Feminist reading of the commons in Naples*. PhD Thesis.
- Lucarelli A., 2011, *Premessa*, in Lucarelli A., *Beni comuni. Dalla teoria all’azione politica*, Dissensi, Viareggio.
- Luciani M., 2018, *Audizione del Prof. Massimo Luciani (Facoltà di Giurisprudenza dell’Università degli Studi di Roma – La Sapienza). Commissione Affari Costituzionali della Camera dei Deputati, 4 Dicembre 2018*, <http://www.astridnews.net/tr/hr/2F76888C/www.astrid-online.it/static/upload/protected/nota/nota_prof._luciani.pdf>.
- Manin B., 1996, *Principes du gouvernement représentatif*, Flammarion, Paris.
- Marotta S., 2019, *Le forme dell’acqua. Economia e politiche del diritto nella gestione delle risorse idriche*, Editoriale Scientifica, Napoli.
- Micciarelli G., 2014, *I beni comuni e la partecipazione democratica. Da un “altro modo di possedere” ad un “altro modo di governare”*. *Iura Gentium*, Vol. 11, No. 1.
- Noveck B.S., 2010, *Chapter four. The Single Point of Failure*. In Lathrop D. – Ruma L. (eds.), *Open Government. Collaboration, Transparency and Participation in Practice*, O’Reilly, Sebastopol.
- Pitkin H.F., 1972, *The Concept of Representation*, University of California Press, Berkeley-London.
- Rete nazionale dei beni comuni emergenti e a uso civico, 2019, *Un appello per costruire in comune lo spazio urbano e difendere i beni comuni naturali*, in <https://www.exasilofilangieri.it/appello-benicomuni/>.
- Riccio G., 2018, *La Pratica dell’Uso civico come scelta Estetica Etica e Politica per il Sensibile Comune*, in Rodotà S., *I beni comuni. L’inaspettata rinascita degli usi collettivi*, edited by Preterossi G. – Capone N., La scuola di Pitagora, Napoli.
- Sartori G., 2002, *Rappresentanza*. In Sartori G., *Elementi di teoria politica*, il Mulino, Bologna.
- Schlager E. – Ostrom E., 1992, *Property-Rights Regimes and Natural Resources: A Conceptual Analysis*. *Land Economics*, Vol. 68, No. 3.
- Sciarelli R. – Sciambra S. – Follo G. – Cosentino S., 2021, *Making Music from Below in a Southern Italian Metropolis: The Neapolitan Music Scene between Commons, Latin American Rhythms, Sound Systems and Self-Produced Festivals*. *Journal of World Popular Music*, Vol. 8, No. 1.

- Sintomer Y., 2007, *Le pouvoir au peuple. Jurys citoyens, tirage au sort et démocratie participative*, La Découverte, Paris.
- Stavrides S., 2016, *Common Space: The City as Commons*, Zed Books, London.
- Stavrides S., 2019, *Towards the City of Thresholds*, Common Notions, Brooklyn – Philadelphia.
- Torre V., 2021, *Cultural Spaces and Cities as Commons. Why culture is key for a better life in cities*, policy analysis. In Cremer M. – De Tullio M.F. – Gielen P. – Torre V., *Policy Analysis and Recommendations*, commissioned by the Cultural and Creative Spaces and Cities project, European Cultural Foundation – Creative Industries Košice, Amsterdam - Košice.
- Toussaint E., 2017, *Le système dette. Histoire des dettes souveraines et de leur répudiation*, Les Liens qui Libèrent, Paris.
- Tripodina C., 2020, *Riduzione del numero dei parlamentari, tra riforma costituzionale ed emergenza nazionale*. *OsservatorioAic.it*, No. 3.
- Vittoria M.P. – Ragozino S. – Esposito De Vita G., 2023, *Urban Commons between Ostrom's and Neo-Materialist Approaches: The Case of Lido Pola in Naples, Southern Italy*. *Land*, No. 12.

THE CITIZEN'S RIGHT TO COMPLETE TRANSPARENCY OF THE DEBT SYSTEM

Maria Lucia Fattorelli¹

INTRODUCTION

It was a great honor to be invited to participate in the important seminar COMMON: FOR THE POLITICS AND AESTHETICS OF SHARING, which took place in the SESC's auditorium in São Paulo on September 1 and 2, 2023. It presented a unique opportunity to expand knowledge and discuss the significance of our organization in the face of numerous obstacles and the imperative to progress towards achieving a more equitable and cooperative society. This article serves as a summary of the presentation delivered during the event. I would like to express my gratitude to the entire organizing team, particularly Maria Francesca De Tulio, and Denise Pollini.

The preparation of my presentation began with extensive research into the subject. I have learned that the concept of *Commons* was initially utilized solely to refer to common natural resources such as forests, rivers, air, and Nature in general. However, over time it evolved to be applicable to other fields such as human knowledge and urban infrastructures.

The extension of the *Commons* concept to the domain of knowledge resulted from a significant study conducted by *Elinor Ostrom*, who was awarded the *Nobel Prize* for Economics in 2009, and her colleague *Charlotte Hess*. The authors have defined **knowledge as a complex ecosystem that functions as a shared common good, encompassing social dilemmas and political dimensions.**

Starting from the turn made by *Charlotte Hess and Elinor Ostrom*, I developed a presentation to demonstrate how the concept of *the Commons*

1 National Coordinator of Auditoria Cidadã da Dívida since 2000<https://auditoriacidada.org.br>. Member of Brazilian Justice and Peace Commission of the CNBB. Graduated in Business Administration (UFMG) and Accounting Sciences (FMS), majoring in Tax Administration (FGV/EAESP), tax auditor at the Ministry of Finance, retired in 2010. She was a member of Ecuador's Debt Audit Commission created by the President Rafael Correa (2007/2008) and Greece's Debt Auditor Commission created by the Hellenic Parliament (2015). Advised the Public Debt Parliamentary Inquiry Commission (CPI) in the Brazilian Chamber of Deputies (2009/2010), and the PBH Ativos S/A Parliamentary Inquiry Commission (CPI) of the Belo Horizonte City Council on the Securitization scheme (2017). Temporary member of the UNCTAD/UN Expert Group - Brussels (2009), New York (2011). She has published several books and articles in Brazil and abroad.

extends to **the requirement for knowledge about the functioning of public finances: WHO FINANCES THE STATE AND WHO BENEFITS WITH IT?**

So, in my approach, I attempted to demonstrate that **the concept of the Commons perfectly aligns with the collective right to knowledge and transparency of public accounts**. The instrument that can investigate and demonstrate these accounts is **auditing**, which can be performed by citizens, as we have been doing since 2000.

1 - THE PART PERFORMED BY THE CITIZEN'S DEBT AUDIT CAN BE AN EXAMPLE OF SOCIAL COMMONALITY

To achieve comprehension and transparency of public accounts, it is necessary to analyze the PUBLIC BUDGET, which theoretically covers all public income and expenditure. Access to information about the workings of public finances, with total transparency, is an important citizen's right. Since everyone participates both in the inflow of budgetary resources (to the extent that they pay taxes embedded in everything they consume and receive), as well as being affected by budgetary allocations, or by the absence of correct application of resources.

It is undoubtedly a citizen's right to have access to the knowledge regarding the sources and applications of public resources in a clear and didactic manner that enables them to discern even the misappropriation of public resources that should be financing the common welfare, but instead end up being destined for the privileges of certain power groups, particularly those located in the financial sector and large corporations focused on mining activities, export agribusiness, and certain industries.

Given the following characteristics, the *Auditoria Cidadã da Dívida* (ACD) has played an important social role in supporting this knowledge about public finances, being an example of *common* social.

- The ACD is a social movement that is organized as a non-profit association and mainly formed of volunteers;
- produces findings from the investigation of resource flows in the public sphere, as follows:
- identifies the challenges both in the flow of resources to the public coffers and their destination, including but not limited to incorrect

and unsustainable theories, illegalities, illegitimacies, deviations, financial mechanisms, errors, and intricate financial engineering, such as the so-called securitization of public credits;

- translates this knowledge into comprehensible and didactic formats such as booklets, leaflets, videos, diagrams, graphics, etc. to facilitate the widest possible access;
- proposes solutions to address issues involving the participation of society including campaigns, events, and mobilizations.



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/>

Auditoria da Dívida Pública: Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil	Auditing the Public Debt: A fundamental tool to guarantee transparency, proper use of public resources and socio-economic development in Brazil
LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI	INTEREST RATE LIMIT MUST BE LAW
Auditoria da Dívida Pública	Auditoria da Dívida Pública
GASTOS COM JUROS	INTEREST EXPENDITURE
Por que o TETO somente para investimentos sociais e liberdade total para gastos com a dívida pública?	Why a LIMIT only on social investments and total flexibility for spending on public debt?

The Citizens' Debt Audit is involved in three major campaigns nowadays:

IT'S TIME TO TURN THE GAME; THE INTEREST RATE LIMIT MUST BECOME LAW and A NATIONAL CAMPAIGN FOR SOCIAL RIGHTS.

The "IT'S TIME TO TURN THE GAME" campaign aims to raise awareness of the mistaken economic model that has been operating in our country, which has been producing scarcity for many people and concentrating wealth and income in a privileged minority. This model was compared to a perverse game and the campaign is called "IT'S TIME TO TURN THE GAME" and can be accessed on our website <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>, where videos, texts and articles are published that relate the campaign to events of general interest, such as the 2022 majoritarian elections <https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2022/06/brasil-eleicoes-e-modelo-economico/>.

It was identified the main axes that support the economic model, which act to create scarcity for most of the population, while privileging a minority with extreme abundance.

1. The Federal Court of Auditors² has previously stated that the **debt system** is one of the primary axes of the Brazilian economic model, as it consumes the largest portion of the federal budget to pay rentier interests without any counterpart in investments. It is fueled by a series of financial mechanisms³ that extract public resources and mostly transfer them to banks and large corporations.

2 TCU representative presented data to the Senate at a CAE public hearing held on June 25, 2019 <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>. Screen shot reproduced in the Primer available at <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/>, page 13.

3 Consult topic 4.1 of the Primer available at <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/>, page 11 et seq.

2. The **Central Bank has a suicidal monetary policy**, with exorbitant interest rates and an excessive drain of currency to remunerate banks;
3. the **regressive tax model**, which heavily taxes the working class and consumerism, penalizes the poorest, and leaves exempt the distribution of profits and dividends without limit, the export of commodities, and large fortunes;
4. The **extractives model employed by mining and large export agribusiness** is deemed irresponsible towards both individuals and the environment, resulting in irreparable environmental and ecological harm, yet ensuring substantial profits for the large corporations that profit from these activities.

The campaign **LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI**⁴(INTEREST RATE LIMITS MUST BE LAW) aims to expose the financial debauchery practiced in Brazil, where interest rates charged by credit card issuers have averaged more than 450% a year for several years, with some issuers charging rates of more than 1,000% a year⁵, as the article⁶ and the Central Bank screenshot below illustrate:

g1**ECONOMIA**

Juro do cartão de crédito rotativo sobe para 455% ao ano em maio, maior nível em mais de seis anos

Taxa média de juros cobrada pelos bancos em operações com pessoas físicas e empresas subiu para 45,4% em maio deste ano, o maior patamar desde agosto de 2017. Dados são do BC.

Por **Alexandro Martello**, g1 — Brasília
28/06/2023 08h51 · Atualizado há 2 meses



Juro do cartão de crédito rotativo sobe para 455% ao ano em maio, maior nível em mais de seis anos	Credit card interest rate rose to 455% per year in May, the highest mark in over six years
--	--

- 4 <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>
- 5 https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?codigoSegmento=1&codigoModalidade=204101&historicotaxajurosdiario_atual_page=3&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2023-08-14
- 6 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/juros-do-cartao-de-credito-so-bem-para-4551-em-maio-maior-taxa-em-mais-de-seis-anos-diz-bc/#:~:text=Os%20juros%20cobrados%20pelos%20bancos,de%2086%2C3%20pontos%20porcentuais.>

Taxa média de juros cobrada pelos bancos em operações com pessoas e empresas subiu para 45,4% em maio deste ano, o maior patamar desde agosto de 2017. Dados são do BC.	The average interest rate charged by banks on transactions with individuals and companies increased to 45.4% in May this year, the highest level since August 2017. The data comes from the Central Bank.
---	---



Taxas Juros			
Posição	Instituição Financeira	% a.m.	% a.a.
61	BCO AFINZ S.A. - BM	20,55	841,78
62	CALCRED S.A.	21,95	981,1
63	BCO TRIANGULO S.A.	22,06	993,24
64	OMNI SA CFI	22,94	1091,87

Members of our movement diligently crafted a legislative proposal that was presented to Congress with the aim of establishing a legal limit on interest rates. The proposal was accepted by the Participatory Legislation Commission of the Chamber of Deputies and was subsequently transformed into a complementary bill, PLP 104/2022, which is currently before the House.

This campaign has already achieved partial results, as authorities have approved a limit on the interest charged by credit card issuers to 100% of the value of the debt⁷. This limit came into force in January 2024.

The **NATIONAL CAMPAIGN FOR SOCIAL RIGHTS**⁸ aims to integrate and strengthen the various social struggles, communicating initiatives and mutual support between the various participating entities, unions, associations, social movements and collectives, as well as publicizing these actions, enabling society to learn about them and participate. The campaign was launched in February 2024 and held its first major national plenary session in March. It continues to be active and open to continuous participation from new members.

Among the campaign's primary objectives are the pursuit of high-quality public services, a comprehensive audit of the public debt with social participation, universal, public, and quality education, public and decent

⁷ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/775/noticia> , <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/01/03/novo-limite-para-juros-do-cartao-de-credito-foi-fruto-de-lei-aprovada-no-congresso>

⁸ <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

social security (encompassing health, social security, and social assistance), the right to decent work, land and housing, access to clean energy, and tax justice.

The *Auditoria Cidadã da Dívida* (Citizen's Debt Audit) also carries out various specific organizing efforts, according to the issues on the agenda in the country's political and economic scenario, for example:

MOBILIZATION TO STOP THE DEVIATION OF PUBLIC TAX AND NON-TAX REVENUES through the financial scheme called Securitization of Public Credits, which PLP 459/2017 aims to “legalize”. This mobilization deserves special dedication from our movement, since we are faced with a business model that diverts tax and non-tax revenues before they reach the public coffers and payments outside budgetary controls. These payments are intended to pay off the disguised debt generated by this scheme, in other words, it's a fraud! Moreover, in contrast to the false propaganda that says this scheme will bring resources into the public coffers, it will drain - from the outside - increasing volumes of resources. The federal entity that embarks on this scheme, whether it be a municipal, state, Distrito Federal or Union, will be required to pay approximately four to five times more than it received, resulting in an unsustainable financial pyramid and the loss of control over a portion of the revenue that will be diverted. In addition, the federated entity will be adversely affected by the devastating demoralization of submitting to such a fraudulent enterprise.

Given the complexity of this scheme⁹, ACD produced diagrams, such as the one reproduced below, videos, animations¹⁰, and several educational materials. The mobilization against the approval of PLP 459/2017 involved various actions, such as visiting offices¹¹ and handing out leaflets¹², holding public hearings,¹³ and even extrajudicial interpellations to parliamentarians¹⁴ and public bodies, with the aim of alerting them to the

9 <https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

10 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/entenda-o-que-e-securitizacao-nesta-animacao/>

11 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mobilizacao-contr-plp-da-securitizacao-na-camara-e-na-marcha-dos-prefeitos/>

12 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/esquema-fraudulento-de-securitizacao-esta-na-pauta-de-hoje-na-camara/>

13 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assista-a-audiencia-publica-agora-online/>

14 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/entidades-protocolam-na-camara-federal-interpelacao-extrajudicial-contr-projeto-de-securitizacao/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nao-poderao-dizer-que-nao-sabiam-interpelacao-sobre-pl-da-securitizacao-e-entregue/>

damage inserted in a ciphered form in this bill. Unfortunately, despite all the fighting, the Chamber of Deputies approved PLP 459/2017 in the dead of night, as explained in an interview with TV Democracia¹⁵. The ACD has widely disseminated a thank you to the parliamentarians who voted against this bill¹⁶ and a protest¹⁷ to those who voted in favor of this fraudulent bill. At present, the urging of common people to exert pressure on President Lula to veto this bill.¹⁸



Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público	“Securitization of Public Credits” scheme diverts resources outside the public budget
INVESTIDORES PRIVILEGIADOS Recebem parte dos recursos públicos por fora dos controles orçamentários, em pagamento da dívida ilegal gerada por esse esquema	PRIVILEGED INVESTORS They receive a portion of the public funds that are not subject to budgetary controls, as payment for the illegal debt that has been generated by this scheme.

¹⁵ <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/tv-democracia-fattorelli-pede-veto-de-lula-a-projeto-da-securitizacao/>

¹⁶ <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/agradecimento-aos-parlamentares-que-votaram-contra-o-plp-459-2017-o-pl-da-securitizacao/>

¹⁷ <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/confira-os-deputados-que-aprovaram-o-plp-da-securitizacao/>

¹⁸ <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/pressione-lula-para-vetar-o-esquema-de-securitizacao/>

ENTES FEDERADOS (União, Estados ou Municípios) recebem apenas parte dos recursos públicos, subtraída dos recursos desviados das contas vinculadas ao esquema para investidores privilegiados	FEDERAL ENTITIES (Union, States or Municipalities) receive only part of the public funds, subtracted from the funds diverted from the accounts associated with the scheme to privileged investors
CONTAS VINCULADAS AO ESQUEMA Nas quais se processa o DESVIO DO FLUXO DE ARRECADAÇÃO	ACCOUNTS RELATED TO THE SCHEME In which the DEVIATION OF THE REVENUE FLOW takes place
RECURSOS PÚBLICOS INGRESSAM NA REDE BANCÁRIA Pagamento de tributos por contribuintes e outras receitas públicas	PUBLIC FUNDS ENTER THE BANKING NETWORK Payment of taxes by taxpayers and other public revenues
Ver artigo	Read the article

MOBILIZATION TO SUPPORT AND INTEGRATE the Parliamentary Front on the Interest Rate Cap and the Comprehensive Audit of the Public Debt with Popular Participation

The ACD was able to achieve this important Parliamentary Front¹⁹ pursuant to a lot of mobilization from parliamentarians and support from civil society entities. It was set up in September 2023 and has held seminars, public hearings and various initiatives. Now, it is participating in and leading the creation of a **new campaign to reduce the state's debt to the federal government, since this bill has been paid.**

The ACD encourages executive bodies to request information, question certain positions²⁰, and offer suggestions²¹.

These examples of the work carried out by ACD, which is the result of the dedication of countless volunteers who investigate, identify problems, seek to influence institutions and produce unprecedented knowledge that is translated into popular formats that allow for widespread dissemination and knowledge, can be considered a case of a social *common*.

19 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/frente-parlamentar-sobre-o-limite-dos-juros-e-a-auditoria-integral-da-divida-publica-com-participacao-popular-19-09-2023/>

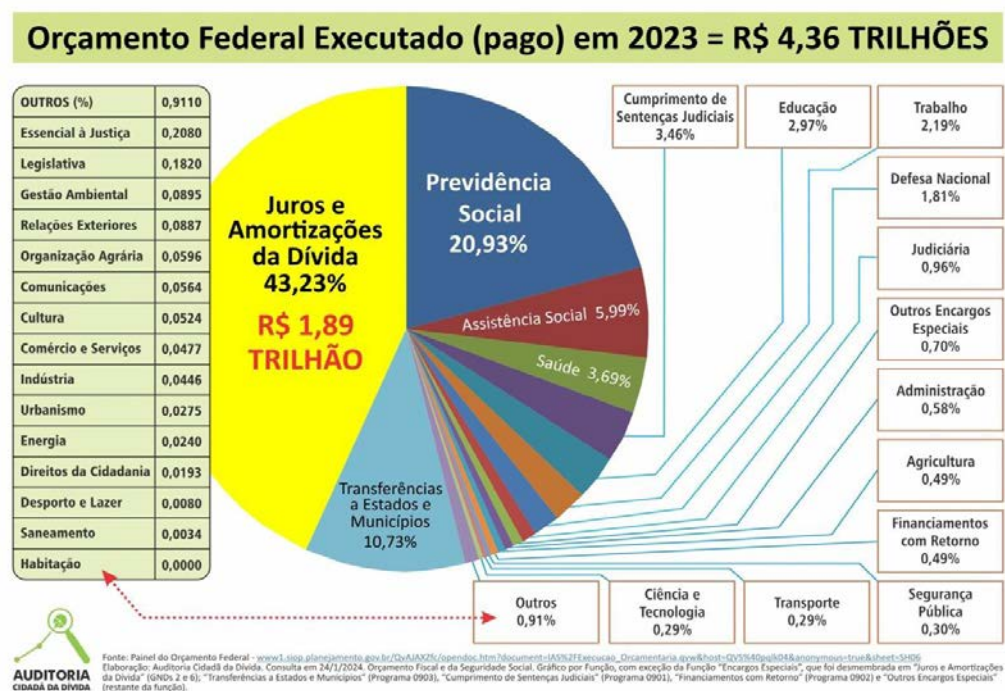
20 Questions to the AGU and suggestions for questions to be posed by parliamentarians to the President of the Central Bank on the occasion of his appearance before the Finance and Taxation Committee of the Chamber of Deputies <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Questionamentos-ao-presidente-do-BC-Roberto-Campos-Neto-26.09.2023.pdf>

21 Open letter against the privatization of Eletrobras <https://auditoriacidada.org.br/carta-aberta-contra-privatizacao-da-eletobras/>, ACD's suggestions to the TCU, in the face of questions from the Senate <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/sugestoes-da-auditoria-cidada-da-divida-ao-tcu-face-aos-questionamentos-formulados-pelo-senador-alvaro-dias/> and suggestions to the TCU on the debt of the states refinanced by the Union <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/em-dia-marcado-por-reunioes-auditoria-cidada-reforca-prioridade-do-debate-sobre-divida-publica/>

2 - COMMONS AND THE COLLECTIVE RIGHT TO KNOWLEDGE ABOUT WHO FINANCES THE STATE? AND WHERE DO THE RESOURCES GO, WHO BENEFITS FROM PUBLIC EXPENSES?

One of the central areas of action of the ACD is related to the study and dissemination of the public budget, both on the side of revenue and on the side of the allocation of public resources.

At the federal level, the primary sources of budget revenues comprise of (1) tax revenues, (2) revenues from the sale of public debt securities, and (3) property and commercial revenues from the profits of state-owned companies, privatizations, and royalties, among others. On the spending side, the most significant portion of resources is consumed by the payment of interest and amortization of the so-called public debt, as depicted in the subsequent graph.



Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES	Federal budget executed (paid) in 2023 = R\$ 4.36 TRILLION
OUTROS (%)	OTHER (%)
Essencial à Justiça	Essential to Justice
Legislativa	Legislative
Gestão Ambiental	Environmental Management
Relações Exteriores	Foreign Affairs
Organização Agrária	Agrarian Organization
Comunicações	Communications
Cultura	Culture
Comércio e Serviços	Trade and Services
Indústria	Industry
Urbanismo	Urban Planning

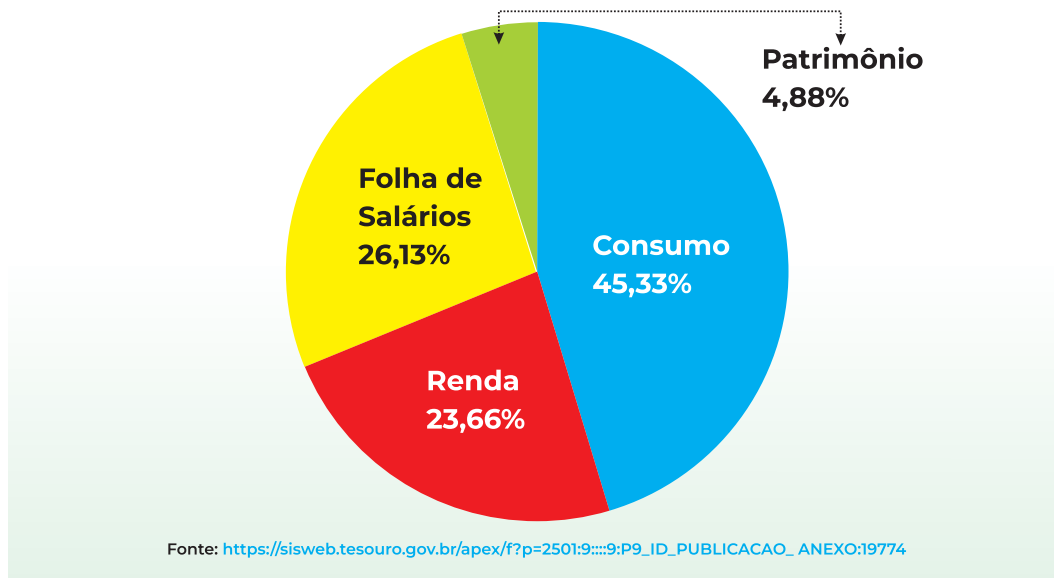
Energia	Energy
Direitos e Cidadania	Rights and Citizenship
Desporto e Lazer	Sports and Leisure
Saneamento	Sanitation
Habitação	Housing
Juros e amortizações da Dívida 43,23% R\$ 1,89 TRILHÃO	Interest and debt amortization 43.23% R\$ 1.89 TRILLION
Previdência Social	Social Security
Assistência Social	Social Assistance
Saúde	Health
Transferências a Estados e Municípios	Transfers to State and Municipalities
Cumprimento de Sentenças Judiciais	Compliance with Judicial Sentences
Educação	Education
Trabalho	Labor
Defesa Nacional	National Defense
Judiciária	Judiciary
Outros Encargos Especiais	Other Special Charges
Administração	Administration
Agricultura	Agriculture
Financiamento com Retorno	Financing wiht Return
Segurança Pública	Public Security
Transporte	Transportation
Ciência e Tecnologia	Science and Technology
Outros	Other

The Debt System, which does not have a counterpart in public investments, as previously stated by the TCU, consumes all revenue from the sale of public bonds and absorbs revenue from other sources²², thereby depriving resources intended for social areas and our socio-economic development.

When investigating the sources of funds that support the public budget in Brazil (who finances the state), it is evident that the participation of society is evident, particularly since the primary source of public revenue has been tax collection. In our country, the largest portion corresponds to indirect taxes, which are embedded in all our consumption, as depicted in the subsequent graph. Even a beggar who buys something for eat or wear when he receives a handout pays the tax embedded in these products.

²² <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-mentira-do-deficit-orcamentario-por-rodrigo-avila/>

Tributos por Base de Incidência - Total: R\$ 2.941 bilhões
Carga Tributária em 2021: 33,05% do PIB
Inclui esferas Federal, Estadual e Municipal



There is an unfair and regressive tax model, where the poor pay proportionally more than the wealthy due to unjustifiable tax benefits, exemptions, non-taxation, incentives and loopholes that allow questionable tax planning. And this situation is likely to worsen with the approval of PEC 45/2019 by the National Congress, despite several warnings²³, because taxation on consumption will have an even higher rate, the highest in the world!

The second largest source of public revenue is financial income from the sale of public debt securities. Nonetheless, these revenues are entirely consumed by the payment of exorbitant interest and other mechanisms of the Debt System (such as the “Banker’s Allowance” paid daily by the Central Bank to the banks), given that the Federal Court of Auditors has already demonstrated that the federal internal debt has not financed investments in Brazil.

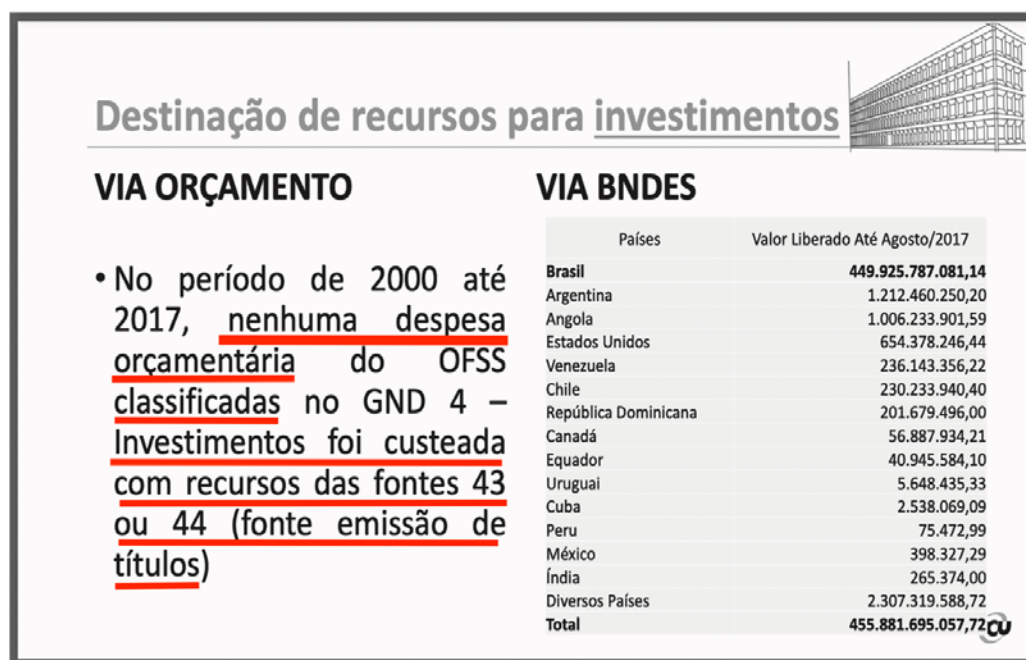
3 - COMMONS AND THE COLLECTIVE RIGHT TO KNOWLEDGE ABOUT THE DEBT SYSTEM

Public debt should be an instrument to finance investments in the interest of society and the country, enabling our socio-economic development.

²³ <https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2023/07/a-reforma-tributaria-em-curso-atende-as-necessidades-de-mudanca/> , <https://monitormercantil.com.br/qual-a-justificativa-para-tanta-urgencia-na-votacao-da-pec-45/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/quem-vai-pagar-a-conta-da-reforma-tributaria-do-consumo/>

But that's not the case! Public indebtedness has worked in reverse, as what we call the "DEBT SYSTEM"²⁴ promotes a continuous subtraction of public resources, which are directed mainly to banks and large corporations, due to the actions of various financial mechanisms, especially those operated by the Central Bank, such as the Banker's Exchange.

The Federal Court of Auditors has previously declared to the Senate that the federal internal debt has not been utilized for investment in the country²⁵, highlighting one of the screens in the presentation that emphasizes this point, "*no budget expenditure classified as investment was funded with resources from the issuance of bonds*":



Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

Destinação de recursos para investimentos	Allocation of funds for investments
VIA ORÇAMENTO	VIA THE BUDGET
VIA BNDES	VIA BNDES
No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)	From 2000 to 2017, no OFSS budget expenditure classified under GND 4 - Investments was financed with resources from sources 43 or 44 (source issue source)
Países	Countries
Valor Liberado até Agosto/2017	Amount released up to August/2017
Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019	Table presented by the TCU to the Senate at a CAE public hearing held on 06/25/2019

²⁴ Watch video 17 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/video-17-ehoradevirarojogo/>

²⁵ <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

Now, if the public debt has not been used for investment, what has it been used for²⁶?

For several years, *Auditoria Cidadã da Dívida* (Citizen's Debt Audit) has criticized the utilization of the internal federal public debt to fuel financial mechanisms²⁷ such as the *Bolsa-Banqueiro* (described below), in addition to paying extremely high-interest rates, resulting in the debt's exponential growth without any contribution to the public coffers. The public debts of the states, which were refinanced by the Union from 1997 onwards, adhere to the same logic and continue to increase due to abusive interest on interest. As a result, the states have already repaid more than three times the amount refinanced and still owe more than five times, without receiving any income.

These elevated public debts have been utilized to justify counter-reforms, such as the pension reforms, which postpone, reduce, or eliminate working-class rights in order to increase the availability of resources to pay interest on the debt; the excessive privatization of national and state public assets; and the economic policies that impede our socio-economic development, such as Constitutional Amendment 95 of 2016 (EC-95), which established the "Spending Limit". The most blatant is the fact that the ceiling only applies to social investments, so that "*important resources are left over to pay the public debt*", as is expressly stated in the explanatory memorandum of the law on the "fiscal framework" (Complementary Law 200/2023), which maintained the spending ceiling and authorized only a minimum flexibility, up to a maximum of 2.5% per year, while no limit or control exists for the exorbitant spending on interest on the debt.

26 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-que-voce-paga/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-no-brasil-por-maria-lucia-fattorelli/>

27 <https://auditoriacidada.org.br/video/live-auditoria-cidada-revela-mecanismos-e-jogadas-da-divida/>



Se não enfrentar o SISTEMA DA DÍVIDA não tem saída...	If you don't confront the DEBT SYSTEM, there's no way out...
TETO	LIMIT
Saúde Educação Previdência Segurança Investimentos	Health Education Welfare Security Investment
SEM LIMITE	WITHOUT LIMIT
Juros e mecanismos do Sistema da Dívida	Interest and mechanisms of the Debt System

At the state level, both the logic of EC-95 and the fiscal framework are reproduced and reflected in restrictive policies aimed at prioritizing the payment of their debts. This situation has become even worse in states that have been subjected to the harmful “Fiscal Recovery Regime”

²⁸and fraudulent mechanisms, such as Securitization²⁹, which diverts public resources before they reach the public budget and are not even accounted for in it, which constitutes fraud and immense disrespect for the population and all the country's financial legislation.

4 - COMMONS AND THE COLLECTIVE RIGHT TO BECOME AWARE OF THE MECHANISMS THAT FEED THE DEBT SYSTEM AND THE CENTRAL BANK'S RESPONSIBILITY FOR THE EXTREMELY HIGH-INTEREST RATES PRACTICED IN BRAZIL

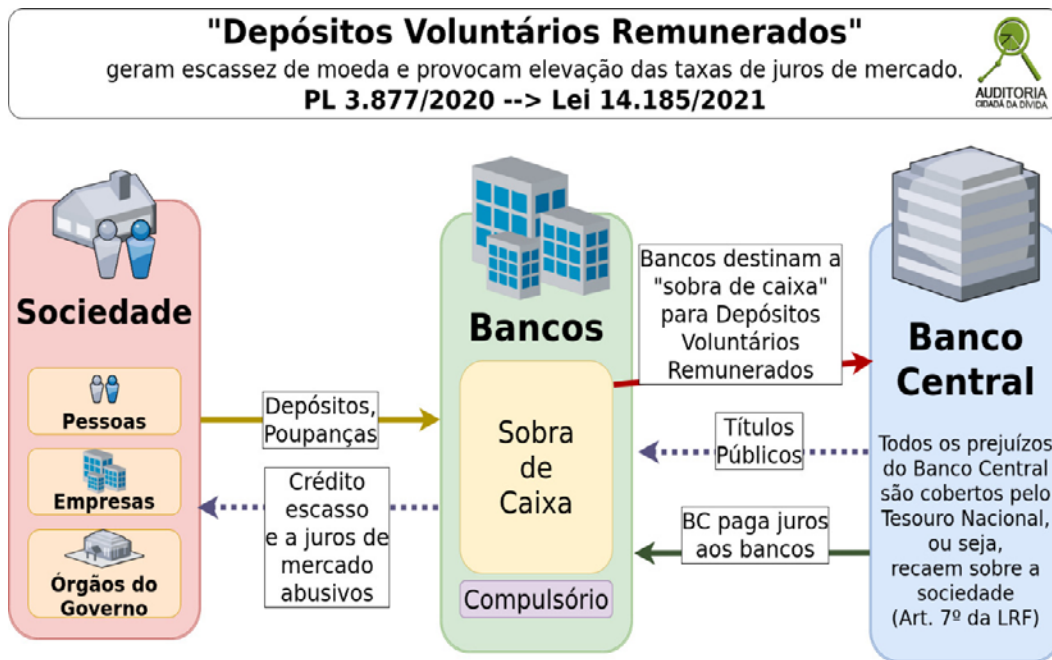
One mechanism for directing federal public funds towards large banks is the *BOLSA BANQUEIRO*, which is a daily payment made by the Central Bank to banks for funds that are not actually theirs, but rather to the entire society that holds bank deposits or financial investments. A sum of approximately R\$1.5 trillion, which ought to be returned to society through low-interest loans, ends up in the banks' coffers due to the high-interest rates they charge, leading individuals and companies to discontinue borrowing, and is deposited with the Central Bank, which charges banks high-interest rates daily. At the same time, this operation causes a shortage of money in the economy, a rise in market interest rates, an explosion in debt and a hole in the public coffers.

At present, the Central Bank utilizes two instruments for this remuneration: the misuse of Repurchase Agreements and the Voluntary Remunerated Deposit³⁰. The following diagram illustrates the *Bolsa-Banqueiro*:

28 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/> e <https://auditoriacidada.org.br/fattorelli-participa-da-live-a-falacia-do-regime-de-recuperacao-fiscal-em-minas/>

29 <https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/>

30 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/deposito-voluntario-remunerado-e-bolsa-banqueiro-sem-limite-e-sem-causa/>



"Depósitos Voluntários Remunerados" geram escassez de moeda e provocam elevação das taxas de juros de mercado PL. 3877/2020 -> Lei 14.185/2021	"Remunerated Voluntary Deposits" create a shortage of currency and cause market interest rates to rise PL. 3877/2020 -> Law 14.185/2021
Sociedade	Society
Pessoas	People
Empresas	Companies
Órgãos do Governo	Government Bodies
Depósitos, Poupanças	Deposits, Savings
Crédito escasso e a juros de mercado abusivos	Scarce credit and abusive market interest rates
Bancos	Banks
Sobra de Caixa	Cash surplus
Compulsório	Compulsory
Bancos destinam a "sobra de caixa" para Depósitos Voluntários Remunerados	Banks allocate "surplus cash" to remunerated voluntary deposits
Títulos Públicos	Government bonds
BC paga juros aos bancos	Central Bank pays interest to banks
Banco Central	Central Bank
Todos os prejuízos do Banco Central são cobertos pelo Tesouro Nacional, ou seja, recaem sobre a sociedade (art. 7º da LRF)	All the Central Bank's losses are covered by the National Treasury, i.e. they are passed on to society (art. 7 of the LRF)

During the processing of the bill PL 3.877/2020 that instituted the Voluntary Remunerated Deposit, in the middle of a pandemic, the Citizen's Debt Audit even prepared, in six chapters, the soap opera³¹ "Assault on the public coffers" and challenged ³²the party leaderships in the National Congress out of court, but this bill ended up being approved through a

31 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assalto-aos-cofres-publicos-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-e-plp-112-2019/>

32 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/interpelacao-extrajudicial-sobre-os-projetos-de-lei-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-plp-112-2019/>

virtual vote, without even a public hearing and without the participation of society that pays this high and unjustifiable cost.

These operations are responsible for the extremely high market interest rates practiced in Brazil, which are damaging the entire economy and causing the public debt to explode.

The Central Bank, which is responsible for practicing this infamous mechanism, as well as for setting the extremely high basic interest rate practiced in the country (Selic), seems to have no concern whatsoever for the suffering it causes the economy and the people, as its president has even stated publicly that “... *you have to drive the country into recession to gain credibility...*”³³.



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 Vicente Nunes Economia

³³ “Interview given in Dec/2021 when the Selic rate had already reached the level of 9.25% p.a.:

“...to keep inflation at the center of the target, it is excellent to move forward in this process...”

<https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/voce-tem-que-colocar-o-pais-em-recessao-para-recuperar-a-credibilidade-diz-campos-neto>

“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto	“You have to drive the country into recession to gain credibility”, said Campos Neto
Publicado em 16/12/2021 – 13:39	Published on 12/16/2021 – 13:39
Economia	Economy

Inflation that exists in Brazil cannot be controlled by raising interest rates:

- Inflation in Brazil is mainly due to the rise in prices administered by the government itself (fuel, energy, etc.) and food prices, which are not reduced by rising interest rates.
- Accumulated inflation (IPCA) in 2023 was within the inflation target (1.75%-4.75%) set by the National Monetary Council. There is no point in keeping the Selic rate high!
- The board of the Central Bank (COPOM) insists on maintaining exceptionally high interest rates under the false pretext of regulating inflation.
- The impact of elevated interest rates on Brazil's gross domestic product has been significant, as it has caused significant harm to industries and other enterprises. The only exception is the large agribusiness, which enjoys credit privileges.

All of this makes Brazil a PARADISE FOR RENTISM, with record-breaking profits for banks, while at the same time breaking world records for agricultural exports and returning to the Hunger Map³⁴!

³⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/inseguranca-alimentar-atinge-70-milhoes-de-brasileiros>



Saúde	Health
Insegurança alimentar atinge 70 milhões de brasileiros	Food insecurity affects 70 million Brazilians
Relatório da ONU destaca agravamento do problema após pandemia	UN report underlines worsening problem after pandemic
Publicado em 12/07/2023 - 14:34 Por Vinicius Lisboa	Published on 07/12/2023 - 14:34 By Vinicius Lisboa
Repórter da Agência Pública - Rio de Janeiro	Agência Pública journalist - Rio de Janeiro

The negative impact of interest rates on the economy, affecting both individuals, companies and the public sector, has led numerous organizations to speak out, including the speech by the president of FIESP, who made the connection between high-interest rates and the impoverishment of the country³⁵, and the statement by the National Conference of Bishops of Brazil in a note entitled “Message to the Brazilian People”³⁶, which highlights the deepening social abyss due to abusive interest rates:

35 <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5090389-temos-assistido-ao-empobrecimento-do-pais-diz-presidente-da-fiesp-sobre-juros.html>

36 <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Mensagem-ao-povo-brasileiro.pdf>



Esses problemas têm origem na opção por um modelo econômico cruel, injusto e desigual. Por trás da palavra “mercado” existe um sistema financeiro e econômico autônomo, que protagoniza ações inescrupulosas, destrói a vida, precariza as políticas públicas, em especial a educação e a saúde, adota juros abusivos que ampliam o abismo social, afeta a cadeia produtiva e reduz o consumo dos bens necessários à maioria do povo brasileiro.

Esses problemas têm origem na opção por um modelo econômico cruel, injusto e desigual. Por trás da palavra “mercado” existe um sistema financeiro econômico autônomo, que protagoniza ações inescrupulosas, destrói a vida, precariza as políticas públicas em especial a educação e a saúde, adota juros abusivos que ampliam o abismo social, afeta a cadeia produtiva e reduz o consumo dos bens necessário à maioria do povo brasileiro.

These issues arise from the selection of an unjust, unequal, and cruel economic system. Underneath the term “market” lies an autonomous economic financial system that engages in unethical conduct, causes harm to human life, makes public policies uncertain, particularly in the areas of education and health, adopts unjustifiable interest rates that widen the social divide, impacts the production chain, and reduces the consumption of essential goods required by most Brazilian citizens.

The impact of the rising Selic rate on public debt is clear. According to data published by the Central Bank themselves, for every 1% increase in the Selic rate, we spend an extra R\$50.1 billion on interest on the public debt³⁷:

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,3	-0,07	9,8	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-50,1	-0,45	-45,5	-0,41
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-19,2	-0,17	-18,9	-0,17

³⁷ https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202405_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Elasticidade da DLSP e DBGG	Flexibility of DLSP and DBGG
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio	1% devaluation in the exchange rate
Redução de 1 p.p. na taxa Selic	1 p.p. reduction in the Selic rate
Redução de 1 p.p. nos índices de preços	1 p.p. reduction in price indices
R\$ bilhões	R\$ billion

There is no plausible justification for enacting the highest real interest rates in the world, thereby committing an increasingly substantial portion of the public budget to this obligation. One of the factors contributing to this abuse is the absence of a legal limit on interest rates, coupled with the detrimental actions of the Brazilian Central Bank.

Seventy-six countries have legal interest rate limits, like Portugal³⁸. In the third quarter of 2023, the maximum annual rates (APR = Annual Percentage Rate) shall be applicable to each type of credit agreement:

3.º trimestre de 2023		TAEG máxima
Crédito Pessoal	Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	7,4%
	Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	14,2%
Crédito Automóvel	Locação Financeira ou ALD: novos	4,6%
	Locação Financeira ou ALD: usados	5,4%
	Com reserva de propriedade e outros: novos	10,2%
	Com reserva de propriedade e outros: usados	13,2%
Cartões de Crédito, Linhas de Crédito, Contas Correntes Bancárias e Facilidades de Descoberto		17,4%

3º trimestre de 2023	3rd quarter of 2023
TAEG máxima	Maximum APR
Crédito Pessoal	Personal Loans
Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	Purpose Education, Health, Renewable Energies and Equipment Leasing
Outros Créditos Pessoais (sem fin. Específica, lar, consolidado e outras finalidades)	Other Personal Loans (non-specific, home, retirement and other purposes)
Crédito Automóvel	Car loans
Locação Financeira ou ADL: novos	Lease or ADL: new
Locação Financeira ou ADL: usados	Lease or ADL: used
Com reserva de propriedade e outros: novos	With reservation of ownership and others: new

³⁸ Bank of Portugal Instruction no. 12/2023 https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/instrucoes/478858244_1.docx.pdf

Com reserva de propriedade e outros: usados	With reservation of ownership and others: used
Cartões de Crédito, Linhas de Crédito, Contas Correntes Bancárias e Facilidades de Descoberto	Credit Cards, Lines of Credit, Bank Current Accounts and Overdraft Facilities

That's why the Campaign to Limit Interest Rates in Brazil is so important. The PLP 104/2022 establishes a maximum interest rate limit of 12% per year or twice the Selic rate, whichever is lower, but in no case can it exceed the ceiling of 12% per year. In addition, the bill prohibits the misuse of the daily remuneration of banks' surplus cash, which is executed daily by the Central Bank, akin to an overnight *at the expense* of the people.

5 - COMMONS AND THE COLLECTIVE RIGHT TO KNOWLEDGE ABOUT THE SO-CALLED "GAP" IN PUBLIC ACCOUNTS

The mainstream media and government sectors often claim that the hole in the public accounts is due to excessive spending on social benefits or the structure of the state, misleading society into believing that it would have to cut investments in essential public services such as health and education, for example, or carry out counter-reforms to the social security system, as well as privatizing the provision of these services.

The converse is true: social areas are deficient in resources and operate in uncertain circumstances, and sectors that are subject to privatization are frequently abandoned due to insufficient resources to function effectively, owing to the neoliberal economic policies that impose a ceiling and a fiscal framework that imposes severe restrictions on public investment.

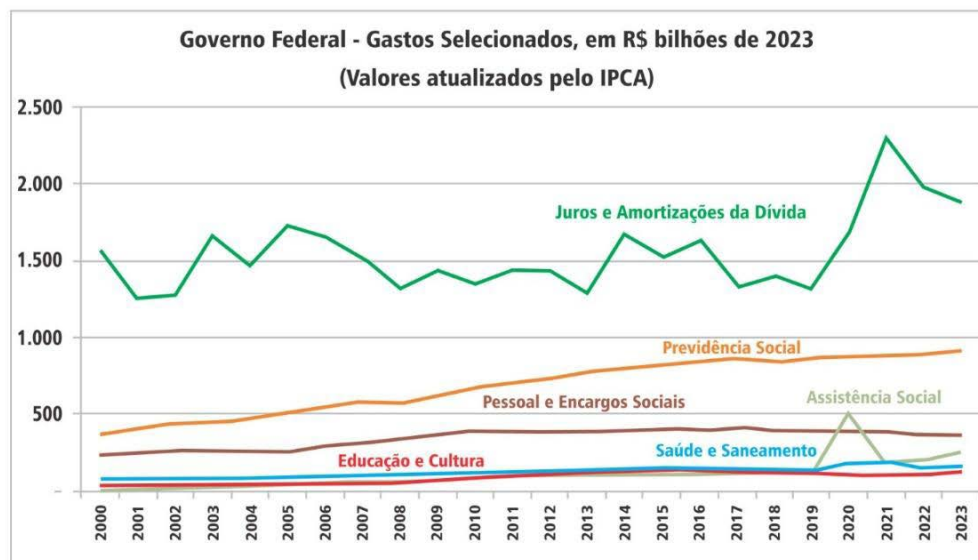
Given the abundant wealth in Brazil and the fact that we have held trillions of reais in cash for several years, where is the gap in the public accounts? Why is the state structure dismantled? We reached almost R\$ 5 TRILLION in cash on March 31st, 2024³⁹:

- R\$1.572 TRILLION in the National Treasury's Single Account,
- R\$ 1.484 TRILLION in the Central Bank's cashier, and
- R\$ 1.773 TRILLION in International Reserves

³⁹ Source: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202404_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Table 4, Lines 44, 50 and 52), and BCB Time Series No. 13.621

The following graph, made up of official figures updated by the official inflation index (IPCA), presents where the problem with public accounts really lies:

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ;
Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?	WHERE IS THE GAP IN THE PUBLIC ACCOUNTS?
Governo Federal – Gastos Seleccionados, em R\$ bilhões de 2023 (valores atualizados pelo IPCA)	Federal Government - Selected Expenditure, in R\$ billion for 2023 (values updated by the IPCA)
Juros e Amortização da Dívida	Interest and Debt Amortization
Previdência Social	Social Security
Pessoal e Encargos Sociais	Personnel and Social Charges
Educação e Cultura	Education and Culture
Assistência Social	Social Assistance
Saúde e Saneamento	Health and Sanitation
Fonte	Source
Painel do Orçamento Federal	Federal Budget Panel

Brazil's remarkable wealth is undeniable in every aspect. Nonetheless, a substantial portion of the Brazilian populace is confronted with an unacceptable predicament of scarcity, primarily attributable to the economic framework employed, which favors the Debt System, which is intertwined with the obnoxious monetary policy of the Central Bank⁴⁰, the primary activities of large export agribusiness and predatory mining, as well as an unjust and regressive tax system.

40 <https://auditoriacidada.org.br/video/video-12-ehoradevirarojogo/>

6 - COMMONS AND THE COLLECTIVE RIGHT TO A DIGNIFIED LIFE, ESPECIALLY GIVEN THE IMMENSE WEALTH IN OUR COUNTRY

The Brazilian Federal Constitution lists the “dignity of the human person” as one of the foundations of our Federative Republic (Art. 1, III) and lists the fundamental objectives in Art. 3:

Art. 3: The fundamental objectives of the Federative Republic of Brazil are:

I - to build a free, fair and supportive society;

II - to guarantee national development;

III - eradicate poverty and marginalization and reduce social and regional inequalities;

IV - to promote the good of all, without prejudice as to origin, race, sex, color, age or any other form of discrimination.

The constitutional text is irrevocable and provides the legal basis for us to demand compliance with these objectives. However, in practice, the priority has been dominated by the vested interests of financial power and large corporations.

7 - CONCLUSION

Given the unfavorable scenario of scarcity in which most of our populace resides, what actions can organize society undertake? Initially, we hold the belief that it is imperative to disseminate information regarding the economic model that has led us to the opposite of the nation we could have been. Our objective is to generate sufficient social awareness to rectify the situation⁴¹, conduct a debt audit with social participation⁴², regulate interest rates in the country⁴³, and guarantee social rights⁴⁴ for all individuals, as exemplified by the Campaigns we promote.

41 <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

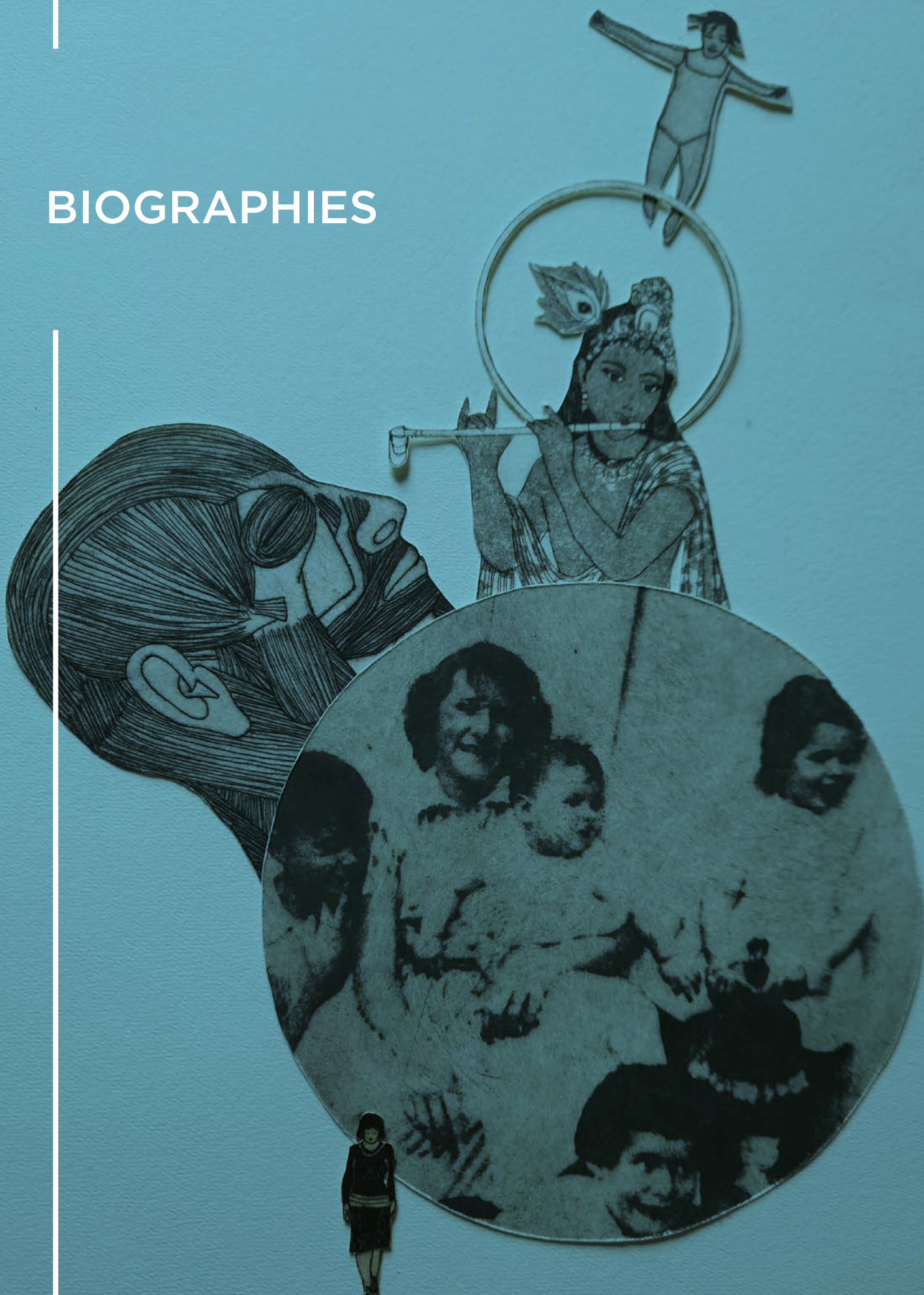
42 <https://auditoriacidada.org.br>

43 <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

44 <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

Since 2000, *Auditoria Cidadã da Dívida* has been active on several fronts, investigating public accounts in a citizen's way, producing knowledge based on our findings, and popularizing this debate through various publications, public and virtual events, grassroots campaigns, and daily activity on social networks. We also seek solutions through actions with all the Executive, Legislative, and Judicial branches and the Public Prosecutor's Office. Due to all these factors, we hold the belief that our work can be deemed as an illustration of a ***social Common***, extending the **notion of Commons to the collective right to knowledge and transparency of public accounts.**

BIOGRAPHIES



GIULIANA CIANCIO

Giuliana Ciano (PhD) is a researcher, cultural manager, and lecturer specializing in performing arts, international cultural cooperation, and cultural policy. She has curated EU large-scale, award-winning projects implementing multi-stakeholder participatory strategies (like *Be SpectAtive!*), recognized for advancing experiments in cultural democracy.

She is co-founder of the Italian enterprise *Liv•in•g* (*Live Internationalization Gateway*), member of the research group *Culture Commons Quest Office* (University of Antwerp, Belgium), and serves on both the board of the international network *On The Move* and the *ENCATC-Journal of Cultural Management and Policy*.

Her research interests include cultural policy, activism, participatory practices, and political emotions. She publishes in both academic and popular journals.

MARIA FRANCESCA DE TULLIO

Maria Francesca De Tullio is a postdoctoral researcher in Constitutional Law at the University of Naples Federico II. In 2017, she undertook a research stay at Université Paris 2 Panthéon-Assas. She later served as a postdoctoral researcher at the University of Antwerp for the EU-funded *Cultural and Creative Spaces and Cities project*.

She is a member of the research group *Constitutions in the Age of the Internet*, and her current postdoctoral work, funded by the European Union, focuses on the use of digital technologies in agriculture, with particular attention to the “right to food.”

Her research interests include the commons, cultural policy, counter-terrorism, states of emergency, Internet law, European economic governance, and public administrations on commons-based governance.

PASCAL GIELEN

Pascal Gielen is a writer and full cultural and political sociology professor at the Antwerp *Research Institute for the Arts* (University of Antwerp, Belgium), where he leads the *Culture Commons Quest Office* (CCQO). He also serves as editor-in-chief of the international book series *Antennae - Arts in Society* (Valiz).

In 2016, Gielen received the prestigious Odysseus Grant from the Research Foundation—Flanders (FWO) for outstanding international scientific research. In 2022, the Flemish government appointed him curator of the *Culture Talks* conference.

Gielen's research explores creative labor, the commons, and urban and cultural politics. His books have been translated into multiple languages, and he frequently contributes to diverse newspapers and publications. He lives and works in Antwerp.

STAVROS STAVRIDES

Stavros Stavrides is an architect, activist, and Professor at the School of Architecture, National Technical University of Athens. He teaches courses in housing design and urban design and a postgraduate seminar on metropolitan experience. He also directs the NTUA Laboratory for Architectural Design and Communication.

His research focuses on housing as a form of commons and urban self-management. He has conducted extensive fieldwork in Brazil, Uruguay, Argentina, and Mexico and published several influential books, including *Common Spaces of Urban Emancipation*, *Common Space: The City as Commons*, *Towards the City of Thresholds*, and *From the City-as-Screen to the City-as-Stage*.

He regularly lectures at universities across Europe and the Americas on urban struggles and the politics of common space.

DENISE POLLINI

Denise Pollini is a researcher, educator, and curator based in Antwerp, Belgium. From 2015 to 2021, she was Head of Education at the Serralves Museum of Contemporary Art in Porto, Portugal. Before that, she held the same position at the Museum of Brazilian Art in São Paulo, Brazil, from 1999 to 2015. Since 2022, she has been a researcher at the *Culture Commons Quest Office* (CCQO) in Antwerp and a scholarship recipient of Portugal's Foundation for Science and Technology (FCT).

In 2023, she co-curated, with Pascal Gielen, the conference *Common: For the Politics and Aesthetics of Sharing* in São Paulo, which SESC-CPF organized.

She is currently working on her PhD at the University of Antwerp, focusing on *The Commons and Contemporary Art Museums: The Commons as a Pathway to a New Institutional Dynamic*.

GEORGIA NICOLAU

Creator and articulator of processes and projects that involve strengthening the commons as a political strategy, strengthening civil society, and collaboration for social change.

She is a researcher interested in themes such as Bem Viver (Good-Living), social justice, and inequalities. She is a Senior Fellow at the *Atlantic Fellows for Social and Economic Equity* program at the London School of Economics and Political Science (LSE) and an associated researcher of the *Inequalities Policies Group* at the same institution. She is also co-founder of *Procomum Institute*, a commons organization that works towards recognizing, empowering, innovating, and protecting the commons.

MARIA LUCIA FATTORELLI

National Coordinator of the Citizens' Debt Audit since 2000 <www.auditoriacidada.org.br>. Member of Brazilian Justice and Peace Commission of the CNBB. Graduated in Business Administration (UFMG) and Accounting Sciences (FMS), specialist in Tax Administration (FGV/EAESP), tax auditor at the Ministry of Finance, retired in 2010. She was a member of Ecuador's Debt Audit Commission (2007/2008) and Greece's Debt Auditor Commission (2015). Advised the Public Debt Parliamentary Inquiry Commission (CPI) in the Brazilian Chamber of Deputies (2009/2010), and the PBH Ativos S/A Parliamentary Inquiry Commission (CPI) of the Belo Horizonte City Council on the Securitization scheme (2017). She has published several books and articles in Brazil and abroad.